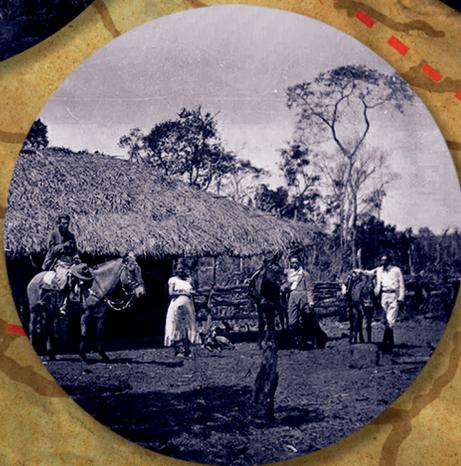


Hamilton Afonso de Oliveira

A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910



Universidade
Estadual de Goiás

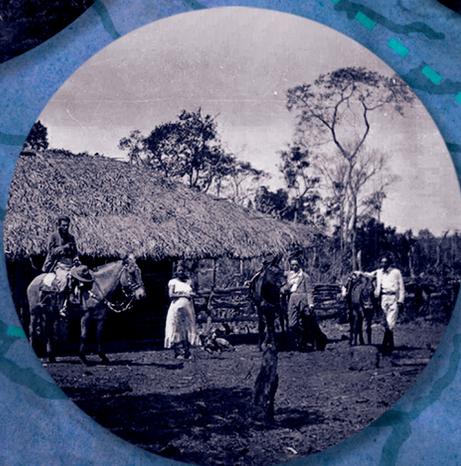
PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



pimenta
cultural

Hamilton Afonso de Oliveira

A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910



Universidade
Estadual de Goiás

PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

| São Paulo | 2023 |



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

OL48a

Hamilton Afonso de Oliveira –

A Construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910
/ Hamilton Afonso de Oliveira. – São Paulo: Pimenta
Cultural, 2023.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-798-3

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.97983

1. Geografia e viagens. 2. Ocupação de terras. 3. Sul de
Goiás. 4. 1835-1910. I. Oliveira, Hamilton Afonso de. II. Título.

CDD 918.1

Índice para catálogo sistemático:

I. Geografia e viagens – Brasil.

Jéssica Oliveira • Bibliotecária • CRB-034/2023

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2023 o autor.

Copyright da edição © 2023 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).

Os termos desta licença estão disponíveis em:

[<https://creativecommons.org/licenses/>](https://creativecommons.org/licenses/).

Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.

O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Bianca Bieging
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	kues1 - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Belarius Poster
Revisão	Hamilton Afonso de Oliveira
Autor	Hamilton Afonso de Oliveira

PIMENTA CULTURAL

São Paulo • SP

+55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 3

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Agumario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil



Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil



A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910

Marcos Pereira dos Santos
Universidade Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

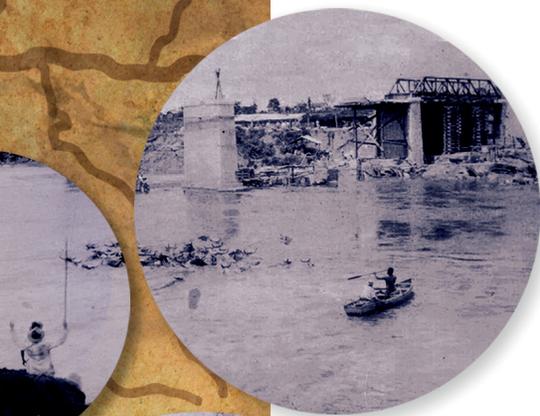
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

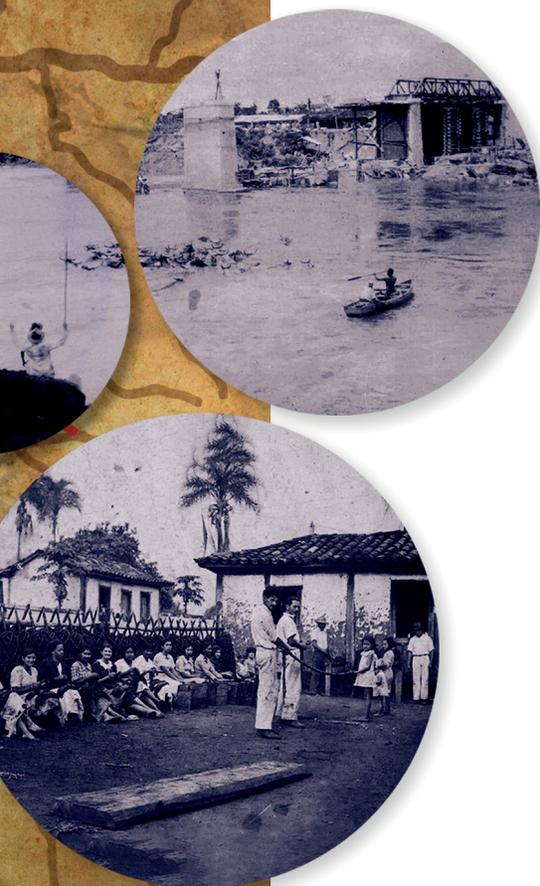
William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA
NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910



Em memória de meus avós, Argemiro Cândido de Oliveira (vulgo Inhô Cândido) e Francisca Abadia Campos (vulgo Dona Chica), pertencentes da última geração de lavradores/agregados sem-terra “expulsos” do campo pela modernização conservadora e cujas lembranças e convívio de minha infância sempre estiveram presentes comigo durante toda a elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

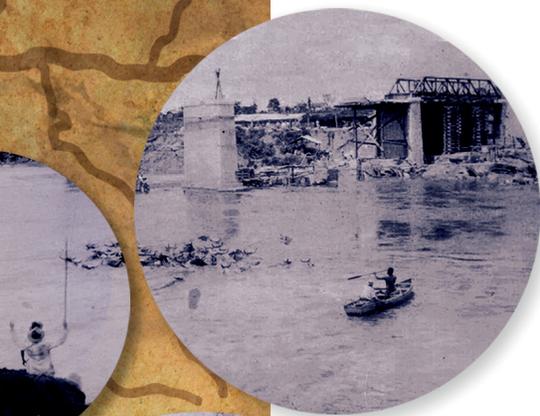
Aos funcionários do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida, Museu Municipal Antônio Correa Bueno, Biblioteca Municipal Prof.º José Cândido, Biblioteca da Universidade Estadual de Goiás de Morrinhos. E, aos funcionários da Biblioteca Central da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, pela dedicação e prestação de serviços essenciais a estudantes e pesquisadores.

Aos professores Dr.º Horácio Gutierrez, Dr.º José Evaldo de Mello Doin (*In Memoriam*) e Dr.ª Maria Aparecida pelo incentivo e observações que desde o processo seletivo, aulas e em raras ocasiões de informalidade foram importantes no amadurecimento e reflexão em relação ao trabalho.

Aos amigos Sônia Maria de Magalhães e Robson Mendonça Pereira pelo apoio, incentivo e acolhida durante os meses que estava cumprindo créditos e atividades no Doutorado em Franca.

E, aos amigos Luiz de Carvalho Cassiano e Helena Maria de Castro Cassiano, onde estiverem agrade-lhes pelo breve convívio que foi muito profícuo e incentivador a continuar os estudos e cujo resultado foi essa tese de doutorado, que agora se converte em livro.

A minha orientadora Prof.ª Dr.ª Ida Lewkovicz, pela profícua orientação, paciência e dedicação para comigo durante a pesquisa e elaboração da tese. Suas observações, considerações e apontamentos foram substanciais neste trabalho. E foi um exemplo de uma relação tranquila e motivadora e que foi minha expiração às minhas orientações que desempenho no momento nos programas de pós-graduação em História e Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás.



À minha amada esposa Vanusa Lopes da Silva Oliveira, que entrou em minha vida de forma efetiva, logo na semana de minha admissão no Doutorado, pela paciência, estímulo e dedicação para comigo, já, há mais de duas décadas. Dedico também às minhas filhas Izadora e Izabela que foram frutos de nossa união conjugal providencial e muito feliz. Espero que um dia elas se interessem nas leituras deste livro e demais obras publicadas por esse seu pai que muito vos ama.

Agradeço ainda à minha mãe Almerinda Cândida de Oliveira (Dona Nina) por ter me dado a oportunidade de viver e de ser um exemplo de uma grande mulher e mãe.

Ao amigo e colega de trabalho na Universidade Estadual de Goiás o Prof. Júlio César Meira por ter se prontificado à releitura do trabalho e ter realizado o brilhante prefácio de abertura deste livro.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás, na pessoa do atual coordenador o Prof. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves pelo incentivo e por ter oportunizado a viabilização da publicação e conversão desta minha tese em livro.

Por fim, a todos aqueles que ao longo de minha vida contribuíram de forma direta e indireta para a minha formação.



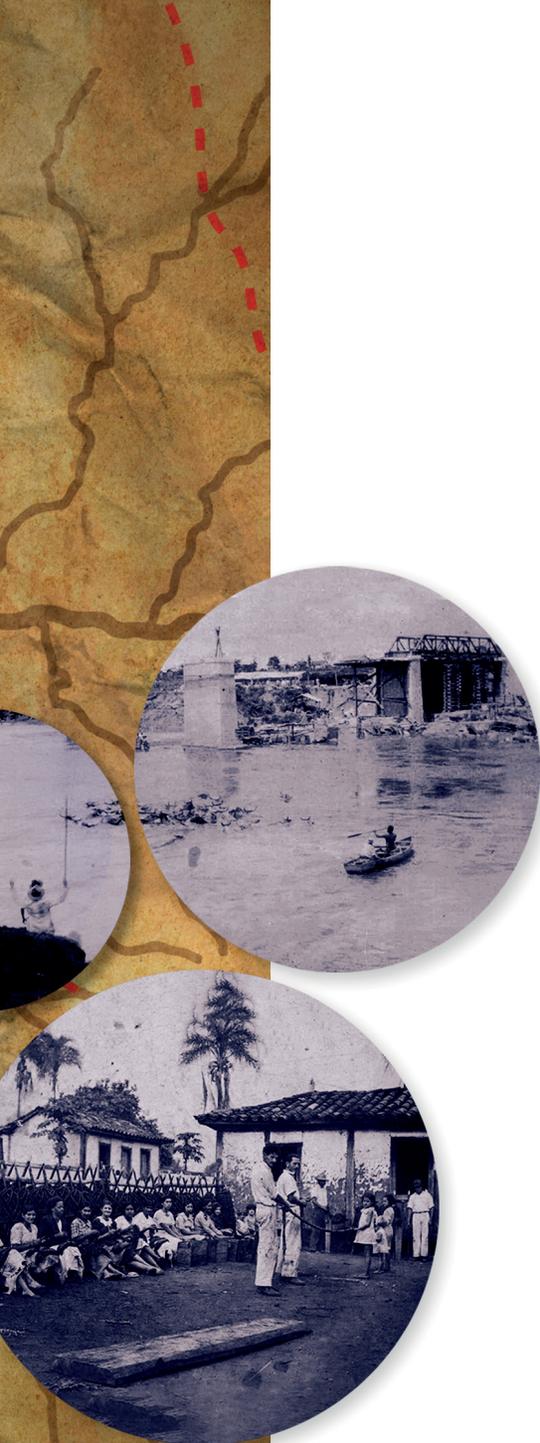
PREFÁCIO

Júlio Cesar Meira¹

A história da formação de Goiás tem merecido a atenção de pesquisadores há mais de um século. Rogério Chaves da Silva, em sua Tese de Doutorado intitulada “REFLEXÕES SOBRE O “FAZER HISTÓRICO”: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)”, mapeou a produção historiográfica goiana ao longo da maior parte do século XX, a maioria a respeito da formação histórica, política, cultural e social do processo de formação de Goiás, destacando que nas primeiras décadas a produção tinha um caráter mais amador ou diletante, adquirindo um caráter mais acadêmico a partir do final da década de 1950, principalmente como resultado da criação de instituições universitárias, como Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), criada em 1959, como Universidade Católica de Goiás (UCG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), em 1960.

É nessa última vertente que se inscreve a pesquisa de Doutorado do professor Hamilton Afonso de Oliveira. Licenciado em 1994 pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Morrinhos (FECLEM), atualmente Universidade Estadual de Goiás (UEG), Oliveira concluiu seu Mestrado em História das Sociedades Agrárias na UFG, em 2001 e o Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 2006, com a Tese intitulada “A Construção da Riqueza no Sul de Goiás (1850-1910)”, que ora foi transformada neste livro.

1 Doutor em História (UFU), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História da UEG (PPGHIS/UEG).



Apesar de abordar vários temas já presentes na historiografia consolidada sobre a história de Goiás, a originalidade da obra de Oliveira é sua decisão de enfrentar, a partir do olhar da História, os aspectos econômicos da construção da sociedade goiana, com recorte principalmente para o conjunto de relações econômicas na região sul do estado.

Com ênfase na tentativa de entender o processo de construção da riqueza entre 1835 e 1910, Hamilton Oliveira percebeu que, como na maioria dos lugares à época, a posse e o domínio da terra foram fatores primordiais para a produção de riqueza, se tornando a base instrumental para o que veio depois. É nessa perspectiva que avança para as outras maneiras de produção e concentração de riqueza, como o comércio – incipiente e precário, num período de quase ausência de meios de transporte e vias de acesso aos mercados – e as atividades bancárias, exercidas por proto-capitalistas numa época de ausência do Estado e da interiorização de instituições de crédito já presentes nos principais centros urbanos do país. A hipótese de que parte o autor é que a produção de riqueza, tanto agropastoril quanto mercantil, pela ação desses operadores econômicos pioneiros, teve aumento importante já no final do século XIX, pois “apesar da precariedade do meio, instalou-se na região uma estrutura produtiva voltada para o abastecimento local e também voltada para mercados regionais”.

A premissa de que parte Oliveira é de que justamente os efeitos da diminuição da acumulação de riquezas causada pelo declínio das atividades mineradoras provocaram uma mudança na diversificação das atividades econômicas e a mudança do perfil dos migrantes e das rotas de chegada ao planalto central, permitindo a ocupação das terras do sul de Goiás nas primeiras décadas do século XIX, fazendo surgir povoações, vilas e cidades, criando novas e complexas redes sociais e políticas, desenvolvendo atividades econômicas diferentes das que tinham a sua base na atividade mineradora.

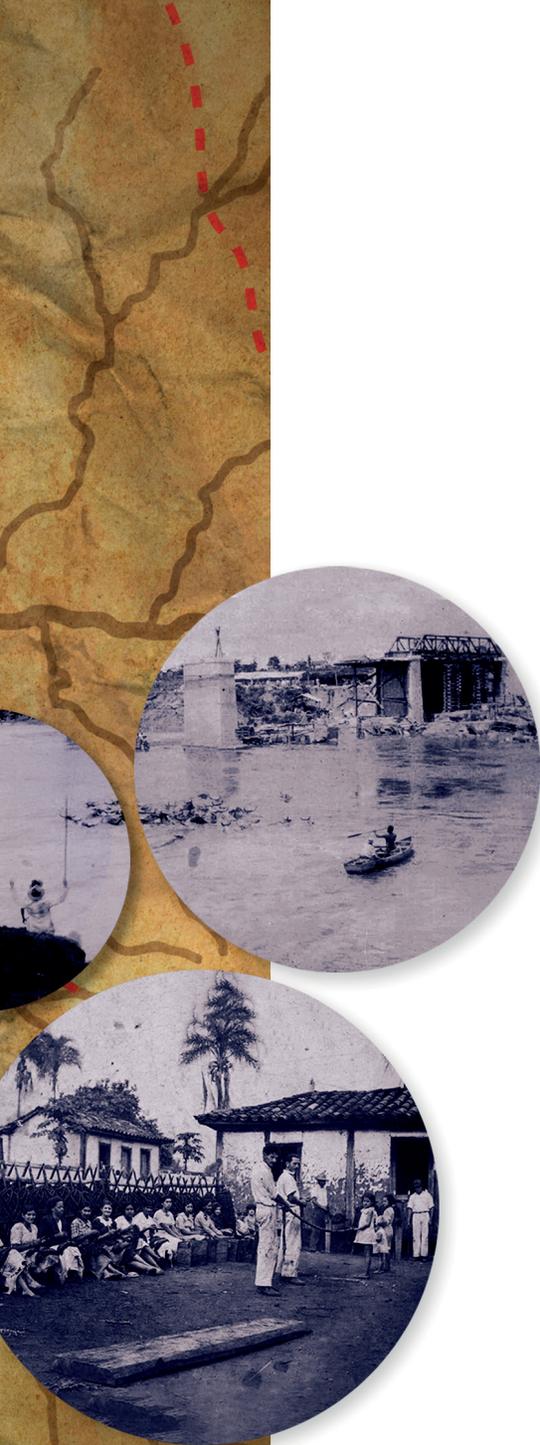


Não que fosse uma realidade singular, como demonstra Oliveira, que aponta similaridades com a mais rica Província da época, Minas Gerais, que, a despeito de ter se consolidado como a maior produtora de riqueza exatamente por suas atividades mineradoras ao longo do século XVIII, tinha visto mudar rapidamente sua estrutura econômica já nas primeiras décadas do século XIX, período em que Oliveira destaca que “a pecuária [...] tinha participação preponderante nos quadros de exportação da Província de Minas Gerais e correspondia a 55% das divisas da em 1818/19 e 60% em 1828, seguidas pelas manufaturas têxteis e produção agrícola. No ano de 1818/19 a Província arrecadou com exportações 1.673.447\$190 contos de réis e em 1828 2.265.570\$650 contos de réis”.

O crescimento das atividades ligadas ao ambiente rural na Capitania que teve a maior produção mineradora nas décadas anteriores teve como resultado uma corrida pela ocupação da terra em Minas Gerais e partes de São Paulo, fazendo com que houvesse uma intensa migração para outras regiões com terras ainda não ocupadas, como foi o caso da região do sul goiano, como demonstra Hamilton Oliveira, ao apontar que o Julgado de Santa Cruz, que abrangia quase toda a região sul de Goiás, teve um crescimento demográfico de mais de 260% nas três primeiras décadas do século XIX.

Essa a ocupação inicial das terras, levou a posse legitimada posteriormente, referendada pelas diversas leis e estatutos posteriores, desde a Lei de Terras, de 1850, até legislações locais já durante a República Velha, que, de certa forma, legalizou a ocupação e estabeleceu critérios pecuniários a quem veio depois.

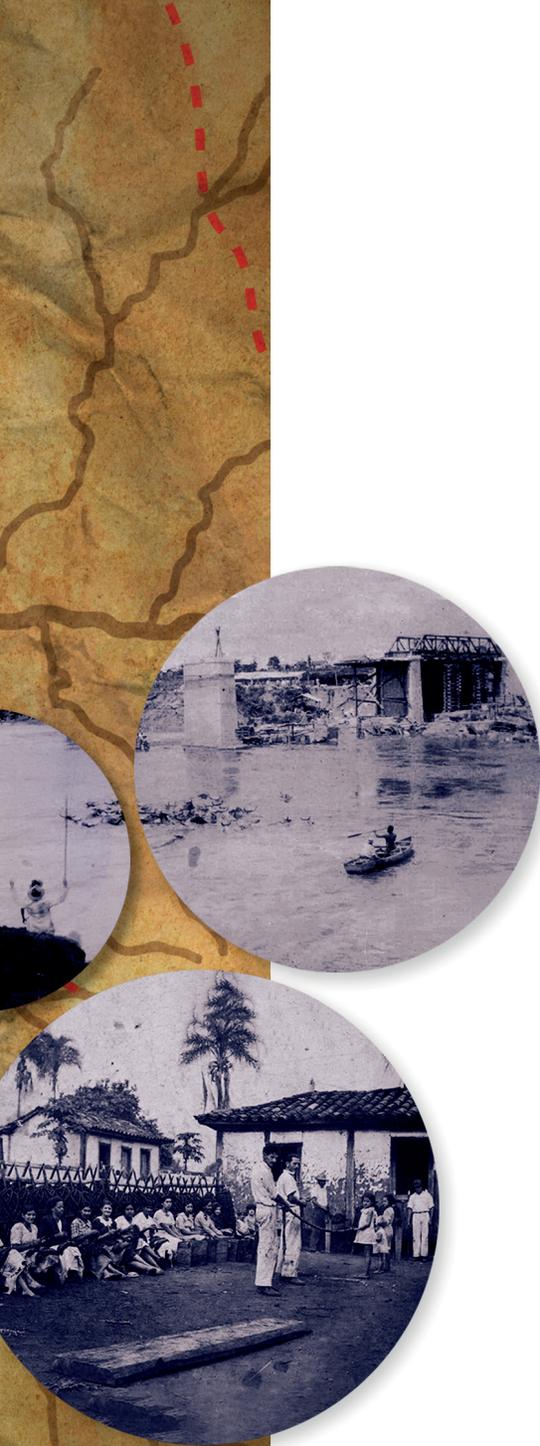
A linha argumentativa de Oliveira lhe permite transitar com desenvoltura – mas sem corroborá-los integralmente – pelos pressupostos estabelecidos pela historiografia goiana que colocam a mineração como o auge da produção da riqueza durante o período colonial e que, com sua diminuição, legou um longo período de declínio, econômico, social, cultural e moral, à Capitania de Goiás, a chamada



tese da decadência, reforçada pelos escritos de viajantes, maculada pelo hábito da comparação com suas localidades europeias e urbanas de origem. Uma visão posteriormente traduzida como “representação do progresso e, como tal, o espelho a partir do qual o Brasil foi visto, a partir do olhar dos viajantes, [...] por aqueles que vieram de outras capitais europeias tão ou mais urbanizadas quanto Paris” (MEIRA, 2018).

Desse ponto de vista, Oliveira dialoga com uma corrente mais atual de historiadores goianos partem da própria realidade investigada, não desconhecendo o impacto da diminuição da economia mineradora, mas buscando localizar na complexidade dos modos de vida locais a compreensão de sua própria teia de relações. Uma realidade tão bem traduzida por Paulo Bertran, que a nomeou de “economia de abastança”, mostrando uma relação orgânica da produção agropastoril autossuficiente e o comércio incipiente que deu origem as relações comerciais para além das trocas pré-mercadológicas. Entre outras fontes, Bertran aponta o “Livro de Lançamento dos Dízimos de Santa Luzia em 1810”, descrevendo os lançamentos dos fiscais de rendas que anualmente visitavam toda a região, registrando a sua produção, tanto para uso próprio quanto para a negociação. “Se estiverem certas nossas tabelas de conversão de medidas antigas, o milho colhido equivaleria a uns 1.400 quilos, o arroz (em palha) a uns 360, e o feijão a 180 quilos. Comparando com nosso próprio consumo de arroz e feijão, achamos que aquelas quantidades bastariam para o consumo anual de uma família de 10 membros. Produzia ademais o Bernardino 75 quilos de algodão, que devia ser o suficiente para vestir a família e ainda vender o excedente. E sem dúvida tinha o meio de transporte da época: um cavalo e uma égua que naquele ano pariu um potro, alçado de nascença, do imposto de seus quartos para a Fazenda Real” (BERTRAN, 1994, p. 189/190, grifos nossos).

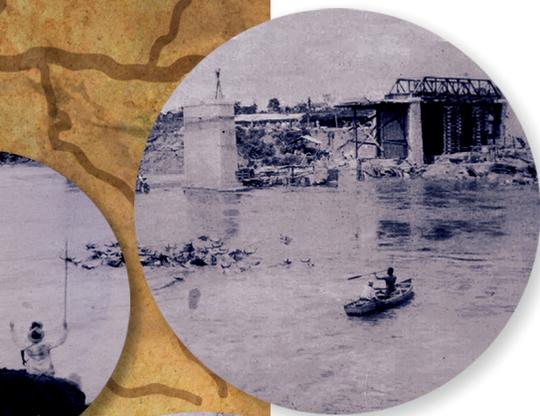
Essa economia da abastança, partindo da base inicial da ocupação e posse da terra pós-mineração, é o centro da análise



de Oliveira, que acrescenta o elemento da ausência de sistema financeiro oficial para compreender a forma como se deram as relações capitalistas no sul de Goiás no século XIX.

Nos dizeres de Oliveira, o grupo de inicial de famílias que logrou ocupar e legitimar a posse da terra, ampliando as extensões inicialmente ocupadas por meio da cobrança de créditos concedidos, sem as garantias de bancos e financeiras oficialmente constituídas. Dito de outro modo: concedendo créditos em condições draconianas, e executando-os sem possibilidade de renegociação. Esse grupo de famílias compuseram as elites urbanas das povoações e vilas nascentes, constituindo-se, de fato, em relações sociais à margem do arcabouço jurídico e político estatal. Tornaram-se uma "elite agrária mercantil e capitalista [que conseguiu] tirar proveito desta situação adversa e conseguiu capitalizar benefícios econômicos e políticos, através da posse de grandes extensões de terras e das relações de camaradagem e compadrio, práticas sociais que prevaleciam nesse mundo tipicamente rural, além do monopólio do comércio e do crédito, cujo resultado final era, o prestígio social e político perante a sociedade em que estava inserida".

Capitalistas já inseridos na próxima etapa do capitalismo, ampliando o sentido histórico do conceito, pois, além de detentores dos meios de produção numa relação de produção capitalista, se tornaram monopolizadores do mercado de crédito no interior do Brasil, multiplicando sua riqueza e consolidando a dominação política pessoal e de seus grupos.

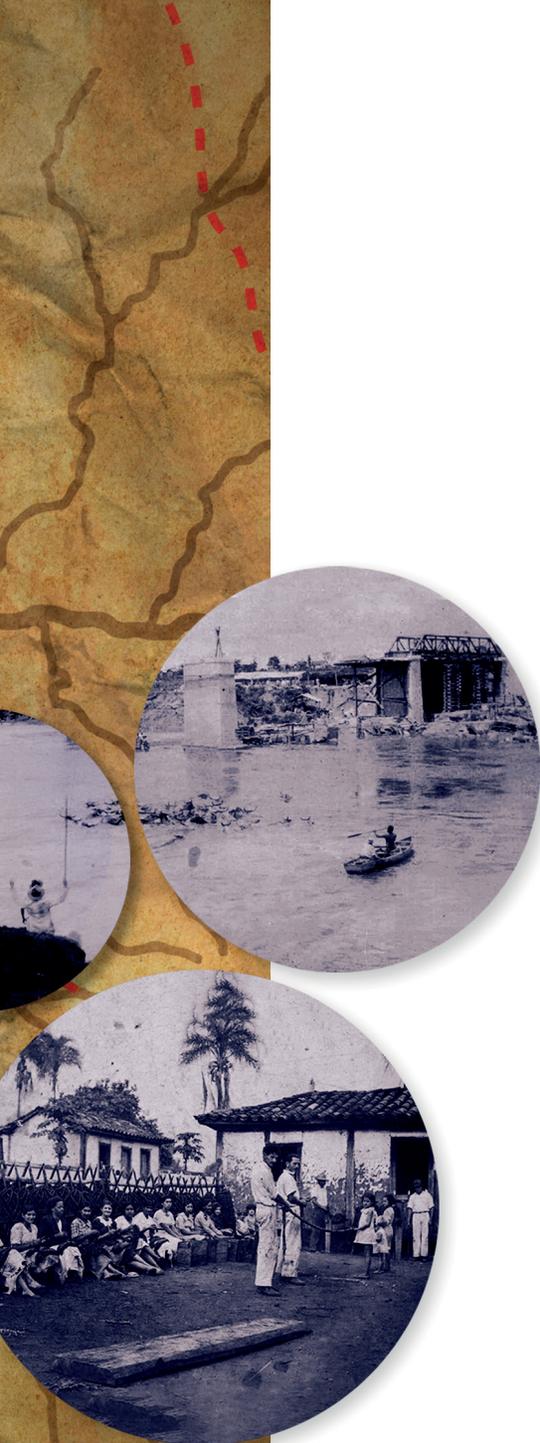


APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como foco central o conhecimento do processo de ocupação econômica das terras do sul de Goiás e construção da riqueza na região, entre os anos de 1835 e 1910. A pesquisa apoia-se principalmente em um conjunto de documentos de natureza notarial: os inventários *post-mortem*, que além de possibilitarem a obtenção de informações acerca da composição das fortunas locais, permitiram a percepção das relações econômicas regionais. Cruzamos essas fontes com outras, como registros de casamentos, relatórios de presidentes de Província/Estado, relatos de viajantes e memorialistas, bem como com os dados existentes na bibliografia a respeito da região, mencionada ao longo da tese.

As fontes, como se percebe, adquiriram uma importância crescente no estudo aqui desenvolvido e determinaram o recorte temporal e espacial, sobretudo, pelos registros de casamentos e inventários *post-mortem*, existentes na Paróquia de Nossa Senhora do Carmo e na Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier e Almeida, em Morrinhos, respectivamente. Os registros de casamentos compreendem o período de 1836 a 1854, e foram consultados primeiramente com o objetivo de traçar a procedência das primeiras famílias colonizadoras, mas acabaram revelando também outros aspectos socioeconômicos e culturais relevantes, até então não abordados pela historiografia da região como, por exemplo, o critério racial como elemento determinante nos matrimônios.

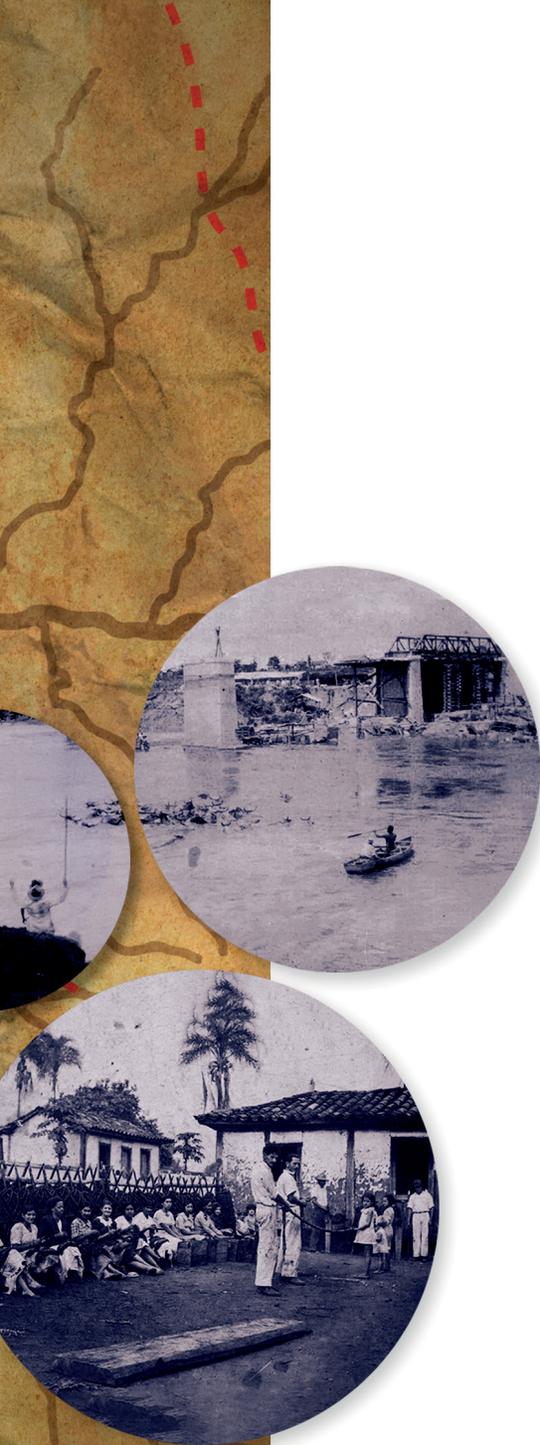
Através do estudo e análise dos inventários traçamos os principais aspectos que caracterizavam a estrutura e composição da riqueza que era assentada na posse da terra, dos escravos e do gado. Esses bens tiveram uma participação muito significativa nos *monte-móres* examinados, especialmente, o gado, mercadoria que,



comercializada gerava capitais aos criadores e negociantes e rendas para os cofres públicos através dos impostos de exportação. O gado lentamente tornou-se o principal elemento gerador de riqueza, capital e moeda, sendo um elemento substancial para a movimentação da produção e da atividade comercial em uma época em que a moeda era muito escassa e concentrada nas mãos de poucas pessoas. Além das diversas informações contidas nos inventários, destacam-se especialmente as notas de cobrança anexadas pelos credores, por meio das quais se pode observar o ritmo e o calibre das transações comerciais na região.

A partir das evidências apresentadas por esta documentação no primeiro capítulo, propõe-se a abordar os mais variados aspectos da economia e da população goiana, destacando os fatores que incentivaram migração para o sul de Goiás a partir das primeiras entradas que estavam relacionadas à exploração aurífera no século XVIII, com ênfase na compreensão dos fatores que foram determinantes para a intensificação dos fluxos migratórios, no século XIX, quando milhares de mineiros e paulistas se deslocaram de suas regiões e se fixaram na região, ocupando e demarcando terras – sobretudo, através da posse – até então pouco exploradas construindo sítios, fazendas e povoados a partir de atividades ligadas à agricultura e pecuária em sua forma extensiva, utilizando-se basicamente de mão-obra familiar e poucos escravos. Tal fluxo, no transcorrer do século XIX, foi intensificado à medida que os meios de comunicação e transportes se desenvolveram integrando de forma mais sistemática Goiás com a região sudeste.

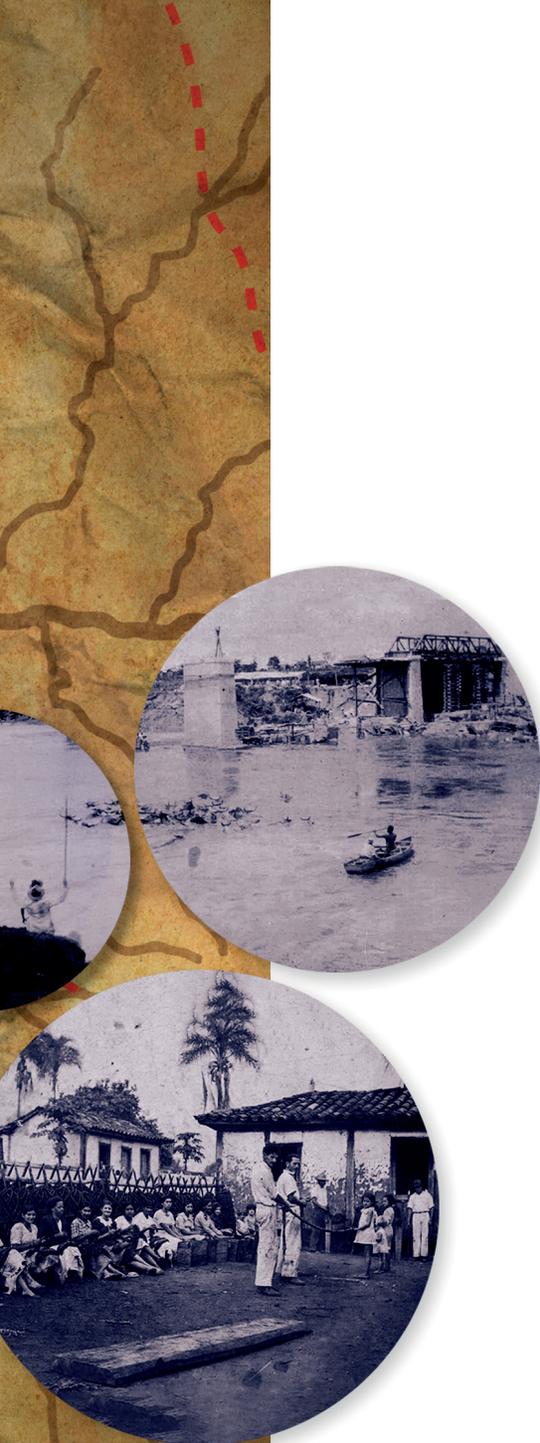
No segundo capítulo abordam-se os problemas enfrentados pela sociedade goiana no século XIX, com ênfase na abordagem no trabalho da terra, a partir do estudo da história da agricultura e pecuária, bem como, de uma análise comparativa e histórica dos preços de mercadorias importadas e exportadas. Destacamos também a análise histórica dos preços dos animais, desenvolvimento da pecuária e sua participação na riqueza, levando em consideração, a relação dos



valores nominais com a conjuntura política e econômica brasileiras, bem como as dificuldades técnicas de cultivo, da criação e produção agromanufatureira. Mesmo com todas as dificuldades a economia goiana conseguiu um relativo crescimento econômico no período e, ao final do século XIX e primeiros anos do século XX, além da pecuária, a agricultura já começava a se despontar como atividade produtiva importante e com crescente participação no erário público.

O terceiro capítulo tem como cerne a análise do problema da escassez de moedas, de crédito e arrecadação dos governos provinciais e estaduais, o que acabava por limitar os investimentos do poder público em infraestrutura, inviabilizando políticas de incentivos ao desenvolvimento da “indústria” agropastoril, uma vez que, a quase totalidade dos impostos arrecadados era procedente da agricultura e pecuária. Desta forma, neste capítulo pretende-se mostrar que os fatores de ordem econômica e política nacional – por exemplo, o desenvolvimento da economia cafeeira e a interiorização da estrada de ferro – acabaram repercutindo positivamente para que ocorresse um relativo crescimento das atividades de crédito em Goiás durante o século XIX, que acabaram sendo determinantes para o desenvolvimento das atividades produtivas e crescimento da arrecadação provincial. Diante da escassez de moeda e de crédito alguns indivíduos, como por exemplo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que possuíam uma estrutura produtiva que transcendiam as fronteiras da Província, conseguiam acumular fortuna, terras, prestígio social e político diante de uma estrutura socioeconômica e cultural tipicamente agrária. Ao final, destaca-se ainda a importância que os carros de bois começaram a ter no final do século XIX e primeiros anos do século XX, como uma alternativa mais viável e barata no transporte de mercadorias para os principais entroncamentos ferroviários localizados no Triângulo Mineiro.

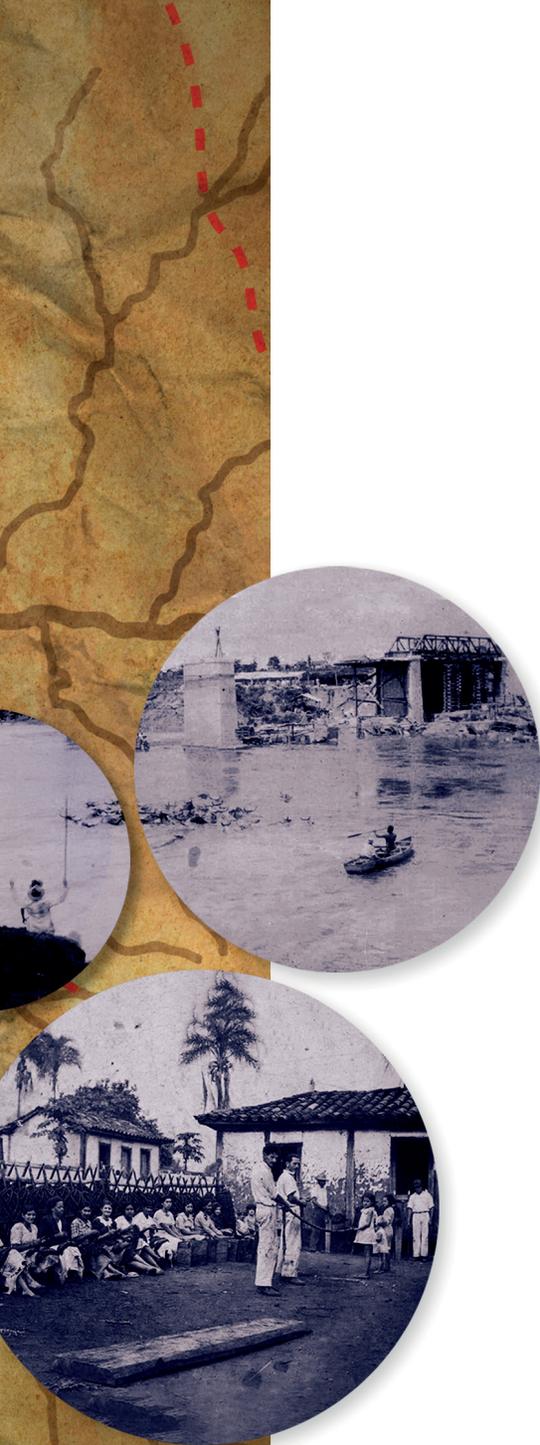
No quarto e último capítulo a finalidade é analisar as fortunas e os bens adquiridos ao longo da vida pelas famílias que chegaram e passaram residir por gerações na atual região sul de Goiás entre



1850 e 1910. A partir de uma classificação das fortunas, de acordo com o valor do *monte-mór* apresentado em cada inventário à época de sua morte, pretende-se compreender a estrutura, composição e hierarquia social existente e predominante no sul de Goiás no período, observando também, os principais bens e sua participação na riqueza. Para a melhor compreensão de como se encontrava distribuída, a dinâmica da produção e também identificar quem estava produzindo para o abastecimento familiar, local ou para um mercado que extrapolava as fronteiras da Província ou Estado, foi considerada a participação dominante de determinados bens nos *monte-móres*, utilizando-se as variáveis mais importantes de riqueza: o escravo, a terra e o gado. Desta forma, foram estabelecidas as seguintes categorias socioeconômicas: proprietários de escravos, proprietários de terras, pequenos proprietários, criadores de gado, lavradores agregados e habitantes da vila.

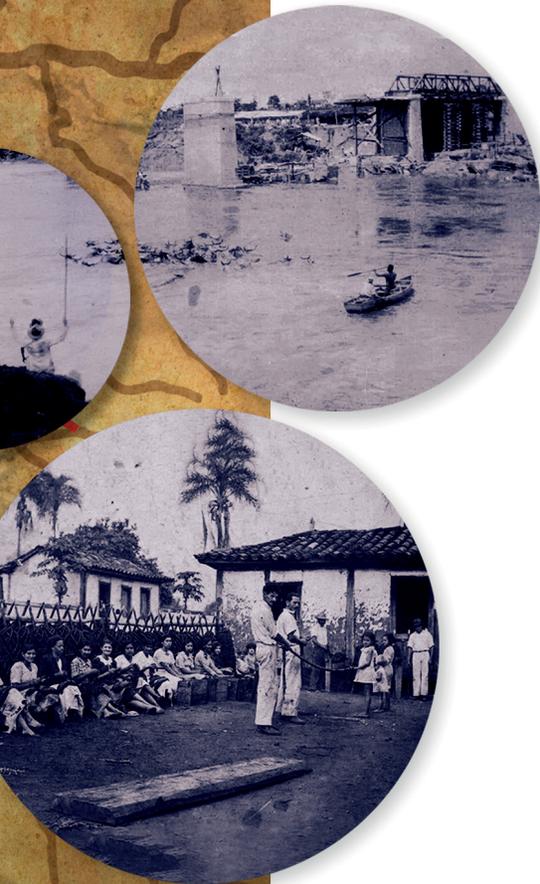
A construção de uma imagem do atraso e da decadência em Goiás no período pós-mineratório é algo recorrente nos estudos a respeito da região. Via-se progresso e desenvolvimento de uma sociedade, analisando as taxas crescentes e decrescentes do quinto e taxas de capitação dos centros auríferos. Da mesma, concluíram pela existência de níveis de riqueza e pobreza a partir do volume crescente e decrescente das reluzentes oitavas de ouro extraídas e enviadas à metrópole. Via-se vida urbana somente a partir das ilhas de povoamento dos centros mineradores, sem levar em consideração que estes se localizavam em meio a imenso oceano de terras repletas de florestas, animais e índios. Por fim, viram o atraso e a decadência a partir dos olhos do presente, apoiando-se em testemunhas oculares, cujos padrões e valores em parte não se enquadravam nos padrões culturais da maioria.

Diante destas questões, a partir do cruzamento das informações presentes na documentação consultada pretendeu-se compreender além da estrutura e processo de formação da riqueza na região, que apresentava como principais elementos constitutivos o



A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910

escravo, a terra – incluindo as benfeitorias – e o gado. Foi possível perceber a partir da estrutura e composição da riqueza, que a conjuntura econômica de Goiás, seguiu seu ritmo e curso de acordo com as condições naturais, sociais e culturais disponíveis. Fazendo uma análise comparativa a partir dos resultados de trabalhos de pesquisa de outras regiões, principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Goiás apesar de possuir uma estrutura econômica predominantemente voltada para abastecimento familiar e local e de todos os percalços que apresentaremos, revelou dinamismo e crescimento.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A ocupação das terras e a população do sul de Goiás.....24

1.1 Impulsos das migrações..... 25

1.2 Organização do território..... 45

1.3 Modos de vida 58

CAPÍTULO 2

A consolidação da economia sul Goiana76

2.1 A pecuária e a agricultura.....77

2.2 Conjunturas
da economia Goiana:
os problemas e o crescimento108

CAPÍTULO 3

Os desafios da economia sul Goiana: o crédito e os meios de transporte..... 138

3.1 A carência de moeda
e os problemas do crédito..... 139

3.2 Os carros de bois
e a estrada de ferro..... 165



CAPÍTULO 4

A riqueza e os proprietários 180

4.1 A estrutura e a composição
da riqueza, 1850-1910 181

4.2 O perfil socioeconômico
dos inventariados e a composição
da riqueza, 1843-1910202

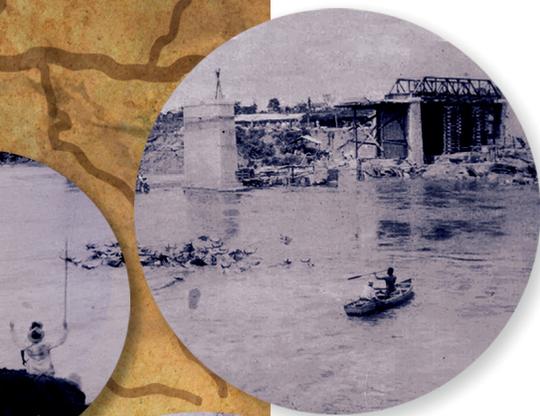
Considerações finais.....227

Referências bibliográficas 231

Fontes documentais.....237

Sobre o autor 239

Índice remissivo..... 240



1

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS
E A POPULAÇÃO DO SUL
DE GOIÁS

1.1 IMPULSOS DAS MIGRAÇÕES

O processo de colonização do Brasil caracterizou-se desde o princípio como litorâneo, sendo que os primeiros núcleos de povoadores portugueses desenvolveram-se centrando suas atividades na extração de produtos da terra com destaque para o pau-brasil e, na organização e estruturação de atividades relacionadas a agromanufatura da cana-de-açúcar. A maioria dos núcleos urbanos, que surgiram durante os séculos XVI e XVII, estava relacionado diretamente às atividades ligadas à lavoura canavieira, à pecuária e às extrativas.² A população movimentava-se na esteira dessas economias e de outras que mais tarde se instalaram no território brasileiro.

Robert Simonsen em *Recursos econômicos e movimentos das populações, São Paulo, 1940*, já entendia que o processo migratório e de ocupação do território brasileiro passou por quatro fases desde o período colonial:

- a. a necessidade de criação de gado para força motora dos engenhos, alimentação dos colonos e transportes acarretou a ocupação dos campos do interior e a penetração de amplos trechos do sertão brasileiro;
- b. as descobertas de ouro, no fim do século XVII, coincidindo com a violenta queda nos preços do açúcar, provocaram intenso movimento migratório dos engenhos para as zonas de mineração;
- c. o advento da cultura do café no Vale do Paraíba, em princípios do século XIX, atraiu para aí novos deslocamentos de populações e tornou possível o aproveitamento de considerável massa de descendentes dos antigos trabalhadores das minas, então em franca decadência;

2

PETRONE, Pasquale. *Povoamento e colonização*. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.) *Brasil: a terra e o homem*. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970.

- d. as migrações de nordestinos, entre os anos de 1869 e 1910, para o Vale do Amazonas, foram a consequência do apogeu da indústria extrativa da borracha, nessa região.³

Paralelamente às principais atividades econômicas – cana-de-açúcar, mineração e café – voltadas a atender às necessidades do mercado internacional, desenvolveram-se as que tiveram por finalidade o abastecimento do mercado interno. Estas, também foram importantes no processo de expansão, ocupação e povoamento das regiões mais afastadas dos principais centros dinâmicos da localizados nas proximidades litoral brasileiro. À medida que a ocupação brasileira se interiorizou, importantes centros econômicos, políticos e culturais regionais constituíram-se nas proximidades do caminho de Goiás no transcorrer do século XIX, tornando-se elos entre o sertão e os principais portos brasileiros.

Desta forma, a agricultura e a pecuária extensiva voltada para o abastecimento familiar, local e regional incentivaram o processo migratório, a ocupação e fixação de colonos nas regiões mais interioranas incorporando novas áreas e ampliando as fronteiras do território brasileiro. Neste contexto histórico, havia três tipos de colonos: por um lado, o criador, proprietário de terras, que ocupava grandes extensões necessárias à alimentação de seu rebanho; por outro, o vaqueiro empregado, que recebia pelos serviços prestados uma quarta parte do gado que conseguia criar.⁴ E por fim, havia um grande número de

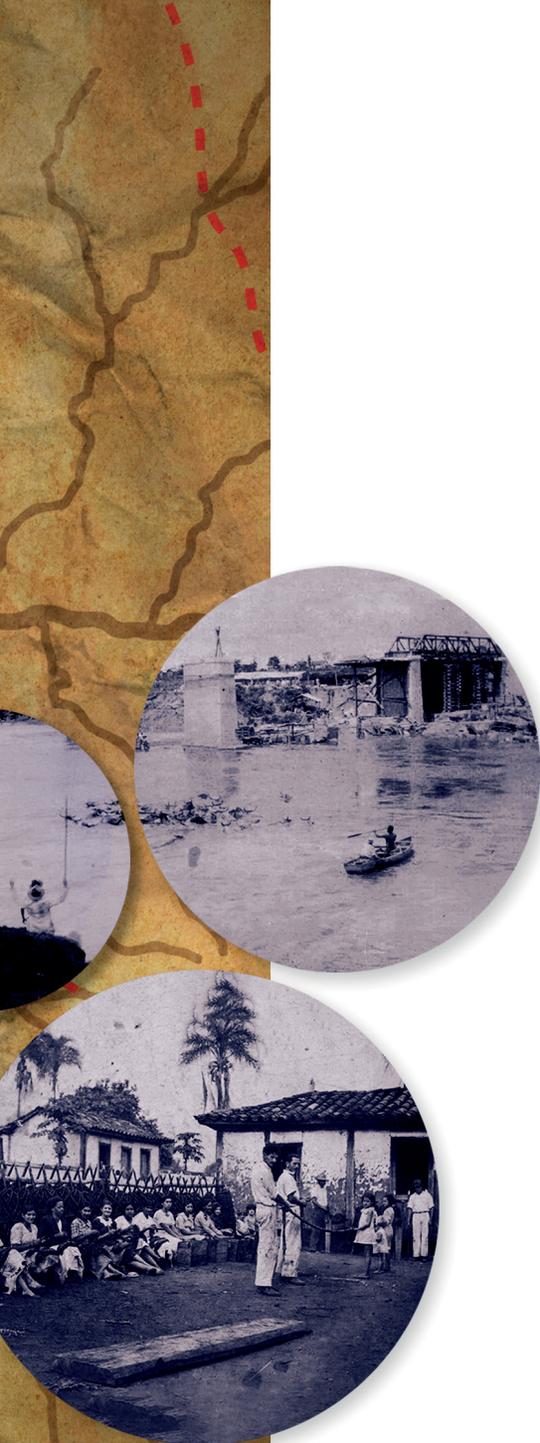
3 SIMONSEN, Robert. Recursos econômicos e movimentos das populações, trabalho apresentado no VIII Congresso Científico em Washington em 10/05/1940, a convite da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística do Rio de Janeiro, em Ensaio Sociais, políticos e econômicos, São Paulo, janeiro de 1943, págs. 120-157. *Apud.* CAMARGO, José Francisco de. *Migrações inter-regionais*. In: AZEVEDO, Aroldo de.(Org.) *Brasil: a terra e o homem*. Vol.II – A vida humana. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970, p.79

4 PETRONE, 1970, p.137.

famílias de roceiros que pela posse pura e simples, com pouca ou nenhuma riqueza se arranchavam em pequenos roçados aqui e acolá, habitualmente, não se estabelecia definitivamente em uma localidade, pois sua agricultura rudimentar exigia uma constante movimentação em busca de novas terras, passíveis de preparo via queimada.⁵

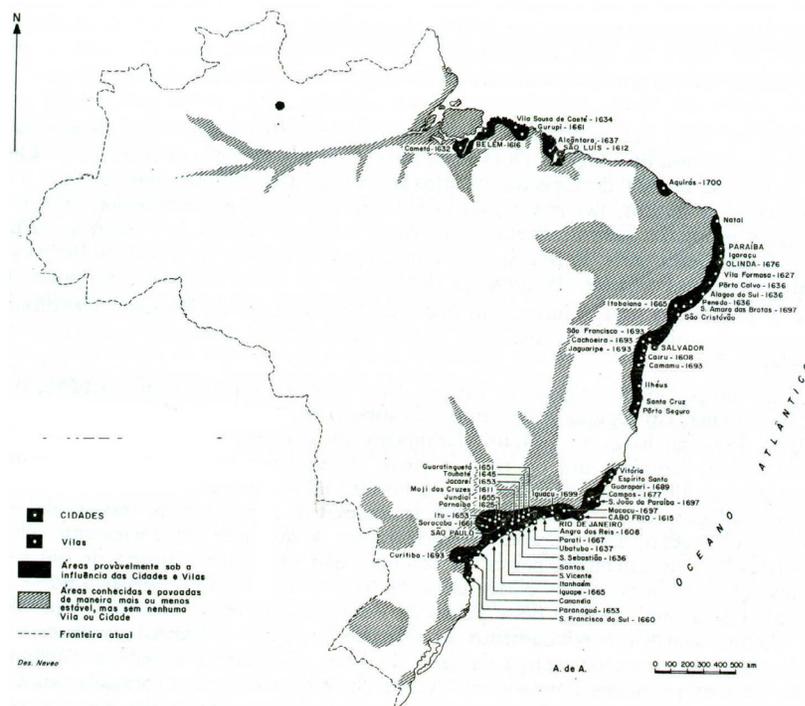
Independentemente se fosse região de economia voltada ao mercado externo ou de abastecimento interno, diante a imensidão do território, a Coroa e, posteriormente, o Estado brasileiro não tiveram condições de fiscalizar e exercer um controle efetivo sobre a apropriação da terra, o que por sua vez facilitou a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas. Nas regiões não ocupadas com a lavoura de exportação, como em Goiás, distantes da administração e controle das autoridades constituídas

havia a maior possibilidade de adquirir terras por meio da posse, independentemente de qualquer formalidade, sendo a legalização das propriedades realizadas posteriormente através das “brechas” na legislação: os cartórios locais aceitavam, por exemplo, os contratos de compra e venda dessas terras que acabavam tornando-se legalizadas.⁶



- 5 BRIOSCHI, Lucila R. *Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX*. CERU: São Paulo, 1991. p. 37-38
- 6 LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças – 1850-1910*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982. p. 28

MAPA 1.1 – A INTERIORIZAÇÃO E A MARCHA DO POVOAMENTO NO SÉCULO XVII



Fonte: PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.) Brasil: a terra e o homem. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970. p.134

Conforme mostra o Mapa 1.1, a interiorização da colonização da região centro-sul teve início com a fundação da cidade de São Paulo, considerada por Petrone como a primeira boca-do-sertão do Brasil e que se tornou um dos principais centros de irradiação e de colonização do Brasil⁷. Os paulistas organizados em bandeiras deram início à ocupação dos atuais estados do sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, primeiramente com as bandeiras de aprisionamento de índios que contribuíram para reconhecer o território que posteriormente foi colonizado de forma efetiva com o desenvolvimento da mineração e

da pecuária. A ocupação de grande parte dos territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso iniciou-se nos fins do século XVII, estabilizando-se somente no século XVIII com a mineração.

A história da ocupação da região sul de Goiás inseriu-se neste contexto histórico que resultou também na ocupação do nordeste Paulista e do Triângulo Mineiro. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás na primeira metade do século XVIII, intensificaram as correntes migratórias em direção ao oeste pouco conhecido e inexplorado. Com a descoberta do ouro, durante a primeira metade do século XVIII, capitania de São Paulo estendeu suas fronteiras abrangendo territórios que hoje correspondem aos Estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para Brioschi

a descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso pelos paulistas, não foi uma obra da casualidade. Durante dois séculos eles penetravam o sertão adentro caçando índios e sonhando com a descoberta de ouro, prata ou pedras preciosas, em uma época que os paulistas tinham apenas duas opções: a entrada pelo sertão ou a lavoura de subsistência. Os primeiros caminhos em direção ao ouro saíam da Vila de Pirapitinga de São Paulo, sendo terrestres para Minas Gerais e Goiás e fluvial para Cuiabá.⁸

Ainda, segundo Brioschi

São Paulo tornou-se deste modo um entroncamento natural de diversas rotas, de transporte ou contrabando de ouro, da comercialização de gêneros de primeira necessidade e do gado muar e cavalar para o abastecimento dos centros mineradores, [...] com o surgimento dos primeiros 'sítios' ou pousos identificados a partir das primeiras concessões de sesmarias no trajeto da estrada do Anhangüera.⁹

8 BRIOSCHI, 1991, p.02

9 BRIOSCHI, 1991, p. 2-6.

Apesar do caminho dos *goyazes*, provavelmente, ter origem bem mais remota, foi somente com a descoberta das jazidas auríferas que passou a adquirir importância, deixando de ser apenas o caminho dos bandeirantes, tornando-se a principal rota de acesso às minas. As margens do caminho, embora já tivessem sido ocupadas em tempos bem mais antigos por algumas famílias pioneiras, as terras passaram, com a descoberta das jazidas auríferas, a ser cobiçadas por novos entrantes que regulamentados do direito de posse com títulos de sesmarias, começaram a organizar os primeiros sítios e fazendas e a produzir para o abastecimento de gêneros para as regiões mineradoras e, sobretudo, construindo pousos para viajantes e tropas que se deslocavam com relativa frequência em direção ao sertão dos *Goyazes*.

A concessão de várias sesmarias, entre os anos de 1722 a 1735, revelava a necessidade que a Coroa portuguesa sentia de regularizar a exploração das minas e as terras que margeavam o caminho de Goiás, com vistas a combater as tentativas de contrabando e implantar um sistema de fiscalização, por meio da instalação dos registros nos rios com seus funcionários reais.

Esses pioneiros do processo de ocupação desenvolviam suas atividades agropastoris à moda dos bandeirantes: plantação de pequenas roças que em princípio deram lugar aos primeiros pousos que em seus primórdios deveriam ser simples ranchos, à margem da estrada. Aos poucos se tornaram grandes fazendas com unidades familiares de produção estruturadas, voltadas para a venda do excedente àqueles que seguiam o caminho.¹⁰ Durante este período,

em todas as sesmarias, o caminho de Goiás, era indispensável local de referência na concessão. Geralmente, as léguas doadas tinham à frente, a estrada e, ao fundo, o Sertão. O caminho de Goiás, via de comunicação e circulação de riquezas, constituiu-se a razão da existência e da sobrevivência dos primeiros assentamentos

populacionais. A partir de 1735 quando as rendas das minas de Goiás começaram a decrescer, reduziu-se o interesse, tanto por parte dos moradores ou da Coroa, pelas terras que margeavam o caminho de Goiás. Desta forma, depois de 1735, cessaram as concessões de novas sesmarias na região, sendo feita uma nova apenas em 1800, o que poderia indicar uma possível decadência do caminho.¹¹

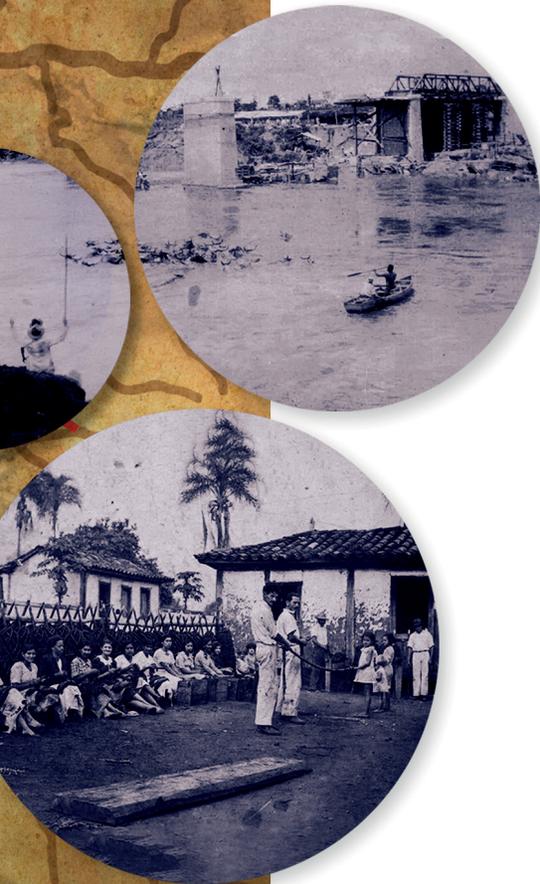
Observando o crescimento do número de registros de batismo no último quartel do século XVIII, Brioschi chegou à conclusão que a população residente no caminho de Goiás começou a crescer paulatinamente com a chegada dos primeiros mineiros atraídos pelo desenvolvimento do oeste paulista, a partir da introdução da agromanufatura da cana-de-açúcar. Inúmeras famílias, oriundas do sul de Minas, ocuparam o sertão do caminho dos Goyazes provocando as primeiras mudanças significativas na economia, com o desenvolvimento da pecuária em larga escala, que se tornou a principal atividade econômica da região com a produção de carne bovina e de queijos. Possuíam também um elevado rebanho de cavalos.¹²

A partir de 1822, quando a posse no interior já era uma realidade irrefutável, D. Pedro I reconheceu este fato quando, num mesmo documento¹³ confirmou uma posse de vinte anos e suspendeu o sistema sesmarial no Brasil. A posse tornou-se "a única forma de aquisição de terras baseada no costume, na tradição, imposta muitas vezes pelos condicionamentos socioeconômicos. As posses tornaram-se finalmente legítima e mais tarde foram demarcadas e legalizadas por

11 Ibidem., p.13-15

12 Segundo dados de Chiachiri a participação dos migrantes mineiros na população total da população do Sertão de Goiás cresceu de 24% em 1804 para 75% em 1824.

13 Resolução de 17 de junho de 1822 – "Houve SMI por bem resolver a consulta que subiu à sua augusta presença com data de 8 de julho do ano próximo passado pela maneira seguinte: Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado, e suspendam-se todas as sesmarias até convocação da Assembleia Geral Constituinte." – GARCIA, Paulo. Terra devolutas. Belo Horizonte: Livaria Oscar Nicolai, 1958. p.23 (*Apud*. LUZ, 1982, p.29)



meio de processos judiciais.”¹⁴ Com o fim do sistema sesmarial, a distribuição de terras no Brasil ficou aberta, passando a haver de forma desgovernada o apossamento de terras. Desta forma, no Sudeste muitos paulistas se lançaram a esta prática conforme descreve Brioschi:

abrindo picadas os entrantes mineiros vieram procurar no sertão bons pastos e novas expectativas de vida, arranchando-se em algum sítio que lhes aparecia aprazível e delimitavam a olho a sua área. No trabalho de demarcação erguiam cruces e cravavam ferros em troncos de árvores. Tiravam rego d’água de algum ribeirão e faziam suas roças, erguiam casas, construíam currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à atividade agropastoris. Desta forma, a posse estava assegurada e, os posseiros institucionalizaram-se como senhores.¹⁵

Porém, antes do fim do sistema sesmarial o Estado português, já admitia não controlar a situação fundiária do Brasil, fazendo reconhecer sua incapacidade de fazer valer qualquer ordem legal, ao institucionalizar a lei da Boa Razão, implantada em 18 de agosto de 1769, que acabou legitimando o apossamento como costume passando a posse a ter aceitação jurídica. Para ser reconhecida como costume legítimo e com força de lei desde que cumprisse os três requisitos básicos: a racionalidade, o cultivo e a antiguidade. Nos registros paroquiais os posseiros procuravam assegurar que se apossaram da terra de forma pacífica e, que as terras se encontravam cultivadas sendo a sua ocupação antiga.¹⁶

Lucila Brioschi levanta questionamentos em relação à migração mineira e não se contenta com a tese de que o único fator que tenha provocado o deslocamento mineiro esteja relacionado apenas à crise da mineração; teria sido, sobretudo, pelo crescimento econômico da capitania de São Paulo, primeiramente,

14 ALENCAR LUZ, 1982, p.29-30

15 BRIOSCHI, 1991, p.44.

16 SILVA, Maria Aparecida Daniel da. *Raízes do Latifúndio em Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

impulsionado pelo fortalecimento da lavoura açucareira no oeste paulista, a partir de meados do século XVIII fez surgir uma sociedade rica, monocultora e escravista, contribuiu para a redução da pequena propriedade rural de subsistência, provocando de um lado, o deslocamento do roceiro e do pequeno proprietário para as zonas de fronteira colonizadora e, por outro, atraindo para essa mesma fronteira: pequenos proprietários capitalistas – criadores de gado e agricultores de milho, feijão, arroz e mandioca – que passaram a abastecer a zona açucareira. Assim, a migração para o caminho de Goiás ocorre tanto no sentido de aproximação dos mercados, como de ocupação de novas terras férteis e devolutas.¹⁷

A partir destas indagações outras hipóteses também podem ser levantadas: será que a falta de uma legislação agrária entre os anos de 1822 a 1850, ano que foi promulgada a Lei das Terras, não acabou incentivando o processo migratório para as regiões com abundantes terras devolutas? Na ausência de uma legislação que regulamentasse a posse da terra, não seria uma oportunidade a quem não tivesse o acesso a terra, de adquiri-la por meio da posse? E quem já tinha posse de terras regulamentadas asseguradas pelo sistema de sesmarias, não teria se estimulado a ampliar suas propriedades por meio da posse? Mesmo com a promulgação da Lei de Terras em 1850, que atendia aos interesses dos fazendeiros de café do Rio de Janeiro e de São Paulo (sendo a sua aplicabilidade praticamente nula¹⁸), sobretudo nas províncias mais afastadas da área de colonização e da cafeicultura, não acabou incentivando o deslocamento migratório para Goiás na segunda metade do século XIX, incentivados pela facilidade e possibilidade de adquirir terras devolutas na região por meio da posse?

17 BRIOSCHI, 1991, p.32-33

18 "A aplicabilidade da Lei foi mais efetiva nas Províncias do Rio Grande de São Pedro, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, áreas de colonização e cafeicultura por excelência." Op. Cit. LOBO, Eulália Maria L., p.124.

A implementação da Lei de Terras de 1850 ficou inviabilizada em províncias onde a realidade socioeconômica centrava-se na pecuária extensiva e na lavoura de subsistência. Em seu estudo a respeito da estrutura fundiária na segunda metade do século XIX, Luz percebeu, ao analisar os registros paroquiais e as escrituras de compra e venda em Goiás, que

os proprietários goianos não tinham interesse em legalizar suas terras na forma prevista da lei, pois além de ser um processo caro – por causa das despesas com medição e demarcação – e difícil devido à falta de recursos humanos e técnicos preferiam manter a situação irregular com vistas a incorporar novas terras sempre que necessário. Sendo mais fácil e viável legalizar suas propriedades por meio de doações à paróquia ou por meio de compras e vendas que eram aceitas pelos cartórios conforme a conviência dos funcionários do judiciário local.¹⁹

Com o advento da República, a Constituição de 1891, em seu artigo 64, transferia para os Estados a responsabilidade sobre as terras devolutas situadas em seus territórios. Estes, por sua vez, acabaram tendo de elaborar sua legislação agrária, baseado em grande parte na Lei de Terras de 1850.: "Goiás publicou a sua Lei de Terras em 19 de junho de 1893, quando era então governador José Ignácio Xavier de Brito, mas, teve curtíssima duração. Em 1897 foi substituída pela Lei n. °134, mais minuciosa e teve uma longa vigência."²⁰

Para Maria Alencar Luz com essa nova legislação o governo do Estado tinha como objetivo principal, o controle da questão fundiária como forma de aumentar as rendas públicas através da venda e exploração das terras e da cobrança de possíveis impostos. A princípio, a legislação agrária goiana surtiu poucos efeitos. Em 1899, o então presidente da província Urbano Coelho de Gouvêa, em mensagem à Câmara dos Deputados lamentava que Lei de Terras

19 ALENCAR LUZ, 1982, p.49-50

20 Ibid., p.51

necessitasse de alguns retoques, sobretudo, no que tange o art. 28, § 1.º, que permitia a legitimação das posses adquiridas por ocupação primária após a publicação do regulamento de 1854, artigo contraditório com o n.º 29, que concedia terras aos posseiros estabelecidos antes de 15 de novembro de 1899, aos preços mínimos da Lei.²¹

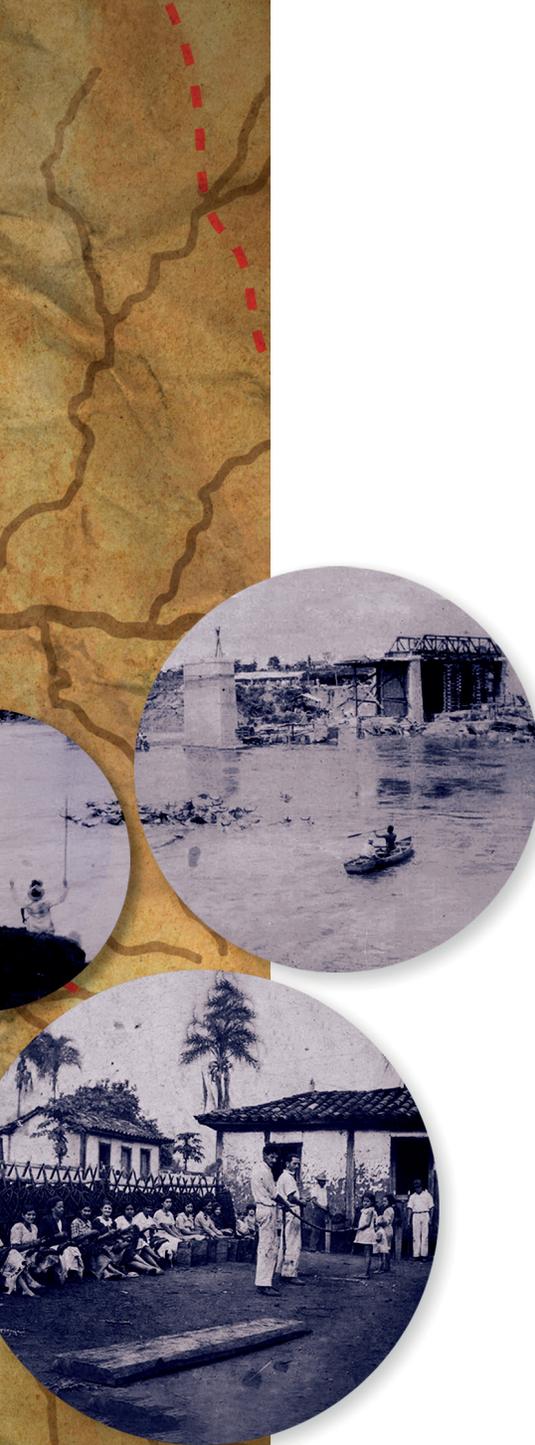
No ano seguinte Urbano Gouveia, lamentava novamente que a venda de terras devolutas havia decrescido, o que não significava que estas não continuassem a ser ocupada por posseiros. Em 1904, no governo do presidente Xavier de Almeida, o seu Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas, afirmava

não haver qualquer pedido de revalidação de sesmarias ou de legitimação de posses. A venda de terras públicas era insignificante e o defeito estava na própria lei, que permitia o abandono da fiscalização, não sendo possível evitar que particulares continuasse invadindo a propriedade do Estado. Entre os anos de 1900 a 1905 havia apenas 28 termos de títulos de venda definitivos, o que revelava a incapacidade do Estado de fiscalizar a aplicação de sua política de terras que permaneceu letra morta.²²

A ocupação do sul de Goiás ocorreu em um contexto marcado pela ausência de uma legislação fundiária, redução da produção aurífera em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso e de crescimento da agropecuária que passou a ser a principal atividade econômica e incentivou deslocamentos migratórios para o norte, nordeste e, principalmente para o sul provocando a ocupação definitiva de todo o território goiano no decorrer do século XIX. Região que compreendia entre os anos de 1840 e 1910, os territórios que atualmente fazem parte as cidades de Morrinhos, Piraicanjuba, Itumbiara, Caldas

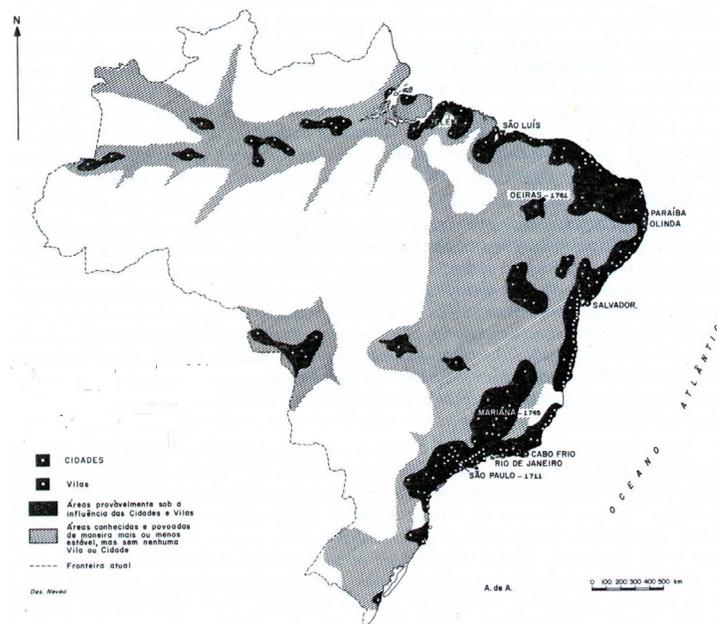
21 Mensagem enviada à Câmara dos Deputados em 13 de maio de 1899, pelo presidente do Estado Urbano Coelho de Gouveia. *Apud.* ALENCAR LUZ, 1982, p.55-56

22 Relatório apresentado pelo Secretário de Instrução, Indústrias, Terras e Obras Públicas, João Alves de Castro, em 30 de abril de 1904 ao presidente do Estado, José Xavier de Almeida. *Apud.* ALENCAR LUZ, 1982 p.56-57



Novas, Marzagão, Rio Quente, Buriti Alegre, Goiatuba, Panamá, Pontalina, Mairipotaba, Cachoeira Dourada, Porteirão, Inaciolândia, Professor Jamil, Água Limpa, Cromínia, Joviânia, Aloândia, Vicentinópolis e Bom Jesus. Esses núcleos se consolidaram como municípios a partir do final do século XIX e no transcorrer do século XX.

MAPA 1.2 - A INTERIORIZAÇÃO E A MARCHA DA OCUPAÇÃO NO SÉCULO XVIII



Fonte: PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In: AZEVEDO, Aroldo de. (Org.) Brasil: a terra e o homem. Vol.II - A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970. p.134

A partir das análises de Lucila Brioschi em relação ao processo de ocupação do caminho de Goiás, pode-se inferir que esta se deu durante os séculos XVIII e XIX a partir de dois momentos: o primeiro com a chegada dos paulistas que vieram para a região explorar as riquezas auríferas e dando início a constituição das primeiras freguesias e vilas que surgiram em torno dos principais centros auríferos. Em um segundo momento, se deu com a chegada dos entrantes paulistas e, sobretudo, dos mineiros que gradativamente foram

ocupando regiões que correspondem ao atual Triângulo Mineiro – que até 1816 era território goiano –, sul e sudoeste de Goiás; tomaram posse de grandes extensões de terras ainda consideradas devolutas e organizaram os primeiros sítios e fazendas que acabaram resultando nas cidades que compreendem a atual região sul. Todas tiveram a sua origem em grande parte, durante o século XIX, devido à expansão de atividades relacionadas à pecuária e agricultura extensiva.

No século XIX houve a intensificação do processo migratório mineiro que atingiu o norte e o oeste paulista acabou rompendo suas fronteiras. Ao mesmo tempo ocorria a migração para o Vale do Paranaíba que se consolidou como núcleo abastecedor do oeste Paulista e das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, estabeleceu medidas que praticamente, determinaram o fim do monopólio colonial, como por exemplo, a abertura dos portos brasileiros que criou novas oportunidades para o desenvolvimento de uma produção de exportação e, por outro lado, ampliaram o mercado consumidor interno e conseqüentemente estimulou a produção para o abastecimento das demandas do mercado interno.

Dessa forma, as marchas da ocupação decorrentes das migrações internas foram intensificadas durante o século XIX estimuladas pelas políticas adotadas a partir de 1808 pela Coroa portuguesa, que visavam estimular a expansão econômica do Brasil. Com a abertura dos portos brasileiros, segundo Bergad,

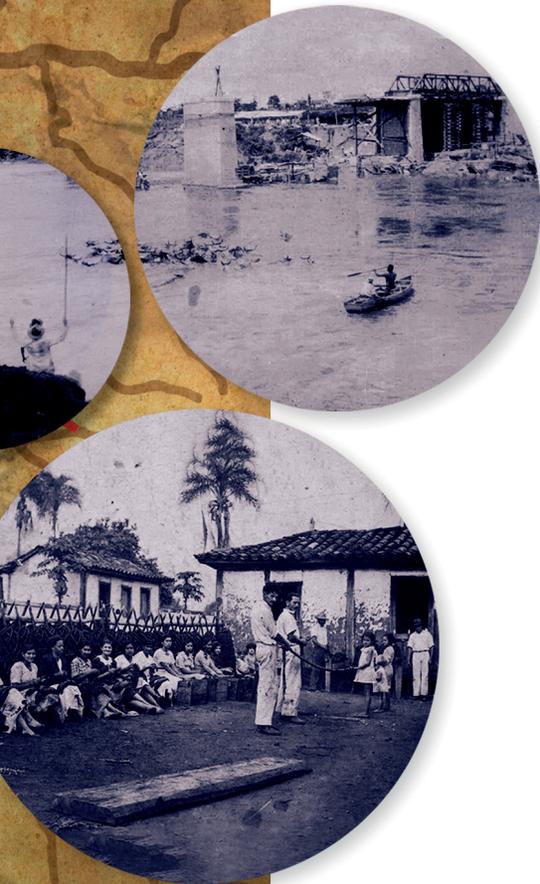
aos navios de todas as nações que não estivessem em guerra com Portugal ou a Inglaterra, foram eliminadas as restrições comerciais e retiradas quase todas as proibições de fabricação impostas no período colonial, o que assinalava uma nova fase de relativa liberdade econômica oficialmente sancionada, contribuíram para o crescimento significativo das exportações brasileiras já no primeiro quartel do século XIX.²³

23

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.77

A população do Rio de Janeiro dobrou entre 1808 e 1822, passando de 50 mil para 100 mil habitantes, o que aumentou as possibilidades de mercado para os agricultores e criadores de Minas Gerais. Eschwege que viajou por Minas em 1814 e percebeu àquela ocasião,

o quanto estava movimentado a estrada do Rio a Barbacena, deparando-se com inúmeros comboios de mulas, que levavam e traziam mercadorias para o Rio de Janeiro. Às margens do rio Paraopeba observou grandes plantações de milho, feijão e algodão cuja produção era exportada para os mercados de Vila Rica e o algodão despachado para o Rio. Na estrada de Tamanduá os criadores de porcos salgavam a carne, que em seguida era embalada em cestas e carregada nos onipresentes comboios de mulas com destino à Corte. O cultivo do algodão era a base de sustentação da economia de Formiga. São João Del Rei, cabeça de Julgado do Rio das Mortes, era um florescente centro comercial que tinha Barbacena, o principal ponto de interseção de diversas trilhas. Tamanduá dedicava-se exclusivamente a atividades pastoris; em Campanha eram criadas grandes quantidades de porcos e cultivava-se o tabaco; em Minas Novas e Pitangui o cultivo do algodão e a produção têxtil sustentavam a vida econômica local. Porém, o viajante não deixou de notar o setor de subsistência rural de Minas. Na estrada para Araxá e Desemboque deparou com uma grande caravana de emigrantes dos distritos mineiros centrais que se dirigia para o oeste em busca de terras; vinham de Congonhas do Campo, de onde haviam sido forçados a sair devido ao solo exaurido e às limitadas oportunidades de aquisição de terras 'virgens' e férteis. Observou a destruição da terra devido ao excesso de cultivo e ausência de fertilização. Na região de Araxá notou o aspecto rudimentar da pecuária que não utilizava nenhuma espécie de cercadura: o gado perambulava em completa liberdade. Os animais eram reunidos quando necessário. A estrada entre São Paulo e Goiás estava em completo abandono; a região de Uberaba, a noroeste era uma fronteira quase 'virgem'.²⁴



As transformações na economia mineira nas primeiras décadas do século XIX, conforme se apresenta no Gráfico 1.1, podem ter sido determinantes para a intensificação do processo migratório mineiro para Goiás, que teve início último quartel do século XVIII e se intensificou durante o século XIX. As transformações econômicas associadas ao crescimento demográfico de Minas e a falta de terras fizeram com que milhares de famílias mineiras se deslocassem de suas regiões em direção a oeste e norte de São Paulo, norte, oeste, norte e noroeste de Minas Gerais, norte do Paraná, região sul de Goiás e Mato Grosso. "As regiões sul e sudoeste de Minas cresciam mais depressa que as outras e a agropecuária dominava as economias locais na vasta comarca do rio das Mortes ao sul."²⁵ Ernani Silva Bruno observou que no último quartel do século XVIII

criadores e rebanhos partindo de São Paulo e Minas penetraram em território goiano pelas rotas dos primitivos mineradores, fazendo do Arraial do Desemboque, perto de Araxá (região que então pertencia a Goiás) um destacado centro de criação de gado. De Minas Gerais e Goiás o processo de ocupação a partir da pecuária alcançou também o Mato Grosso, ocupando os campos da Vacaria, no sul, onde se formaram as primeiras fazendas pastoris que se converteram ao mesmo tempo em importantes focos de distribuição de gado.²⁶

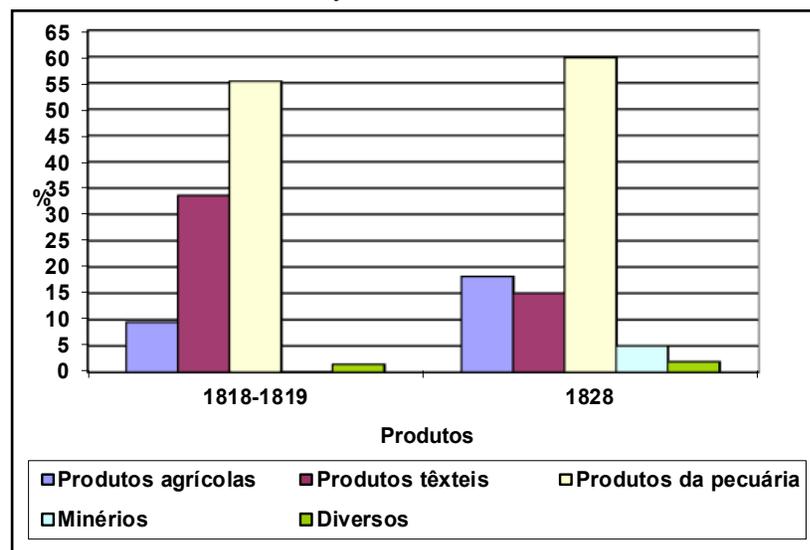
Embora não seja objetivo deste trabalho compreender a dinâmica das migrações internas, ao manusear fontes documentais como inventários *post-mortem*, alguns testamentos e processos crimes da região sul de Goiás, bem como, registros de casamentos encontraram-se referências a respeito da procedência dos primeiros entrantes que haviam se estabelecido na região: eram mineiros oriundos de São Francisco das Chagas, Sacramento, Piuhuim, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dores de Uberaba,

25 Ibid., p.78-79.

26 BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil: Geral e regional Vol. VI - O Grande Oeste.* - São Paulo: Editora Cultrix, 1967. p.56

Varginha, Formiga, Pitangui, Campanha, Tamanduá e Araxá. De acordo com as pesquisas de Laird W. Bergad, estas regiões nas primeiras décadas do século XIX, já possuía uma economia bem diversificada e com atividades ligadas à criação de gado, agricultura, à manufatura têxtil e mineração.

GRÁFICO 1.1 - EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS - 1818/1819 E 1828



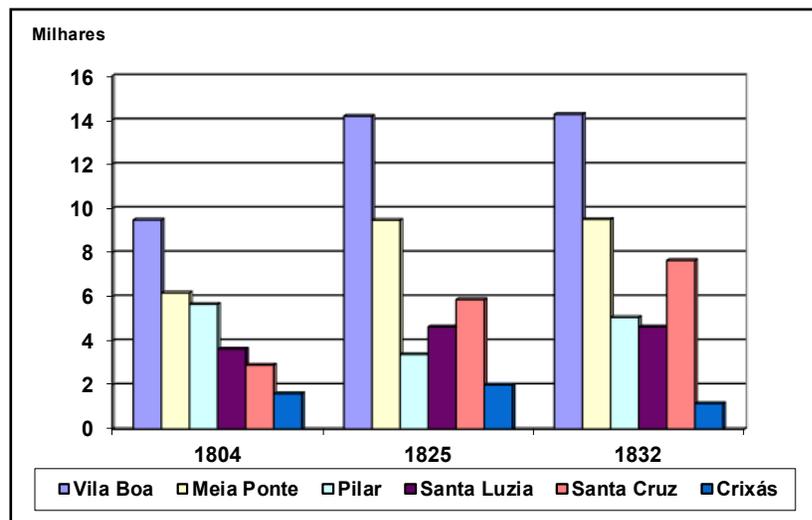
Fonte: BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.83-84

A pecuária conforme o Gráfico 1.1 tinha participação preponderante nos quadros de exportação da Província de Minas Gerais e correspondia a 55% das divisas da em 1818/19 e 60% em 1828, seguidas pelas manufaturas têxteis e produção agrícola. No ano de 1818/19 a Província arrecadou com exportações 1.673.447\$190 contos de réis e em 1828 2.265.570\$650 contos de réis.²⁷

27

Para saber mais detalhadamente a dinâmica econômica, populacional e a escravidão em Minas Gerais ver BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

**GRÁFICO 1.2 - COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO
DOS PRINCIPAIS JULGADOS DO SUL DE GOIÁS**



Fonte: FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Ed. UFG: Goiânia, 1986 p.108,111 e 113.

Neste mesmo contexto histórico conforme os levantamentos estatísticos dos presidentes de Província, entre os anos de 1804 a 1832, conforme se pode observar no Gráfico 1.2, ocorreu um crescimento populacional significativo na então região sul de Goiás. Com exceção de Crixás e Pilar, os demais julgados apresentaram aumento, sobretudo, Vila Boa, Meia Ponte e Santa Cruz. Isto estava relacionado ao fluxo migratório de paulistas e, principalmente, de mineiros que se deslocavam de suas regiões de origem em busca de novas terras que ainda se encontravam devolutas em Goiás. O então Julgado de Santa Cruz que compreendia as terras que correspondem à atual região do sul de Goiás, possuía uma população estimada de 2904 habitantes em 1804. Em 1825, já era a terceira região mais povoada com 5865 habitantes e, em 1832, 7632 habitantes correspondendo a um crescimento demográfico superior a 260%.

Em decorrência do crescimento e dinamização da economia mineira no período, Cruz Machado, então presidente da Província, afirmava em seu relatório de 1855, que depois de 1824, sobretudo, após 1837, a população de Goiás aumentou muito significativamente. Ressaltou o crescimento da população da região sul da Província, em que os pequenos curatos como Bonfim, Jaraguá, Corumbá, Formosa e Catalão e, as então consideradas insignificantes freguesias de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara), Espírito Santo do Vaivém (atual Ipameri) e a nova Vila de Dores do Rio Verde (atual Rio Verde) e, mais os distritos de Pouso Alto (atual Piracanjuba), Caldas Novas, Santo Antônio do Rio Verde e Torres do Rio Bonito e, finalmente, a Campanha de Santo Antônio entre o rio Anicuns e Turvo, já se encontravam povoadas de lavradores e criadores procedentes das províncias de Minas e São Paulo.²⁸

Silva e Souza em sua *Memória Estatística da Província de Goiás*, produzida em princípios do século XIX ao retratar o julgado de Santa Cruz, destacava a presença dos migrantes mineiros, em sua maioria, roceiros e criadores que adentravam com relativa frequência na região, à procura de terras e organizavam seus estabelecimentos na região.²⁹ Ao percorrer a Comarca do sul de Goiás, em 1832, Silva e Sousa notou que as terras goianas ainda eram pouco povoadas, devolutas e improdutivas sendo freqüente moradores residirem a mais de 45 léguas de seu vizinho mais próximo. Poucas eram as sesmarias demarcadas judicialmente³⁰: a maioria possuía apenas o título de posse de suas propriedades. As terras da região seriam propícias ao cultivo e criação

28 Relatório que à Assembléia Legislativa de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1855, o Exm.º Presidente da mesma Província Dr. Antônio Cândido da Cruz Machado. Goiás, Tipografia Provincial, 1855. Memórias Goiana N.º 5.

29 "Fazendas de gado, que existem neste Julgado estão incluídas no numero das Sesmarias, e se augmentão cada vez mais com os Geralistas, que então a procurar estabelecimentos, sendo que cada hum dos roceiros he também hum creador, que tem segundo as suas posses, gados, que apascentão em commum" *Apud.* TELES, Gilberto de Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Ed. Oriente: Goiânia, 1978 p.159-160.

30 Em todo o termo havia apenas 98 sesmarias demarcadas judicialmente. TELES, 1978, p.144

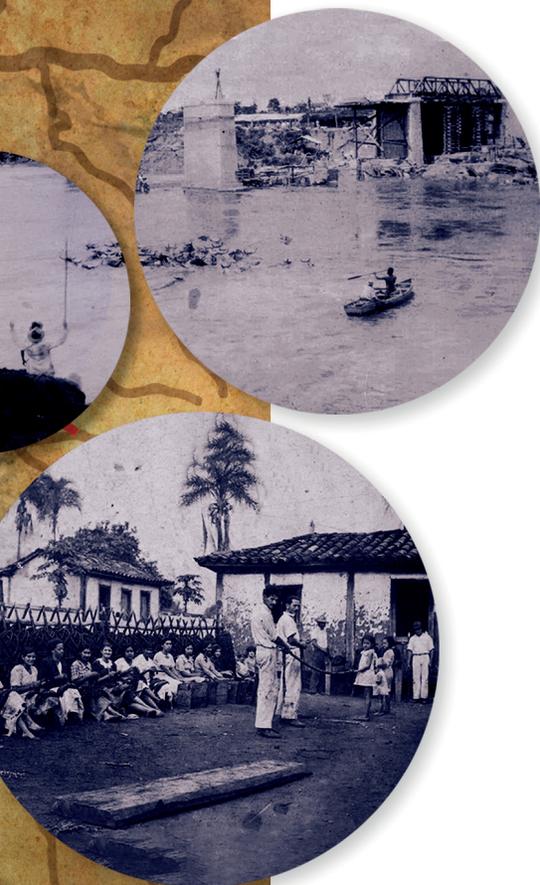
com exceção de alguns lugares áridos e montes pedregosos. Nos distritos de Anicuns, Campinas, Pilões, Curralinho, Canastras e vizinhanças do Lago dos Tigres, existiam grandes matas virgens e propícias ao cultivo de algodão, café, tabaco, canas de açúcar, arroz, milho, feijão, mamona e mandioca; e, às margens dos rios Turvo, Verde, Meiaponte, Claro, Urubu, havia terras muito favoráveis a criação de gado se ali fossem introduzidas, conforme observou o autor da memória estatística. Observou que os moradores costumavam transportar seus gêneros e produtos da lavoura em cavalos; os carros de bois eram ainda pouco utilizados no transporte de mercadorias na região.³¹

O processo de ocupação da então região sul de Goiás se intensificou a partir de 1820. Em seu discurso à Assembléia Provincial em 1837, o presidente da Província Luiz Gonzaga Fleury³², relatava que na região, além do Rio Verde, encontravam-se instalados colonos da família Garcia, oriundos da Província de São Paulo que atraídos pela abundância e fertilidade das terras com boas pastagens para a criação de bois e cavalos, ali se estabeleceram juntamente com outros migrantes de Minas Gerais. Durante a primeira metade do século XIX, os relatos de memorialistas e viajantes como Silva e Souza, Saint-Hilaire, Phol e Cunha Mattos que passaram pelo sul de Goiás destacaram a grande presença de mineiros ou geralistas, como eram denominados os que se instalavam na região e se dedicavam à agricultura e, sobretudo, a pecuária.³³

31 TELES, 1978.

32 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de julho de 1837 pelo presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1875 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1986. (Memórias Goianas III), p.83

33 Luiz Gonzaga de Camargo Fleury reclamava em sua mensagem à Assembléia Provincial da ausência de uma legislação fundiária que regulamentasse a ocupação dos terrenos devolutos o que causava grandes prejuízos à Fazenda Pública, que poderia aumentar seus rendimentos com a concessão de títulos de propriedade. *Apud.* Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de julho de 1837 pelo presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1875 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc.* / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1986. (Memórias Goianas III), p.83



O povoamento e a ocupação do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, que até 1816 também faziam parte do território da Província de Goiás se deram em um mesmo processo histórico. A intensificação da ocupação do Triângulo Mineiro ocorreu por volta do início do século XIX, quando em 1809, o governador da Província de Goiás, Marquês de São João da Palma, mandou organizar algumas bandeiras de exploração e reconhecimento daquele sertão ainda pouco conhecido. O governador nomeou para a empreitada, segundo o memorialista Borges Sampaio, "o Sargento-Mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, regente dos sertões da Farinha Podre, que juntamente com outros geralistas empreendeu três bandeiras àquele sertão."³⁴

Após a terceira incursão pelos sertões da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro) notícias otimistas como a abundância de terras devolutas férteis, propícias à agricultura e criação de gado começaram a atrair outros mineiros para a região, que foram se estabelecendo e requerendo posses. Neste período muitas cartas de sesmarias foram concedidas no território da Farinha Podre pelos Governadores da Província de Goiás, até 1816, época em que a região foi anexada à Província de Minas Gerais. Em 1840 já existiam no sertão da Farinha Podre as paróquias de Uberaba, Carmo de Morrinhos e Dolores do Campo do Formoso; também os curatos de Monte Alegre, Tijuco, Patrocínio, Araxá e Desemboque são anteriores a 1807. Desde então, intensa migração continuou a afluir para a região, formando sítios, fazendas, arraiais, freguesias, vilas e cidades. Uberaba multiplicou suas relações agrícolas e comerciais, sobretudo, a criação de gado e tornou-se a principal rota dos caminhos vicinais que levavam ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.³⁵

No sul de Goiás refletiram-se as transformações da economia mineira. Primeiramente, com uma produção voltada para o mercado interno e, na segunda metade do século XIX, um novo redimensionamento do processo produtivo que ocorreu com a chegada dos trilhos da estrada de ferro e com o café. Em grande parte

34 SAMPAIO, Borges. Uberaba: história, fatos e homens. Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1971. p.123

35 Ibid., p. 128.

do território de Minas Gerais passou-se a cultivar café em largas proporções para o mercado externo, empurrando para as regiões mais interioranas os mineiros que dedicavam a atividades econômicas centradas na agricultura e pecuária extensiva de produção em pequenas proporções, voltadas para o abastecimento familiar e local. A crise da produção aurífera, não provocou a expulsão dos mineradores propriamente ditos para as regiões pouco povoadas e abundantes em terras ainda inexploradas e, distantes dos principais centros econômicos e políticos do país, mas sim, o afastamento dos pequenos produtores, em sua maioria composta de lavradores e criadores que produziam para o abastecimento familiar e mercado local. "A instalação dos grandes proprietários foi quase sempre posterior à chegada das famílias de poucas posses, que na verdade compunham o grosso da frente pioneira³⁶, exploratória daquela região pouco explorada."³⁷

1.2 ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O objeto e contexto espacial desta pesquisa compreendem o atual sul de Goiás que até a década de 1880 pertencia à jurisdição do Julgado – depois comarca – de Santa Cruz. A partir de 1882, quando Morrinhos foi elevada à categoria de cidade, as vilas e freguesias, bem como os distritos da região ficaram sob a sua jurisdição e a cidade se tornou na Primeira República um importante centro econômico, político e comercial de Goiás, servindo de entreposto comercial para o sul e sudoeste do Estado.

36 "A frente pioneira representa a incorporação de novas regiões à economia de mercado; ela se apresenta, também como fronteira econômica, isto é, como limite de avanço da dominação capitalista e sua característica é a instauração de empreendimentos econômicos, como "empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc.; loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio." In: MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 45.

37 BRIOSCHI, 1991 p. 41

MAPA 1.3 – A REGIÃO SUL DE GOIÁS, 1822- 1910



FONTE: Relatório final do zoneamento ecológico e econômico da região de Meia Ponte. Estudos básicos. Vol I. Estado de Goiás Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Habitação. Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental. Metais De Goiás S/A – Metaço: Goiânia, 1999. p.182

(*) Data da fundação do povoado

(**) Data da emancipação do município

O arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos foi fundado em 1835³⁸ a partir da doação de cerca de 600 alqueires de terra ao patrimônio da santa pelo Capitão Gaspar Martins da Veiga. Com a resolução n.º 2, de 15 de dezembro de 1855, o arraial foi elevado à condição de vila, passando denominar-se Vila Bela do Paranaíba, condição que foi revogada em 1859 e foi restabelecida somente em 1871, pela Lei n.º 63, de 19 de novembro de 1859. Passou, então a se chamar Vila Bela de

38

Embora as informações que são veiculadas afirmam que o ano de fundação do povoado seja 1845, as evidências apontam que esta data seja mais remota, pois, no ano de 1836 já havia registros de casamentos na Capela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos.

Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos. Por fim, em 1882, foi elevada à categoria de cidade mantendo apenas a denominação de Morrinhos.

Piracanjuba tem sua origem vinculada à pessoa do Padre Marinho, à época residia em Campinas, que atualmente é um bairro de Goiânia. Interessado em estabelecer relações comerciais de Goiás com Minas Gerais e São Paulo, abriu uma estrada que partia de Campinas em direção à freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos e de lá seguia em direção à margem direita do rio Paranaíba. O traçado passava por uma elevação na cabeceira de um córrego cujo local acabou se tornando um pouso para de viajantes, tropeiros, carreiros, caixeiros, que se dirigiam à capital de Vila Boa. No ano de 1833, Francisco José Pinheiro, um português, natural da cidade do Porto, que havia adquirido terras na região, por meio de sesmarias, solicitou às autoridades provinciais, licença para a construção de uma capela em uma gleba de terras que doou em louvor a Nossa Senhora da Abadia. Em torno das terras do patrimônio formou-se um expressivo povoado que foi elevado à categoria de município, pela Lei Provincial n.º 06 de 22 de novembro de 1855. Em 1869, foi elevada à categoria de Vila, pela lei resolução Provincial n.º 428 de 2 de agosto com a denominação de Nossa Senhora d'Abadia do Pouso Alto. Em 1874 foi elevada à categoria de cidade pela lei n.º 786, de 18 de novembro de 1886, com a denominação de Piracanjuba.³⁹

Itumbiara surgiu a partir da iniciativa do General Cunha Matos, presidente da Província de 1823 a 1824, que mandou construir uma estrada ligando Anhanguera a Uberaba em 1824. No ponto de passagem do rio Paranaíba, foi construído um porto, por se tratar de uma região inexplorada com terrenos férteis e abundantes, propícios ao desenvolvimento de atividades agropastoris. Constituiu-se um povoado com a denominação de Santa Rita do Paranaíba. Durante o século XIX o povoado ficou conhecido como Porto de

39

Instituto Brasileiro Geográfico. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Goiás. Vol. XXVI. Rio de Janeiro, 1958. p.344-345

Santa Rita que foi elevada à categoria de vila através da Lei Estadual n.º349 de 16 de julho de 1909, desmembrando-se do município de Morrinhos. Passou a se chamar Itumbiara somente a partir de 1943.⁴⁰

Caldas Novas tem a sua história relacionada com as primeiras incursões dos bandeirantes que adentraram o território goiano a partir do século XVI. Pires de Almeida menciona em seus livros *Lambari e Cambuquira*, datados de 1545, nos quais fazia apologia das águas de Caldas Novas como águas medicinais. Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, quando andava pelos sertões goianos deparou-se com o ribeirão das Águas Quentes (atualmente Pousada do Rio Quente). Em 1777, Martinho Coelho de Siqueira requereu uma sesmaria nas proximidades das fontes termais onde estruturou uma fazenda que ficou conhecida como Fazenda Caldas, na qual além da agricultura e pecuária extensiva dedicava-se também à extração de ouro no Córrego das Lavras, nas margens do Rio Corumbá, cercanias da Serra de Caldas. O povoado foi se constituindo as margens do Córrego das Lavras, à medida que chegavam mais garimpeiros e enfermos que se dirigiam a Caldas em busca de fortuna e curas de suas enfermidades. Com o afluxo contínuo de enfermos, Martinho Coelho e seu filho Antônio Coelho construíram compridas casas para o alojamento dos doentes. O povoado de Caldas Novas somente veio a se consolidar de fato, em 1850, quando Luiz Gonzaga de Menezes e Domingos José Ribeiro, que eram os então proprietários da Fazenda doaram os terrenos onde se achavam as fontes termais, para a constituição do patrimônio para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Desterro. Em torno da Igreja aglomeraram-se os moradores do povoado do Quilombo e do antigo arraial de Caldas Novas, elevado à condição de freguesia em 1853, sendo o primeiro vigário o cônego José Olinto da Silva. Pertenceu ao julgado de Santa Cruz até 1880, quando anexada ao município de Vila Bela de Morrinhos. Através da Lei Estadual n.º 393 de 05 de julho de 1911, Caldas Novas foi elevada à condição de vila, tornando-se cidade em 21 de junho de 1923.⁴¹

40 Ibid. p.246

41 Ibid. 100-101

Buriti Alegre localiza-se no sul de Goiás, divisa natural de Goiás com Minas Gerais e entre as cidades de Morrinhos, Goiatuba, Marzagão, Itumbiara e Tupaciguara (Minas Gerais). A fundação do povoado que viria a ser Buriti Alegre teve início por volta de 1910, quando à época foi construída uma capela rústica em consagração à Nossa Senhora d'Abadia na Fazenda Buriti. Anualmente faziam-se festas de louvor à santa, devido à fertilidade das terras. Em torno das terras do patrimônio – cerca de 70 alqueires – que foram doadas por D. Ana Rita do Espírito Santo foram sendo construídas inúmeras palhoças que acabaram dando origem ao povoado, que foi elevado à categoria de distrito pela Lei municipal n.º 72 em 30 de junho de 1914. Pela Lei Estadual n.º 654 de 24 de junho de 1920, foi elevado à categoria de Vila e, em cidade em 30 de maio de 1927.⁴²

Os arraiais que se tornaram vilas e posteriormente cidades em Goiás, durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, originaram-se em sua grande maioria de patrimônios religiosos, em que um ou mais proprietários de terras, doavam terras ao santo de sua devoção, por meio de documento público onde o beneficiário era a autoridade eclesiástica.

O doador fixava desta forma, as bases estruturais do futuro aglomerado procurando atrair moradores para o local. Os que estabelecem no chão doado ao santo padroeiro pagavam foros à diocese e, os que fixavam nas redondezas tornavam-se arrendatários ou proprietários de lotes de terras ocupados.⁴³

Essa prática de doar uma pequena parcela de terra à uma paróquia ou a uma comarca das vizinhanças, era também uma das formas dos grandes proprietários legitimarem suas posses e valorizarem suas propriedades, “de modo a envolver as autoridades locais e a garantir seu apoio, em caso de litígio.”⁴⁴

42 Ibid. p.86-87

43 AZEVEDO, Aroldo de. *Habitat*. In: AZEVEDO, Aroldo de. (org.) *Brasil: a terra e o homem*. Vol. II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970. p.245.

44 SILVA, 2004 p.42

MAPA 1.4 – A ESTRADA DO SUL OU DE SÃO PAULO, CONFORME
INTINERÁRIO DE J.A. LEITE DE MORAIS – 1881.



Fonte: In: LEITE MORAES, J.A. *Apontamentos de viagem. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p.33*

No período em que Leite de Moraes governou Goiás (1881-1882) já se percebia um fluxo migratório intenso para as regiões sul e sudoeste de Goiás na primeira metade do século XIX, intensificaram o fluxo de viajantes, migrantes e o transporte de mercadorias pela estrada do sul que se tornou a principal via de acesso a Goiás até a chegada dos trilhos da estrada de ferro em Catalão – sudoeste do Estado – em 1909. A duração destas viagens no último quartel do

século XIX pode ser avaliada pelo trajeto percorrido por J. A. Leite de Moraes quando foi nomeado presidente da província de Goiás. Com a missão de executar a reforma eleitoral, efetuada pela lei nº 3029, de 9 de janeiro de 1880, partiu em 27 de dezembro daquele ano, de São Paulo, percorreu o itinerário do traçado da estrada do sul, fazendo o trajeto pelos trilhos da estrada de ferro Alta Mogiana até Casa Branca, percorrendo o restante do caminho em mula, passando por Cajuru, Mato Grosso, Franca, Santa Rita do Paraíso (Província de São Paulo), Uberaba, Monte Alegre (Província de Minas), Vila Bela de Morrinhos, Alemão, Anicuns (Província de Goiás). Chegou à capital em 31 de janeiro de 1881.⁴⁵

Já na década de 1850, diante do apelo da população local e dos comerciantes de Uberaba, foram implementadas obras – como construção de pontes, uma balsa no Porto de Santa Rita do Paranaíba, construção e melhorias no traçado da estrada – na estrada do sul o que possibilitou, trafegar como maior segurança e comodidade por um caminho que representava a economia de 60 léguas na viagem a São Paulo e Rio de Janeiro. O crescimento do fluxo migratório para a região sul de Goiás contribuiu para o aumento demográfico da região fosse mais significativo do que nas demais regiões da Província/Estado entre os anos de 1870 e 1910, o que pode ter provocado em um relativo crescimento da economia na região no período.⁴⁶

Enquanto que na então região norte de Goiás os presidentes da Província procuraram viabilizar e incentivar a exploração das vias fluviais do Rio Araguaia e Tocantins, sobretudo, a partir do governo

45 Mato Grosso é hoje Altinópolis; Santa Rita do Paraíso, Igarapava; Monte Alegre, Monte Alegre de Minas; Vila Bela de Morrinhos, Morrinhos; Alemão, Palmeiras de Goiás. As outras cidades conservaram os seus nomes.

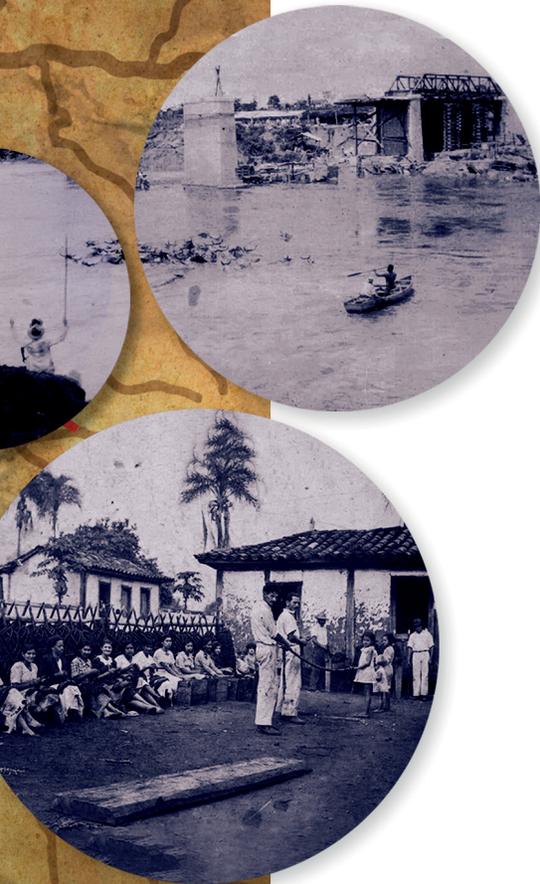
46 A estrada do sul passou a ser a principal via de acesso de Goiás ao Triângulo, Uberabinha (Uberlândia), Uberaba e com o Província de São Paulo e Rio de Janeiro. Uberaba, no Triângulo Mineiro, se tornou no último quartel do século XIX a principal ponte intermediária não só das relações comerciais, mas, também, de passagem de novos fluxos migratórios que estavam à procura de abundantes campos, ainda devolutos, propícios para criação de gado no sul e sudoeste goiano.

de Couto Magalhães⁴⁷(1863) para intensificar as relações comerciais desta região, com Belém do Pará com a introdução na década de 1870 da navegação a vapor, na região sul, os presidentes passaram a dar uma atenção maior à melhoria e manutenção das estradas terrestres que se dirigiam a Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para a estrada do sul ou de São Paulo, cuja proposta de melhoramentos, no deslocamento e prolongamento da estrada teve início em meados da década de 1850. Entretanto, a conclusão destes trabalhos deu-se somente em 1870.

Segundo Borges Sampaio a estrada do sul ou de São Paulo, foi um empreendimento idealizado pelo Padre Hermógenes nos primeiros anos do século XIX, quando então solicitou do governo da Capitania de Goiás e concessão de favores para abrir estrada mais curta e segura entre Uberaba e aquela capital. Tal estrada, porém, somente foi aberta pelo major Eustáquio, auxiliado por Pedro Gonçalves, mediante o auxílio de mil cruzados pagos pelo governo metropolitano. Essa estrada abriu em direção a Morrinhos; mas os viajantes preferiram continuar a tomar a direita, ainda que mais longe, onde achavam povoados para socorrê-los, quando à esquerda da estrada era deserta. Em 1889, esta passou a ser preferida é preferida esta, por nela haver facilidades de auxílio e por ser mais curta e transitável; foi também por ela que a expedição do coronel Cunha Matos foi colocando os postes que levaram os fios telegráficos a Goiás.⁴⁸

47 "Em 1863, foi iniciada efetivamente, por Couto de Magalhães, a navegação a vapor do rio Araguaia. Esta linha foi oficialmente inaugurada no ano de 1868. Daí até 1870, o progresso foi acentuado, e com excelentes consequências para a melhoria econômica da província. Nesse último ano, foi transportado via Araguaia um total de quase duzentas e sessenta toneladas de produtos manufaturados de consumo e outros, a um custo de 500 réis a menos em quilo conduzido que o preço do transporte por caminhos terrestres. Pela via fluvial conseguia a compra de produtos por preços mais baixos que os adquiridos na Capital Vila Boa e com uma economia nos custos de transportes em aproximadamente 50%." Op. Cit. MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai - 1864/1870*. Coleção Teses Universitárias, Ed. UFG: Goiânia, 1983. p.52-53

48 SAMPAIO, 1971, p.184



Em decorrência das melhorias nas vias de comunicação terrestre, em 1872, a câmara da cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, em 19 de agosto de 1871, enviou um ofício de uma representação do corpo do comércio daquela cidade ao então presidente da Província Antero Cícero de Assis, no qual pedia autorização para a abertura de uma estrada desde a freguesia de Abadia naquela província até à Vila Bela de Morrinhos, e de um porto no rio Paranaíba que desembocaria na estrada da Abadia, sem prejuízos aos cofres da província e sem nenhum ônus à mesma.⁴⁹

Entretanto, a conclusão destes trabalhos deu-se somente em 1870. Pelo novo traçado, a estrada saía da Capital Goiás, passando pelos distritos do Alemão (atual Palmeiras) e Anicuns, Vila Bela de Morrinhos, Porto de Santa Rita do Paranaíba até à estrada que seguia para a cidade de Uberaba no Triângulo Mineiro e, de lá para o Estado de São Paulo, cruzando as cidades paulistas de Igarapava, Franca, Altinópolis, Cajuru até a estação ferroviária de Casa Branca.

A estrada do sul tornou-se a principal via de acesso e comunicação com a região sudeste, representando uma redução de cerca de 60 léguas de percurso e, conseqüentemente o tempo das viagens. Desta forma, as relações comerciais de Goiás com a região o Sudeste ficaram mais estreitas e as cidades de São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia), Uberaba e Araguari tornaram-se os principais mercados para onde se escoavam a parca produção agromanufatureira e os rebanhos bovinos da então região sul de Goiás.

49

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1872 pelo presidente da Província Antero Cícero Assis. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1875 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XI), p.120

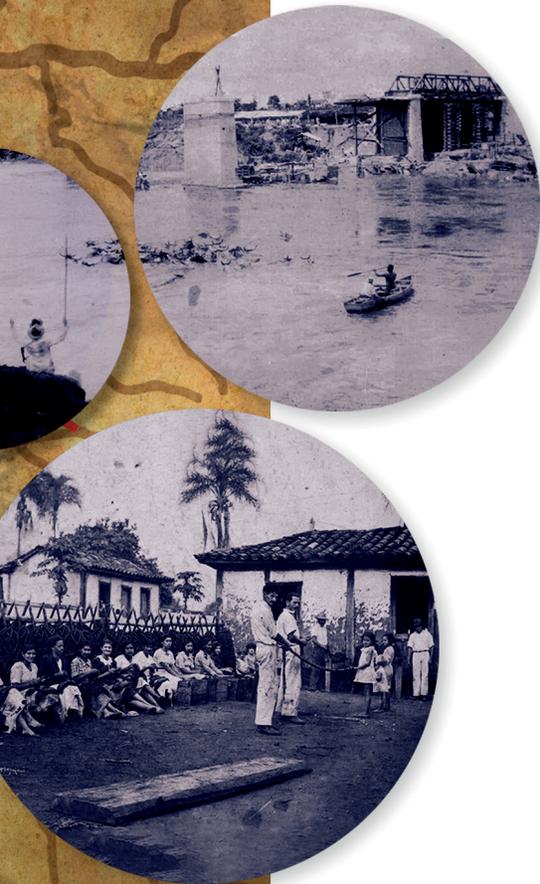


TABELA 1.1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS - 1872-1900

UNIDADE	1872	1890	INCREMENTO %	1900	INCREMENTO %
Goiás	160.395	227.572	41,8	255.284	12,4
Sul de Goiás	87.588	129.708	48,0	146.570*	13,0
Centro-Norte	72.807	97.864	34,4	108.714**	11,0

Fonte: dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1900. (FRANÇA, 1975. Op. Cit. p.89.)

* Estimativa

** Estimativa

De acordo com os estudos realizados por Maria de Sousa França, 54% da população da Província de Goiás na década de 1870, já se concentrava na região sul de Goiás; em 1890, esta cifra elevou-se 56,2%. No segundo período de 1890, estimava-se que a população havia crescido aproximadamente 13%. Entre os anos de 1870 e 1900 ocorreu significativo aumento populacional na região sul, marcado pela intensificação da migração, procedente de São Paulo, sobretudo, de Minas Gerais. O crescimento da população foi expressivo nos municípios de Morrinhos (207,3%), Pouso Alto (atual Piracanjuba) (201,6%), Currálinho (atual Itaberaí) (85,1%), Rio Verde com (72,4%), Entre Rios (atual Ipameri) (66,2%), Jataí (62,5%) e Jaraguá (53,3%)⁵⁰ conforme apresenta-se na Tabela 1.2.

**TABELA 1.2 - O CRESCIMENTO E A DENSIDADE DA
POPULAÇÃO DO SUL DE GOIÁS - 1870/1890**

MUNICÍPIOS	POP./1872	DENS. DEMOGRÁFICA	POP./1890	DENS. DEMOGRÁFICA
Bomfim	10.086	1,15	12.053	1,38
Catalão	10.502	1,37	11.243	1,47

50

FRANÇA, Maria de Sousa. *Povoamento no Sul de Goiás: estudo da dinâmica da ocupação espacial*. Dissertação de Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Universidade de São Paulo: Goiânia, UFG, 1975. p.89

Entre-Rios	4.808	0,65	7.984	1,37
Goiás (Capital)	19.159	0,36	17.181	0,44
Jaraguá	4.638	0,57	7.129	0,86
Piracanjuba ¹	1.510	0,30	4.552	0,91
Pirenópolis ²	14.203	1,09	11.499	1,37
Santa Cruz	6.152	0,91	7.231	1,69
Morrinhos ³	4.505	0,26	13.866	0,71
Santa Luzia	6.503	0,40	7.605	0,46
Rio Bonito	1.397	0,07	1.572	0,08
Rio Verde	4.125	0,06	5.321	0,26
Jataí	-	-	2.946	0,07
Curralinho ⁴	-	-	10.530	0,74
Corumbá	-	-	8.996	1,98

Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1900. (FRANÇA, 1975. Op. Cit. p.90)

Dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Fundação IBGE, 1958, utilizados para a reconstituição das áreas municipais.

1. Denominação nova do município de Pouso Alto.
2. Denominação que substitui a de Meia Ponte, antigo nome do município.
3. Simplificação do antigo nome Vila Bela de Morrinhos.
4. Curralinho corresponde hoje a Itaberaí.

Conforme os dados da Tabela 1.2, observa-se que dentre os municípios, que alcançaram maiores índices de crescimento demográfico no período foram Morrinhos e Piracanjuba situados no extremo sul de Goiás. As terras do município de Morrinhos compreendiam grande parte do vale do rio Paranaíba estendendo até às margens do Rio Paranaíba, na fronteira com o Triângulo Mineiro, superfície que sofreu um acréscimo de 2.400km² com a incorporação do território da Freguesia de Caldas Novas, em 1880.

A freguesia pertencia ao município de Santa Cruz, e segundo o censo de 1890 contava 2.114 habitantes.⁵¹

Em 23 de abril de 1889 era inaugurada a estrada de ferro Mogiana em Uberaba, que representou uma grande economia no tempo das viagens. Uma viagem de Uberaba ao Rio de Janeiro, poderia ser feita em três dias e à capital da província de Minas Gerais em apenas quatro dias. Com o telégrafo, tornou-se saber as notícias em questão de horas. O fluxo migratório acentuou-se no último quartel do século XIX, quando as economias mineira e paulista passaram por grandes transformações em decorrência da interiorização da estrada de ferro, que trazia consigo a expansão da lavoura do café a regiões mais distantes do litoral, bem como, o crescimento de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno, sobretudo produtos da lavoura e da pecuária. Estendeu-se, então, a fronteira de ocupação e povoamento para as terras que ainda se encontravam devolutas no sul, sudoeste e sudeste e Mato Grosso goiano.

A melhoria das vias de comunicação para o interior a partir da década de 1870 estava relacionada diretamente com a expansão da economia cafeeira que, naquele período, já correspondia a mais de 60% das exportações brasileiras. Estimulado pelo aumento do mercado consumidor internacional e a conseqüente elevação dos preços, o governo brasileiro procurou implementar as vias de comunicação e transportes com a expansão das linhas de telégrafo e de estradas de ferro. A construção das estradas de ferro Paulista, Sorocabana, Ituana, Mogiana e Rio Clarence transformaram em recursos efetivamente utilizáveis uma quantidade enorme de terras férteis apropriadas para a plantação de café e acentuou também a corrente imigratória para o interior do Brasil.⁵² Desta forma, a criação de uma infraestrutura que viesse atender ao setor cafeeiro também

51 Diretoria do Serviço de Estatística. Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil: Rio de Janeiro, 1913. p.65. *Apud*. FRANÇA, 1975 p.89.

52 Ver DELFIM NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Ministério da Agricultura/ Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1979.

contribuiu para facilitar o desenvolvimento comercial e econômico de outras regiões da Província de Minas Gerais como o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás.

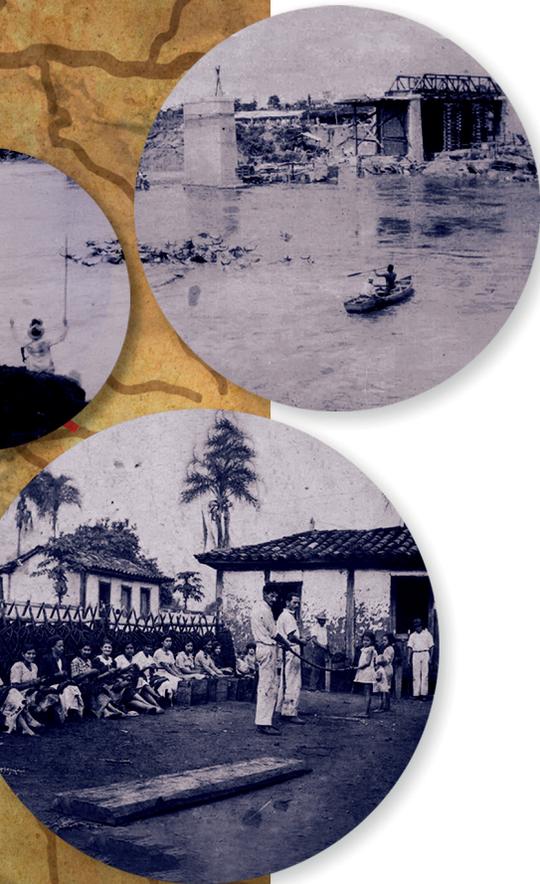
Na década de 1890 migrantes continuavam a afluir para além das fronteiras de Uberaba, formando sítios, fazendas, arraiais, freguesias, vilas e cidades. Os habitantes de Uberaba multiplicaram suas relações comerciais e sua produção agrícola e, sobretudo, a criação de gado.⁵³ Desde então, os contatos comerciais tornaram-se mais intensos entre o sul de Goiás com Minas e São Paulo, através de Uberaba no Triângulo Mineiro, que era o centro urbano que exercia maior influência sobre a região, sendo a ponte intermediária não apenas de relações comerciais, mas também, local de passagem obrigatória de entrantes que buscavam os campos propícios para criação no sul e sudoeste goiano.

Devido a sua posição privilegiada Morrinhos⁵⁴ se tornou um importante centro comercial regional, ligando todo o sul de Goiás, com o Triângulo Mineiro e à capital do Império. Pela estrada do sul passavam as boiadas procedentes do centro-oeste em direção aos mercados consumidores do Sudeste e, por ali chegavam os principais produtos importados por Goiás do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.⁵⁵

53 Discurso proferido por Borges Sampaio no jantar oferecido pelo comércio à Diretoria da Companhia Mojiana, quando em Uberaba se inaugurou a estrada de ferro em 23 de abril de 1889. *In: Revista de Uberaba*, n.º08. Uberaba, Tipografia da Livraria do Século XX, outubro de 1904, p.186-189. *In: SAMPAIO, Borges. Uberaba: história, fatos e homens. Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1971. p.185*

54 Morrinhos beneficiava-se das duas estradas que ligavam Goiás à região Sudeste: a estrada do Sul, de Anicuns seguia pela Vila do Alemão e daí à Vila Bela. Uma interligação entre a estrada do sul e a estrada do Sudeste partia de Bonfim e chegava também a esta vila. ALENCAR LUZ, Maria Amélia Garcia de. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças - 1850-1910*. - Goiânia: Editora UCG, 1993. p. 57

55 ALENCAR LUZ, 1975.



1.3 MODOS DE VIDA

O adensamento da ocupação de região sul de Goiás caracterizou-se pela chegada de famílias compostas em sua grande maioria de lavradores que impossibilitados do acesso a terra em suas regiões de origem e, por praticarem uma agricultura extensiva à base da derubada, do fogo e enxada. Estavam em constante movimento à procura de novas terras para o sustento. Com a ausência de uma legislação agrária a partir de 1822 até a publicação da Lei de Terras de 1850

o trabalhador rural e o pequeno proprietário tiveram oportunidade de fixar-se num pedaço de solo. Formaram-se fazendas enormes, abarcando grandes quantidades de terras, desrespeitando o princípio básico da ocupação que era o do aproveitamento do solo.⁵⁶

Infelizmente a historiografia brasileira e goiana pouco se referiu aos fluxos migratórios internos para que se possa compreender a dinâmica da ocupação e do processo colonizador de Goiás que sempre teve a sua história relacionada com o desenvolvimento de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Praticamente ainda não existem estudos detalhados para o período, acerca dos motivos e da quantidade de pessoas que se deslocaram de São Paulo e Minas Gerais em direção ao centro-oeste do Brasil.⁵⁷ Sabe-se, entretanto, por meio da documentação examinada, que houve um movimento populacional expressivo para o sul de Goiás, ao longo do século XIX. Trata-se de um contexto histórico de ocupação e povoamento marcado pela expansão agropecuária a partir dos fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX, em que houve uma dinamização econômica do atual sudeste e impulsionou a marcha da colonização e povoamento em direção a oeste.

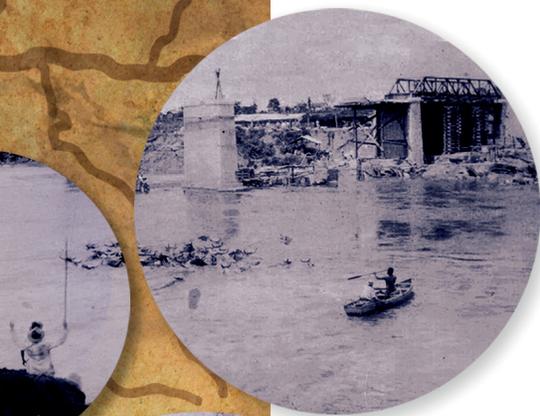
56 ALENCAR LUZ, 1975, p.30.

57 Um estudo precioso, mas que analisa o período que se inicia em 1872 é o de Douglas H Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho, *Migrações internas no Brasil, 1870-1970*. São Paulo: IPE/USP/CNPq, 1984.

Foi neste contexto que muitas famílias, oriundas em grande parte de Minas Gerais, começaram a se dirigir em direção ao interior do Brasil, tomando posse de milhares quilômetros quadrados de terras, edificando sítios, fazendas de criar e semeando povoados. Com este objetivo que as famílias: Correa Bueno, Martins da Veiga, Martins Assumpção, Rosa do Carmo, Gonzaga Menezes, Coelho de Siqueira, Sousa Rosa, Luis Guimarães, Rodrigues Paiva, Antônio de Barros, Mendes Moreira, Barbosa de Amorim, Araújo Moreira, Pereira Vargas, Mattos, Parreira e mais outras dezenas de famílias anônimas de pardos e negros livres se estabeleceram na atual região que corresponde ao sul de Goiás e foram responsáveis pela fundação das cidades de Piracanjuba, Itumbiara, Morrinhos, Caldas Novas e Buriti Alegre. Pode-se supor que havia um fluxo permanente de pessoas que percorriam o então sul de Goiás, que até 1816, compreendia também o atual Triângulo Mineiro (antigo sertão da Farinha Podre). O fluxo migratório parece ter sido muito contínuo e freqüente entre as regiões durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX.

Segundo os estudos de Maria Amélia de Alencar Luz, a forma de ocupação do território que compreende atualmente às regiões sul, sudeste e sudoeste de Goiás, na primeira metade do século XIX, foi a posse. Os pioneiros da ocupação apossavam-se de grandes extensões de terras e, em poucos anos as vendiam. A venda de terras também era uma das formas mais viáveis para a sua regulamentação perante as autoridades do Estado. Na região sul, Morrinhos tornou-se importante ponto de ligação entre Goiás e Minas Gerais, diferentemente do sudoeste goiano, os recém-chegados não vivenciaram o isolamento, e acabavam integrando-se a uma sociedade já constituída, ampliando-a geográfica, social e economicamente. Isto se explica

pela rápida formação de laços familiares entre a população local e o conseqüente desmembramento das fazendas, via herança. As sete propriedades mais antigas – fazendas Mimosa, Três Barras, Ribeirão das Cobras, Araras, Vera Cruz, Santo Antônio e Samambaia – acabaram originando 118 das 243 propriedades registradas na Paróquia



de Nossa Senhora do Carmo de Vila Bela dos Morrinhos. A fazenda Mimosa sozinha originou 42 propriedades.⁵⁸

Desta forma, a partir dos inventários *post-mortem* foi possível identificar algumas famílias pioneiras, que ocuparam a região sul de Goiás na primeira metade do século XIX distribuídas em suas respectivas propriedades e domicílios conforme se apresenta na Tabela 1.3.

**TABELA 1.3 – FAMÍLIAS E SEUS RESPECTIVOS DOMICÍLIOS
NAS FAZENDAS DO SUL DE GOIÁS, 1840-1870.**

FAMÍLIAS	FAZENDAS/DOMICÍLIO
Sousa Rosa	Araras e Almas
Oliveira	Bananeiras
Correa Bueno	Barreiro e Chapadão
Mattos, Araújo, Lourenço e Lima	Bela Cruz ou Vera Cruz
Mendes Moura	Boa Vista/ Sta. Ritta do Pontal
Sousa e Lima	Boa Vista/ Sta. Ritta do Paranaíba
Martins Pereira	Bom Jardim
Duarte e Sousa	Buriti
Guimarães	Chapadão
Dias, Silva e Castilho	Córrego Fundo
Rodrigues da Silva e Ferreira Meirelles	Pombas
Coelho de Siqueira	Caldas Novas
Castilho	Formiga
Vieira de Sousa e Ignácio Borges	Grotão e Mimoso
Araújo e Duarte e Sousa	Mimoso

Vieira, Araújo e Sousa	Monjolinho
Carvalho e dos Santos	Morro Alto
José de Araújo e Amador Araújo	Olho d'Água, Cerradão e Água Quente
Rodrigues da Silva	Papua e Macaúba/ Caldas Novas
Martins Parreira e Araújo	Paraíso e Lajeado
Barbosa de Amorim	Pipoca
Ribeiro da Silva, Martins Assumpção e Sousa	Retiro e Vargem
José do Carmo, Sousa e Vieira	Retiro, Mimoso, São Domingos e Lajeado
Pereira de Mattos e Rosa	Sta. Bárbara e Campinas
Barros, Pereira Vargas, Valladão e Correa Bueno	Serra ou Trás dos Montes
Luis de Sousa	Sta. Rosa
Sousa Vieira e Vicente do Carmo	Tijuqueiro
Borges Pacheco	Três Barras/Sta. Ritta do Pontal
Souza Vieira	Vínagre

Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.

Divididas as terras entre os familiares e agregados – que poderiam ser parentes ou não – o preparo da terra para o cultivo e pastagem requeria um esforço conjunto de todos os componentes do núcleo familiar extenso, pois na época todo o trabalho era feito com o uso dos braços, tendo como instrumentos básicos de trabalho a enxada, o machado e a foice, sendo muito lento e com baixa rentabilidade produtiva. Gradativamente as famílias iam construindo benfeitorias: áreas cercadas de lascas de aroeira ou madeira branca, valos e batumes e córregos ou rios, construção da sede com currais e quintais com mangueiro, rego d'água, monjolo, paiol, engenhoca e moinho; o quintal, por sua vez, era formado com uma grande variedade de arvoredos frutíferos.

As casas dos proprietários eram erguidas sob uma estrutura de madeira, assoalhadas, geralmente de pau-a-pique ou adobe, barreadas, caiadas e cobertas por telhas. Possuíam sempre uma planta retangular, com telhado de duas águas e uma repartição interna simples. Geralmente, eram sem forro sobre um porão e às vezes de terra batida. O mobiliário era sempre rudimentar. Não tinham nenhuma função agrícola. As habitações dos escravos, lavradores agregados e pequenos proprietários eram predominantemente de pau-a-pique e barro, coberta de palhas de palmeira, de capim, raramente de telhas. O mobiliário também era muito escasso, restringindo-se a bancos e mesas toscas e alguns utensílios básicos de cozinha, algumas peças de roupas e de cama. Dormia-se sobre girais fixos de madeira roliça presos ao chão, forrados com colchão de palha ou capim. As casas dos escravos e agregados de uma maneira geral eram construídas em locais que não exigiam movimento de terras e na proximidade de cursos d'água, erguidas sobre uma estrutura de madeira com ripas e troncos tirados do mato, cobertos de telhas ou com folhas de buriti ou bacuris. O barreamento era feito geralmente com barro misturado com estrume de gado. Para iluminação utilizava-se do candeeiro de barro ou de metal umedecidos em algodão torcido com banha de porco ou azeite de mamona.

FOTO 1.1 - MORADIA TÍPICA DOS LAVRADORES AGREGADOS EM GOIÁS



Rancho típico de morada dos lavradores agregados de Goiás – Foto tirada por volta da década de 1900.

Fonte: Museu Antônio Correa Bueno, Morrinhos-GO. – Arquivo digital do autor.

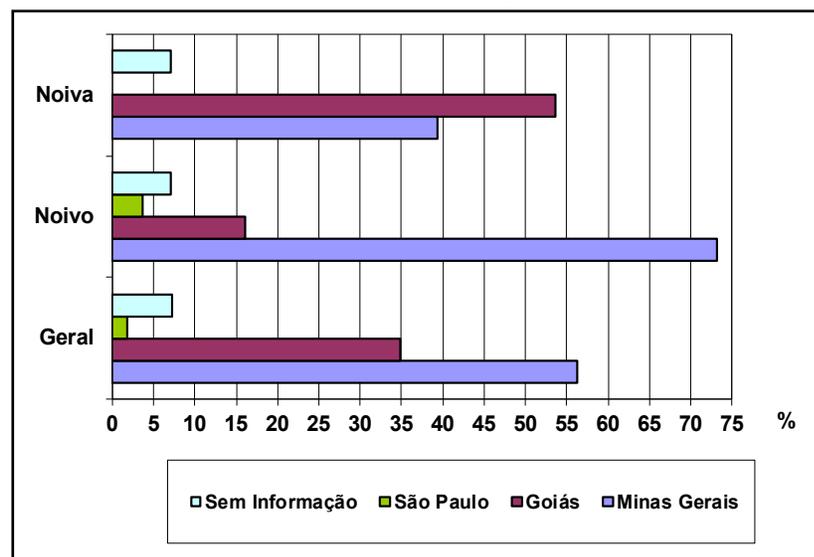
Saint-Hilaire, que percorreu Goiás em 1819, descreveu algumas moradias. No percurso do Registro dos Arrendidos a Santa Luzia parou em um lugar denominado Sítio Novo, em local que abrigava duas ou três famílias e compunha-se de algumas casinhas feitas de barro cinzento, umas cobertas de palha e outras de folhas de bacuri ou buriti. Nenhuma delas tinha janela e portas. Considerou-as muito frágeis, pois eram feitas com folhas de buriti dispostas verticalmente, ligadas umas as outras com cipó. No Mato Grosso Goiano no lugar denominado Pouso Alto deparou-se com meia dúzia de casebres de pau a pique.⁵⁹ A Foto 1.1 datada do início do século XX indicam que as habitações dos lavradores que residiam nas fazendas não se modificaram muito em relação à época da viagem de Saint-Hilaire. Os casebres de pau-a-pique forrados com folha de buriti ou de telha ainda continuaram sendo a moradia típica dos lavradores agregados e pequenos proprietários que habitavam o mundo rural no sul de Goiás até à década de 1970.

Em uma estrutura socioeconômica cujos instrumentos de trabalho utilizados eram basicamente a enxada, machado e foice em que o cultivo tradicional da terra, baseava-se na derrubada da mata, queima e plantio, mesmo sendo a produção voltada para o abastecimento familiar e local, demandava mão-de-obra. Levando em consideração que 56% dos inventários, entre os anos de 1843 e 1888 declaravam não possuir escravos e quem os possuía tinha cerca de dois escravos em média, a mão-de-obra familiar tornava-se imprescindível na lavoura e criação de gado. Em uma época em que a maioria das terras era composta de matas, capoeiras e cerrados necessitavam-se do trabalho dos filhos, sobretudo os homens, que eram muito importantes na lida do gado, transporte e comércio de mercadorias da agricultura.

Esta gente, que habitava a região, procedia em grande parte de Minas Gerais, conforme se constata nos registros de casamentos

realizados na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos entre os anos de 1836 e 1854. Para fins de análise, os registros foram agrupados em duas partes: a primeira abarca o conjunto que vai de 1836 a 1849, no qual se obteve, além das informações dos nomes dos noivos e pais, a cor e a idade dos noivos e noivas, conforme se preocupou em anotar o capelão Misael da Costa Vale; porém, não informou a naturalidades dos cônjuges. Na segunda, que envolve o período de 1849 a 1854, os registros passaram a ser feitos pelo Padre Francisco Antônio de Azevedo, que omitiu as informações quanto à cor e idade, mas registrou a procedência ou naturalidade dos noivos e noivas. A partir destes dados tornou-se possível ter uma idéia da condição social, da procedência das correntes migratórias e a composição étnica dos primeiros povoadores do atual sul de Goiás, conforme se observa no Gráfico 1.3.

**GRÁFICO 1.3 - PROCEDÊNCIA DOS NOIVOS E NOIVAS
RESIDENTES NO SUL DE GOIÁS, 1849-1854.***

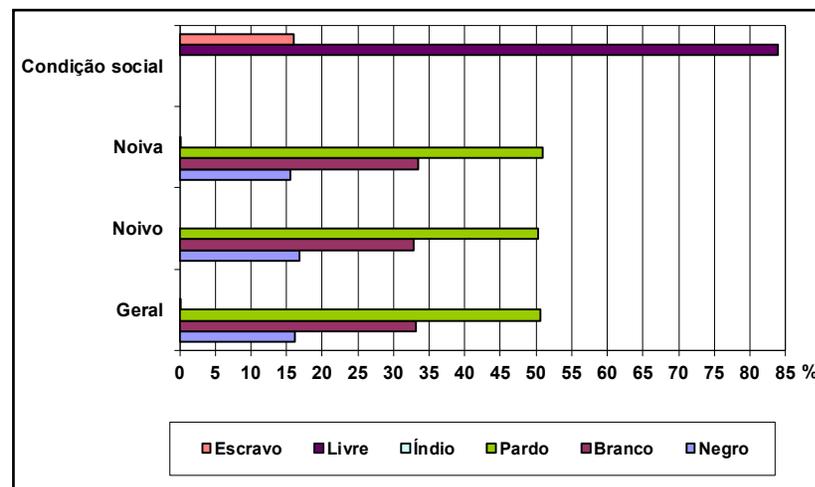


Fonte: Registros de casamentos realizados na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, Livro I - 1849-1854.

* Total de 102 registros de casamentos.

Tabulados os dados conclui-se que os mineiros foram responsáveis pela ocupação da região sul de Goiás, possivelmente devido à dificuldade de acesso a terra, em Minas Gerais, elemento substancial à sobrevivência das famílias. Centenas de mineiros, a partir dos fins do século XVIII, começaram a deslocar de suas regiões em direção às então disponíveis terras do Triângulo Mineiro e Goiás. Os registros de batismo, embora sejam relativamente tardios, mostram que mais de 56% dos noivos e noivas que se casaram na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, que abarcava grande parte da atual região sul de Goiás era oriundos de Minas Gerais, 35% de Goiás e apenas 3% de São Paulo. Especificamente, 73% dos noivos eram mineiros, enquanto 54% das noivas já nasceram e haviam sido batizadas em Goiás, sobretudo, no Arraial de Morrinhos. Tal mostra evidência um grande movimento migratório de famílias, com crianças, e ao mesmo tempo uma possível predominância também de uma migração de homens jovens sozinhos, em vista da forte presença de noivos nascidos em Minas.

GRÁFICO 1.4 - COR DOS NOIVOS E DAS NOIVAS DO SUL DE GOIÁS, 1836-1849*

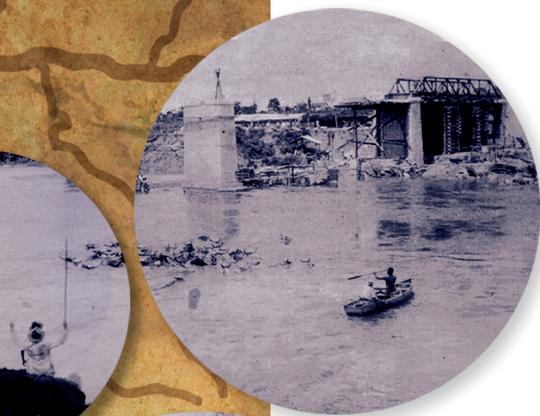


Fonte: Registros de casamentos realizados na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, Livro I - 1836-1849.

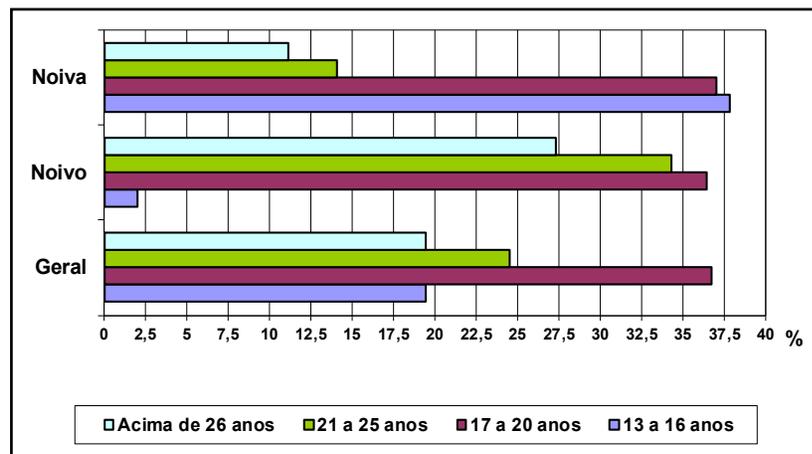
* Total de 161 registros de casamentos.

A maioria dos noivos e noivas que se casaram entre os anos de 1836 a 1849, na capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos era livre (84%) e 16% escravos. Os pardos livres representavam 51%, os brancos 33 %. Os dados apresentados no Gráfico 1.4 levam a supor que o conjunto os primeiros povoadores da região sul de Goiás eram intensamente composto de pardos e negros que juntos representavam cerca de 70% da população. Os registros de casamento também nos revelam que o matrimônio era um verdadeiro *apartheid* racial: brancos casavam-se com brancos, pardos com pardos e negros com negros. Muito raramente ocorriam matrimônios entre noivos de grupos étnicos diferentes. Em um total de 161 registros de casamentos, encontraram-se apenas dois casais com diferenciação étnica: Luciano José de Magalhães, crioulo forro, que se casou com Maria Antônia Hipólita, parda livre, em 15 de outubro de 1839 e Serafim Soares de Sousa, pardo livre, que se casou com Joana Simplicia de Jesus, branca, em 28 de janeiro de 1842. Estas evidências podem levar a outras hipóteses e discussões sobre o processo de miscigenação, que é uma característica marcante na população do sul de Goiás, na primeira metade do século XIX: sua ocorrência efetuava-se, provavelmente, fora do matrimônio.

Pode-se constatar que eram pardos livres, a maioria dos que contraíam matrimônio na capela de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, entre os anos de 1836 e 1849. Os recenseamentos de 1872 e 1890 destacam que na então região Sul de Goiás os pardos representavam 43,2% e 33,1% da população; enquanto negros 7,2% e 8,2%; caboclos 2,5% e 9,8%; brancos 38,2 e 48,1% respectivamente.⁶⁰



**GRÁFICO 1.5 - IDADE QUE OS NOIVOS CONTRAÍAM O
MATRIMÔNIO - SUL DE GOIÁS, 1836-1849***

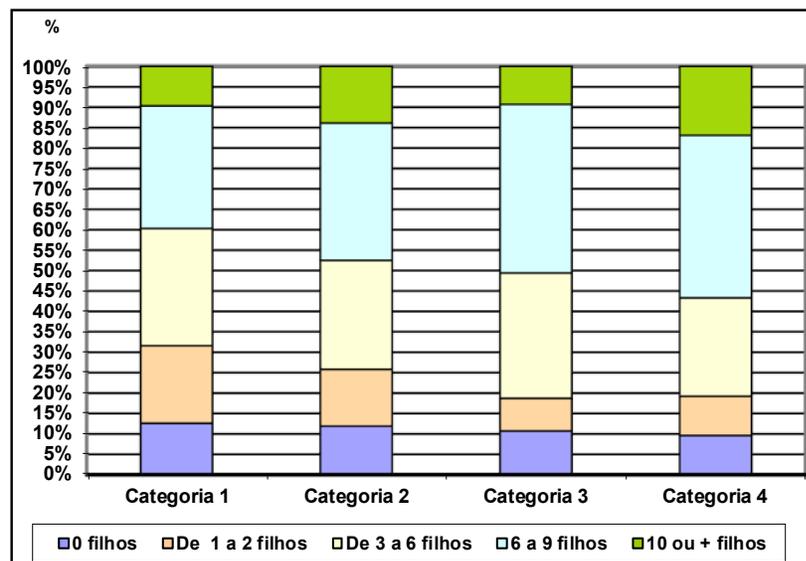


Fonte: Registros de casamentos realizados na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, Livro I - 1836-1849.

* Total de 161 registros de casamentos.

Com a tabulação das informações relacionadas à idade dos noivos e noivas percebe-se que cerca de 80% dos casamentos na região sul de Goiás entre os anos de 1836 e 1849 ocorriam entre os 13 e 25 anos. No entanto, conforme o Gráfico 1.5, nota-se que as mulheres contraíam o matrimônio mais jovens do que os homens, casando-se muitas, com a idade entre os 13 e 20 anos e os homens com idade entre 17 e 25 anos. A maioria das mulheres casou-se com a idade de 13 e 20 anos e os homens aparecem como noivos, mais freqüentemente, na faixa entre 17 e 25 anos. Conclui-se que, o matrimônio era contraído no sul de Goiás de forma bem precoce e, conseqüentemente, este fator também pode ter influenciado, juntamente com outros fatores de ordem cultural e econômica para que houvesse altos índices de natalidade. O Gráfico 1.6 mostra que amiúde as famílias possuíam elevado número de filhos. A análise dos inventários *post-mortem* revela tal característica da sociedade sul goiana, na segunda metade do século XIX, entre as famílias, independentemente de seu grau de riqueza.

GRÁFICO 1.6 - NÚMERO DE FILHOS SEGUNDO A RIQUEZA, 1843-1910



Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

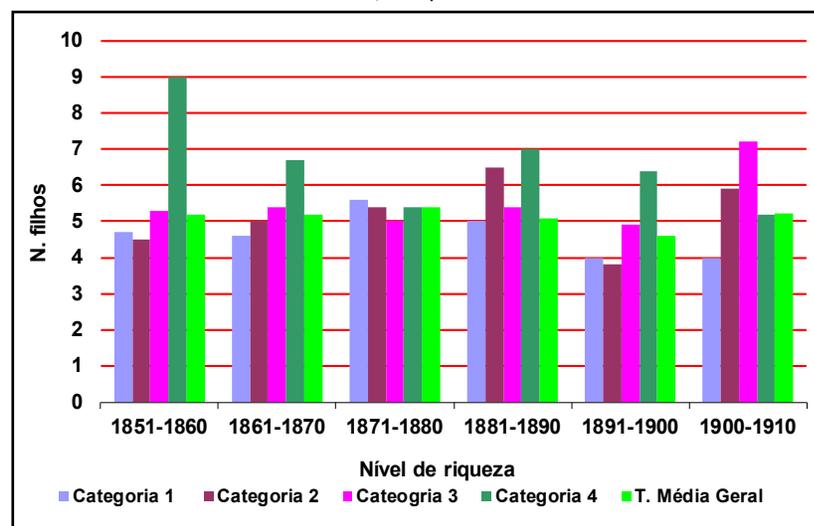
Observado o gráfico 1.6, apreende-se que dos inventariados com riqueza avaliada em até 1.000\$000 conto de réis, 39,7% possuíam um número igual ou superior a seis filhos; na categoria dos que possuíam riqueza de 1.000\$001 a 4.000\$000 contos de réis, 47,5%; na categoria entre 4.000\$001 e 7.000\$000 contos de réis, 50,6%; entre os que detinham acima de 7.000\$000 contos de réis, 56,7%, sendo que destes, 16,9% eram pais de dez ou mais. Por exemplo, Vicente Duarte e Sousa inventariado em 14 de setembro de 1852 deixou um *monte-mór* avaliado em 384\$360, para ser dividido entre 15 filhos;⁶¹ José Rosa e Sousa inventariado em 10 de março de 1852 deixou viúva Claudina Luisa de Sousa com 14 filhos e um *monte-mór* para ser par-

61

Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 1; Processo:s.n. Data: 14/09/1852.

tilhado de 7.665\$820 contos de réis;⁶² e Justino de Souza inventariado em 18 de fevereiro de 1887, deixou viúva Isabel Rita de Jesus com a grande prole de vinte filhos e um *monte-mór* de 2.092\$550 contos de réis para ser partilhado entre os seus herdeiros.⁶³ De maneira geral, percebe-se que havia número de filhos bastante elevado em famílias de diferentes condições econômicas (gráfico 1.7).

GRÁFICO 1.7 - NÚMERO DE FILHOS E FILHAS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CATEGORIAS DE RIQUEZA, 1850/1910



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910.*

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1.7, nota-se que entre as famílias mais abastadas havia uma tendência de maior número de filhos. Em 1846, o Capitão Florentino de Araújo deixou viúva Delfina Rosa de Jesus com nove filhos e possuía uma das

62 *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 1; Processo:s.n. Data: 10/03/1852.*

63 *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 13; Processo: 1142 Data:18/02/1887.*

maiores fortunas da década de 1850, avaliada em 14.180\$730;⁶⁴ em 1861, Domingos Pereira de Mattos deixou 10 filhos também era detentor da maior fortuna da década de 1860, avaliada em 32.360\$250;⁶⁵ em 1873, José Severino de Oliveira deixou viúva Francisca Santíssima Trindade com dez filhos e um *monte-mór* avaliado em 93.549\$424, a maior fortuna inventariada na década 1870⁶⁶. No balanço todos os resultados dos períodos destacados no Gráfico 2.7 o número de filhos por casal, em média, de acordo com as categorias de riqueza foi respectivamente de: categoria 1: 4,4 filhos; categoria 2: 5,1 filhos; categoria 3: 5,3 filhos; e categoria 4: 6 filhos em média por casal.

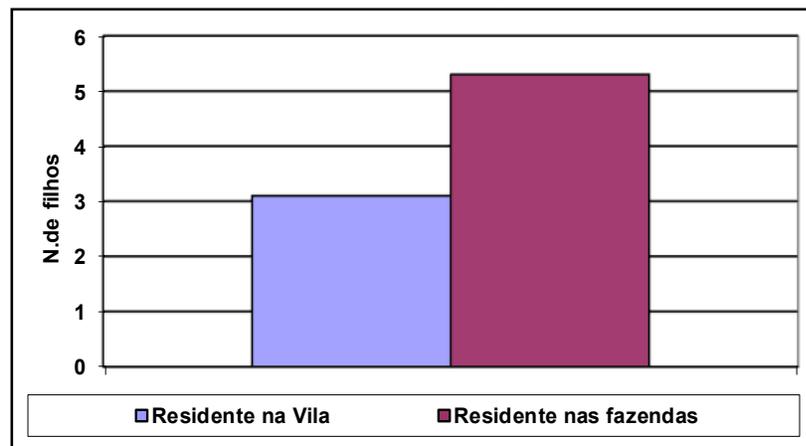
Infelizmente, os escrivães do período não registravam nos inventários *post-mortem* a idade com que os inventariados haviam falecido, o que acaba por inviabilizar o conhecimento da expectativa média de vida entre as diferentes categorias de riqueza. Somente a partir do cruzamento das informações relacionadas à idade da viúva ou viúvo e filhos, seria possível em um primeiro momento estimar a idade em que faleceram. Para fazer uma estimativa mais detalhada e confiável seria necessário fazer um acompanhamento de alguns indivíduos observados na documentação numa perspectiva de média e longa duração, o que despenderia de muito trabalho e não é o objeto desta pesquisa. Entretanto, a partir do manuseio das fontes pode-se supor que, quanto maior a expectativa de vida, maior o número de filhos e maior a quantidade de riqueza material acumulada. Quanto mais velho o viúvo ou viúva falecia maiores eram a probabilidade destes deixarem mais filhos, sobretudo, os viúvos que contraíam novos matrimônios. Portanto, havia uma relação entre expectativa de vida, número de filhos, força de trabalho familiar e maior coeficiente de riqueza de uma família, no sul de Goiás, na segunda metade do século XIX.

64 Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 1; Processo:s.n. Data:13/12/1846.

65 Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 3; Processos: s.n. Data:02/09/1861.

66 Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910. Pasta: 11; Processo:1165 Data:11/10/1886.

GRÁFICO 1.8 - NÚMERO MÉDIO DE FILHOS RELAÇÃO
VILA/CAMPO - SUL DE GOIÁS, 1843-1910



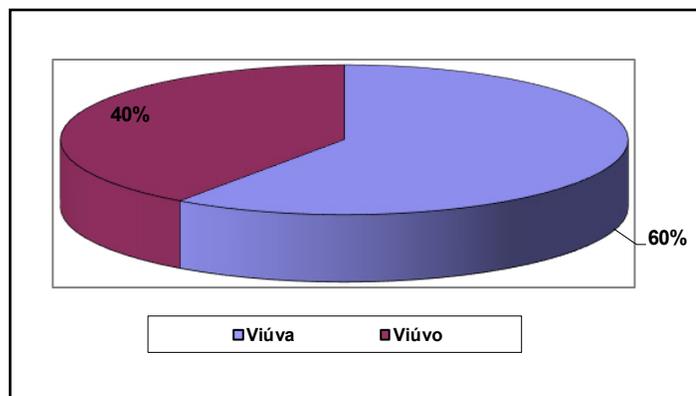
Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910.*

Tabulando os dados referentes a inventariados que habitavam a vila e comparando com aqueles referentes aos que residiam nas fazendas, percebe-se que o número médio de filhos destes últimos era bem superior e, relação aos primeiros, conforme consta no Gráfico 1.8. Os habitantes da Vila tinham em média 3,1 filhos enquanto os que residiam no campo 5,2 filhos por casal. Neste mundo agrário era incompreensível, "a possibilidade de um homem viver e progredir sem ter mulher e filhos. Pois, estes ajudam os pais no trabalho da casa e da lavoura de cereais."⁶⁷ Os principais símbolos de poder e o *status* social no sul de Goiás se concentravam, ao que tudo indica, na posse da terra e cor da pele que conjugado com uma prole extensa acabam sendo determinantes para o prestígio de uma família.

Na amostragem de inventários *post-mortem* de 1866 a 1910, 40% eram inventariantes viúvos e 60% eram viúvas, conforme se

observa no Gráfico 1.9. Essa informação somente foi anotada nos inventários de 1866 a 1910.⁶⁸

GRÁFICO 1.9 - VIÚVOS E VIUVAS DO SUL DE GOIÁS, 1866-1910



Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1866-1910.

Computadas essa informação percebe-se que os inventariantes em sua maioria viúvos e viúvas declaravam-se analfabetos. Como nas demais regiões do Brasil, os habitantes da região sul de Goiás tinham essa condição ou mal sabiam desenhar o nome nos inventários. O analfabetismo ainda era maior entre as viúvas, informação que não é novidade em um contexto histórico de uma sociedade predominantemente rural em que uma escola de primeiras letras mais próxima se encontrava a dezenas de quilômetros.

Os dados revelam que o acesso à educação de primeiras letras era privilégio de poucos, mesmo entre os mais abastados o analfabetismo era muito grande e mais acentuado entre as mulheres, negros, pardos e pobres. Durante o período colonial eram pouquíssimas as mulheres que tinham o acesso à educação formal,

68

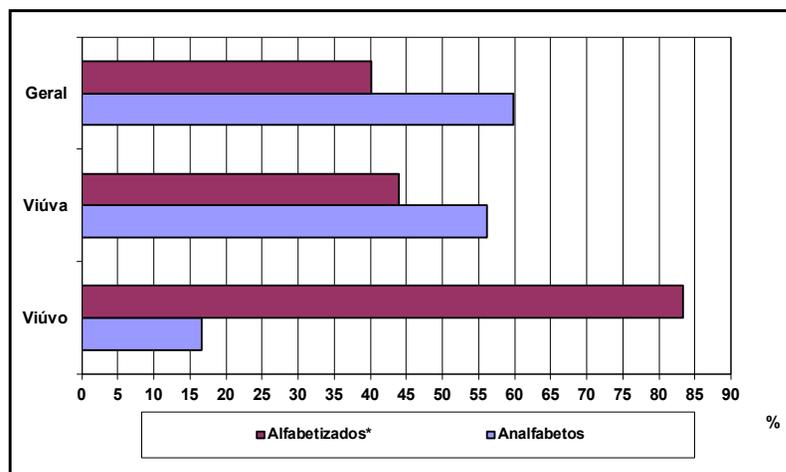
Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1866-1910.

somente a partir de 1830, é que começaram a surgir as primeiras cadeiras de ensino elementar para meninas em Goiás.

Segundo os resultados censitários de 1872, 79,7% dos habitantes da então região sul de Goiás era constituída de analfabetos, índice que se elevou em 1890, a 88,5%. Segundo Maria de Sousa França, no primeiro recenseamento havia uma proporção de sete pessoas analfabetas para uma que sabia ler e escrever, saltando para oito analfabetos para um alfabetizado na década de 1890. Os maiores índices de analfabetismo encontravam-se entre as mulheres e negros:

da população em idade escolar da região somava de acordo com o recenseamento geral de 1872 em 20745 pessoas. Desses, apenas 10,1% freqüentavam as escolas de primeiras letras, enquanto 89,9% não frequentavam. Dos 2196 estudantes que iam à escola, apenas 6,8% eram do sexo feminino.⁶⁹

GRÁFICO 1.10 - ÍNDICE DE ANALFETISMO E ALFABETIZAÇÃO DOS VIÚVOS E VIÚVAS DO SUL DE GOIÁS, 1866-1910



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1866-1910.*

*Foram considerados alfabetizados indivíduos que apenas sabiam desenhar o nome.

Pode-se constatar a rudeza do meio também por esse aspecto da parca alfabetização: 60% dos pais de família do sul de Goiás eram analfabetos, ou seja, não sabiam nem assinar o nome, conforme os inventários *post-mortem* e cerca de 40% se diziam alfabetizados. O índice de analfabetismo como se percebe no Gráfico 1.10, se acentuava mais ainda entre as mulheres: mais de 56% declararam-se analfabetas, enquanto 16,7% dos homens tinham essa condição.

Mesmo com a instituição da obrigatoriedade do Estado Imperial de financiar o ensino elementar no Brasil para ambos os sexos a partir da Constituição de 1824, os dados da Diretoria Geral de Estatística do Império de 1878, revelam que o acesso ao ensino público de primeiras letras durante o Império limitou-se a uma parcela ínfima da população. Havia naquele ano, no Brasil, uma escola elementar de primeiras letras para 1620 alunos e em Goiás a proporção era uma para 1425 alunos. A cada 100 alunos no Brasil apenas 3,7 dos que estavam em idade escolar encontravam-se matriculados enquanto o percentual de alunas matriculadas era menor ainda 1,2. Em Goiás a proporção era respectivamente de 2,8 crianças ou jovens do sexo masculino e 0,3 meninas a cada 100 alunos matriculados.⁷⁰ No entanto, as informações e dos dados oficiais limitam-se aos alunos que são matriculados em escolas elementares mantidas pelo Estado e não levam em consideração o ensino ministrado por professores particulares à época.

Oscar Leal em 1890 ao percorrer o Sul do Estado de Goiás testemunhou que, o preconceito dos homens para com suas mulheres cuja educação reservada às mulheres de maneira geral, ocorria das portas para dentro de casa:

70 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1879 pelo presidente da Província Aristides de Souza Spindola. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1875-1880 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XII). p.249

filha de família, devido ao meio em que vive, procura de preferência a cozinha pela sala, aprecia mais a conversação sensaborona do labrego, do famulo ou do camarada, do que a do cavalheiro educado e correcto no fallar e no trajar.”⁷¹

Em uma sociedade agrária em que cerca de 95% da população residia no campo e lavrava a terra, a escola não era considerada uma instituição importante, bastava para os homens mais abastados e, sobretudo, brancos um conhecimento elementar da leitura, escrita e tabuada. Para as mulheres, a única educação recebida era a informal, por meio da qual eram preparadas para serem boas esposas e donas de casa. Mas, possivelmente esta era a condição de apenas uma parcela das mulheres, pois a grande maioria provavelmente também se envolvia nos rudes ofícios da lavoura e da criação de pequenos animais para consumo, acumulados aos trabalhos domésticos da cozinha e cuidados com a prole. A pobreza do meio e a necessidade de mão-de-obra não as dispensavam dos trabalhos gerais do meio rural.



2

**A CONSOLIDAÇÃO
DA ECONOMIA
SUL GOIANA**

2.1 A PECUÁRIA E A AGRICULTURA

Durante o governo de Fernando Freire Delgado Castilho (1809-1820) foi instituído o imposto de \$600 por cada cabeça de gado exportada que acabou contribuindo significativamente para o aumento da receita em um momento que a situação econômica era gravíssima, e a dívida passiva da fazenda pública de Goiás alcançou a cifra, em 1817, de 201.459\$089 contos de réis⁷². O imposto, segundo Americano do Brasil, "provocou o descontentamento entre os criadores de Araxá e Desemboque, que reivindicaram ao Príncipe D. Pedro I, a anexação destes territórios à comarca de Paracatu, porque em Minas Gerais não havia imposto sobre a cabeça de gado."⁷³ Esse fato mostra como a economia da província já se apoiava na criação de gado, condição que continuou ao longo do século XIX, com o progressivo crescimento da sua exportação para o abastecimento dos mercados da Bahia e sobretudo para Minas Gerais.

Foi esta a principal atividade econômica viável com que teve de se contentar a província, que desde os fins do século XVIII, atraiu a atenção dos capitães gerais e, posteriormente, dos presidentes de província, com a finalidade de socorrer as necessidades do erário público. Em 1804 as exportações de Goiás alcançaram "a cifra de 177.958\$400: o ouro representava 59% (104.748\$000) do montante, a pecuária 24% (43.339\$200) e a agricultura 17% (29.871\$200)."⁷⁴ Em 1809, a agricultura começava a figurar de forma tímida e inexpressiva nos mapas de exportação; o ouro ainda era o principal produto de exportação sendo exportado, nesse ano, 87.299 oitavas, que representavam um valor de 104.748\$000 contos de réis, seguidas pela exportação de

72 ALECASTRE, J.M.P de. *Annaes da Província de Goyaz*. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomos XXVII.B.L. Garnier-Livreiro Editor: Rio de Janeiro, 1865. p.107

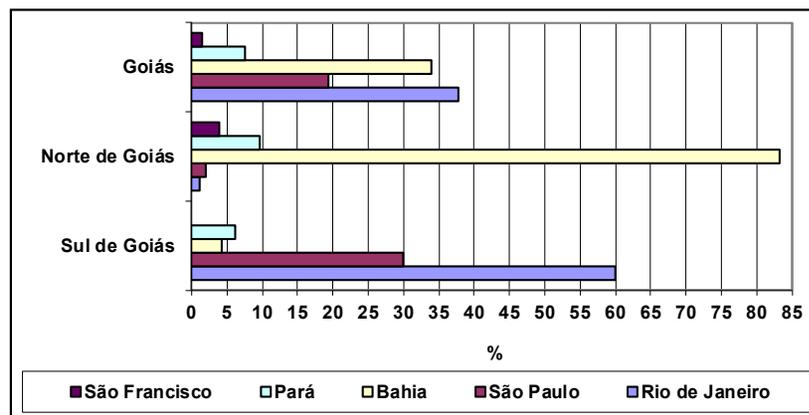
73 BRASIL, Americano. "Súmula Histórica de Goiás - 1932. p.91. Apud. FRANÇA, Basileu Toledo de. *O Sudoeste: tentativa de interpretação*. In: Revista do Instituto Histórico e geográfico de Goiás. O Popular: Goiânia, Ano 06 N.º07 junho/1978. p.61

74 FUNES, 1986 p.66.

15.358 cabeças de gado, que resultou na cifra de 33.288\$900 contos de réis. As importações consumiam 137.109\$414 contos de réis sendo os principais mercados fornecedores: Rio de Janeiro com 51.679\$091 contos de réis; Bahia com 46.545\$369 contos de réis; São Paulo, 26.550\$797; e Rio de São Francisco, 2.008\$057 contos de réis.⁷⁵

A praça do Rio de Janeiro foi o principal mercado fornecedor dos produtos necessários ao consumo interno de Goiás, mas nos tempos áureos da mineração, o comércio da capitania era realizado com a praça de Santos e, depois, concentrou-se na Bahia de onde vinham os escravos para o serviço das lavras e para as fazendas, o gado para o consumo e, sobretudo, muitos capitais que financiavam as lavras e a compra do ouro em pó. Contudo, depois que as comunicações foram se abrindo para Minas Gerais, o Rio de Janeiro acabou se tornando o mercado preferido dos habitantes do sul de Goiás.⁷⁶

GRÁFICO 2.1 - IMPORTAÇÕES DE GOIÁS, 1804



Fonte: Correspondência de Francisco de Assis Mascarenhas - B.N. Cód.9.4.2 - Doc. 166 In: FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Ed. UFG: Goiânia, 1986 p. 42-43

75 ALENCASTRE, 1865, p. 68-69

76 Ibid.

A província de Goiás importava vinho, bacalhau, sal, tecidos, aviamentos, louças, vidros, ferro, aço, ferragens, pólvora, chumbo, escravos e bestas, em princípios do século XIX, basicamente do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Porém, o sul de Goiás, conforme mostra o Gráfico 2.1, importava cerca de 90% das mercadorias que consumia do Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto, o norte – atual Estado do Tocantins – importava, da Bahia e do Pará, 93% dos produtos que consumia. Tal tendência prevaleceu durante todo o século XIX, porém, a partir de 1870 com a introdução da navegação a vapor, intensificaram-se as relações comerciais da região norte com o Pará, aproveitando-se das facilidades da navegação fluvial através do rio Tocantins e, conseqüentemente das facilidades e vantagens do comércio o Norte: exportando couros e gado e produtos da agromanufatura e importando sal, ferragens, tecidos, vinhos e gêneros secos e molhados de Belém.

O viajante Emmanuel Phol ao visitar a Vila de São José da Palma, por volta de 1820, observou que havia criadores na região que possuíam consideráveis rebanhos. Somente o ouvidor, de nome Segurado, era proprietário de cerca de 4.000 reses, que lhe permitia auferir considerável renda, comercializando o gado para a Bahia, onde lhe pagavam 8.000 réis por cabeça. No mercado local, as reses eram comercializadas por cerca de 2.000 réis, sendo considerado um bom preço de venda. As vacas de uma maneira geral davam pouco leite: ordenhadas não rendiam mais do que um quartilho⁷⁷.

Em Santa Luzia, Sant-Hilaire observou que a produção agrícola local era apenas para a subsistência das famílias, pois mesmo que plantassem em grande quantidade os colonos não encontravam compradores. Mas havia artigos que os habitantes locais exportavam: peles de animais selvagens, couros e, sobretudo, marmelos

77

Quartilho (Seidel), medida austríaca antiga, equivalente a 0,341 litro. N. do T. PHOL, Johann Emmanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. 2.ª Parte. – Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951. Op. Cit. p.101-104

cristalizados que eram enviados aos mercados do Rio de Janeiro. A criação de gado era a principal e a mais segura fonte de renda dos fazendeiros, embora não auferissem grandes lucros, porque precisam dar sal aos animais – produto raro e caro – e devido ao fato das fazendas ficarem distantes dos mercados consumidores. O gado era conduzido até Bambuí e Formiga⁷⁸, onde os criadores eram forçados a vendê-lo a preços que lhes ofereciam.

Desta forma, a região sul de Goiás intensificava suas relações comerciais com as cidades de Paracatu, em Minas Gerais. Importavam-se os gêneros de primeira necessidade, enfiados nas costas dos animais, e exportavam-se alguns produtos da lavoura e o gado, que eram importados por negociantes mineiros e baianos que compravam grandes boiadas.⁷⁹ Phol em *Viagem ao Interior do Brasil*, em 1820, ao percorrer parte da região sul de Goiás, percebeu que

os terrenos da região de Santa Cruz eram apropriados para a criação de gado, cujos rebanhos cresciam com a chegada de uma centena de roceiros ou agricultores procedentes da capitania de Minas Gerais que ali haviam estabelecido a uns dois anos. Organizaram suas fazendas de criar e trouxeram seus carros de bois com os quais, de maneira mais cômoda do que se fazia antes, transportavam os produtos de seu cultivo para a vila de Paracatu do Príncipe e para Vila Boa. Por intermédio deles foram conhecidas, pela primeira vez, as moedas de prata e postas em circulação o que teria facilitado o comércio.⁸⁰

78 Formiga situava no termo de Tamanduá, Província de Minas Gerais ficava distante poucas léguas de Bambuí. SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à Província de Goiás*. Ed. USP: Belo Horizonte/São Paulo, 1975. Op. Cit. p.27

79 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 29 de abril de 1867 pelo presidente da Província Augusto Ferreira França. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1864-1870 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas X). p.137

80 PHOL,1951, p. 239

Apesar das dificuldades, a pecuária foi uma atividade econômica que teve um relativo crescimento, sobretudo, no último quarto do século XIX, e caracterizou-se por ser predominantemente extensiva. O gado era criado solto nos campos e cerrados, sem quaisquer requisitos de ordem técnica. Acabava sendo muito frequente e comum a expressão popular de que “não é o homem que cria o gado e sim o boi que cria o homem”.⁸¹ Cunha Mattos, ao percorrer as terras goianas em 1824, deixou relatado que “a criação do gado vaccum leva todos os cuidados dos seus habitantes: quando digo cuidados não se deve entender que os homens façam benefício ao gado, é a natureza que o produz, que o cria e que o protege: os homens nada mais fazem do que marcar-o matal-o e comel-o”.⁸²

As distâncias eram um pouco compensadas pela abundante pastagem natural dos cerrados cuja vegetação possuía grande variedades de plantas forrageiras de variados valores alimentares, sobretudo, em áreas de campos limpos e de fartas aguadas. Também, a topografia do planalto central desprovida de elevadas altitudes, facilitou à criação de gado.⁸³

Vicente Ferreira Gomes em seu relato de viagem, *A cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará pelo rio Tocantins, e breve notícia do Norte da Província de Goyaz*, afirma que a pecuária e agricultura desenvolveram-se paralelamente à mineração. Enquanto

os mineiros corriam como atônitos e se arranchavam sobre os barrancos das suas minas; outros chamados roceiros, menos sôfregos, porém mais atilados seus companheiros, esperando arrancar-lhes das mãos ouro, se arranchavam também nas suas vizinhanças; outros, porém em muito menor número em cujos corações reinava um amor para outros gêneros de riqueza mais

81 GOMES, Horieste. *Geografia socioeconômica de Goiás*. Livraria Central Editora: Goiânia, 1969. p.71

82 CUNHA MATTOS, 1874, p.12.

83 GOMES H., 1969.

pacíficas e mais conformes à natureza, se apossavam das vastas Campinas d'estes sertões.⁸⁴

O minerador, o criador e roceiro compartilhavam de um mesmo espaço. Os dois últimos produziam para o abastecimento dos centros mineradores abastecendo-os com animais, víveres e gêneros alimentícios de primeira necessidade, pagos em oitavas de ouro. Nas proximidades dos centros mineradores, os agricultores e criadores obtinham grandes lucros, devido aos elevados preços pagos por qualquer mercadoria que oferecessem. Saint-Hilaire observou que em Goiás, "por um alqueire de milho chegava a se pagar até seis oitavas de ouro, um alqueire de farinha de mandioca dez oitavas, por uma libra de açúcar duas oitavas e por uma vaca duas libras de ouro."⁸⁵ Em São Paulo, Lima Júnior afirma que "um boi era comprado por 2\$000 réis no início do século XVIII, mas chegava a custar 100 oitavas de ouro em Minas – a 1\$500 réis a oitava – um boi poderia custar o equivalente à astronômica soma de 150\$000 mil réis."⁸⁶

Neste contexto de elevados preços nos centros mineradores que acabou emergindo em Minas Gerais a lavoura e a criação de gado desde os períodos áureos da mineração, sobretudo, ao longo das margens do rio São Francisco já desde o início do século XVIII, onde havia fazendas com grandes rebanhos bovinos de imigrantes baianos e portugueses, que já haviam percebido as grandes vantagens comerciais da criação de gado nas proximidades dos distritos onde havia a mineração. Neste mesmo período,

fazendas de gado também eram encontradas na região de Paracatu, a oeste do rio São Francisco, onde também foram feitas descobertas de ouro e diamantes. [...]

84 GOMES, Vicente Ferreira. *A cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do Norte da Província de Goyaz*. In: Revista do Instituto Histórico Geographico Ethnographico do Brasil. Tomo XXV. Typ. De D. Luiz dos Santos: Rio de Janeiro, 1862.p.431

85 SAINT- HILAIRE, 1975, p.161

86 LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. p.36. Apud. BERGAD, 2004 p. 51.

Ao longo dessa rota, especulares e colonos atravessavam a capitania em direção ao oeste convergiam a Paracatu, depois seguiam em direção às minas de ouro de Goiás e Mato Grosso. [...] Inúmeras trilhas ao sul de Minas também levavam a Pitangui, outro importante centro de mineração de ouro.⁸⁷

No entanto com o esgotamento das minas a partir da década de 1780 e o conseqüente êxodo da população para regiões a oeste, Paracatu perdeu sua importância e a criação de gado se tornou uma atividade de subsistência, complementada por uma agricultura camponesa de pequenas proporções. Em Goiás durante o século XIX, a situação dos cultivadores e criadores não era diferente, os baixos preços dos produtos oriundos da lavoura e longos e caros carretos colocavam em desigualdade a maioria dos roceiros que se encontravam mais distantes dos principais centros mineradores, o que conseqüentemente contribuía para que a agricultura em geral em Goiás, durante o século XIX, tivesse uma produção basicamente voltada para o abastecimento e consumo das pequenas vilas e para atender as necessidades básicas das famílias. Diante das dificuldades impostas pela precariedade dos meios de transportes, falta de dinheiro e técnicas rudimentares de plantio, cultivo e colheita, que associados a um universo sociocultural marcada pela abundância de terras e matas ricas em caça e frutos e, à sobriedade da maioria dos habitantes do interior do Brasil, onde mesmo os mais abastados, viviam na simplicidade e sem o luxo dos grandes centros, o nível de produtividade permaneceu baixo.

Nesta perspectiva, o Governador Francisco de Assis Mascarenhas escrevia, em 1807, ao Visconde de Anadia que a Capitania de Goiás produzia, "com abundância e quase sem cultivo, o melhor algodão de toda a América, mas lamentava que seu cultivo permanecesse desprezado pelos agricultores goianos, embora, a sua cultura

tivesse crescido de forma satisfatória no ano de 1806.⁸⁸ Saint-Hilaire⁸⁹ observou que até 1811, cultivava-se algodão no sul da capitania em quantidade suficiente para atender às necessidades locais, e daquela época em diante, começou a fazer alguma exportação, para a Bahia e o Rio de Janeiro quando se reconheceu a boa qualidade do algodão produzido nos distritos de Meia Ponte (atual Pirenópolis) – onde em uma fazenda mais abastada, pode observar a existência de 12 descaroadores, movidos a água que separavam o algodão das sementes – e em Corumbá de Goiás. Cultivavam-se algodoeiros também em Jaraguá (no sul) e Natividade (no norte). Os viajantes que passaram por Goiás em princípios do século XIX, perceberam também a presença de algumas lavouras de tabaco nos distritos goianos de Natividade e Meia Ponte. Em escala ainda menor que o fumo se cultivava às vezes o café, segundo as referências de Alincourt,⁹⁰ em 1818. As primeiras sementes teriam chegado ao território goiano por volta de 1774, quando então se cultivaram os primeiros cafeeiros no sítio do Riacho em Santa Luzia (atual Luziânia), de onde se irradiou para várias partes da capitania, a ponto de quatro anos depois se remeter café de Goiás para Belém do Pará, pela via do Tocantins.⁹¹

TABELA 2.1 - EXPORTAÇÕES DE GOIÁS, 1825

Gêneros	Quantidade	EXPORTAÇÃO		
		Medida	Valor em mil réis	%
Pecuária				
Gado vacum	4800	Cabeças	19.200\$000	65,2%

88 *Apud.* BRUNO, 1967.

89 SAINT-HILAIRE, 1975.

90 D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos às cidades de Cuiabá*. Biblioteca de História Paulista Comemorativa do IV centenário da Fundação de São Paulo – Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo: São Paulo, 1953.

91 BRUNO, 1967, p. 59.

Couros de boi	400	Unidade	384\$000	1,3%
Atanados	5250	"	6.300\$000	21,4%
Toucinho	13	Arroba	23\$400	0,07%
Subtotal			25.907\$400	88%
Agricultura				
Marmelada	300	Arrobas	900\$000	3,1%
Açúcar	466	"	838\$800	2,8%
Café	341	"	818\$400	2,8%
Tabaco	29	"	34\$800	0,1%
Subtotal			2.592\$000	8,8%
Manufatura				
Panos de algodão	2800	Vara	315\$000	
Subtotal			315\$000	1%
Peles	2120	Unidade	636\$000	
Subtotal			636\$000	2,2%
TOTAL			29.450\$400	

Estatística da Província de Goiás remetida à Secretaria de Negócios do Império por Caetano Maria L. Gama - 1825. BN cod.11,4,2. In: FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Ed. UFG: Goiânia, 1986, Op. Cit. p.59

Mas, na década de 1820 o gado já tinha uma participação preponderante nas exportações goianas (Tabela 2.1) com uma participação de 65,2% da arrecadação que, somados aos demais gêneros da pecuária alcançavam um índice de participação de 88%, enquanto os produtos oriundos da lavoura representavam 8,8% e peles e panos, 3,2%. O gado era comercializado por cerca de 4\$000

mil réis a cabeça⁹², o couro de boi por \$960 réis, atados 1\$200 réis, toucinho a 1\$800 réis a arroba, marmelada a 3\$000 réis a arroba, o açúcar a 1\$800 réis a arroba, o café 2\$400 réis a arroba, o tabaco a 1\$200 réis a arroba e o pano de algodão a \$112 réis a vara. O gado superava a exportação de produtos agrícolas e demais gêneros, porém, “não era suficiente para garantir o equilíbrio da balança comercial goiana, que sempre esteve inclinada em favor das importações. O sal e as fazendas secas bastavam para superar o montante resultante da venda do gado.”⁹³

Silva e Sousa em sua *Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*,⁹⁴ relatava que a principal atividade econômica de Goiás na década de 1830 era a criação de gado, sendo pouco os agricultores em relação à população e, mesmo assim, os gêneros alimentícios eram baratos:

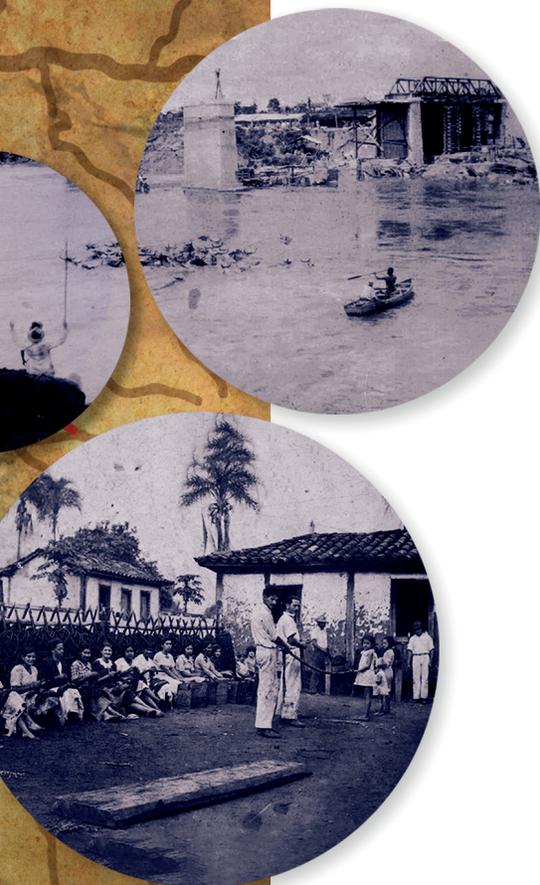
uma quarta de farinha, que correspondia a um alqueire na Corte não custava mais do que 1\$000 mil réis; por igual preço se vende o feijão, e por muito menos o milho e arroz; uma rês custava entre 10\$000 a 12\$000 mil réis, sendo escolhida, porém, em mão dos que vendiam mais caro, custava mais de 16\$000. Pouco ou nenhuma indústria havia; o fabrico do açúcar era artesanal não se conheciam os engenhos horizontais; as moendas eram de madeira, movidas por bois, as caldeiras eram grandes tachos de cobre e o açúcar era apurado em vasos de couro.⁹⁵

92 Em 1819, em ocasião de sua passagem nas margens do Rio Grande na região São João D'el Rei, Saint-Hilaire afirmava que os bois da região eram comprados por 4\$000 réis e revendidos no Rio de Janeiro por 7\$000 réis. *Apud*. SAINT-HILAIRE, August. *Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. Tomo I, Vol68, Col. Brasiliense. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1937. p.72.

93 FUNES,1986, p.61

94 SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. *Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz*. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XII 2.ª Edição. Tipografia João Ignacio da Silva: Rio de Janeiro, 1874.

95 SILVA E SOUSA, 1874, p. 507.



Não era rara a presença de engenhocas de madeira, grandes e médios tachos, alambiques, utilizados na purga e preparo do açúcar, rapadura e da aguardente, nos inventários *post-mortem* da região sul de Goiás. Pode-se constatar isso entre os anos de 1843-1910, quando eram perceptíveis, sobretudo, nas fazendas mais bem estruturadas, no quesito das benfeitorias. Estes utensílios, em geral, eram os de maior valor entre os bens móveis. Atividades como estas eram essenciais ao atendimento das necessidades básicas das famílias mais abastadas e os produtos oriundos do engenho como a rapadura, melado, o açúcar e aguardente constituíam importantes produtos de troca em um contexto profundamente marcado pela carência de moedas. Além de serem essenciais ao consumo local poderiam ainda ser transportados e comercializados para as regiões mais distantes.⁹⁶

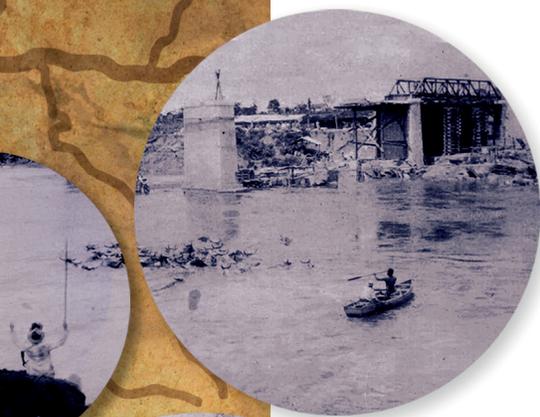
José Pereira Martins Alencastre procurando satisfazer as exigências do Governo Imperial, elaborou uma estatística geral da economia goiana durante o período em que esteve à frente da presidência da Província, entre os anos de 1861-1863. De acordo com o seu relato, a produção agromanufatureira em geral atendia às necessidades básicas de consumo, sendo o pouco excedente comercializado nas vilas, sobretudo, na Capital e no Triângulo Mineiro. Dentre os municípios com maior volume de produção estavam Meia Ponte, Corumbá, Capital Vila Boa, Santa Cruz e Bonfim.

96

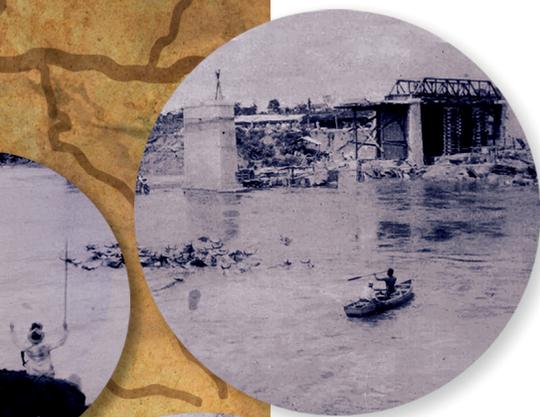
"O açúcar branco era comercializado entre 1\$200 réis e 1\$500 réis a arroba; aguardente à 2\$400 ao barril de 10 frascos; as rapaduras a 2\$400 réis a carga de um animal; e estes gêneros eram exportadores para a Cidade e proporcionavam o maior rendimento". TELES, Gilberto de Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Ed. Oriente: Goiânia, 1978. Op. Cit. p.160

TABELA 2.2 – PRODUÇÃO AGROMANUFATUREIRA ANUAL DE GOIÁS, 1861

Equipamentos de produção	Produto	Medida	Prod./anual	Quant./exp./vendida
MEIA PONTE				
233 teares	Pano grosso	Varas*	20.088	7500
	Pano fino	"	6.200	2.400
43 engenhos	Açúcar	Arroba**	810	430
	Açúcar mascavo	"	560	310
	Rapaduras	"	4332	2582
	Aguardente	Barril***	372	253
07 rodas	Farinha	Alqueire****	166	110
246 monjolos	"	"	6730	3660
08 olarias	Panelas	Unidade	2000	2000
	Telhas	"	8000	8000
	Potes	"	1200	1200
Queijeiras	Queijo	"	970	580
18 curtumes	Meios sola	"	260	260
	Peles	"	800	800
CORUMBÁ				
200 teares	Pano	Varas	40000	8000
	Cobertores	Unidade	2000	300
	Redes	"	500	150
38 engenhos	Açúcar	Arroba***	20000	16000
	Rapaduras	"	480	120
50 alambiques	Aguardente	Barris	1000	600
10 rodas	Farinha	Alqueires	100	-



	Polvilho	"	25	-
04 moinhos	Fubá	"	100	-
224 monjolos	Farinha	"	7560	1000
05 olarias	Telhas	Unidade	50000	50000
	Tijolos	"	2000	2000
12 queijeiras	Queijo	"	6000	2000
	Manteiga	Arroba	80	-
	Requeijão	Unidade	4000	-
100 curtumes	Meios sola	Unidade	1000	500
	Vaquetas	"	400	200
	Peles	"	3600	2000
05 fábricas	Marmelada	Arroba	150	100
BOMFIM				
Têxtil	Pano grosso	Vara	15960	9200
	Pano fino	"	2250	530
	Riscado	"	200	120
78 engenhos	Açúcar	Arroba	5040	4372
	Açúcar mascavo	"	700	550
	Rapaduras	"	3309	2936
15 alambiques	Aguardente	Canadas****	7200	6500
18 rodas	Farinha	Alqueires	130	50
24 moinhos	Fubá	"	870	125
350 monjolos	Farinha	"	10396	3978
05 engenhos de serra	Madeira	Dúzia	200	50



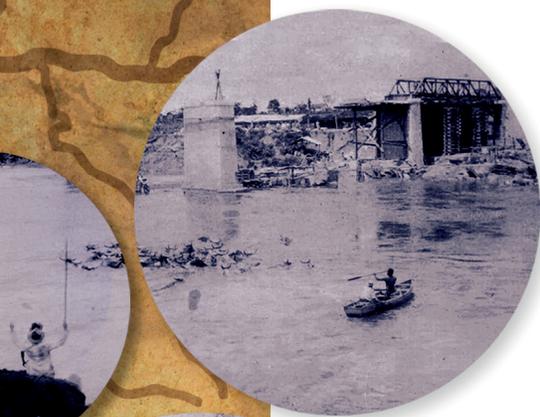
12 olarias	Telhas	Unidade	50000	50000
	Tijolos	"	6000	6000
	Potes/panelas	"	5000	5000
208 queijeiras	Queijos	"	12000	9200
	Requeijões	"	1100	850
	Manteiga	Arroba	06	-
40 curtumes	Meios sola	Unidade	1400	1200
	Vaquetas	"	150	120
	Peles	"	6750	3200

SANTA LUZIA

150 teares	Pano grosso	Vara	2000	-
	Pano fino	"	500	-
40 engenhos	Açúcar	Arroba	3000	1000
11 alambiques	Aguardente	Canadas	3200	-
05 rodas	Farinha	Alqueire	60	-
09 moinhos	Fubá	"	450	-
600 monjolos	Farinha	"	12000	-
01 engenho de serra	Madeira	Dúzia	20	20
02 olarias	Telhas	Unidade	20000	20000
20 curtumes	Meio sola	"	1000	-
23 fábricas	Marmelada	Arroba	3000	2900

VILA DE FORMOSA

14 engenhos	Açúcar	"	1000	700
	Rapaduras	"	600	400



10 alambiques	Aguardente	Canadas	2000	2000
30 rodas	Farinha	Alqueire	1200	400
60 monjolos	Farinha	"	1200	400
03 olarias	Telhas	Unidade	3000	3000
20 Queijeiras	Queijos	"	1000	1000
10 curtumes	Meio sola	"	1200	1200
	Peles	"	200	200

CATALÃO

200 Engenhos	Açúcar	Arroba	3000	-
20 alambiques	Aguardente	Canadas	8000	-
13 rodas	Farinha	Alqueire	134	-
100 moinhos	Fubá	"	2000	-
1353 monjolos	Farinha milho	"	10824	-
02 engenhos de serra	Madeiras	Dúzia	365	-
20 olarias	Telha	Unidade	10000	

PILAR

40 teares	Pano grosso	Vara	8000	500
	Pano fino	"	1000	-
20 engenhos	Açúcar	Arroba	1000	600
	Rapaduras	Arroba	576	200
17 alambiques	Aguardente	Canadas	6300	6000
12 rodas	Farinha	Alqueire	240	120
05 moinhos	Fubá	"	300	120
32 monjolos	Farinha/milho	"	600	400



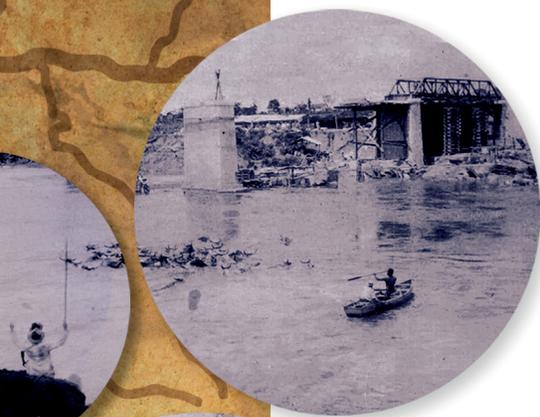
Queijeiras	Queijo	Unidade	500	-
	Requeijão	"	2000	-
10 curtumes	Meio sola	"	800	400
	Peles	"	2000	1000

S. JOSÉ DO TOCANTINS

22 teares	Pano grosso	Vara	600	-
	Pano fino	"	230	-
02 engenhos de socar	Milho	Alqueire	400	-
22 engenhos	Aguardente	Barril	200	180
	Açúcar	Alqueire	400	280
	Rapaduras	Unidade	1500	-
03 moinhos	Fubá	Alqueire	500	-
20 alambiques	Aguardente	Canada	720	-
14 rodas	Farinha	Alqueire	100	-
52 monjolos	Farinha de milho	"	6800	-
10 curtumes	Meio sola	Unidade	200	100
	Vaquetas	"	50	-
	Peles	"	300	-

CAVALCANTE

30 engenhos	Açúcar	Arroba	300	200
	Rapadura	"	600	300
14 alambiques	Aguardente	Canada	1500	1000
80 rodas	Farinha	Alqueire	2000	1000
03 moinhos	Fubá	"	20	-



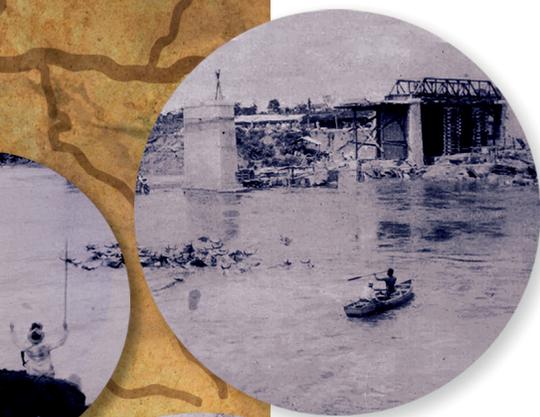
30 monjolos	Farinha de milho	"	100	50
02 olarias	Telhas	Unidade	5000	5000
	Panelas	"	800	800
Queijeiras	Queijo	"	600	-
	Requeijão	"	240	-
Curtumes	Meio sola	"	1500	1500
	Peles	"	300	300

CONCEIÇÃO

40 teares	Pano	Vara	3000	2000
27 engenhos	Açúcar	Arroba	700	600
	Rapadura	"	1000	500
18 alambiques	Aguardente	Canada	13000	12500
36 rodas	Farinha	Alqueire	3000	1000
Queijeiras	Queijos	Unidade	6000	3000
	Requeijão	"	1000	500
01 curtume	Meio sola	"	600	300
	Peles	"	1500	400
03 olarias	Telhas	"	6000	6000

PALMA

20 teares	Pano grosso	Vara	1200	-
	Pano fino	"	800	-
12 engenhos	Açúcar	Arroba	100	50
	Rapadura	"	960	400
02 alambiques	Aguardente	Canada	24	-
16 rodas	Farinha	Alqueire	250	100



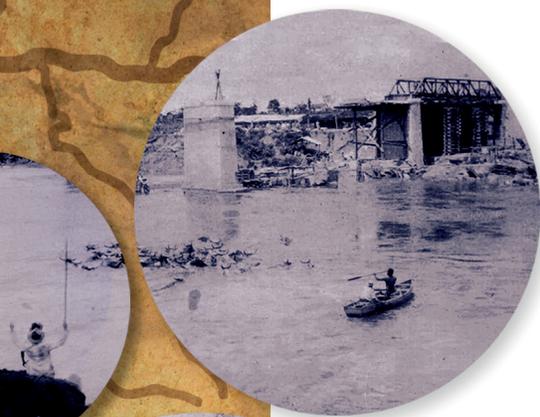
02 serras braçais	Madeira	Dúzia	30	-
04 olarias	Telhas	Unidade	6000	6000
	Tijolos	"	500	500
60 queijeiras	Queijo	"	4800	-
	Requeijão	"	600	-
	Manteiga	Arroba	04	-
10 curtumes	Meio sola	Unidade	400	400
	Peles	"	1000	1000

ARRAIAS

79 teares	Pano grosso	Vara	1120	498
	Pano fino	"	796	359
33 engenhos	Açúcar	Arroba	510	301
	Rapadura	"	4000	2000
13 alambiques	Aguardente	Barril	380	280
22 rodas	Farinha	Alqueire	670	231
07 olarias	Telhas	Unidade	15050	15050
	Panelas	"	470	470
	Potes	"	180	180
20 curtumes	Meios sola	"	1030	490

FREG. ANICUNS

26 teares	Pano grosso	Vara	1500	1000
	Pano fino	"	600	400
02 alambiques	Aguardente	Canada	288	-
66 monjolos	Farinha de milho	Alqueire	3000	1500
02 queijeiras	Queijo	Unidade	1000	800





FREG. OURO FINO

12 teares	Pano grosso	Vara	1400	590
12 engenhos	Rapadura	Arroba	1800	1050
09 alambiques	Aguardente	Barril	880	700
16 rodas	Farinha	Alqueire	2400	390
36 monjolos	Farinha de milho	"	2600	2100
04 olarias	Telhas	Unidade	8000	8000
04 curtumes	Peles	"	300	100
02 caeiras	Sal	Alqueire	1800	1800

FREG. S. JOSÉ DE MOSSÂMIDES

08 teares	Pano grosso	Vara	2500	800
	Pano fino	"	200	120
Engenhos de cana	Açúcar	Arroba	1260	859
	Rapaduras	Unidade	8000	5500
03 alambiques	Aguardente	Canada	4000	4000
12 rodas	Farinha	Alqueire	600	350
70 monjolos	Farinha de milho	"	1500	900
05 moinhos	Fubá	"	4000	2150

FREG. DE RIO VERDE

10 teares	Pano grosso	Vara	300	-
	Pano fino	"	300	-
02 engenhos	Açúcar	Arroba	100	-
	Açúcar mascavo	"	150	-
01 engenho se serra	Madeira	Dúzia	30	30
01 olaria	Telha	Unidade	6000	6000
60 monjolos	Farinha de milho	Alqueire	6000	-



FREG.SANTA RITA

08 teares	Pano	Vara	1600	1400
03 engenhos	Açúcar	Arroba	320	200
	Rapadura	"	700	300
325 engenhocas	"	"	6500	500
01 alambique	Aguardente	Canada	150	125
367 rodas	Farinha	Alqueire	15530	1000
04 monjolos	Farinha de milho	"	400	100
43 queijeiras	Queijo	Unidade	2150	1150
03 curtumes	Meios sola	"	150	120

FREG. DE CURRALINHO

56 teares	Pano grosso	Vara	7200	4000
49 engenhocas	Rapadura	Arroba	3456	3120
04 alambiques	Aguardente	Barril	450	450
22 rodas	Farinha	Alqueire	220	200
180 monjolos	Farinha de milho	"	27600	9000
02 engenhos de serra	Madeira	Dúzia	300	300
13 olarias	Telhas	Unidade	40000	40000
06 curtumes	Peles	Unidade	1200	1200

Fonte: Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1862 pelo presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. In: Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1861-1863 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX). p.166-172

Vara equivalia a 1,10 metro ** Medida equivalente a 72 litros*

Medida equivalente a 14,7 quilos **Uma canada equivalia a 2,662 litros ou o*

**** Um barril era igual a 83,8 litros equivalente a 04 quartilhos.*

Conforme se pode observar na Tabela 2.2, apesar das dificuldades de transportes, desenvolveu-se paralelamente à criação de gado em Goiás uma produção agromanufatureira importante não apenas para satisfazer às necessidades básicas do consumo local, mas, com algum excedente comercializado nas vilas e cidades da região e, até mesmo fora da Província. Sendo o produto agromanufaturado menos perecível do que a produção agrícola *in natura* os produtores poderiam transportar suas mercadorias em cavalos, mulas ou carros de bois a longas distâncias e vender ou trocar estes por produtos substanciais ao consumo local como o sal, ferramentas, utensílios de uso domésticos, tecidos, aviamentos e arreios. Os produtos agromanufaturados acabavam substituindo na sua ausência também o pagamento dos serviços de trabalhadores na lida da lavoura.⁹⁷

Observando a Tabela 2.2 nota-se que a produção agromanufatureira era essencialmente de artigos dirigidos ao consumo interno como tecidos de algodão, açúcar, rapadura, doces, queijos, aguardente, fumo, farinhas de milho e mandioca, sendo os produtos derivados da cana-de-açúcar os mais freqüentes em todas as regiões. O comércio destes produtos ficava restrito em grande parte ao mercado interno provincial abastecendo as próprias vilas, sobretudo, os centros mais populosos como Meia Ponte e a Capital da Província. O pouco excedente da região sul era exportado para Paracatu e Uberaba no Triângulo Mineiro e o do norte enviado para Belém do Pará. Todavia, o principal produto de exportação da província era o gado bovino exportado para Rio de Janeiro e São Paulo, via Minas Gerais, através dos boiadeiros e negociantes mineiros.

97

Saint-Hilaire relata que os trabalhadores braçais encontravam grande dificuldade de receber seus salários, embora este não passe de \$600 réis por semana, e alguns negros me disseram que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas, onde o pagamento era feito em mantimentos, os quais eles não conseguem vender. SAINT-HILAIRE, 1975. Op. Cit. p.27

Em geral, considera-se que durante grande parte do século XIX, Goiás permaneceu relativamente isolado do contexto econômico nacional, devido à atividade econômica centrada na agropecuária, com uma produção predominantemente voltada para o abastecimento familiar e mercado local. Pode ser entendido esse contexto histórico, segundo Funes, como

uma estrutura econômica não de pura subsistência, mas sim de uma economia em que havia produção para o mercado, externo e interno, mas não com uma produção suficiente para atender às necessidades básicas da província. [...] A agricultura apesar de diversificada nunca foi dinâmica; plantavam-se todos os gêneros básicos à alimentação, sendo a maior produtividade o milho e em menor escala o feijão, o arroz, a mandioca e a cana-de-açúcar. O gado exportado, cujo valor superava o dos gêneros agrícolas, não era suficiente para equilibrar a balança comercial que sempre esteve inclinada a favor das importações. O sal e as fazendas secas bastavam para superar o montante resultante da venda do gado vacum. O mercado interno limitava-se à circulação de produtos agrícolas de forma muito restrita, uma vez que os produtos básicos da alimentação em Goiás como o milho, o feijão, o arroz e a farinha eram produzidos em todas as vilas, havendo maior procura em períodos de escassez como, por exemplo, ocorridos em 1819, 1830-33 e em 1842.⁹⁸

Grande parte da historiografia goiana⁹⁹ de uma maneira geral é unânime em afirmar que os principais fatores que contribuíram para o precário desenvolvimento da agricultura no período pós-mineratório foram: a) o desprezo do mineiro pelo trabalho agrícola;

98 FUNES, 1986, p.61-67

99 Ver FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Ed. UFG: Goiânia, 1986; BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás Modernização e Crise - 1920-1960*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994; CAMPOS, Itami F. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia, CEGRAF, 1987; PALACÍN, Luis. *Goiás 1722-1882*. Oriente: Goiânia, 1982; PALACÍN, Luis. *O século do ouro em Goiás*. Ed. UCG: Goiânia, 1994; SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escavidão na capitania de Goiás*. (Coleção documentos Goianos, 24) Ed. UFG: Goiânia, 1992.

b) a omissão das autoridades governamentais; c) a cobrança dos dízimos; d) o pequeno consumo motivado pelas dificuldades de circulação de mercadorias em consequência da precariedade das estradas e a distância entre as vilas; e) as rudimentares técnicas de cultivo praticadas em Goiás.

No entanto, mesmo não havendo equipamentos modernos para lavrar a terra e fazer as colheitas, o volume da produção e cultura da cana-de-açúcar teve um relativo crescimento ao final do século XIX, uma vez que os produtos provenientes da cana – açúcar, rapaduras e aguardente – tornavam-se importantes porque poderiam ser barganhados nos mercados local e regional por outros gêneros indispensáveis ao consumo doméstico nas fazendas como ferramentas, tecidos, sal, café etc. Embora não em grandes proporções o açúcar sempre figurou entre os produtos de exportação de Goiás. Seu cultivo era à base da enxada, do machado, queimadas e a produção por olhaduras e toletes. A cana caiana era preferida para o cultivo dos lavradores, seguida pela listrada, pela crioula e pela miúda, sendo relativamente de fácil cultivo, sobretudo, por não serem afetadas por pragas – com exceção das brocas que podiam comprometer toda a plantação. A cana era plantada entre os meses de outubro e janeiro e após um ano já podia ser cortada; uma plantação durava em média três anos, podendo ser cortada duas ou quatro vezes; um hectare produzia em média 40 a 100 toneladas de cana a um custo que variava de 8\$000 mil réis. Os impostos que incidiam sobre a produção, venda e consumo do açúcar eram da ordem de 5% da venda bruta do mercado.¹⁰⁰

Em 1905, figuravam entre maiores produtores de açúcar, os municípios de Goiás, Corumbá, Bomfim, São José do Duro e Santa

100

Relatório apresentado ao Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, pelo bacharel José Alves de Castro, secretário de Instrução e Justiça, Terra e Obras Públicas, em 21 de abril de 1905. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI), p.222-228

Luzia. Os engenhos eram de bangüê e engenhocas que produziam uma safra de 150 a 12.000 quilos; as moendas tinham 01 metro de altura e de 1 a 02 metros de circunferência, com formas que variavam entre 110 a 900 litros; a evaporação era feita em tachos de cobre; durante a moagem utilizava-se o trabalho de 08 pessoas que trabalhavam por \$500 a 1\$000: sendo \$500 por dia para mulher e 1\$000 mil réis por dia ao homem, além da alimentação. Empregava-se no trabalho de moagem além de homens e mulheres, crianças acima de nove anos.¹⁰¹

A produção de açúcar, cachaça e demais derivados da cana-de-açúcar também era comum em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, embora nestas regiões a produção fosse voltada a mercados mais amplos, ao passo que em Goiás a produção era basicamente para o abastecimento do mercado local: o pouco excedente era comercializado nas poucas vilas do sul de Goiás e, principalmente, em mercados do Triângulo Mineiro. Nestas regiões, a cachaça era uma bebida consumida em grandes proporções pela população residente das fazendas e vilas, diante da carestia dos diversos produtos importados. O vinho, que era extremamente caro e considerado uma bebida de luxo mesmo para os mais abastados. Saint-Hilaire que se hospedou no palácio de governo a convite do então Capitão General Fernando Delgado Freire Castilho, observou que “o vinho aparecia à mesa todos os dias, mas aparentemente apenas como enfeite, o governador não tomava mais do que um cálice e, eu bebi apenas água.”¹⁰²

No julgado de Santa Cruz – cujo território que compreendia a atual região sul de Goiás – Silva e Sousa já notava em 1832, uma intensa migração mineira na região que se dedicava à agricultura e criação extensiva. De acordo com o seu relato havia no julgado de 37 sesmarias mais ou menos cultivadas, 816 roças mais ou menos consideráveis e algumas insignificantes; havia somente

101 Ibid.

102 Em ocasião à sua visita a Vila Boa o vinho custava não menos de 1\$500 réis a garrafa. SAINT-HILAIRE, 1875, Op. Cit. p. 55

19 pequenos engenhos que fabricavam açúcar, aguardente e rapaduras, porém, nem todos trabalhavam durante todos os anos. Os lavradores plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e algumas raízes de comestíveis, um pouco algodão, café e tabaco somente para o consumo doméstico. As fazendas de gado cresciam à medida que os geralistas chegavam juntamente com seus roceiros, que também eram criadores, organizavam seus estabelecimentos e apascentavam o gado em comum.¹⁰³

A fabricação de tecidos era doméstica e havia no termo de Santa Cruz 387 teares particulares de madeira em que fabricavam o pano de algodão grosso que vestia os escravos e as pessoas pobres e o que sobrava era exportado era comercializado a \$160 réis a vara. Além de algodão grosso, tecia-se panos finos de algodão, cobertas de cama entrelaçadas de lã com diversas cores e riscados que serviam ao uso doméstico. Os panos eram tingidos com anil e ruivinha. As rodas de fiar eram tocadas com o pé e custavam cerca de 3\$000 mil réis cada uma. Existiam ainda no julgado 330 rodas de fiar, e os fusos de mão que seriam tantos, quantas as mulheres do distrito.¹⁰⁴

Comercializava-se algum tabaco que era vendido a um preço que variava entre \$900 e 1\$200 réis, por rolo de 32 varas. O algodão em caroço e o café em casquinha eram comercializados ao preço de \$600 e 1\$800 réis por arroba respectivamente. O comércio interno dos produtos da lavoura era realizado com os estabelecimentos comerciais que compravam farinha, feijão, toucinho, carne de vaca seca, açúcar, aguardente, rapaduras e mamonas. Os porcos suas carnes e toucinho salgados eram comercializados na capital de Vila Boa e na Vila de Paracatu. Ainda exportavam gados em pé para os povoados; couros de bois, sola e peles curtidas, somando uma exportação total de 5.200\$000 mil réis.¹⁰⁵

103 SILVA E SOUSA, *Apud.* TELES, 1978, p.160.

104 *Ibid.*, p.160-161.

105 SILVA E SOUSA, *Apud.* TELES, 1978, p. 161.

O Julgado de Santa Cruz importava o sal a um montante de 1000 alqueires, ferro em 10 quintais, aço em 3 quintais, enxadas, foices, machados, chumbo, pólvora, enxofre, drogas de botica, papel, panos de lã, chapéus, salitre, tecidos de seda e algodão, canqueleiras, vinho, aguardente, louças e vidros sendo todos esses produtos pagos em dinheiro. Os gastos com a importação superavam os valores dos produtos que exportados. Os animais mais utilizados nos transportes eram os cavalos e éguas e havia na região poucas mulas. Em 1832, as poucas bestas muares eram comercializadas ao preço de 21\$000 a 36\$000 mil réis e os cavalos em torno de 16\$000 mil réis. Existiam 12 lojas e 31 tavernas que comercializavam em seus estabelecimentos sal, vinho, aguardente e comerciando sem residência certa alguns mascates. Duas estradas principais saíam do Julgado de Santa Cruz em direção à Capital do Império: a de São Paulo e a de Minas Gerais.¹⁰⁶

TABELA 2.3 – EXPORTAÇÃO E VENDAGEM DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE GOIÁS – 1861

Municípios	Exportação e vendagem							
	Milho	Feijão	Arroz	Trigo	Fumo	Mamona	Algodão	Café
Jaraguá	-	-	-	-	-	-	-	-
Meia-Ponte	14950	2100	11300	31	68	510	800	1650
Corumbá	-	-	-	150	600	-	-	5000
Bomfim	6584	1894	3512	30	1300	421	-	802
Santa Luzia	200	50	7000	48	200	100	-	802
Formosa	800	100	400	-	-	80	-	-
Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-
Catalão	300	600	700	-	-	100	-	-
Pilar	3000	640	1630	-	50	350	-	-

S. José do Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-
Cavalcante	300	180	300	512	-	800	-	1000
Arraias	225	198	819	-	163	40	33	31
Conceição	1200	80	1200	-	-	30	-	-
Palma	600	100	700	-	20	08	-	-
Capital (6 freguesias)	12200	3700	13200	-	320	1050	200	80
Total em Alq.res	40359	9642	40261	771	3333	3389	1033	8863

Fonte: Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1862 pelo presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. In: Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1861-1863 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX). p.173

Apesar do crescimento da população, dos rebanhos e um tímido crescimento da produção agrícola a partir da segunda metade do século XIX, ao analisar os relatórios dos presidentes de Província e de Estado entre os anos de 1843 a 1910, nota-se de uma maneira geral que todos que passaram pela administração pública em Goiás lamentavam a ausência de meios de transportes eficientes, associadas as já mencionadas técnicas rudimentares técnicas de preparo da terra, cultivo e colheita que eram realizadas à base do uso da enxada, foice e machado¹⁰⁷. Além destes fatores, a pesada cobrança dos dízimos que incidia sobre os gêneros da lavoura e a falta de capitais

107

"O sistema de preparo do solo não era diferente em relação às demais regiões brasileiras: empregava-se a coivara. A partir de maio, faziam-se às derrubadas e em agosto e setembro procedia a queimada, limpava-se o solo e ao sinal das primeiras chuvas, plantava-se. Esta prática, além de destrutiva, fazia com que o agricultor diante da disponibilidade de terra, após 02 ou 03 anos de cultivo saísse em busca de outra área. Assim a população tornava-se dispersa e ia afastando-se cada vez mais dos centros consumidores. [...] Em Goiás, praticava-se o plantio consorciado, por exemplo, plantava-se milho deixando entre uma cova e outra, 5 palmos; depois, no mesmo terreno plantava-se a mamona, a fava, o feijão ou mandioca. O arroz e o algodão objetivando maior produção eram plantados separadamente, também seguia o modelo de plantio em covas." FUNES, 1986; Op. Cit. p.72-73

impossibilitou o desenvolvimento de uma agricultura mais dinâmica durante o século XIX. Mesmo assim, com todas essas adversidades ocorreu o desenvolvimento de uma produção diversificada para o abastecimento familiar e local e o pouco excedente era comercializado e exportado para fora da província conforme se pode observar na Tabela 2.3. No ano de 1861, além de agromanufaturados, Goiás ainda exportava milho, arroz, feijão, trigo, café, mamona e fumo.

Conforme a observação dos relatos de viajantes que passaram por Goiás no século XIX, apenas três pessoas empregavam técnicas de cultivo e preparo da terra diferente dos padrões convencionais praticados, utilizando a adubação e o arado. Saint-Hilaire faz referência ao comendador Joaquim Alves de Oliveira de Meia Ponte, que tinha deixado de lado o método primitivo dos brasileiros de cultivar a terra e passou a utilizar o arado e adubar a terra com o bagaço da cana não havendo, portanto, a necessidade de queimar novas matas todo o ano. Outro caso era do vigário de Santa Luzia, João Teixeira Alvarez, que seguindo as instruções do *Tratado de Cultura das Terras* de Duhamel mandou fazer uma charrua para arar as terras que tinham sido invadidas por capim gordura. Todos os agricultores das redondezas tentaram convencê-lo de que a cana-de-açúcar não poderia vingar em terreno descampado. Mas, com a aplicação do arado e adubagem produziu-se excelente cana.¹⁰⁸ Cunha Mattos destacou “o engenho do Padre João Teixeira, onde teria visto os escravos trabalharem com dois arados.”¹⁰⁹

No transcorrer do século XIX os métodos e técnicas de cultivo pouco mudaram. Mas, no último quartel do século XIX, à medida que Goiás começou a se integrar à região sudeste do país em decorrência da melhoria das vias de comunicação e transporte através da

108 SAINT-HILAIRE, 1975.

109 MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. Convênio SU-DECO/Governo de Goiás, Secretaria de Planejamento e Coordenação: Goiânia, 1979 p.173. *Apud*. FUNES, 1986 p.74.

estrada de ferro, ocorreu um crescimento do mercado consumidor interno e ampliaram-se as relações comerciais com a exportação de produtos agropecuários. Conforme relatório apresentado por J. Alves de Castro ao presidente do Estado José Xavier de Almeida os maiores municípios produtores de cana-de-açúcar e seus derivados eram Goiás, Corumbá, Bomfim e Santa Luzia; produtores de fumo Goiás, Bela Vista, Santa Cruz, Antas e Jaraguá; os cristais eram extraídos na Serra dos Cristais, no município de Santa Luzia¹¹⁰. Neste período, já era perceptível uma relativa diversificação da produção agrícola goiana, conforme os dados relativos às exportações da Tabela 2.4.

TABELA 2.4 - EXPORTAÇÕES DE GOIÁS, 1884-1905

Produtos	1884-1885*	1901	1902	1903	1904	1905
Pecuária e derivados						
Gado bovino	28326	60216	66171	30301	48661	51286
Gado cavalari	549	292	39	228	26	39
Gado suíno	2155	1403	4191	5452	3547	4119
Carne seca -Kg	0	142	254	0	24	0
Toucinho - kg	0	107385	113425,5	98403,5	102392	63437
Crina de gado - Kg	0	0	0		14	0
Meios sola e couros	70810	16798	8003	9176	2311	9037
Lavoura						
Fumo - kg	69510	136367	210455	142776	261051	250756
Café - Kg	0	5055	2212,5	1790	100	2846,5

110

Mensagem apresentada pelo Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, a Assembléia Legislativa do Estado de Goyaz em 24 de maio de 1902. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI).

Algodão em rama - Kg	0	450	750	0	150	
Cebolas - Kg	0	0	0	52	0	
Arroz - litros	0	50650	0	88630	321910	737660
Feijão - litros	0	3400	0	26280	3410	12100
Amendoim - litros	0	0	0	760	1020	0
Agromanufaturados						
Açúcar - Kg	0	21816	29792	49905	38274	17387
Marmelada - Kg	0	8526	5110	9054	9060	5387
Farinha de mandioca - litros	0	0	0		16080	0
Fubá - litros	0	0	0	20	128	0
Doces - Kg	0	0	0		16	0
Aguardente - litros	0	824	1445	1892	980	0
Polvilho - litros	0	0	0	200	0	50
Farinha de milho - litros	0	5600	0	10360	480	6120
Sabão -Kg	0	0	222	83	30	105
Extrativismo						
Borracha - Kg	0	14407	7806	48218	93826000	74842712
Cristais - kg	1300	25084	27632	21954	25138	24045
Pesca						
Peixe - Kg	0	0	75	161	0	60

Fonte: Relatório dos Presidentes da Província de Goiás - 1884/1885;
Mensagens dos Presidentes do Estado de Goiás 1890/1910.

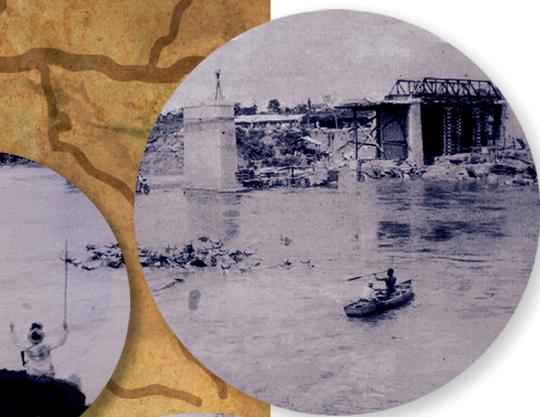
* No exercício supracitado não ocorreu nenhuma exportação de gêneros da agricultura.

No final do século XIX e início do século XX, o fumo tornou-se o principal produto agrícola de exportação por ser muito procurado nos mercados da corte e de outras províncias. No Rio de Janeiro

“o fumo goiano chegava a ser comercializado ao preço de 30\$000 réis a arroba.”¹¹¹ Em 1888, “somente uma casa de comissões, em Casa Branca, recebera de Goiás, 20 mil arrobas de fumo.”¹¹² Na década de 1890,

os municípios de Bela Vista e Pirenópolis figuravam entre os maiores produtores de fumo. Nestas cidades chegaram a ser organizadas duas empresas: em Bela Vista a sociedade Canêdo & Ramos para preparar e exportar fumo e, em Pirenópolis, as firmas Pina & Irmão e Francisco José de Sá.¹¹³

O fumo era cultivado na sua forma extensiva, dispensava quase sempre a lavra e a adubação do terreno, sendo geralmente plantado em terrenos fofos e profundos, intercalados à plantação de milho, preferencialmente em terrenos novos e férteis até que se esgote o húmus, procurando em seguida outro terreno nas mesmas condições.¹¹⁴ Depois de manufaturado, o fumo estava pronto para ser transportado e comercializado, sendo geralmente, “conduzido por tropeiros para os mercados do sudeste. O retorno era altamente compensado pela importação de produtos manufaturados e gêneros agrícolas que complementavam as necessidades do consumo local.”¹¹⁵



111 LEAL, Oscar. p.68

112 Jornal o Goyaz de 07 de fevereiro de 1890. *Apud.* FRANÇA, p.151

113 Ibid.

114 AZZI, Ricardo; FUCCELLA, Vito. *A cultura do fumo*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio do Estado de São Paulo: São Paulo, 1930. p. 22-27.

115 FRANÇA, 1975, p.151

2.2 CONJUNTURAS DA ECONOMIA GOIANA: OS PROBLEMAS E O CRESCIMENTO

As dificuldades enfrentadas com transportes acabaram também comprometendo a qualidade dos rebanhos bovinos e o desenvolvimento da criação de gado no sul de Goiás, por um lado, pela carência do sal e por de outro, pela falta de cuidados com o manejo e criação dos bovinos, conforme testemunho dos viajantes e presidentes de províncias durante o século XIX. Conforme esses relatos a falta do sal talvez um fosse um dos principais fatores que dificultavam o desenvolvimento da criação de gado em regiões mais afastadas do litoral como o interior de Minas e Goiás.¹¹⁶ Saint-Hilaire notou também que nas poucas propriedades que existiam nas redondezas de Vila Boa, o sal era dado muito raramente ao gado e tinha apenas o intuito de fazer com que os animais aprendessem a conhecer a casa do seu dono.¹¹⁷

Na década de 1860 o viajante Vicente Ferreira Gomes, na cidade de Palma, no então norte de Goiás notou que tanto

o gado tanto vaccum, como cavallar, os carneiros, as cabras, os porcos, todos rodeam a casa de seus senhores, estão dias inteiros sem procurar pastos lambendo unicamente as terras do terreiro, as beiradas das casas

116 O sal de Serro Frio, uma comarca, que tirada a mineração seus habitantes não se poderão occupar senão em crear, e a mais visinha a estas salinas, corre ordinariamente pelo preço de 4\$800 a broaca que conterà cous de 24 pratos. Estes annos passados por causa das tergiversações e contractos sobre o sal no Rio de Janeiro chegou este aqui a preço de 12\$000 a broaca: por cuja causa ainda muitas d'essas mesmas poucas e pequenas creações acabaram com muito prejuizo do público e particular. GOMES, Vicente Ferreira. *A cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do Norte da Província de Goyaz*. In: Revista do Instituto Histórico Geographico Ethnographico do Brasil. Tomo XXV. Typ. De D. Luiz dos Santos: Rio de Janeiro, 1862. Op. Cit. p.434

117 Saint-Hilaire ao passar por Santa Luiza em 1819 relata que "alguns agricultores que viviam em estado de miséria, chegavam a passar meses comendo alimentos sem sal, por não poderem comprá-lo." SAINT-HILAIRE, 1975. Op. Cit. p.27 e 90

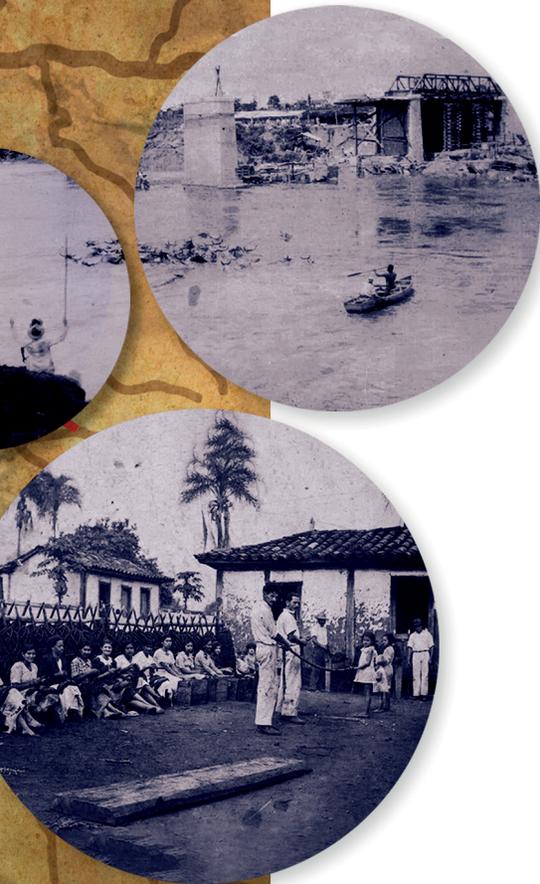
salobras com as ourinas; correm sôfregos às queimadas à pastarem das mesmas cinzas; e até os ossos dos companheiros mortos e espargidos pelo campo os aproveitam também por causa do sal que n'elles se contém.¹¹⁸

Nas regiões mais distantes por onde passava, notava campos férteis e vastos despovoados de gente e de animais “viajava-se por elas dias inteiros, e não se via uma só rês, parece um campo onde só reina a solidão.”¹¹⁹

José Martins Pereira de Alencastre em sua breve passagem pela presidência da província deixou um relatório minucioso da situação administrativa, política, econômica e social de Goiás nos momentos que antecederam a Guerra do Paraguai. Destacou a importância da pecuária como a principal fonte de riquezas e arrecadação aos cofres públicos e fez uma análise crítica das precárias condições em que se encontravam os rebanhos bovinos cuja produção encontrava-se, naquele momento, estacionada e subdesenvolvida em muitos municípios do sul da Província. Dentre os fatores observados por Alencastre e que representavam um empecilho ao crescimento dos rebanhos bovinos na província destacam-se: 1) o fato dos fazendeiros não se preocuparem em melhorar as raças; 2) em geral, cerca de um terço do rebanho não recebia nenhum tratamento e era dizimado por carrapatos, morcegos e onças; 3) em geral, as fazendas não tinham cômodas precisas para beneficiar o gado; 4) na região sul, os rebanhos definhavam pela falta de sal, cuja importação era muito onerada pelos altos impostos e custos de transporte, o que fazia com que os criadores menos abastados evitassem comprá-lo. Apesar disso, o gado do sul da província era o que alcançava os melhores preços nos mercados consumidores, por ser beneficiado com maiores cuidados pelos fazendeiros, que já se preocupavam em cruzar as raças. Os fazendeiros do norte não tinham, as mesmas

118 GOMES, V. 1862, p.433.

119 Ibid.



preocupações, apesar de verem seus rebanhos depreciados nas praças da Bahia e mesmo na Província de Minas.¹²⁰

J. A. Leite Moraes em seu diário, *Apontamentos de viagem* em que procurou descrever a viagem que fez a Goiás por ocasião de sua posse na presidência da província em 1881, quando passava pelas terras do sul observou que era rara a existência de pastos fechados com cerca de arame. Na maioria das fazendas e pousos que percorreu, desde a margem do Rio Grande até à capital da província Vila Boa, os viajantes tinham que deixar seus animais soltos em um encosto, que era um cercado de mata e brejo com apenas uma entrada, o que resultava em grandes contratempos, incertezas e demoras da viagem, devido ao ocultamento e fuga de animais.¹²¹ Alertava também que o viajante, nos pousos do sul da província deveria ser precavido com os arreios, para não ser surpreendido por reses, que

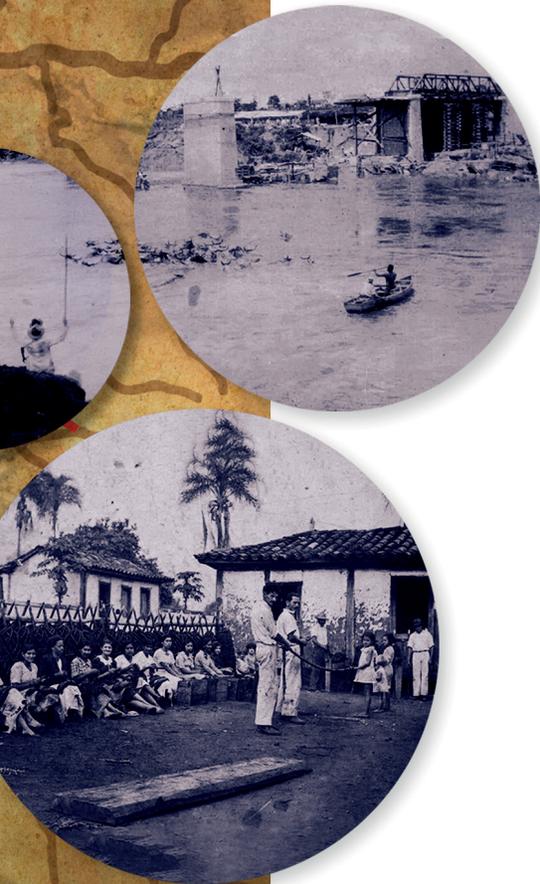
devido à carência do sal entravam sorrateiramente nos acampamentos, arrastavam couros, baixeiros, freios, cabrestos etc. e os reduzem a trapos. Aqui e ali via se uma ou outra rês pastando nos campos. [...] Os moradores à beira da estrada eram pobres e residiam geralmente em casebres de palha e miséria extrema.¹²²

Numa amostragem de 536 de inventariados que viveram entre os anos de 1843-1910, o sal foi mencionado e inventariado em apenas 28 casos, ou seja, em apenas 5,4%. As observações de Ferreira Gomes, Alencastre e Leite de Moraes são consistentes, com as informações materiais. A primeira referência ao sal como bem somente apareceu em 1861, no inventário de Domingos Pereira de Mattos, que além de possuir um dos maiores rebanhos da região, com 282 cabeças de animais e,

120 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1862 pelo presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1861-1863 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX), p.174

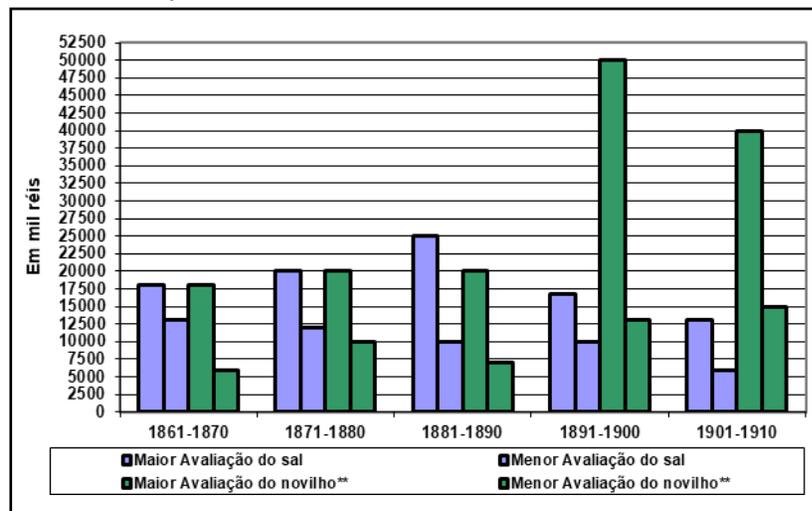
121 LEITE MORAES, J. A., 1995.

122 LEITE DE MORAES, J. A., 1995. p. 82-84



provavelmente de uma das maiores fortunas do período, com um *monte-mor* avaliado em 32.360\$250 contos de réis.¹²³ Os maiores estoques de sal, aparecem em inventários de criadores que possuíam um número superior a 100 cabeças, e naqueles de pequenos e grandes negociantes proprietários de estabelecimentos comerciais, como por exemplo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que era também capitalista e criador e possuía o maior rebanho com mais de 5000 cabeças de gado. Portanto, o sal durante o século XIX e, mesmo nas primeiras décadas do século XX, era em Goiás uma especiaria rara e cara e inacessível em proporções consideráveis para a grande maioria da população goiana, não atendendo as necessidades básicas do crescente rebanho bovino da região sul.

GRÁFICO 2.2 - COMPARAÇÃO DO VALOR DO SACO DE SAL COM O PREÇO DO NOVILHO DE TRÊS ANOS, SUL DE GOIÁS - 1860-1910



Fonte: *Escrivanía de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

*Os sacos de sal possuíam em média 28 a 30 quilos.

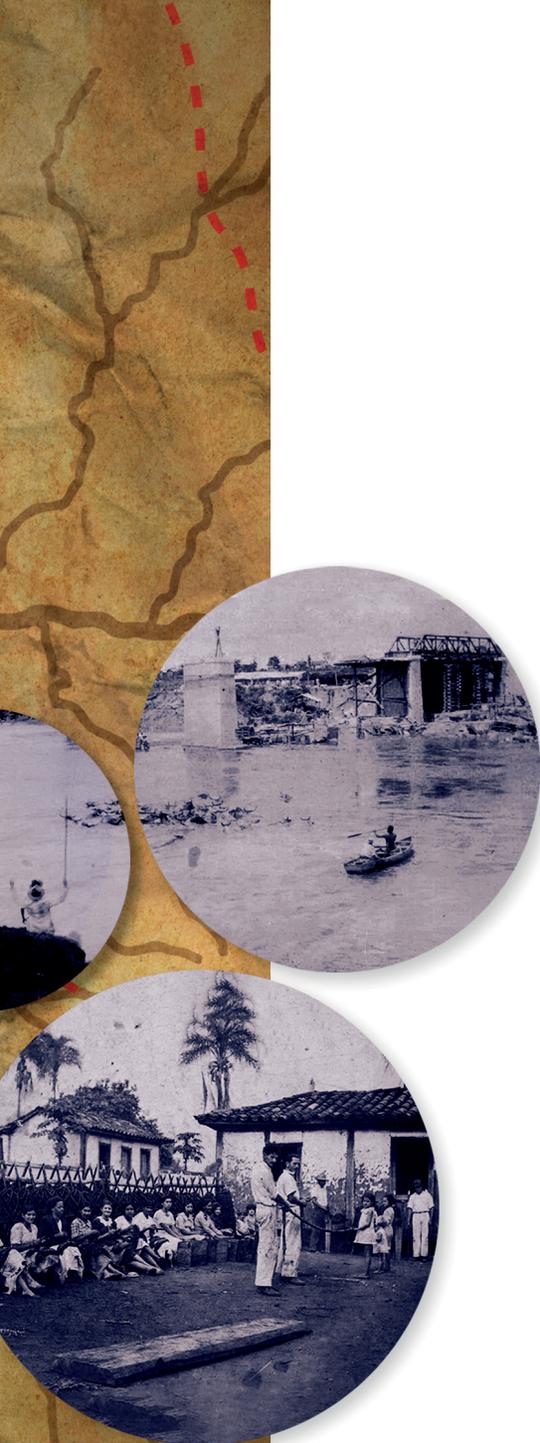
** Novilho de idade de 03 anos

A partir do cruzamento das informações, referentes ao sal, nos inventários *post-mortem*, nos relatos de memorialistas e viajantes e, relatórios de presidentes de província, comparando o seu preço com um novilho de três anos entre os anos de 1860 a 1910, pode-se concluir que o sal era muito caro mesmo para aqueles grandes criadores que tinham centenas de cabeças de gado. O valor de um saco de sal, durante grande parte do período, conforme as informações presentes no Gráfico 2.2, era equivalente e, na maioria dos casos, superior ao do novilho de três anos. Um novilho erado e bom custava nas décadas de 1860 e 1870 o preço 18\$000 mil réis equivalente a um saco de sal. Se fosse um novilho de qualidade inferior que era avaliado entre 6\$000 e 10\$000 mil réis, o fazendeiro teria que dispor de dois a três novilhos para comprar apenas um saco de sal.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 2.2 na década de 1860 o preço do saco de sal, variava entre 13\$000 e 18\$000 mil réis, já um novilho de 3 anos, bom, 18\$000 e um de qualidade inferior valia 6\$000 mil réis; na década de 1870 o saco de sal era avaliado entre 20\$000 e 12\$000 mil réis e o novilho, entre 10\$000 e 20\$000 réis; na década de 1880, o saco de sal era avaliado entre 10\$000 e 25\$000 mil réis e o novilho, entre 7\$000 e 20\$000 mil réis; na década de 1890 percebeu-se uma valorização do preço do novilho em relação ao saco de sal, sendo este avaliado entre 10\$000 e 18\$000 mil réis e o novilho entre 13\$000 e 50\$000 mil réis; na década de 1910, apesar da crise no comércio de gado, a valorização do novilho em relação ao sal se manteve, este fora avaliado entre 6\$000 e 13\$000 mil réis, e o novilho entre 15\$000 e 40\$000 mil réis.

Além da carência do sal, dentre os fatores que dificultaram a criação de gado, em Goiás durante a segunda metade do século XIX e que prevaleceram até a primeira metade do século XX na pecuária goiana, foram segundo Horieste Gomes:

em primeiro lugar, a ausência de delimitação das fazendas em decorrência da ausência de cercas – que somente começaram a aparecer na descrição dos inventários a



partir de 1890 – o que dificultava o manejo e o raceamento do gado; em segundo lugar, a falta de um sistema efetivo de transportes, de financiamento e assistência técnica e profilática ao pequeno e médio proprietário; em terceiro lugar o desinteresse ou falta de esclarecimento no que tange à formação de boas pastagens e melhoria dos rebanhos, através de cruzamentos e tratamento zootécnico; em quarto lugar, as grandes distâncias, que separam os centros de criação dos de abate, acabam determinando o surgimento de inúmeros campos de recria, ocasionando prejuízos aos criadores.¹²⁴

As grandes distâncias colocavam o gado em uma concorrência desvantajosa em relação às regiões criadoras como Minas Gerais e Paraná, nos principais mercados consumidores do Rio de Janeiro e São Paulo. Diante destas dificuldades quem mais lucrava com o comércio do gado eram negociantes que se deslocavam de Minas Gerais e Paraná que compravam dezenas de cabeças de gado nas porteiras das fazendas goianas a preços mais baixos; arrebanhavam plantéis de centenas de cabeças, e seguida, engordavam-nos nas invernadas e por fim, os revendiam nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

TABELA 2.5 - EXPORTAÇÃO E PREÇO MÉDIO DO GADO VACUM EXPORTADO DE GOIÁS - 1861

Cidades	Produção anual	Exportação e venda anual	Para onde foi exportado	Preço da venda Em Mil Réis
REGIÃO NORTE				
Porto Imperial	4000	400 a 500	Bahia	8 a 10\$000
Natividade	3000	500 a 1000	"	7 a 8\$000
Conceição	12161	2500	Bahia e Maranhão	7 a 10\$000
Arraias	7 a 8000	1500 a 2000	Bahia	7 a 10\$000

Taguatinga	2000	500	"	7 a 8\$000
Cavalcante	-	-	-	-
S. Domingos	12000	4000	Minas e Bahia	8 a 10\$000
REGIÃO CENTRO SUL				
S. José	800	200	Minas e Capital	15 a 20\$000
Pilar	3 a 3600	500 a 600	"	15 a 20\$000
Capital	11 a 13000	4 a 5000	Minas	20 a 30\$000
Jaraguá	5000	2000	"	20 a 25\$000
Meia Ponte	2000	800	"	"
Santa Luzia	2500	1000	"	"
Corumbá	2800	800	"	15 a 25\$000
Bomfim	8582	2212	"	20 a 25\$000
Santa Cruz	6 a 7000	1000 a 2000	"	25 a 30\$000
Catalão	3000	500	"	"
Formosa	3 a 4000	600 a 700	"	20 a 30\$000

Fonte: Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1862 pelo presidente da Província José Martins Pereira de Alencastre. In: Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1861-1863 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX), p.176

Conforme a Tabela 2.5 o gado da região sul de Goiás, era mais valorizado do que o da região norte. Em 1861, a criação de gado do sul começava a se destacar em relação à região norte de Goiás, em volume de gado exportado como em valor. A região sul exportou em 1861 cerca de 15.000 cabeças de gado, enquanto o norte havia exportado aproximadamente 10.000 cabeças. O gado do norte era negociado nas praças da Bahia, Maranhão e Minas Gerais a um preço médio que ficava entre 7\$000, já o gado do sul alcançava uma cifra

nos mercados de Minas Gerais em torno de 15\$000 e 30\$000 mil réis. A partir destes dados pode-se supor que a participação da região sul na receita da província era mais significativa do que do Norte.

Confrontando os preços do gado em Goiás com os praticados na região de Leopoldina no sul da Província de Minas Gerais, percebe que o comércio do gado era um negócio muito lucrativo para os boiadeiros – ou negociantes de gado – que se deslocavam das regiões citadas e vinham a Goiás comprar gado. Em Leopoldina, no sul de Minas Gerais,

na década de 1853 uma vaca era vendida por 13\$000 a 14\$000 mil réis; em 1855, entre 19\$000 e 22\$000 mil réis; em 1857 já era comercializada por 30\$000 a 50\$000 mil réis. Um boi custava de 30\$000 a 35\$000 mil réis em 1853; em 1855 de 40\$000 a 45\$000 mil réis; e, em 1857 valia entre 50\$000 a 55\$000 mil réis.¹²⁵

Enquanto no sul de Goiás entre os anos de 1852-1854 uma vaca era avaliada nos inventários por 7\$000 a 8\$000 mil réis, em 1857 chegou a ser avaliada entre 10\$000 a 12\$000 mil réis. Fazendo uma comparação os valores nominais entre os preços do gado em Goiás com os preços praticados em Minas Gerais, pode-se concluir o quanto que os negociantes mineiros lucravam com o comércio do gado goiano, que depois da engorda em suas invernadas reexportavam a excelentes preços aos mercados consumidores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Além dos mineiros negociantes de gado, negociantes de outras províncias como Paraná, Bahia, Pernambuco e São Paulo também, exploravam o lucrativo comércio de gado com os goianos o que acabava provocando a concorrência, sobretudo, entre os negociantes e criadores de Minas Gerais e Paraná, que além destes últimos possuem os melhores rebanhos, também estavam comprando

gado de Mato Grosso e Goiás e revendendo aos mercados do Rio de Janeiro. Bergad menciona a questão, a partir de um relatório emitido em Uberaba, em 8 de janeiro de 1858, em que os criadores da

maior zona de criação de gado da municipalidade do Prata, em Minas Gerais, que exportava anualmente mais de 10.000 cabeças para o Rio de Janeiro, reclamavam sobre os preços fixados no Rio por um monopólio de compradores constituído por poderosos corretores de gado do Paraná, que não apenas embarcavam seu gado vivo em navios, mas, também compravam a preços mais baixos animais provenientes do Mato Grosso e Goiás e os reexportavam para São Paulo e Rio de Janeiro.¹²⁶

A partir da segunda metade do século XIX à medida que melhoraram as vias de comunicação, com a construção de estradas e pontes e, sobretudo, com a chegada dos trilhos da estrada de ferro que avançavam pelo interior de São Paulo e cruzavam as terras do Triângulo Mineiro em direção a Goiás, ocorreu uma maior integração dos mercados consumidores. Notou-se, conforme se observa no Gráfico 2.2, que depreciaram os preços do sal em relação aos preços do gado bovino, que se acentuou a partir da década de 1890. Mesmo com a valorização do gado bovino em relação ao sal, o seu consumo diário pelo rebanho poderia implicar em altos custos de produção para qualquer grande criador do sul goiano que possuísse algumas centenas de cabeças de gado. Por isso, nessa época por ser o sal um produto de valor muito alto, era um dos preferidos dos grandes negociantes da região do Triângulo Mineiro que intercambiavam e monopolizavam o comércio em Goiás e Mato Grosso.

Outro fator que pode ter sido importante para o crescimento dos rebanhos e estimulado o crescimento da produção agrícola no sul de Goiás, na segunda metade do século XIX, foi a Guerra do Paraguai (1865-1870). Com a guerra, Goiás ficou responsável não apenas por

126

Ver APM, SP 715, relatório emitido de Uberaba a 08 de janeiro de 1858. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Op. Cit. p.115

enviar voluntários aos campos de batalha, mas também arcar com o abastecimento de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal para as tropas sediadas na Província de Mato Grosso. Para o então presidente da província Augusto Ferreira França, Goiás pela sua posição em relação à província do Mato Grosso, era a que possuía as melhores condições para o abastecimento de víveres. Desta forma, em 10 de maio, nomeou comissões municipais em toda a província, incumbindo-as, dentre outros encargos, de estimular os lavradores e criadores a aumentar sua produção a fim de obter víveres necessários e suficientes para as tropas na província de Mato Grosso¹²⁷:

enviou ofícios aos diversos administradores dos distritos de Santa Rita do Paranaíba, em meados de 1865, solicitando o aproveitamento dos gêneros produzidos e espalhados pelos diversos lavradores daquelas localidades. Todos esses víveres deveriam ser concentrados no porto de Santa Rita para serem vendidos aos comandantes das forças em trânsito. Determinou ainda que se fosse necessário comprar mantimento em fazendas mais afastadas, ficava autorizado os administradores a lançar mão das verbas dos cofres da Recebedoria e, na sua falta, poderiam realizar as comprar a crédito e debitas à Fazenda Geral.¹²⁸

127 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de junho de 1865 pelo presidente da Província Augusto Ferreira França. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1864-1870 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.*/ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas X) p.68

128 No noticiário do Correio Mercantil n.º 100, da Cor te, lê-se o seguinte sobre o fornecimento de víveres às forças sediadas no Coxim: "... as forças no Coxim nunca ficaram em tempo algum reduzidas à miséria, desde que ali chegaram tiveram o que comer e suas condições foram progressivamente melhorando. Os abundantes fornecimentos que tem sido feitos às forças, remetendo víveres por conta do governo e dos particulares, tanto desta Capital como de todos os lugares ao sul da província, são devidos em grande parte às facilidades criadas pela administração do presidente Augusto Ferreira França não poupando meios para suprir de víveres as forças, e ao patriotismo do novo goiano". Apud. MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai - 1864/1870*. Coleção Teses Universitárias, Ed. UFG: Goiânia, 1983. p.78-81

Como os lavradores se dedicavam à pequena agricultura voltada para o consumo local e familiar, segundo Zildete Martins

foi criado um grande corpo de agentes que foram incumbidos de remeter gêneros alimentícios quer para o depósito criado em Bahús ou diretamente para as forças militares. Para atender a uma demanda de um consumo imenso, foi necessário expedir carros e tropas de carga da Capital, uns após outros, que eram gradativamente carregados pelo caminho nos municípios de Bonfim, Catalão, Jaraguá, Meia Ponte, e comarcas de Anicuns, do rio Maranhão, Alemão e outros lugares. O presidente da Câmara Municipal da Capital, Franklin da Rocha Lima, foi encarregado de pessoalmente ir aos distritos de Curralinho, Campininha, Pouso Alto e Morrinhos para obter víveres e meios de transporte. [...] Atendendo às solicitações dos agentes, conforme a recomendações do Ato nº 920, os lavradores aumentaram as suas plantações e em breve muitos especuladores começaram o transporte de gêneros para vendê-los, por conta própria, no depósito ou no acampamento.¹²⁹

Devido a tal conjuntura, a população passou por aguda crise alimentícia, pois os estoques de gêneros da Província eram insuficientes mesmo para os tempos normais. Tudo foi agravado pelas secas de 1865 a 1869 que provocaram más colheitas e mortandade dos rebanhos.¹³⁰

Maria Amélia de Alencar Luz notou que, na região de Rio Verde no Sudoeste, depois de um período de baixa nas transações de vendas de terras, entre os anos de 1871 e 1885, verificou-se um grande crescimento no pico das transações,

no período entre 1856 e 1910 ocorreram 46% das transações totais de compra e venda de terra no Sudoeste,

129

Ibid. p. 78-82.

130

MAGALHÃES, Sônia M. de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no Século XIX*. Tese de Doutorado. UNESP: Franca, 2004, p.80

que foi impulsionadas pelos efeitos da Guerra do Paraguai sobre a região. A incumbência de fornecer víveres, principalmente gado, ao exército brasileiro em luta, deve ter proporcionado uma ativação dos negócios e provável valorização da terra na região.¹³¹

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela pecuária goiana, esta passou por um gradativo desenvolvimento e crescimento dos rebanhos a partir da década de 1860, proporcionando rendas para a província, circulação de moeda e valorização das propriedades à medida que a região sul de Goiás se integrava com o atual sudeste do país por intermédio das relações sociais, políticas e econômicas dos goianos com Uberaba, Araguari e, posteriormente Uberlândia, à medida que os trilhos da estrada de ferro Mogiana foram adentrando o oeste paulista e alcançando as terras do Triângulo Mineiro.

Eurípedes Funes ao analisar 417 inventários *post-mortem* das cidades de Goiás, Pirenópolis, Luziânia, Catalão e Formosa entre os anos de 1800 e 1850, observou que em 209 havia gado *vacum* entre os bens declarados. Destes cerca de 71% (150) possuíam um rebanho bovino que não ultrapassava a 40 cabeças de gado e apenas 10% tinham rebanhos superiores a 100 cabeças.¹³² Analisando os inventários *post-mortem* na segunda metade do século XIX, sobretudo, a partir da década de 1880, nota-se que houve um crescimento significativo da pecuária na região sul de Goiás, conforme demonstra a Tabela 2.6.

131 ALENCAR LUZ; 1982, p.101-103.

132 FUNES, 1986, p. 76-85.

**TABELA 2.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS CRIADORES DE GADO
NA REGIÃO SUL DE GOIÁS, 1843-1910**

Grupo sócio-econômico	DÉCADAS							Total	%
	1840	1850	1860	1870	1880	1890	1900		
Criadores									
Pequenos criadores - de 40 a 100 cabeças	-	04	11	05	15	22	08	65	59,6
Médios criadores - de 101 a 200 cabeças	01	-	02	02	04	04	10	23	21,1
Grandes criadores - acima de 200 cabeças	01	-	01	05	04	06	04	21	19,3
TOTAL	02	04	14	12	23	32	22	109	100%
	1,8%	3,7%	12,8%	11%	21,1%	29,4%	20,2%	100%	

Fonte: *Escrivanía de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

À medida que a pecuária foi se tornando uma atividade econômica mais rentável, o rebanho bovino goiano aumentou sensivelmente, sobretudo, nas décadas de 1880 e 1900. Dentre os 536 inventários *post-mortem* que foram analisados na região que corresponde ao atual sul de Goiás, apenas 109 possuíam um rebanho superior a 40 cabeças de animais, ou seja, 21%. Deste total, 70,7% dos inventariados classificados na categoria de criadores concentravam-se no período de 1880 a 1910. Dos 109 da categoria de criadores 59,6% possuíam um rebanho entre 40 a 100 cabeças de gado; 21,1% possuíam um plantel entre 101 a 200 cabeças de gado; e 19,3% acima de 200 cabeças de gado. O detentor do maior rebanho bovino, não computado na Tabela 2.6, era o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes que, falecido em 1905, deixou um rebanho bovino de 5000 cabeças, que correspondia a um montante estimado na época de 75.000\$000 contos de réis, mas, representavam apenas 4,2% de seu *monte-mór*.

A partir desta análise dos inventários *post-mortem* do sul de Goiás, observa-se que a partir da década de 1880 houve um crescimento do número de criadores com rebanho superior a 40 cabeças de gado, estimulado pela melhoria dos preços do gado decorrente da expansão do mercado consumidor na região sudeste à medida que esta se dedica à lavoura de café. A expansão da lavoura de café nessa região teve conseqüências imediatas, na pecuária e agricultura extensiva do sul de Goiás, sobretudo, nos preços do gado.

Além do desenvolvimento da lavoura cafeeira, a partir de 1872, a população de São Paulo, em especial, da capital começou a crescer e paralelamente ocorreu também o crescimento do comércio. Porém, não ocorreu o crescimento da oferta de gêneros de primeira necessidade, o que teve como conseqüência, a carestia.¹³³

Segundo Emília Viotti em São Paulo,

o preço dos gêneros aumentou progressivamente entre 1855 e 1875. Um alqueire de arroz passou de 5\$100 em 1855 para 11\$000 mil réis em 1875 (aumento de 137%); o feijão passou de 4\$200 para 9\$000 mil réis, tendo aumentado 123% o alqueire. O açúcar e a farinha de mandioca foram os menos atingidos pela alta. [...] A arroba do açúcar, entre 1855 e 1875, passou de 3\$300 para 5\$200 mil réis (aumento de cerca de 57%); a farinha de mandioca passou de 2\$500 para 4\$000 o alqueire (aumento de 65%); o toucinho passou de 7\$500 para 11\$000 mil réis (aumento de 46%). [...] O café subiu de 4\$200 para 10\$200 mil réis a arroba, teve seu preço aumentado em 142%.¹³⁴

Os dados apresentados na Tabela 2.7, que se referem ao volume de exportação de gado, mostram uma participação muito expressiva da ordem de aproximadamente 30% da arrecadação total para o erário público goiano nas décadas de 1890 e 1910. Os dados

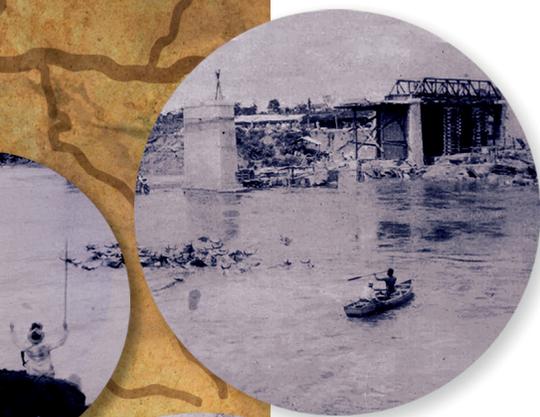
133 MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. Pioneira: São Paulo, 1973 p.58.

134 COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 4.ª Edição – Editora UNESP: São Paulo, 1998. p.177-178.

também que as exportações de gado na década de 1910 cresceram em torno de 71,2% em relação à década anterior.

TABELA 2.7 – A EXPORTAÇÃO DE GADO VACUM E SUA PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO GLOBAL DE GOIÁS, 1858-1910

Ano	Arrecadação global	Gado exportado	Arrecadação com o gado exportado	% participação na receita global
1858	135.142\$100	9.577	11.759\$520	8,7
1859	156.125\$280	10.842	18.799\$700	12,4
1860	152.011\$361	7.869	15.195\$000	10,0
1861	142.946\$241	6.235	14.013\$900	9,8
	586224982	34523	59.768\$120	10,2
1889	205.906\$679	28.758	57670\$550	28%
1890	260.994\$145	44.809	89.618\$000	34%
	466.900\$824	73.567	147.288\$550	31,5%
1891	310.225\$772	53.306	118.612\$000	38%
1892	316.553\$202	45.364	136.060\$000	43%
1893	391.145\$006	26.658	81.571\$000	20,8%
1894	456.567\$611	34.763	152.824\$210	34%
1895	395.698\$274	14.111	69.533\$354	17,6%
1896	503.633\$059	21.159	108.822\$275	21,6%
1897	703.934\$163	46.190	230.127\$332	32,7%
1898	762.617\$204	41.817	206.995\$580	27,1%
1899	686.049\$976	34.511	170.813\$276	24,9%
1900	757.987\$551	50.597	250.457\$460	33,0%
	5:284.411\$818	368.476	1:525.816\$487	28,9%



1901	1:065.611\$548	64.170	317644\$522	29,8%
1902	846.125\$527	68.882	340.967\$330	40,3%
1903	633.948\$996	36.654	181.437\$883	28,6%
1904	710.259\$499	55.060	272.538\$145	38,4%
1905	740.015\$357	66.164	327843\$014	44,3%
1906	1:023.045\$665	82.196	406.870\$574	39,8%
1907	914.236\$087	64.936	321.437\$751	35,2%
1908	977.701\$744	83.560	413.625\$300	42,3%
1909	972.647\$806	39.716	196.598\$994	20,2%
1910	1:315.422\$060	69.609	304.966\$200	23,2%
	9:199.014\$289	630.947	3:083.929\$713	33,5%

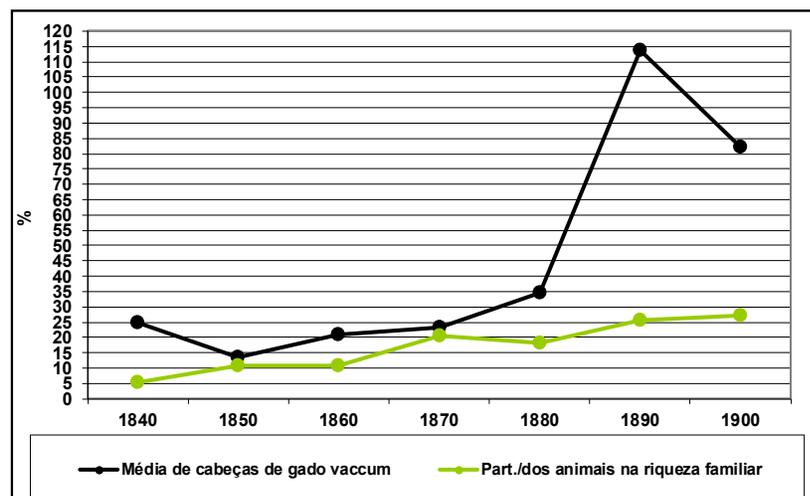
Fonte: Relatório dos Presidentes da Província de Goiás - 1858/1889; Mensagens dos Presidentes do Estado de Goiás 1890/1910; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal no Estado de Goiás.

Dentre as regiões do Estado de Goiás, muito provavelmente os maiores e melhores rebanhos encontravam-se no sudoeste goiano. Conforme o relatório de Governo de Xavier de Almeida (1901-1905) o gado procedente da região, especialmente, dos municípios de Rio Verde, Jataí e Rio Bonito, onde desde a década de 1870, já se procurava aperfeiçoar a raça bovina por meio do cruzamento das raças zebu e china com o tradicional gado curraleiro, o que resultava em um gado mais valorizado. Enquanto um boi curraleiro do município de Pilar alcançava o preço de 40\$000 mil réis, o boi cruzado com china ou zebu com as antigas raças conhecidas no Estado era vendido a 70\$000 mil réis nos mercados de Minas Gerais e São Paulo.¹³⁵

135

Mensagem apresentada pelo Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, a Assembleia Legislativa do Estado de Goyaz em 24 de maio de 1902. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI), p.71

**GRÁFICO 2.3 - O REBANHO BOVINO E A SUA PARTICIPAÇÃO
NA RIQUEZA FAMILIAR, SUL DE GOIÁS - 1843-1910***



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

*Foi levado em consideração, nesta análise, os dados do inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

Conforme a análise nos inventários *post-mortem* percebe-se que ocorreu o crescimento da atividade pastoril na atual região sul de Goiás que começou a se intensificar a partir da década de 1860, conforme já foi mencionado. A partir dessa época, o crescimento médio do rebanho bovino foi contínuo. Observando o Gráfico 2.3 percebe-se que o número médio de cabeças de gado por proprietário avançou de 13,7 na década de 1860, para 20,9 em 1870, de 23,9 em 1880 para 113,9 cabeças em 1890. Em decorrência da crise da pecuária, em 1900, o número médio de cabeças de gado por inventariado caiu para 82,2.

O ritmo da participação dos animais na riqueza também acompanhou de forma relativa o crescimento do rebanho bovino, que não foi mais acentuado devido à instabilidade econômica durante a primeira década do século XX. Também o crescimento

muito significativo do rebanho bovino, no período, contribuiu para que houvesse uma queda geral nos preços do gado. Apesar disso, a participação dos animais no *monte-mór* dos inventariados da atual região sul de Goiás, manteve seu ritmo de desenvolvimento e participação, elevando-se de 5,4% em 1850 para o patamar acima de 10% nas décadas de 1860/70, chegou a 20,6% em 1880 e fechou o período analisado com uma participação de 27% na riqueza inventariada, durante os primeiros anos do século XX.

A melhoria das principais vias de transporte e comunicação da atual região sul com o sudeste do país, que teve início com a construção da estrada do sul (ou de São Paulo) na década de 1850 que foi concluída em 1870, e posteriormente a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana em Uberaba, Araguari e São Pedro de Uberabinha, no Triângulo Mineiro, em fins da década de 1880 e durante a década 1890, foram fatores primordiais no sentido de atrair novos investimentos que possibilitaram a construção de uma melhor infra-estrutura nas fazendas de criar: currais, desmatamento, cercamentos das terras e pastagens e construção de engenhos de cana e madeira. Além disso, contribuíram para desencadear um fluxo migratório mais intenso para a região no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Estes fatores associados à expansão da fronteira agrícola voltada para a exportação, sobretudo, em Minas Gerais e São Paulo, com a ampliação da área de lavoura de café, podem ter contribuído de forma significativa para haver uma maior pressão no mercado interno pela demanda de produtos agropecuários, o que acabou repercutindo também para que se elevassem os preços no mercado interno, especialmente do gado. Diante das perspectivas de maiores lucros muitos fazendeiros investiram na criação, que passou a ter uma participação mais significativa nos *montes mor* dos criadores em relação aos demais bens da estrutura e composição da riqueza familiar no sul de Goiás, sobretudo, entre os anos de 1890 e 1910.

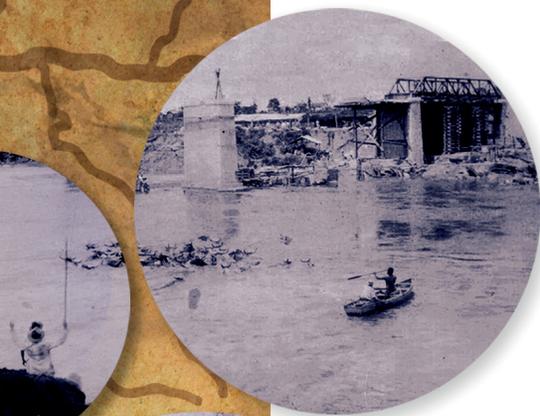
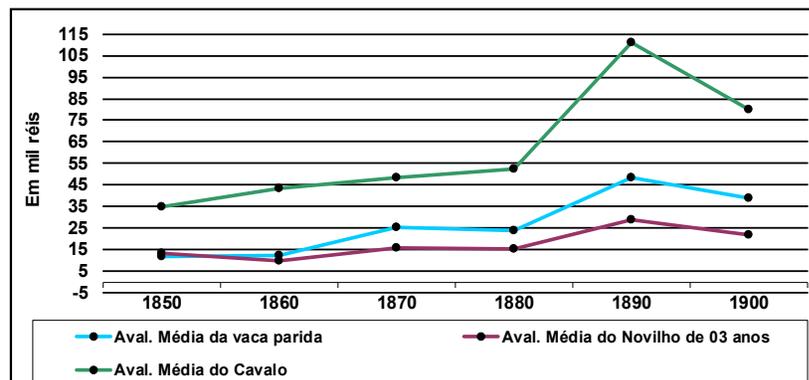


GRÁFICO 2.4 - PREÇO MÉDIO DO NOVILHO DE 03 ANOS, DA
VACA E DO CAVALO - SUL DE GOIÁS, 1843-1910



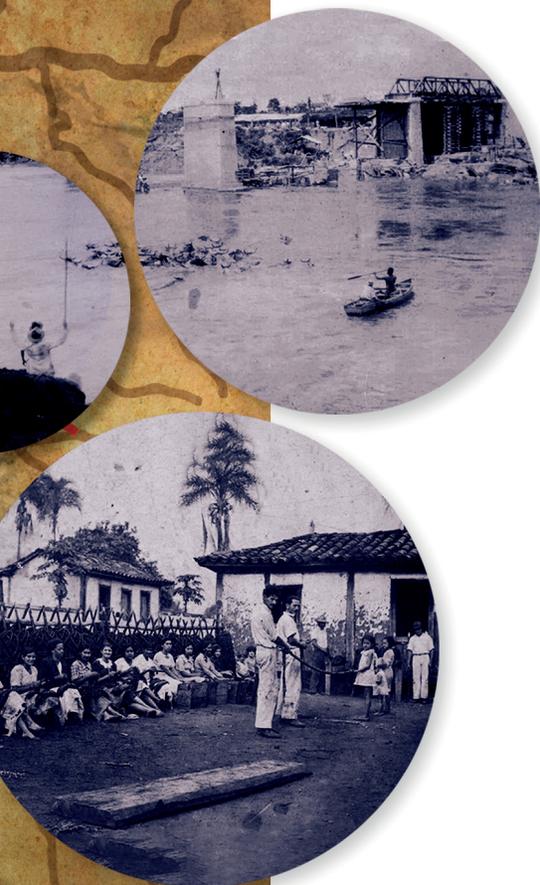
Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

Na computação dos dados que compõem o Gráfico 2.4 foram consideradas as maiores avaliações obtidas a cada ano, levando em consideração apenas os animais em bom estado de saúde e idade, conforme descrição – bom, ruim, velho(a), cego – apresentadas pelos avaliadores, nos inventários *post-mortem*. Conforme se observa no gráfico, o cavalo – animal muito importante na lida do gado e utilizado nas viagens como transporte individual –, o novilho de três anos e a vaca parida passou por um contínuo e gradativo aumento de preços com algumas oscilações entre os anos de 1850 a 1880. No período entre as décadas de 1860 e 1890, os preços da vaca parida, do novilho e do cavalo tiveram seus valores nominais sempre crescentes, sobretudo, na década de 1890. Nestes anos a vaca parida teve um encarecimento acumulado de 400%, o novilho de três anos, de 290% e o cavalo, 258%. Já na década de 1900, os valores nominais destes animais sofreram uma depreciação da ordem de 25 a 30% em seus preços.

Na década de 1850 um cavalo bom foi avaliado nos inventários *post-mortem* a um preço médio de 34\$900 mil réis, sendo que no ano de 1860, chegou a ser avaliado em 70\$000 mil réis; alcançou um valor médio de 52\$600 réis na década de 1870 chegando a 80\$000 mil réis; já na década de 1890 ocorreu uma valorização nominal na ordem de 110% em relação à década anterior e alcançou uma avaliação média de 111\$000 mil réis; seu valor na década aproximou-se de 200\$000 mil réis, em 1899. Na década de 1910, ocorreu uma desvalorização nominal de cerca de 30%, sendo avaliado em média a 80\$000 réis.

Os preços médios da vaca parida praticamente permaneceram estáveis entre as décadas de 1850 e 1860, sendo uma vaca parida boa avaliada na média em 12\$000 réis; na década de 1870 ocorreu uma valorização nominal que ultrapassou a 100% e chegou a ser avaliada em 30\$000 mil réis; sofreu uma leve desvalorização na década de 1880 com uma avaliação em média de 24\$000 mil réis; na década de 1890, a exemplo do cavalo, sofreu uma valorização nominal de cerca de 100% e chegou a ser avaliada em 60\$000 mil réis. Tendência semelhante de valorização e desvalorização nominal seguiu também o novilho de três anos. Na década de 1850 um novilho bom de três anos era avaliado em média em 13\$400 e alcançou o preço de 18\$000 mil réis; sofreu uma desvalorização média de 25% na década de 1860, obtendo uma avaliação média de 10\$000 réis e alcançou 18\$000 mil réis no ano de 1870; na década de 1870 o seu preço médio permaneceu relativamente estável em 15\$200 mil réis; na década de 1890, assim como o cavalo e a vaca parida, o novilho de três anos sofreu uma valorização nominal próxima de 100%, e foi avaliado em média por 29\$100 mil réis e chegou, em 1893 a 35\$000 mil réis; e, sofreu também na década de 1910, uma desvalorização nominal de preço de aproximadamente 30%.

O que pode ter contribuído para desencadear a crise no comércio de gado na década de 1900, foi por um lado, a grande crise na economia brasileira provocada pela queda dos preços do café no



mercado internacional e interno,¹³⁶ agravada pelo surto de febre aftosa que em 1903 atingiu algumas regiões de Minas Gerais por onde transitavam os rebanhos goianos. Estes fatores, com certeza, foram determinantes para a queda dos preços do gado nas feiras daquele Estado o que provocou grandes prejuízos aos boiadeiros que compravam o gado em Goiás para revendê-lo a invernistas mineiros que se viram em situação difícil. Muitos cessaram com comércio e conseqüentemente também deixaram de ser criadores.¹³⁷ À época em auxílio e proteção à pecuária, o Congresso Nacional instituiu uma lei elevando a taxa de importação 15\$000 a 30\$000 por cabeça de gado vacum. A crise no comércio de gado trouxe muita apreensão aos criadores que viram baixar o preço do boi de 70\$000 para 35\$000 mil réis.¹³⁸

136 Segundo Delfim Neto, em seu livro *O problema do café no Brasil* afirma que "durante a década de 1890 a resposta aos estímulos do aumento da demanda e dos preços do café no mercado internacional, provocou a ampliação da área plantada através da construção das estradas de ferro Paulista, Sorocabana, Ituana, Mogiana e Rio Clarense, que transformou efetivamente uma enorme quantidade de terras férteis apropriadas para a plantação de café e estimulou a corrente migratória para o interior, ampliando a oferta de mão de obra. Desta forma, os preços atrativos do café associada a infraestrutura básicas de transportes e comunicação com a interiorização das estradas de ferro, provocou um crescimento muito grande da produção que dobrou, saltando de 6 milhões de sacas entre 1892/96 para 11,2 milhões de sacas entre 1897/98, chegando a 12,7 milhões de sacas em 1903/04. A situação causada pelo desenvolvimento descompassado da taxa cambial e dos preços externos do café se apresentava séria, não só do ponto de vista de cada agricultor, mas também de todo o País. Isto porque os grandes lucros proporcionados pela cafeicultura haviam desviado todos os recursos da classe agrícola para a produção de café, o que conduziu ao abandono da agricultura de subsistência. As importações de cereais e de outros gêneros de consumo haviam aumentado enormemente e pressionavam ainda mais a taxa cambial. Esta concentração de fatores de produção na cafeicultura tomara o setor agrícola da economia brasileira extremamente sensível às flutuações dos preços do café e a baixa desses preços não podia ser compensada, a curto prazo, por maiores vendas de arroz, feijão, milho, porcos, etc." In: DELFIM NETO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Ed.Fundação Getúlio Vargas/ Ministério da Agricultura/SUPLAN: Rio de Janeiro,1979. Op. Citi p.22-23

137 Mensagem apresentada pelo Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, a Assembleia Legislativa do Estado de Goyaz em 24 de maio de 1902. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI). p.77

138 Mensagem apresentada pelo Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, a Assembleia Legislativa do Estado de Goyaz em 13 de maio de 1905. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI). p.121

O aumento da taxa de importação em 1901 foi uma medida protecionista contra a entrada do gado argentino e uruguaio cuja participação no mercado nacional era muito significativa na segunda metade do século XIX. Com o crescimento do rebanho bovino a partir da década de 1890, a importação de gado da região platina diminuiu, mas, em 1901 o Brasil ainda importou do Uruguai e da Argentina 12.016 cabeças de gado; 2.747.947 quilos de manteiga; 1.171.800 quilos de queijos; 1.147.486 quilos de leite condensado; 61.113.813 quilos de charque; 22.908.965 quilos de banha; 563.495 couros e solas.¹³⁹ A crise da pecuária revelou o quanto a indústria pastoril encontrava-se muito aquém dos vizinhos platinos.¹⁴⁰ Enquanto que, no Brasil, a pecuária era ainda, no limiar do século XX, predominantemente extensiva baseada nas condições naturais dos campos, sem amparo na educação e nos conhecimentos, na Argentina e no Uruguai no último quartel do século XIX, já se investiam maciçamente no melhoramento do manejo e da raça bovina, "a partir da difusão do ensino de zootecnia e agrologia no terreno da prática, e ao lado a prova das vantagens que poderiam colher pela demonstração nos campos de experimentação."¹⁴¹

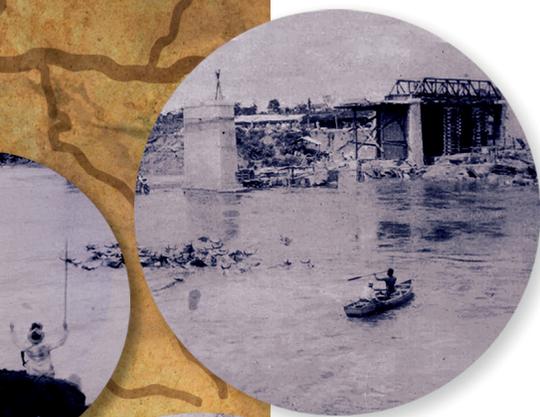
Devido a aplicação de conhecimentos técnicos e científicos a diferença de qualidade do rebanho argentino em relação ao brasileiro era enorme, pois, enquanto o boi brasileiro chegava a pesar em média de 200 a 210 quilos, um novilho argentino de quatro anos já pesava cerca de 320 quilos.¹⁴² Com estas condições o gado platino era um potencial competidor da indústria pastoril brasileira e goiana,

139 Segundo Maria de Sousa França "em 1894 cerca de 1/3 do gado consumido na capital federal provinha do mercado nacional. Para os intermediários que abasteciam aquele mercado e os fluminenses, a importação do Rio da Prata oferecia uma maior margem de lucros". FRANÇA, 1975, Op. Cit. p.157.

140 Em 1900 a exportação Argentina havia atingido 115 milhões de peso-ouro, o que representava mais de 62% de suas exportações que oscilava entre 180 e 200 milhões de pesos-ouro. O Uruguai exportou artigos no valor de £ 7.000.000, quase todos provenientes da indústria pastoril, em suas charqueadas foram abatidas mais de 511.000 cabeças de gado em 1900. CORREIA, Sezedelo. *O problema econômico no Brasil*. Fundação Casa de Rui Barbosa/Senado Federal: Brasília/São Paulo, 1980.

141 CORREIA, 1980:140-147

142 Ibid.



sobretudo, no início do século XX, agravado ainda pela desvalorização do câmbio e queda geral nos preços do rebanho bovino, conforme demonstra o Gráfico 2.5. além de ter provocado uma redução de mais de 50% do volume de gado exportado pelo Estado no ano de 1903 em relação a 1902, coincidentemente, o mesmo ocorreu no ano de 1909, com uma redução nas exportações do Estado na ordem de 57,5% em relação ao ano anterior, conforme Tabela 2.7.

A retração das exportações internas de gado no ano 1908, provavelmente deveu-se à crise internacional, que provavelmente deve ter contribuído para uma nova dificuldade no mercado e redução mais acentuada nos preços do rebanho bovino após 1905, conforme pode ser observado de forma mais detalhada no Gráfico 2.4. A crise provocou a redução dos níveis globais do comércio exterior que conseqüentemente provocou uma brusca redução na receita tributária federal que dependia ainda de cerca de 70% do imposto de importação, com o aumento no serviço da dívida em virtude dos últimos empréstimos, agravou-se o déficit até 1913.¹⁴³

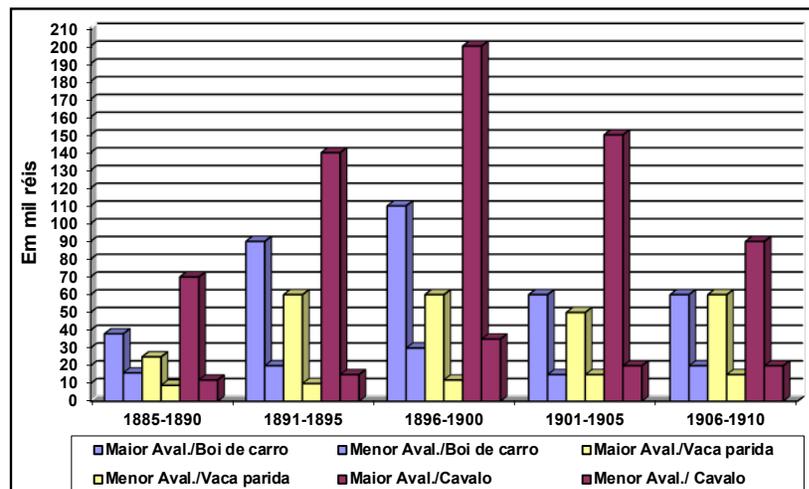
Esse momento marcado pela expansão seguido de retração nos preços do gado bovino foi reflexo das mudanças políticas e econômicas que estava ocorrendo no Brasil após a proclamação da República em 1889, cujos primeiros anos foram marcados segundo Villela e Suzigan por

períodos de maior equilíbrio orçamentário, como em 1895-96, e o período posterior, 1896-98, caracterizado por forte desequilíbrio em conseqüência de dificuldades cambiais. No governo de Campo Sales a política do Governo Federal passou a estar comprometida com a redução do papel-moeda em circulação e a eliminação dos déficits públicos.¹⁴⁴

143 VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. 2.ª ed. IPEA: Rio de Janeiro, 1975. p.20

144 Ibid. p. 92-93.

GRÁFICO 2.5 - A DINÂMICA DOS PREÇOS DO REBANHO BOVINO NO SUL DE GOIÁS, 1891-1910



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1885-1910.*

Nesta perspectiva fazendo uma análise mais detalhada da dinâmica dos preços dos rebanhos bovinos inventariados no sul de Goiás, entre os anos de 1890 a 1910, percebe-se que estes também acabaram sofrendo os efeitos da crise econômica brasileira do período, que culminou em momentos de elevação acentuada nos preços do gado (1890-1900), seguido por oscilações e queda de preços entre os anos de 1901 a 1910, conforme se apresenta no Gráfico 2.5. Do rebanho bovino, os bois de carro eram os animais mais bem valorizados e além de serem importantes como animais de tração e transporte requeriam cuidados especiais além da criação. Antes de serem atrelados às cangalhas dos carros, os novilhos eram cuidadosamente selecionados, geralmente em duplas, devendo ter mesma idade, massa corpórea e tamanho semelhantes e amansados para puxar os carros. Desta forma, chegaram a ser avaliados, nos inventários *post-mortem*, em até 110\$000 mil réis entre os anos de 1896-1900, estabilizando o seu preço em 60\$000 mil réis na década seguinte; as

vacas paridas avaliadas entre 1886-1890 em 25\$000 mil réis, mantiveram o preço estável em 60\$000 mil réis entre os anos de 1890 a 1910; um cavalo bom chegou a ser avaliado em 200\$000 mil réis entre os anos de 1896-1900, já entre os anos de 1906-1910 teve seu valor reduzido a 90\$000 mil réis.

Neste contexto histórico, que foi de crise brasileira, em Goiás, o então presidente de Estado Xavier de Almeida (1902-1905) em sua Mensagem de Governo enviada ao Congresso¹⁴⁵ em 13 de maio de 1905, lamentava a relativa retração no desenvolvimento da criação de gado em Goiás, decorrente da conjuntura política e econômica do país: muitos criadores tiveram que reduzir ou abandonar a criação, investindo em outras atividades mais rentáveis ou em aplicações em títulos da dívida pública. O coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, por exemplo, sogro do então Presidente de Estado, Xavier de Almeida, aplicou somente no ano de 1895, 362.000\$000 contos de réis¹⁴⁶, em títulos da dívida pública que correspondia a 50,3% do montante total de dinheiro que aplicara no decorrer do século XIX, nesta modalidade de investimento.

Com a reestruturação do sistema tributário na República a partir da nova Constituição de 1891, o Governo Federal não poderia mais cobrar os impostos de exportação, impostos territoriais e impostos de transmissão de propriedade nos Estados. O Ministro da Fazenda Rui Barbosa para compensar as perdas do Tesouro Nacional, propôs a criação dos seguintes impostos: o imposto de renda às pessoas físicas que recebessem ao ano uma renda igual ou superior a 800\$000 mil réis; imposto sobre terrenos incultos e não edificadas

145 Mensagem apresentada pelo Dr. José Xavier de Almeida, presidente do Estado de Goyaz, a Assembleia Legislativa do Estado de Goyaz em 13 de maio de 1905. In: *Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI). p.161

146 Escritania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida, Caixa n.º 15 (documentos diversos e avulsos), autos n.º 83.

na capital do Rio de Janeiro; imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas; imposto sobre o consumo do fumo; aumento dos impostos sobre o selo.¹⁴⁷ Com uma maior autonomia política e administrativa os Estados e as Câmaras dos Deputados Estaduais passaram o ter o direito de decretar impostos. Conforme a Constituição do Estado de Goiás, promulgada em 1.º de dezembro de 1891, em seu Art.66 estabeleceu que,

É da privativa competência da Câmara dos Deputados decretar os seguintes impostos:

§1.^a Exportação;

§2.^a Transmissão de propriedade;

§3.^a Heranças e legados;

§4.^o Velhos e novos direitos;

§5.^a Sobre aposentadoria e lotação de ofícios de justiça;

§6.^a Os que sob designação de emolumentos e expediente se cobram nas repartições do Estado;

§7.^a Sobre títulos de nomeação e vencimentos dos empregados públicos do Estado;

§8.^a Sobre vendas de terras pertencentes ao Estado;

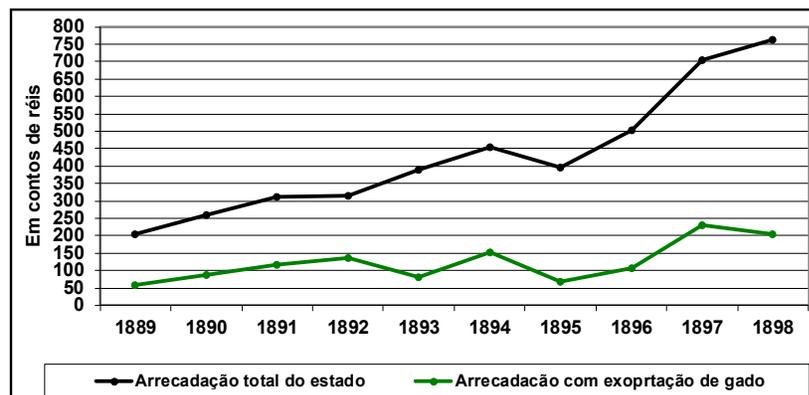
§ 9.^a Taxa itinerária e passagens sobre os rios.¹⁴⁸

Com a República ocorreu um crescimento da carga tributária e de uma maior fiscalização e arrecadação de impostos. Talvez por isso que a Receita Estadual de Goiás teve um crescimento muito significativo nos primeiros dez anos da República conforme demonstra o Gráfico 2.6.

147 Relatório do Ministro da Fazenda Rui Barbosa de junho de 1891. p. 206 Disponível no Site: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/provopen.html>.

148 Constituição política do Estado de Goyaz de 1.º de dezembro de 1891. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1891-1900 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2002. (Memórias Goianas XV) p.38.

GRÁFICO 2.6 - O DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DE GOIÁS, 1889-1898.



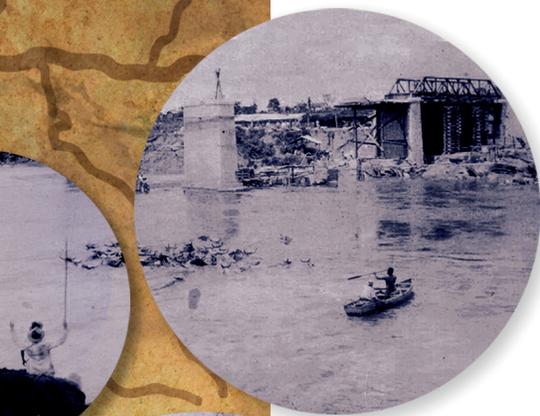
Fonte: Relatório dos Presidentes da Província de Goiás - 1858/1889; Mensagens dos Presidentes do Estado de Goiás 1890/1910; Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal no Estado de Goiás.

A arrecadação (Gráfico 2.6), entre os anos de 1889 e 1898, teve um grande crescimento em valores nominais impulsionados, não necessariamente pelo crescimento econômico, mas, por um lado, pela inflação do período e, por outro, pela reforma na Legislação Tributária de 189. No período, a arrecadação cresceu cerca de 370%, ao passo que a economia não teve o mesmo desempenho em um tempo muito curto. Tendo como exemplo, o gado que era principal fonte de arrecadação produtiva de Goiás no período, conforme dados da Tabela 2.6, percebe-se que o volume de cabeças exportadas e conseqüentemente os valores arrecadados oscilavam muito no período ano a ano. O volume exportado foi 35.654 cabeças anuais, a arrecadação com exportação em decorrência do encarecimento do gado no período, cresceram em 361%, não havendo, portanto, resultado do crescimento do volume de gado exportado.

Além disso, esse aparente crescimento significativo da arrecadação não foi suficiente para cobrir o aumento dos encargos do Estado com o advento da República:

em 1892, o presidente do Estado em mensagem dirigida ao poder Legislativo, argumentava que a receita estadual era insuficiente para fazer face às despesas que acarretava o regime republicano. Em função da ampliação das despesas, em 1893, foi instituído o imposto territorial e foi proposto um acréscimo de 10% sobre todos os demais impostos estaduais. Foi criada ainda, a taxa de consumo, o imposto predial e de exportação.¹⁴⁹

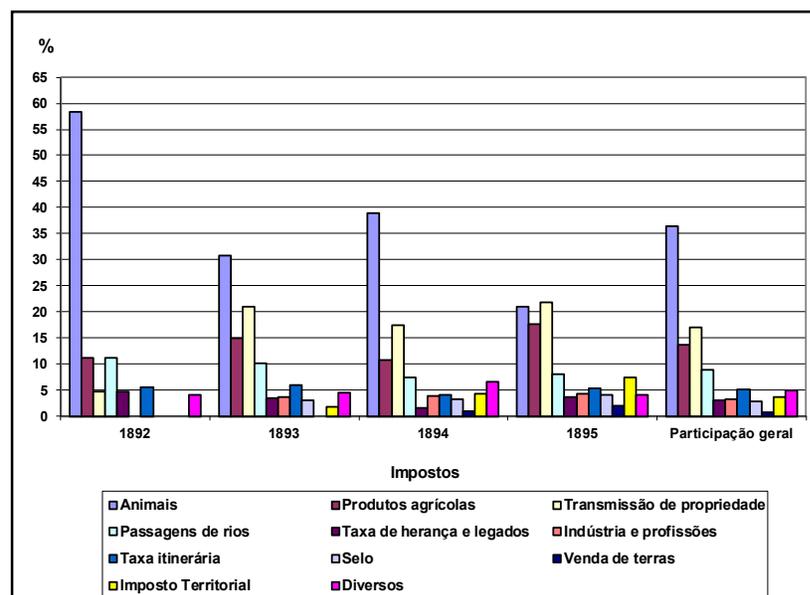
Ao findar o século XIX, em 1899, o gado era responsável por apenas um terço da arrecadação do Estado. Os demais impostos que contribuíram para o crescimento da arrecadação foram os de transmissão de propriedade, o territorial, as taxas itinerárias, as taxas de passagens sobre os rios e a venda de terras. Estes impostos, conforme se pode ver no Gráfico 2.7, passaram desde 1893 a ter uma participação muito significativa na arrecadação estadual de Goiás. A contribuição progressiva de tais impostos pode evidenciar que ocorreu no período um processo de valorização das terras goianas, maior mobilidade social, um relativo dinamismo da economia decorrente da intensificação do processo de ocupação, sobretudo, na então região sul de Goiás a partir do último quartel do século XIX.¹⁵⁰



149 FRANÇA, 1975, p.162.

150 Ibid.

GRÁFICO 2.7 - ARRECADAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, 1892-1895

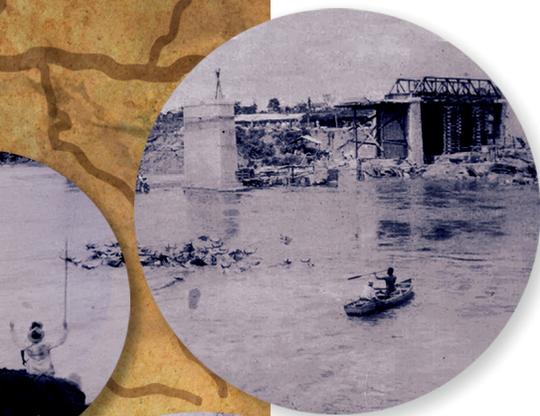


Fonte: Relatório apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de maio de 1896 pelo presidente do Estado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1891-1900 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2002. (Memórias Goianas XV) p.190.*

As reformas na legislação tributária começaram a entrar em vigor em 1893, quando o governo estadual criou impostos que até então não eram cobrados: de indústrias e profissões, do selo, sobre a venda de terras e sobre a propriedade rural. Conforme Gráfico 2.7, com esses novos impostos a receita estadual cresceu muito após 1892 e, por outro lado, os impostos com a exportação de gado reduziram-se de 57,4%, em 1892, para 30,8% em 1893. Enquanto o imposto sobre transmissão de propriedade que não atingia 5% em 1892, representava mais de 21% do volume de impostos arrecadados no ano de 1893, fechando o quadriênio com uma participação de 17%. Os produtos agrícolas já começavam a figurar entre as principais fontes de

arrecadação, embora com algumas oscilações, foram responsáveis por 14,5% da receita estadual durante o quadriênio de 1892 a 1895. Apesar de uma relativa diversificação e dinamização econômica no período, pode-se concluir que, o vertiginoso crescimento da arrecadação na década de 1890, não foi proporcional ao crescimento da economia goiana. O crescimento da arrecadação está diretamente relacionado com a autonomia garantida pelo pacto federativo aos Estados, que passaram a gerir, criar e fiscalizar seus impostos. Desta forma, o vertiginoso crescimento da arrecadação estadual no período indica que com o advento da República ocorreu um aumento da carga tributária tanto por parte dos Estados quanto da União sobre os indivíduos e produção.

Nas décadas de 1890 e 1900 ocorreu um relativo crescimento econômico do Estado de Goiás, com uma participação nas exportações de produtos oriundos da indústria extrativista como a borracha, e os cristais, de agromanufaturados, com destaque, para o fumo e o açúcar e, da produção agrícola que tinha o arroz despontando como principal produto da lavoura de exportação. Houve também, o crescimento e diversificação dos produtos da indústria pastoril, com um maior volume de toucinho, peles e solas exportados. Conforme os dados de exportação apresentados na Tabela 2.4, percebe-se um contínuo dinamismo e uma maior diversificação das atividades econômicas de Goiás na década de 1900. Além dos produtos oriundos das atividades agropastoris – em especial o fumo, a cana-de-açúcar e o arroz – a indústria extrativista da borracha na região do extremo norte e a extração de cristais começaram a se destacar como importantes produtos no quadro das exportações goianas entre os anos de 1901 e 1905.



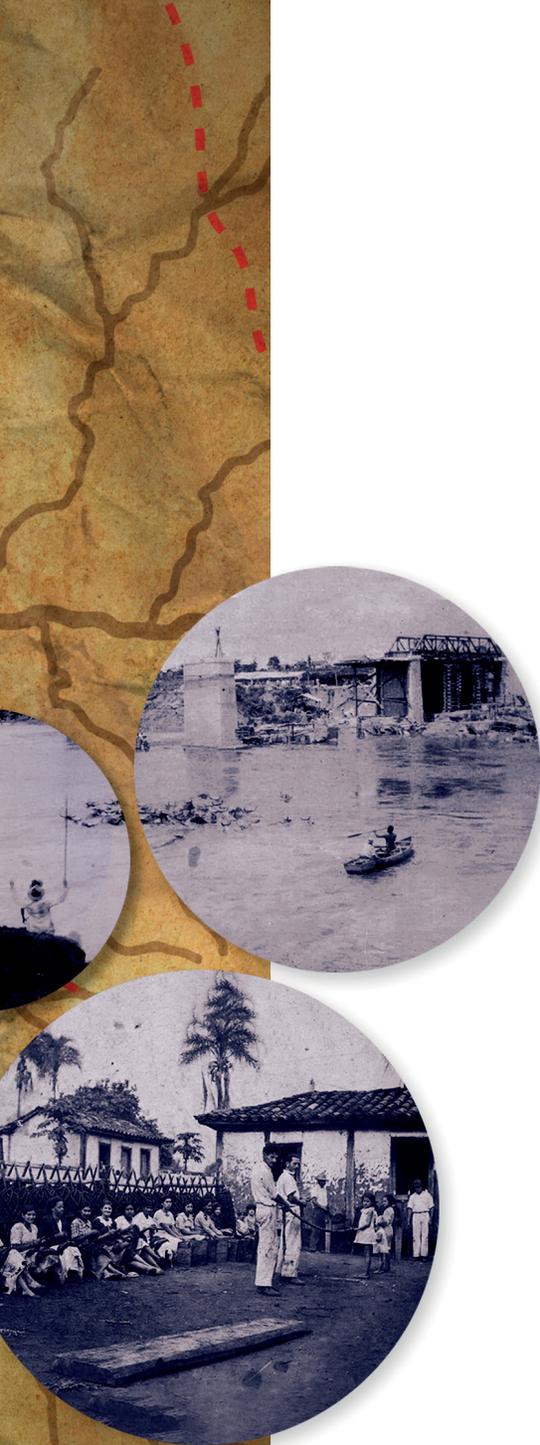
3

**OS DESAFIOS
DA ECONOMIA
SUL GOIANA:
O CRÉDITO E OS MEIOS
DE TRANSPORTE**

3.1 A CARÊNCIA DE MOEDA E OS PROBLEMAS DO CRÉDITO

Enquanto a economia mineira no decorrer do século XIX tornava-se mais dinâmica com uma produção diversificada voltada tanto para o abastecimento interno e externo, Goiás permaneceu com uma economia predominantemente de subsistência baseada na produção de gêneros agrícolas como arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, na agromanufatura de derivados da cana-de-açúcar, do algodão e na pecuária extensiva. Considerava-se esta última como a principal atividade econômica e geradora de recursos para os cofres provinciais.

A carência de moedas apresentava-se como um grande empecilho tanto ao desenvolvimento de atividades mais produtivas, quanto ao comércio. Mencionava-se sempre a ausência de moedas nos relatórios dos presidentes de província, apontando a sua falta como um fator determinante que impedia o aumento das rendas públicas. Diante desta dificuldade em 1837, o então presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury lamentava a dificuldade de encontrar coletores, pois a maioria acabava pedindo demissão. Muitos lavradores e criadores sentiam-se intimidados e se negavam a pagar os impostos, pois declaravam não ter dinheiro, a não ser punhados de cobre punçado. Como os coletores só podiam receber de tal moeda até a quantia de mil réis, o restante do imposto devido acabava ficando sem pagamento, pois mesmo que ameaçados com penhoras, os devedores só possuíam os produtos da terra, o que não resolvia o problema, porque o governo provincial não tinha como vendê-los. O pouco dinheiro circulava nas mãos de negociantes e destes ia para a praça do Rio de Janeiro. Os coletores, por sua vez, queixavam-se que a população, de uma maneira geral, se negava a



pagar os impostos e conspirava contra eles.¹⁵¹ O que agravava mais a situação era o fato da Província importar mais e exportar menos, como relatava Cunha Mattos,

tudo vai para o Rio de Janeiro, e na comarca de Goyaz fica somente pouco cobre para circulação, e é provável que em toda ella não girem trinta mil cruzados; pois é tal a escassez do numerário que em alguns arraiaes, a moeda corrente são novellos de algodão fiado.¹⁵²

Tal dificuldade se iniciou devido ao sistema bancário que foi criado no Brasil com a chegada da coroa portuguesa no Brasil em 1808.¹⁵³ Praticamente, durante o século XIX todo ele concentrava-se na corte, o centro financeiro do país que alimentava um setor comercial de avantajadas proporções.¹⁵⁴ Mesmo as províncias com uma economia mais dinâmica sofriam com a carência de moeda. Neste sentido, Calógeras afirma que na década de 1860, as colheitas

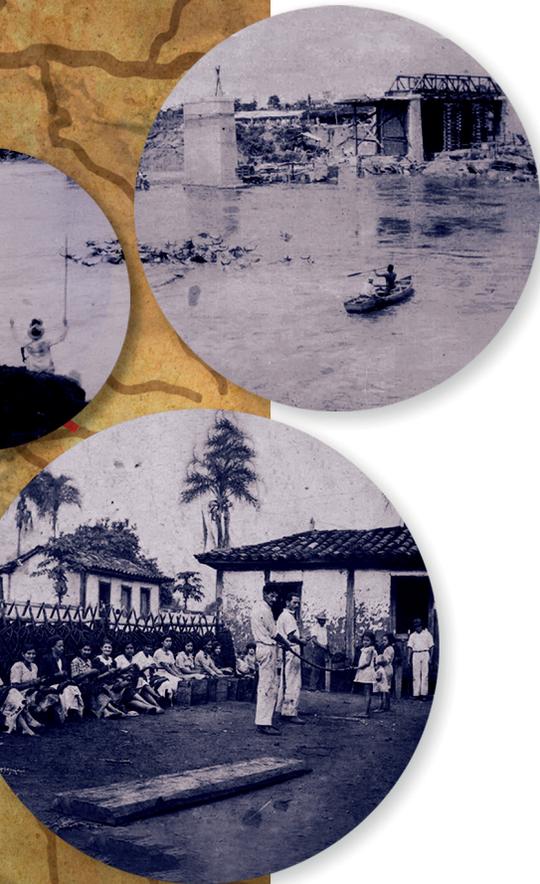
exigiam remessas periódicas de dinheiro, as quais empobreciam as praças de onde o papel-moeda era exportado, e esse só retornava lentamente devido a dificuldade das comunicações. O Rio, principalmente, capital econômica e também política, assistia, à época das colheitas do

151 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de julho de 1838 pelo presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1835-1843 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1986. (Memórias Goianas III), p.131-132

152 CUNHA MATTOS, 1874, p.284

153 "Em 1808 ano da fundação do Banco do Brasil, foi solicitado aos governadores das capitanias que animassem os negociantes de suas praças para que adquirissem ações do referido banco, objetivando a constituição do fundo necessário ao seu estabelecimento." FUNES, 1986, Op. Cit. p. 83

154 O sistema bancário da capital tinha íntimas ligações com o movimento comercial da praça do Rio, que era o grande mercado consumidor do país. Em 1890 a população do Distrito Federal era, aproximadamente de 522 mil habitantes e a segunda maior cidade era Salvador com 150 mil habitantes (São Paulo, tinha apenas 75 mil habitantes). Em 1900 a população do Rio atingiu 876 mil habitantes, enquanto São Paulo chegava a 239 mil, sendo a segunda cidade brasileira. Em 1907, o Rio ainda contava com o dobro dos estabelecimentos industriais de São Paulo e quase dez vezes o valor da produção industrial de todo o estado de Minas Gerais. FRANCO, G. Op. Cit. 1983, p.25



Norte, à drenagem do seu numerário para as praças dessa região e sofria as conseqüências disso: elevação da taxa de descontos, tabelas de juros muito altos, dificuldade de realizar negócios, penúria de moeda.¹⁵⁵

Segundo Franco,

em decorrência do reduzido desenvolvimento do sistema bancário e sua pouca penetração no interior a prática do entesouramento era um hábito corrente nas cidades e ainda mais acentuado no interior. Os agricultores e outros habitantes do interior acumulavam grandes somas, para satisfazer às suas necessidades e esse dinheiro levava meses ou anos para ir ter aos bancos.¹⁵⁶

A redução da circulação de moedas na Província a partir da década de 1830 se acentuou na década de 1840, conforme os relatórios dos rendimentos da Coletoria. Os coletores não conseguiam arrecadar todo o imposto devido, em decorrência da redução da circulação de moedas que era agravada pela evasão destas e do ouro para outras praças, sobretudo, para o Rio de Janeiro. O que restava de moeda ou ouro que ficava em Goiás, concentrava-se nas mãos de poucos, que não os faziam circular, preferindo emprestá-los a altas taxas de juros.¹⁵⁷ Conforme o gráfico 3.1, em 184, 40,7% dos impostos devidos deixaram de ser arrecadados; em 1844, 42,8%; em 1847, 41,3%; em 1848 44,7%; e em 1849 55,3%. No período, o governo provincial deixou de arrecadar 45% dos impostos.

155 CALÓGERAS, 1960:161. *Apud.* FRANCO, G. 1983. p. 25-26

156 *The Economist*, 23/12/1890, transcrito em FPR, p. 78. Com relação ao entesouramento no interior, note-se que esse hábito era estimulado pela quase inexistência de bancos fora dos grandes centros. A penetração da rede bancária no campo era inibida pelos canais tradicionais de intermediação, ou seja, pelo papel do comissário como elo entre a rede bancária da capital e a fazenda. A progressiva eliminação do comissário como intermediário foi, possivelmente, um fator que induziu, em um momento posterior, a penetração dos estabelecimentos da capital no campo e a criação de bancos no interior. *Apud.* FRANCO, G. 1983, p.28-29.

157 FUNES, 1989.

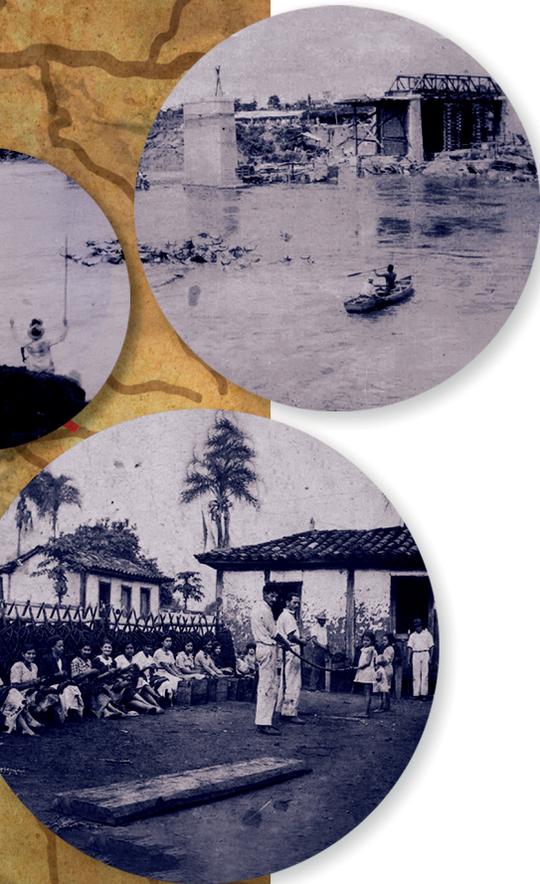
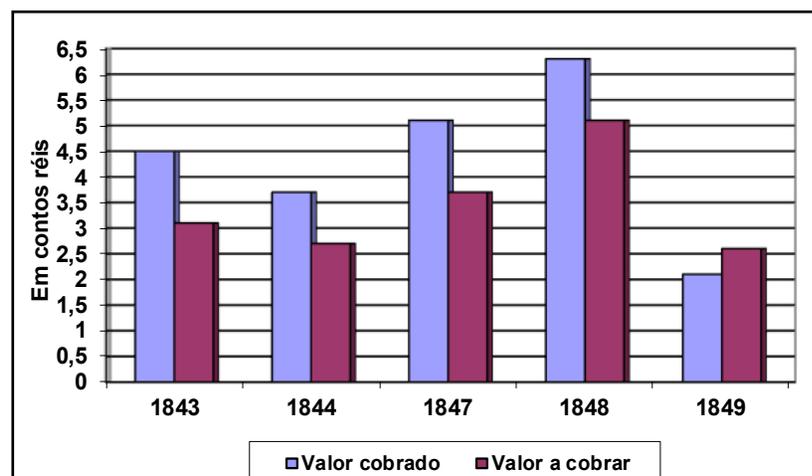


GRÁFICO 3.1 - Rendimento das coletorias, 1843-1849



Fonte: *Rendimentos das Coletorias - A.H.G - Goiânia*. In: FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*. Ed. UFG: Goiânia, 1986. p.82

Diante destas circunstâncias, em Goiás durante o século XIX a posse direta ou indireta da terra era a condição básica de sobrevivência e símbolo de status social e riqueza das famílias que conseguissem concentrá-las em suas mãos. Neste contexto, as atividades econômicas fundamentavam-se na agricultura itinerante de subsistência e na pecuária extensiva nas quais havia de um lado, as famílias detentoras de grandes propriedades com lavouras e campos de criação, onde o proprietário lavrava a terra com os filhos, filhas, noras e genros, e de outro, inúmeras famílias de agregados com residências e trabalhos provisórios, que praticamente faziam parte da propriedade, muitas vezes ligada ao proprietário por relações de parentesco ou compadrio. Em sua maioria, essa população era composta de negros e pardos livres dependentes dos senhores da terra, que concediam o direito a um pedaço onde podiam cultivar suas roças para o sustento da família, em troca de serviços¹⁵⁸.

158

Carlos Rodrigues Brandão classifica como agregados todos os trabalhadores, meeiros ou arrendatários, que moram, solteiros ou com suas famílias nucleares, em alguma residência dentro da fazenda, podendo ser parentes ou não. Ver. BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José R. *O campesinato Goiano: três estudos*. UFG: Goiânia, 1986.

Como agregados, os lavradores geralmente não recebiam em dinheiro pelos serviços prestados, diariamente, nas propriedades, como a lida do gado, a construção de cercas, a derrubada de matos e o preparo das roças. O pagamento geralmente era feito em espécie, a começar pelo acesso a um pequeno pedaço de terra onde construíam as suas casas simples. Nestes terrenos plantavam e criavam galinhas e porcos. Tudo que se produzia era dividido com os proprietários das terras, cujos laços poderiam ser reforçados pelas relações de compadrio, camaradagem e criadagem que, às vezes, se mantinham ininterruptamente por gerações.

Na ausência de moedas e da cultura do dinheiro as relações de trabalho não se fundamentavam nos princípios de uma economia capitalista e de mercado, baseadas no pagamento de salários fixos e em moeda. As relações sociais e de trabalho fundamentavam-se nos laços familiares, no compadrio, camaradagem e escravidão. Os serviços de um jornaleiro segundo a literatura dos viajantes, memorialistas e depoimentos de velhos lavradores e agregados, eram pagos em mercadorias como arroz, milho, manteiga de porco, farinha e feijão. Saint-Hilaire ao passar por Goiás chegou a ouvir o clamor de trabalhadores braçais que encontravam grandes dificuldades em receber seus salários, embora este não passasse de \$600 réis por semana. O pagamento costumava ser feito em mantimentos. Alguns negros libertos chegaram a lhe confessar que preferiam ganhar um vintém por dia catando ouro no córrego de Santa Luzia do que receber quatro vinténs trabalhando nas fazendas.¹⁵⁹

No caso do trabalho com a lida do gado era regra geral receber o pagamento sob a forma de partilha de crias: em cada quatro novas crias, uma lhe pertencia ao trabalhador. Dos agregados que não estavam ligados diretamente à criação, os proprietários só desejavam uma coisa o capim: podiam fazer a roça que bem entendessem. A mata era derrubada, plantava-se a roça, e depois de algum

159

SAINT-HILAIRE, 1976.

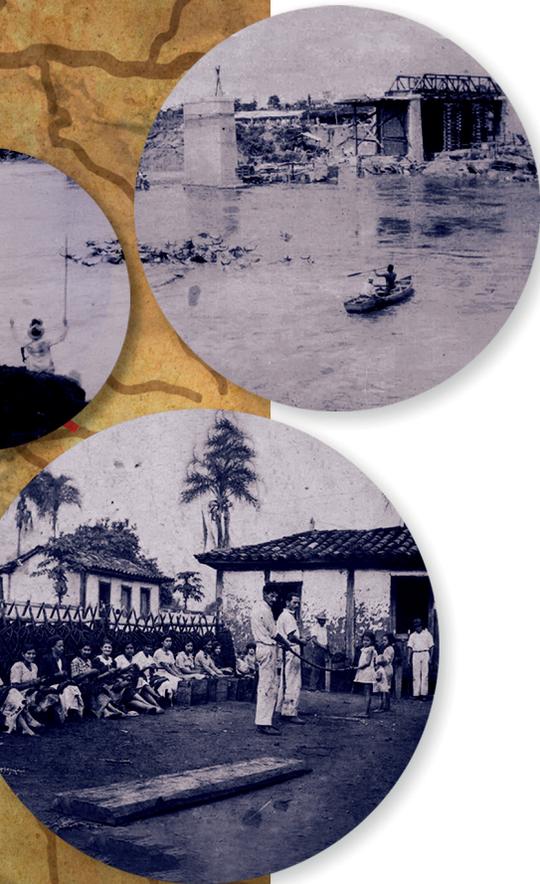
tempo, entre dois e três anos, o agregado tinha por obrigação entregar pasto formado.¹⁶⁰ A maioria absoluta da população ganhava a vida trabalhando para os agricultores e criadores e eram em geral pagos com produtos da terra. As mulheres teciam e fiavam o algodão e recebiam o pagamento sob a forma de mercadorias.¹⁶¹

Pela estrutura da riqueza que aparece nos *montes-mores* inventariados os entre os anos de 1843 e 1910, pode-se afirmar que os principais produtos destinados à comercialização eram o gado e os gêneros agrícolas. Com exceção de produtos da agricultura que poderiam ser manufaturados, a produção não se destinava a um mercado de grandes proporções, mas ao abastecimento familiar e mercado local de pequena monta. Vendiam-se os excedentes derivados da cana-de-açúcar, algodão e seus derivados, fumo e doces que eram comercializados no mercado regional em troca de mantimentos imprescindíveis como café, açúcar, ferramentas, tecidos e sal. A preocupação principal dos criadores era com o gado e não com a agricultura, pois tudo que se plantava – arroz, milho, feijão – não tinha grande valor de mercado, apenas importância para o consumo.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo, no último quartel desse século, os estabelecimentos comerciais começaram a vender uma série de produtos manufaturados que passaram a aparecer com alguma frequência na relação dos bens inventariados: relógios de parede, moinhos de moer café, arame, tecidos importados e máquinas de costura. Os comerciantes vendiam de tudo: armarinhos, ferragens, ferros em barra, calçados, couros, chapéus, secos e molhados, sal, café, açúcar, medicamentos, arreamentos, aviamentos fúnebres, artigos de cama, mesa e banho e, também concediam créditos em moeda corrente.

160 Ibid.

161 SAINT-HILAIRE, 1975.



Segundo Joaquim Rosa

o comércio funcionava a semana inteira e entrava a noite adentro. Também aos domingos, as lojas mais movimentadas regurgitavam de fregueses. E um mundão de piquiras com suas cutucas, via-se amarrados nas estacas em frente às portas, nos 'cabeças de frade' [...] era comum a troca de um pedaço de pano marca 33, de um maço de linha Atlas com seus dez 'carrinhos', de um canudo de pólvora elefante, por meia quarta de goma, umas tantas de rapadura, meio alqueire de arroz pilado, duas medidas de puba. O regime de troca muitas vezes substituíu o mil réis. [...] As casas comerciais de maior conceito e solidez mandavam imprimir nas tipografias de Uberaba, vales de quinhentos réis e um mil réis, autenticados pelo emissor. Circulavam livremente até entre cidades mais próximas.¹⁶²

O depoimento de Joaquim Rosa relatado em seus escritos intitulados *Por esse Goiás afora*, relembra a juventude em Formosa, por volta da década de 1900, e mostra como os estabelecimentos comerciais funcionavam no interior e o quanto o dinheiro ainda era escasso na vida cotidiana goiana.

A partir da análise das notas promissórias de cobranças que apareciam com freqüência nos inventários com dívidas passivas foi possível identificar o que era consumido pelas famílias: os tipos de tecidos, as roupas mais comuns usadas pelas pessoas no dia a dia, como a chita, os panos de algodão, o brim, o americano e casimira. Da mesma forma, foi possível perceber as formas de pagamento vigentes: dinheiro/serviços/produtos e, também, a importância que estes estabelecimentos tinham como locais de concessão de crédito em dinheiro e mercadorias.

Nas vilas, as lojas comerciais funcionavam semelhante a uma agência bancária que possuía clientes cativos com contas correntes em aberto por sucessivos anos, de onde retiravam

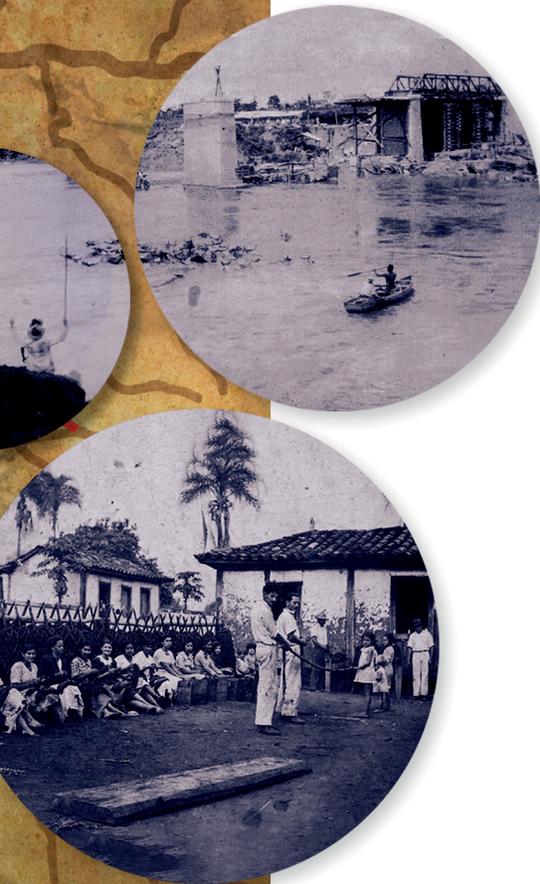
162

ROSA, Joaquim. *Por esse Goiás afora*. Livraria e Editora Cultura Goiana: Goiânia, 1974. p.14

constantemente as mercadorias que precisavam; pagavam parte desta dívida de tempos em tempos, de acordo com suas condições, orientados pelo tempo das colheitas e das internadas do gado. Desde os indivíduos de poucas posses até os mais abastados como Antônio José de Barros¹⁶³ e Cândido Martins Parreira¹⁶⁴ deixavam contas em aberto por décadas. O primeiro possuía uma aberta no estabelecimento de Francisco Soares Pinheiro por quase 20 anos, e o segundo por quase 14 anos. Tais contas somente foram pagas definitivamente por ocasião da partilha dos bens inventariados.

Como a maioria absoluta da população residia no campo e produzia quase tudo o que era necessário para o consumo da família, muito provavelmente nas vilas não havia um grande dinamismo nas atividades de comércio.

O maior volume de vendas se efetuava por ocasião às festividades religiosas locais, que eram realizadas geralmente na estação da seca, que era o período mais favorável a viagens dos fiéis e também, correspondia à fase anual de maior disponibilidade de recursos financeiros dos rurícolas. As colheitas já haviam sido concluídas e sés excedentes estavam em circulação comercial. [...] Fora destas épocas na maioria dos aglomerados urbanos, as casas de negócio, não permaneciam abertas durante todo o dia, por não haver afluência de fregueses.¹⁶⁵

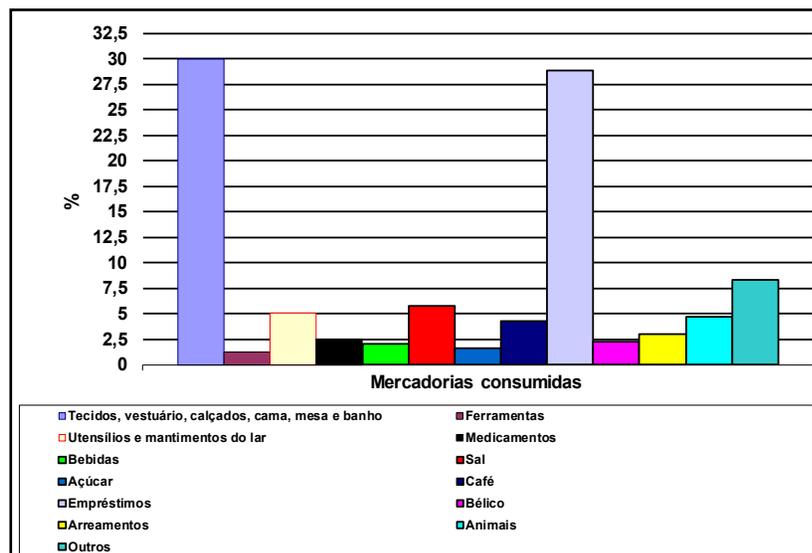


163 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1160, caixa 12 datado de 09/06/1886.

164 Ibidem, Inventário *post-mortem* processo n.º 1152, caixa 13 datado de 26/04/1887.

165 FRANÇA, 1975, p.136-137

**GRÁFICO 3.2 - O COMÉRCIO E O CONSUMO: OS ESTABELECIMENTOS
COMERCIAIS DO SUL DE GOIÁS, 1866-1896*.**



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Notas promissórias anexas aos inventários post-mortem de 1866-1896.*

Dentre os principais estabelecimentos comerciais da região sul de Goiás, do último quartel do século XIX, destacavam-se as lojas do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, de Francisco Soares Pinheiro e de José Luiz de Medeiros. Das 45 notas encontradas anexadas aos inventários como cobrança de dívidas, 18 eram do estabelecimento do coronel Hermenegildo, 10 de Francisco Soares Pinheiro e 6 de José Luiz de Medeiros; as 11 restantes eram de comerciantes diversos da região: um de Uberaba e outro de Morrinhos.¹⁶⁶

Os dados apresentados no Gráfico 3.2 mostram que os maiores gastos eram com tecidos, vestuário, roupas e artigos de cama, mesa e banho com 30%, seguidos por empréstimos pessoais

166

Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Notas promissórias diversas anexas aos inventários post-mortem de 1866-1896.

com 28,9%, sal com 5,8%, utensílios e mantimentos do lar 5,1%, animais 4,7%, café 4,3%, arreamentos 3%, medicamentos 2,5%, material bélico 2,3%, bebidas 2,1%, açúcar 1,6%, ferramentas 1,3% e outros artigos diversos 8,3%. Em uma economia predominantemente voltada para o abastecimento familiar e local, as famílias produziam quase tudo o que necessitavam e o pouco excedente era comercializado no comércio local e o gado para fora das fronteiras da Província. Desta forma, os gastos com produtos alimentícios restringiam-se apenas ao açúcar e café. Segundo Oscar Leal,

além do comércio regular desenvolvido pelos estabelecimentos das vilas, havia também, um comércio itinerante e de maior amplitude geográfica praticado por negociantes tropeiros profissionalizados e, ocasionalmente pelos comerciantes estabelecidos e pelos mascates. No final do século XIX, os sírios e libaneses, já começavam a mascatear no sul de Goiás.¹⁶⁷

Diante da carência de moeda os lavradores agregados e lavradores proprietários de terras que tinham uma produção tipicamente voltada para o abastecimento familiar e local ficavam numa permanente situação de dependência dos grandes fazendeiros, negociantes de crédito, comerciantes de mercadorias e gado. Contraíam dívidas em dinheiro ou mercadorias nos estabelecimentos comerciais onde tinham contas permanentes e onde compravam as mercadorias de consumo diário da família como: tecidos, aviamentos, café, ferramentas, pólvora, e ainda faziam empréstimos em dinheiro.¹⁶⁸ O arrolamento das dívidas nas lojas comerciais poderia durar décadas. Pagar e continuar devendo anos a fio era uma prática comum na vida cotidiana dos sertões do Brasil, e eram os bens

167 LEAL, Oscar. Op. cit. p.157.

168 Joaquim Rosa em sua memória "*Por esse Goiás afóra*" relembra que seu pai, que era dono de uma loja, vendendo a fregueses do norte, mercadorias de seu estoque no fiado, embora houvesse uma advertência escrito em um pedaço de papelão "fiado só amanhã", a vendia-se a prazo com muita frequência e, no dinheiro e no regime de badroca, isto é, troca de mercadorias de artigos regionais, mantimentos e produtos de artesanato. ROSA, 1974. Op. Cit. p.16.

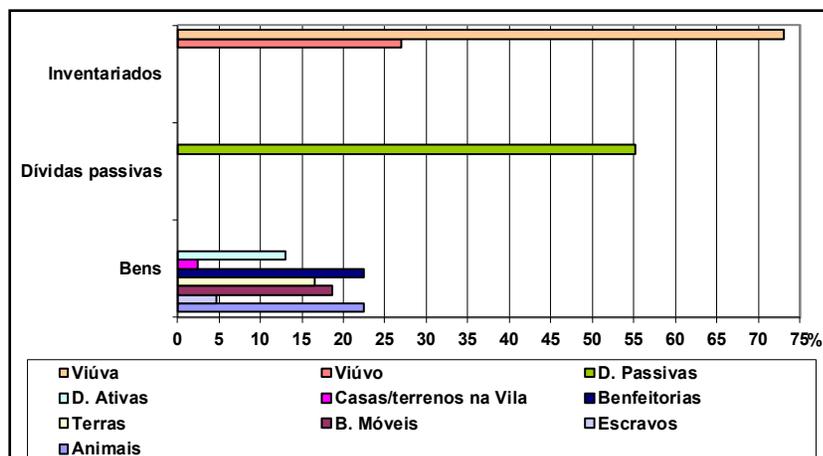
que davam a garantia aos credores, que recebiam o restante das dívidas no ato da partilha dos bens do devedor, por ocasião de sua morte. Como o responsável por todos os negócios da família era o pai, sempre na ocasião em que este falecia, os credores reivindicavam o pagamento das dívidas no ato da divisão dos bens. Abatido às dívidas, o restante do *monte-mór* era dividido entre os herdeiros; quando estas suplantavam o valor do total dos bens, tinha-se que renunciar aos recebimentos em favor dos credores, sendo, portanto, muito freqüentemente viúvas, com vários filhos ficarem na miséria, como observou Oscar Leal em Goiás na última década do século XIX,

viúvas de homens que em vida passaram por bem arranjados, ora em completa pobreza como o temos visto. Para prova podíamos transcrever aqui o anúncio que no "Publicador Goyano" fez certo padre do Bomfim, o qual declarava que por estar velho e contando mais dia menos dia baixar à sepultura, desejava fazer publico que nada devia a pessoa alguma até aquella data; podendo aliás quem porventura se julgasse seu credor, apresentar-se n'um prazo estabelecido, para que depois de sua morte não succedesse o mesmo que a outros tem succedido. Em Luziania conheci mais uma viúva carregada de filhos, mulher de muito boa fé e inexperiente, cujo marido negociava a crédito e que teve o desgosto depois da morte d'elle de ver até a sua machina de costura, a sua thesoura e os seus proprios arreios de montar, irem á praça para pagamento aos credores do finado.¹⁶⁹

Estudando os inventários *post-mortem* do sul de Goiás, não foi raro encontrar viúvas que após a morte do marido ficaram em situação difícil e que no ato da partilha tiveram que renunciar a sua parte e dos filhos menores, em benefício dos credores que dividiam entre si os bens da família do inventariado. Um exemplo é o de Anna Francisca dos Reis, viúva de Francisco Alves da Costa que ao falecer em 1887, deixou-a com 12 filhos, sendo seis menores de 15 anos

e uma dívida passiva que consumia 42% dos bens do casal.¹⁷⁰ Outro exemplo é o de Maria Carolina de Jesus, viúva de Manoel Bento Machado, que falecido em 1900, deixou-a com 10 filhos, sendo sete menores de 15 anos e uma dívida passiva que consumia 48% dos bens inventariados.¹⁷¹ Estes são apenas dois casos, em meio a dezenas de outros que fazem parte de uma amostragem de 536 inventários *post-mortem* distribuídos pela atual região sul de Goiás de indivíduos que viveram na segunda metade do século XIX, do qual, foi selecionada uma amostra de 44 cuja dívida passiva superava mais de 40% do *monte-mór* inventariado. Destes, mais de 70% eram viúvas que perderam o marido e os bens.

GRÁFICO 3.3 - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS DO SUL DE GOIÁS, 1843-1910



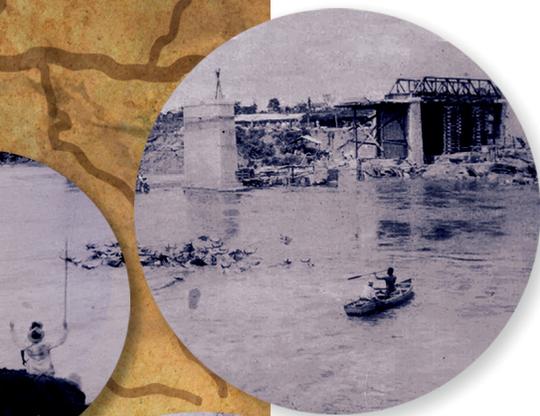
Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

170 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 586, caixa 05 datado de 09/05/1887.

171 Ibid. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n., caixa 22 datado de 03/07/1900.

O Gráfico 3.3 mostra que na maioria dos inventários cujas dívidas passivas acabavam superando bens do casal inventariado era composta de viúvas, com 73%, enquanto que os viúvos representam apenas 27%. As dívidas passivas representam 55% dos bens inventariados, ou seja, na maioria dos casos não eram suficientes para saldar as dívidas com os credores. Os bens imóveis – terras, benfeitorias e casas na vila – tinham uma participação preponderante nos *monte-mores* dos inventariados com 41,2%, sendo que no total de 44 inventariados, 77,3% concentravam sua riqueza em bens imóveis. Deste total, apenas 15,9% podem ser considerados criadores de gado, como Belchior Martins em cujo inventário constava a propriedade de 405 cabeças de gado *vacum*, 51 eqüinos, 29 bois de carro, 17 mulas e burros e 4 escravos, que somados representavam 42,4% do total do *monte-mór*; as dívidas passivas correspondiam a 42% da riqueza. Dos 44 inventários, 81,1%, pelo que apresentaram na disposição dos *montes-mores*, tinham sua riqueza concentrada na posse de bens imóveis e uma produção voltada para o abastecimento familiar.

Desta forma, as evidências assinalam que embora a moeda estivesse presente na sociedade, não circulava de mão em mão e sua movimentação era dificultada pelas grandes distâncias dos mercados e pelos precários meios de transporte. Mesmo as pessoas que tinham posses, que em valores nominais chegavam a dezenas de contos de réis em terras, bens móveis e gado, declaravam não possuir dinheiro, por vezes sequer para cobrir à custas de um processo de inventário no valor de 200\$000 mil réis, e muitos menos para quitar as dívidas passivas. No entanto, à medida que a economia regional foi se tornando mais dinâmica e Goiás se consolidava como um considerável mercado consumidor e fornecedor de produtos agropecuários para a região sudeste, a necessidade de moeda em circulação tornou-se mais evidente. Isso se acentuou à medida que novos hábitos de consumo e, sobretudo, a necessidade de novos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento da agricultura e criação de gado se tornaram necessários.



Alcântara Machado ao analisar os inventários *post-mortem* de São Paulo nos séculos precedentes, deparou-se com uma estrutura econômica parecida com a de Goiás no século XIX. O autor chegou à conclusão de que a conjuntura econômica paulista no período se caracterizava pelo

baixo nível de produção e consumo, era pequena a circulação monetária onde se contavam pelos dedos os espólios em que apareciam em alguns tostões de prata ou alguma moeda de ouro [...] tamanha era a escassez de numerário, que os colonos voltavam ao sistema pré-histórico dos escambos *in natura*, dos pagamentos em espécie.¹⁷²

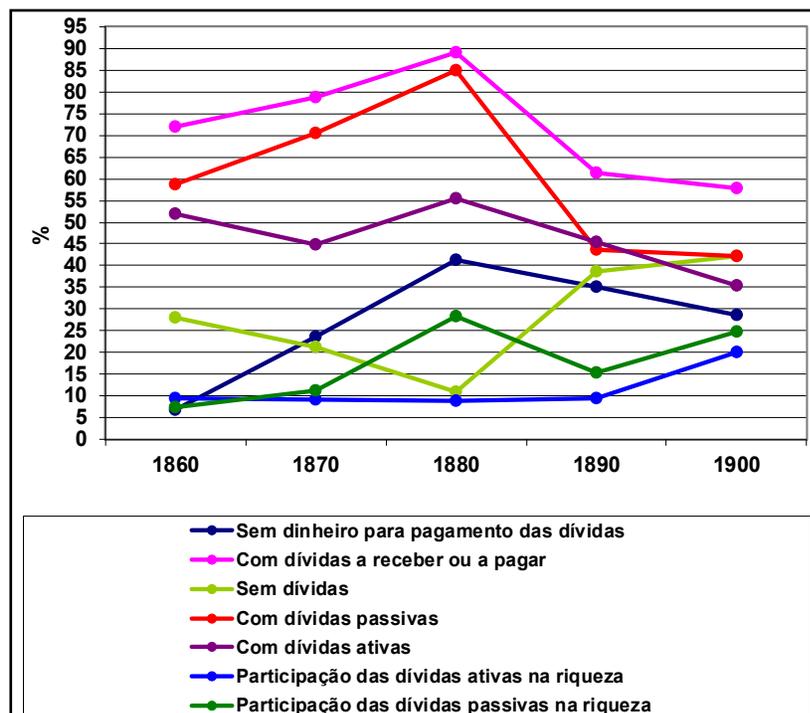
O autor relacionou os artigos que apareciam nos documentos, dados como pagamento: "o açúcar, as carnes de porco, as galinhas, o pano de algodão, o mel, a aguardente, a marmelada, os feijões, a farinha de guerra boa de receber."¹⁷³

Apesar da existência de um único produto, o gado, que propiciava o estabelecimento de uma relativa corrente de comércio com a Bahia e Minas Gerais, sobressaía-se durante o século XIX uma economia com uma produção voltada para o abastecimento familiar e regional que diante da escassez de moeda, tornava a prática do escambo muito frequente nas relações socioeconômicas, em Goiás. A permuta fazia parte das relações da vida cotidiana goiana, desde o pagamento de dias de serviço na lavoura ou da lida com o gado e na compra e venda de mercadorias no comércio local. À época negociava-se de tudo, de dinheiro a dias de serviço na roça, a serviços de transporte em carros de bois, de produtos agrícolas e agromanufaturados, (aguardente, rapaduras, queijos fumo) a campeio de gado.

172 ALCANTARA MACHADO, J. *Vida e morte do bandeirante*. 2.ª ed., São Paulo, Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1930, p.19. *Apud*. CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria *Metamorfose da riqueza São Paulo, 1845-1895*. 2.ª Ed. Hucitec: São Paulo, 1990. p. 39-40

173 CARDOSO DE MELLO, 1990, p.39-40.

**GRÁFICO 3.4 - A DINÂMICA DAS DÍVIDAS PASSIVAS NOS
INVENTÁRIOS POST-MORTEM, SUL DE GOIÁS - 1860-1910**



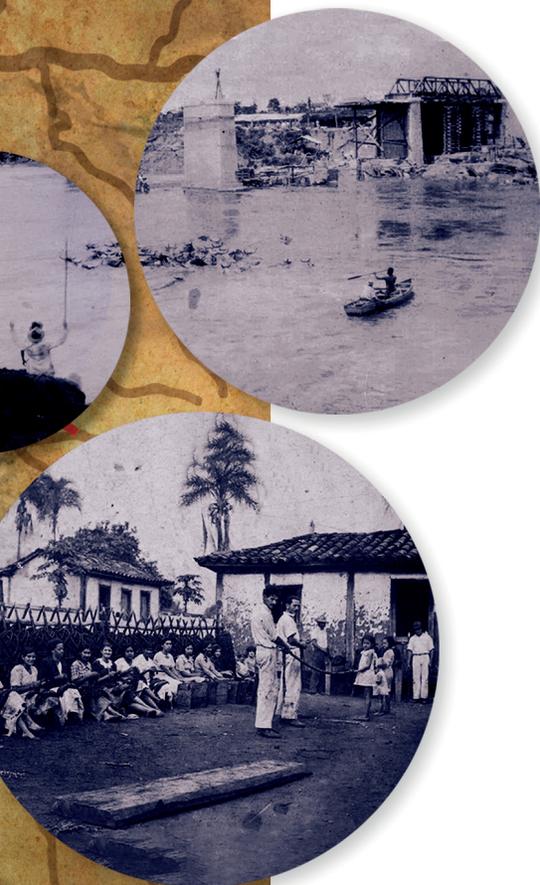
*Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida
de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1860-1910.*

Lavradores e criadores contraíam empréstimos com capitalistas, que geralmente monopolizam o comércio e o crédito regional, apesar de certa dificuldade nos recebimentos. Em um total de 473 inventariados pesquisados entre os anos de 1860 a 1910, 27% mostravam não haver dinheiro para pagar as custas do inventário. Praticamente, em todos os inventários em que constava a existência de dívidas passivas, independentemente de possuir bens suficientes ou não para quitá-las não exibiam dinheiro para pagá-las.

Pela estrutura dos inventários *post-mortem*, no sul de Goiás, ficar devendo ou ter que receber de alguém era algo muito frequente, o que demonstra que a maioria da população que tinha riqueza assentada na posse de bens imóveis, não possuía dinheiro para saldar seus compromissos do dia a dia. Entre os anos de 1860 a 1910, 71,8% dos inventariados declararam possuir dívidas ativas ou passivas e, apenas 28,2%, não possuíam dívida alguma; 60% tinham dívidas a pagar, enquanto que, 46,5% declararam possuir dívidas a receber; as dívidas passivas tinham uma participação em média de 11,4% na riqueza, já as dívidas passivas, 17,5%.

No entanto, observando a dinâmica das dívidas passivas apresentadas no Gráfico 3.4, percebe-se que no decorrer do período, sobretudo, a partir da década de 1880, houve um relativo crescimento do crédito e da circulação de dinheiro na região, pois o governo imperial a partir de 1854 começou a empreender uma política de emissão gradativa de papel moeda, que perdurou até o governo de Campos Sales. Desta forma, à medida que ocorria o crescimento de papel moeda em circulação, o número de inventariados que declarava possuir dívidas ativas e passivas decresceu, principalmente após a década de 1880. O contexto histórico que compreende as décadas de 1860 e 1880, talvez tenha sido um dos mais críticos da economia da região sul de Goiás, diante da necessidade de moedas e de crédito. Na década de 1860, 72% dos inventariados declarou possuir dívidas ativas ou passivas, índice que chegou a 89,2% na década de 1880, resultado semelhante encontrado aos que declararam possuir dívidas passivas: 58,7% tinham dívidas passivas em 1860, índice que subiu a 84,8% na década de 1880. Da mesma forma, os inventários em que não havia recursos em dinheiro para pagar os custos do inventário e a participação das dívidas passivas também tiveram uma progressão crescente (Gráfico 3.4).

O período compreendido entre 1890 e 1910, foi marcado por um crescimento relativo da economia goiana, em especial, da pecuária e, sobretudo, pela maior intercâmbio de Goiás com a região sudeste, por meio dos trilhos da estrada de ferro. Provavelmente, tal crescimento provocou uma maior circulação de capital e moeda na região



sul de Goiás e, por conseguinte, contribuiu para reduzir o número de inventariados com dívidas passivas e ativas declaradas no momento do inventário dos bens. Por outro lado, isto não significou que ocorreu uma redução da participação do ativo e passivo na riqueza familiar; ao contrário, com o crescimento do papel moeda em circulação, algumas famílias mais abastadas e com uma mentalidade mais capitalista passaram a diversificar suas atividades produtivas, dedicando-se, especialmente a atividades de crédito, o que conseqüentemente deve ter contribuído para que as dívidas ativas, nos anos de 1860, tivessem uma participação na riqueza inventariada entre 8% e 10%; a partir da década de 1890, passaram a ter uma maior participação ultrapassando a 20% da riqueza inventariada, na década de 1900.¹⁷⁴ Da mesma forma, as dívidas passivas após um momento de queda na participação da riqueza na década de 1890 tiveram, novamente, um momento de crescimento na primeira década do século XX.

TABELA 3.1 – A OFERTA DE MOEDA E A RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO DAS DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS NO SUL DE GOIÁS, 1860-1900.

DÉCADAS	MÉDIA DE PAPEL MOEDA EM CIRCULAÇÃO (Em milhares de contos de réis)	%	MÉDIA DE DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS ACUMULADAS (Em contos de réis)	%
1860	117	100	48	100
1870	193	165	53	110
1880	218	186	151	315
1890	670	573	176	367

Fonte: CARREIRA, Liberato de Castro. História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa:Rio de Janeiro, 1980 p.742-743; FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Org.) Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo,1978. p.13; Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1860-1910.

174

Com o objetivo de evitar discrepâncias na análise, não levado em consideração na soma dos monte-mores dos inventariados na década de 1900, o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que somente as dívidas ativas correspondia a 630.077\$324 mil contos de réis que correspondia a 92,5% da riqueza inventariada no período.

Conforme os dados apresentados na Tabela 3.1, é possível supor que à medida que o governo imperial e o então recente governo republicano aumentou o volume de papel moeda em circulação, ocorreu também, o crescimento da participação das dívidas passivas e ativas nos inventários *post-mortem*, entre os anos de 1860 e 1900. Enquanto no período, o volume de papel moeda cresceu na ordem de 573%, as dívidas ativas e passivas cresceram 367% no conjunto da riqueza inventariada, principalmente, entre as famílias mais abastadas. Ou seja, com uma maior integração da região aos mercados da região sudeste, via estrada de ferro, e com o crescimento da oferta de moeda, intensificaram-se as relações sociais, econômicas e comerciais e, ocorreu uma maior monetarização da sociedade. Na ausência de instituições de financiamento e de crédito entrou em cena a figura do capitalista – que em Goiás poderia ser comerciante, grande proprietário/criador e proprietário de tropas de mulas e burros – indivíduos integrados ao mercado local e regional que além de concentrar riqueza monopolizavam o crédito no interior do Brasil. Cardoso de Mello refere-se às figuras que desempenharam um importante papel na economia regional:

na ausência de bancos ou devido ao pequeno desenvolvimento regional estas pessoas funcionavam como emprestadores particulares de quantias significativas que possibilitavam o giro de dinheiro necessário em uma economia em mudança.¹⁷⁵

O isolamento relacionado à falta de meios de transportes eficientes, a precariedade das estradas e a grande distância em relação aos principais centros econômicos, não eram empecilhos para que algumas famílias conseguissem acumular riqueza no sul de Goiás. Em um ambiente agrário e rústico os proprietários de grandes extensões de terra e de gado e os proprietários de estabelecimentos comerciais souberam tirar proveito e vantagens econômicas e políticas de uma estrutura tipicamente agrária marcada por relações pré-capitalistas

175

CARDOSO DE MELO, 1990, p.92.

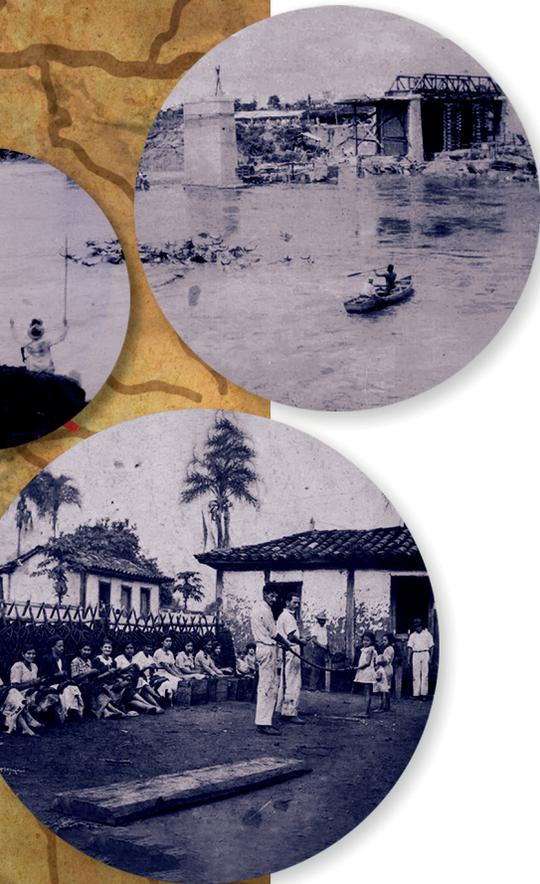
e mercantis o qual o poder político, a terra, a produção econômica, o comércio e o dinheiro em circulação concentravam-se em suas mãos. Segundo Víctor Nunes Leal,

somente essa elite agrária é que tinha facilidade de capitalizar recursos e obter financiamento, mercadorias e dinheiro que se convertem no oferecimento de favores a uma população rural composta em sua grande maioria de lavradores agregados e proprietários que tiravam o sustento no trabalho com a terra, e que viviam no mais lamentável estado de "pobreza" e ignorância diante do "coronel!"¹⁷⁶

Neste contexto agrário o prestígio social e político estavam nas famílias que pudessem oferecer maiores quantidades de favores através do empréstimo de dinheiro e compra de mercadorias no fiado.¹⁷⁷ Nesta conjuntura para gerar capitais, era necessário que um indivíduo diversificasse suas atividades produtivas: além de proprietário de grandes extensões de terras dever-se-ia exercer atividades diversas, como por exemplo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que teve a princípio, boa parte de sua fortuna adquirida durante a Guerra do Paraguai, ao fornecer grandes quantidades de sal às tropas que passavam pelo Porto de Santa Rita do Paranaíba em direção ao Estado do Mato Grosso. Possuía sua própria tropa de burros e mulas, mantinha três importantes casas comerciais

176 "O coronelismo tem sido entendido como uma forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a Primeira República, e cujas raízes remontam ao Império. [...] Uma das grandes surpresas dos republicanos históricos, quase imediatamente após a Proclamação da República, foi a persistência desse sistema, que acreditavam ter anulado com a modificação do processo eleitoral. A Constituição Brasileira de 1891 outorgou o direito de voto a todo o cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado; assim, pareciam extintas as antigas barreiras econômicas e políticas, e um amplo eleitorado poderia teoricamente exprimir livremente sua escolha." QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. 1969, In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*. Vol. VIII. 6.ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. Op. Cit. p. 61

177 "É, pois, para o próprio 'coronel' que recorria o roceiro nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades." LEAL, Víctor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3.ª Ed. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997. Op. Cit. p.43.



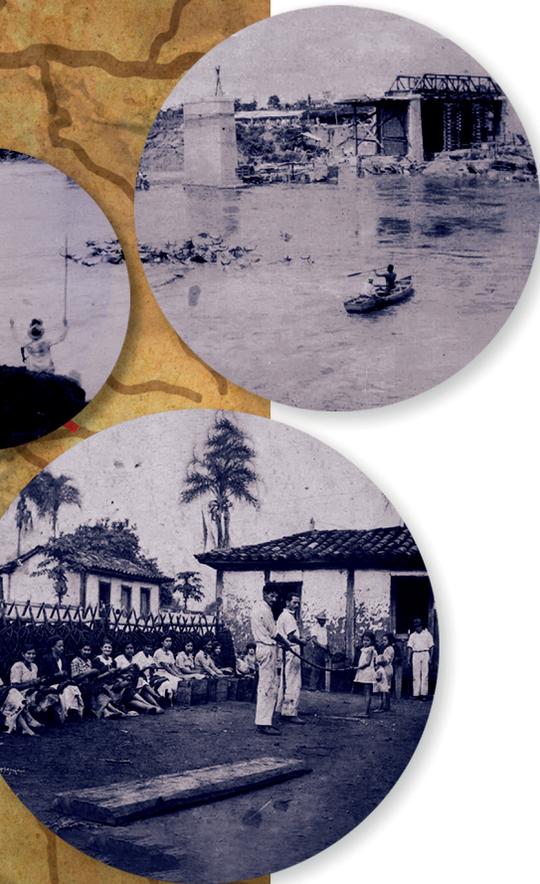
no sul de Goiás, em Santa Rita do Paranaíba, Morrinhos e Pouso Alto, em seu nome e de seus familiares, que eram encarregados de administrá-las. Além de ser talvez, o maior latifundiário do Estado, com cerca de 48.000¹⁷⁸ alqueires goianos de terras espalhadas pelos municípios de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba, Distrito de Ale-mão, Rio Verde, Pouso Alto e Bom Jesus, era também capitalista e financiava negócios públicos e privados emprestando dinheiro a juros tanto no sudeste, sudoeste e sul de Goiás, como no Triângulo Mineiro. Também exerceu várias ocupações na administração pública sendo Intendente Municipal e seu nome figura entre os Vice-Governadores de Estado, de 1889 até à sua morte em 1905.

Dentre a mostra dos 536 inventariados da região sul de Goiás que foram analisados o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes reunia todas as qualidades de um tradicional *coronel*. Uma vez estabelecido em Morrinhos, por volta de 1870, logo se tornou um chefe político local e a partir de uma série de alianças e casamentos estratégicos de seus filhos e enteados, conseguiu alargar sua influência no âmbito regional e provincial/estadual e, também, por meio do financiamento de obras públicas e privadas. Leite de Moraes, em passagem por Morrinhos, à ocasião de sua viagem para assumir o a presidência da Província de Goiás em 1881, hospedou-se em sua casa, considerando-a como uma única construção que representava o verdadeiro símbolo do trabalho e progresso em meio a um lugarejo composto de pequenas casas espalhadas pelas ruas alagadas e lamacentas.¹⁷⁹ Em sua obra *Apontamentos de viagem*, faz referência à figura do coronel Hermenegildo: considerou-o um "cidadão distinto por seu caráter, por suas qualidades morais e por seus serviços à causa pública não deixando também de destacar a importância que teve em seu governo, na administração dos melhoramentos materiais realizados na estrada do sul."¹⁸⁰

178 ALENCAR, 1993.

179 LEITE DE MORAES, 1995.

180 Ibid. p.84



Entre 1871 e 1901 adquiriu 27 propriedades que correspondiam a um valor total de 39.273\$000, no município de Morrinhos.¹⁸¹ Explorava as terras desenvolvendo atividades agropastoris e controlava os principais setores comerciais e financeiros da região sul de Goiás, suprimindo a inexistência de bancos sendo, portanto, ao mesmo tempo, proprietário de terras e capitalista.¹⁸² Tendo-se estabelecido na Vila Bela de Morrinhos por volta de 1870 exerceu diversas atividades e conseguiu acumular prestígio, poder econômico e político que lhe permitiu criar uma estrutura que propiciou a seus sucessores a ascensão política no âmbito estadual e federal. A sua influência era tão grande "a ponto de líderes da capital do Estado irem à cidade de Morrinhos para, de acordo com o coronel Hermenegildo, escolherem a chapa dos representantes goianos à Assembléia Nacional Constituinte,"¹⁸³ o que atesta a sua importância política em Goiás nos primeiros anos da Primeira República.

Enviou seus três filhos para estudarem, em São Paulo, tendo em vista que esta condição seria o passaporte para vôos políticos altos. Os filhos Hermenegildo Lopes de Moraes Filho e Alfredo Lopes de Moraes bacharelaram-se em Direito. O primeiro foi deputado federal e senador federal e, chegou a ser eleito Presidente do Estado em 1909, mas foi impedido de tomar posse. O segundo Alfredo Lopes de Moraes, também foi deputado federal e Presidente do Estado de 1929 a 1930. Seu genro José Xavier de Almeida foi deputado federal e Presidente do Estado de 1901 a 1905. E o outro filho, Francisco Lopes de Moraes, embora tivesse abandonado os estudos ocupou vários cargos públicos no município e exerceu um mandato de deputado estadual.

Ao falecer em 1905, de acordo com os seus bens inventariados, acumulou uma fortuna de 1.774:775\$476 mil contos réis distribuídos entre bens móveis 21:342\$500 contos de réis, bens

181 Ainda fez investimentos de muito valor no município de Rio Verde.

182 ALENCAR, 1993.

183 ALMEIDA, Guilherme Xavier de. "Sobrado". *Revista VI Festa de Artes de Morrinhos*, n.º 2, 1970, p.14

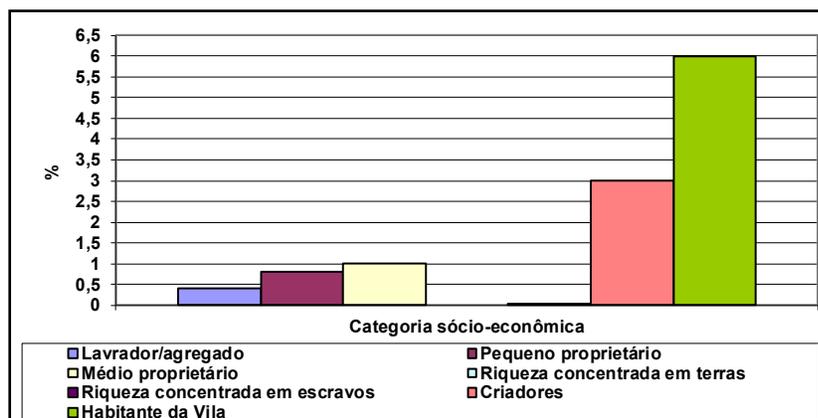
imóveis 256:045\$810¹⁸⁴ contos de réis, bens semoventes 81:600\$000 (equivalente a 5.000 cabeças de gado, 50 burros arriados e 40 cavalos selados), dinheiro aplicado em duas cadernetas de poupança no valor de 10.000\$000 contos de réis, 720 títulos de dívida pública no valor total de 740:000\$000 (setecentos e quarenta contos de réis), dívidas ativas no valor de 630:077\$324 (seiscentos e trinta contos, setenta e sete mil trezentos e vinte quatro réis) e lucros em casas comerciais que somavam 15:689\$842 (quinze contos, seiscentos e oitenta e nove mil oitocentos e quarenta e dois réis) ¹⁸⁵. Boa parte desta riqueza, provavelmente deve ter sido formada “durante a Guerra do Paraguai, quando o coronel Hermenegildo fornecia grandes quantidades de sal às tropas que ali passavam rumo ao Estado do Mato Grosso e, por emprestar dinheiro tanto no sudeste goiano quanto no Triângulo Mineiro.”¹⁸⁶ Em um contexto em que o acesso a bancos não era privilégio da grande maioria dos goianos, o coronel Hermenegildo foi único em cujo *monte-mór* havia a declaração de possuir dinheiro aplicado em cadernetas de poupança na Caixa Econômica. No período de 1843 a 1910, mesmo com o aumento do volume de papel moeda emitido pelo governo imperial e nos primeiros anos da república, o dinheiro, no início do século XX, aparecia com pouca frequência e, geralmente, nas mãos de negociantes – comerciantes, criadores de gado, comerciantes de sal e negociantes de crédito – que na ausência de bancos, emprestavam dinheiro a juros em torno de 1% a 2% ao mês.

184 O Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes em 1905 era detentor de cerca de 48.000 alqueires goiano de terras nas regiões Sul e Sudoeste do Estado de Goiás.

185 Escritania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida da cidade de Morrinhos Caixa n.º 15 (documentos diversos e avulsos), autos n.º 83.

186 FONSECA, 1995, p.35-36.

GRÁFICO 3.5 - PARTICIPAÇÃO DO DINHEIRO NA RIQUEZA, SEGUNDO CATEGORIAS SÓCIO-ECONÔMICAS - SUL DE GOIÁS, 1843-1910*



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910*

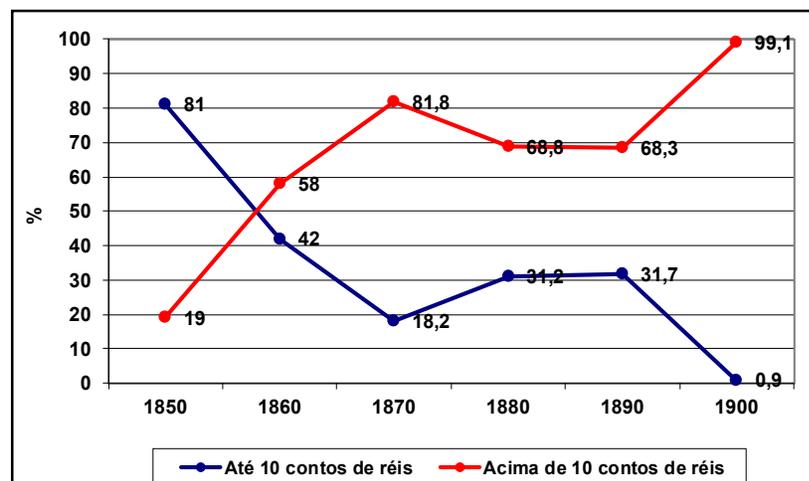
* O inventário do coronel Hermenegildo Lopes Moraes não está incluído nesta amostra que corresponde a 536 inventários post-mortem.

Conforme Gráfico 3.5, além do dinheiro ter pouca participação nos *monte-mores* dos inventariados entre os anos de 1843-1910, este se concentrava nas mãos de quem possuía uma produção econômica que excedia às necessidades básicas da família e abastecimento do mercado local, com destaque para os comerciantes, que geralmente residiam na vila onde tocavam seus estabelecimentos comerciais e os criadores de gado que em sua grande maioria residiam no campo. Mesmo assim, globalmente a participação do dinheiro como riqueza nos *montes-mores* era pequena. Entre classificados como lavradores agregados, pequenos proprietários, médios proprietários, com riqueza concentrada em terras e em escravos, a participação do dinheiro não ultrapassava 1%, da riqueza total inventariada. Enquanto entre os criadores de gado a participação do dinheiro como riqueza no *monte-mór* foi de 3% e, entre os habitantes da vila, cuja maioria eram proprietários de estabelecimentos comerciais ou negociantes de crédito, o dinheiro correspondia a 6% da

riqueza inventariada. Seguindo essa tendência, o volume de dívidas ativas, que é dinheiro emprestado a alguém a título de crédito concentrava-se também entre as famílias mais ricas.

A pouca presença do dinheiro pode ser explicado pela sua escassez, embora talvez fosse também uma prática muito comum dos inventariantes omitirem a posse de dinheiro na declaração dos bens. Os dados apresentados fornecem uma idéia de que a moeda aparecia com maior freqüência entre os indivíduos que possuíam uma estrutura de produção econômica mais dinâmica e centrada na criação e comércio de gado, venda de mercadorias e em atividades de crédito. Apesar de haver uma pequena população residente nas vilas, esta tinha uma grande importância na vida social, cultural e econômica, pois era onde se encontravam os principais estabelecimentos comerciais e se realizavam atividades de crédito, ou seja, era onde circulava o dinheiro e residiam os principais comerciantes e negociadores de crédito, como por exemplo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

GRÁFICO 3.6 - DISTRIBUIÇÃO DAS DÍVIDAS ATIVAS, CONFORME GRUPOS DE RIQUEZA - SUL DE GOIÁS, 1850- 1910



Escrivanha de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1850-1910.

Entre os anos de 1850 e 1910, na região sul de Goiás, apenas 12,4% (62 inventários) dos inventariados declararam possuir uma riqueza superior a 10.000\$000 contos de réis. Deste total, 53,2% (33 inventários) estão distribuídos nas décadas de 1890 e 1900. Analisando a distribuição das dívidas ativas percebe-se que estas concentravam nos inventários dos que pertenciam a famílias mais abastadas, acentuando-se no decorrer das décadas, à medida que a participação do volume de dívidas ativas decrescia entre inventariados com *monte-mór* inferior até 10.000\$000 contos de réis.

De 19% na década de 1850, os mais ricos passaram a concentrar 99,1% do volume de dívidas ativas, na década de 1900, especialmente os monopolizadores do crédito como, o capitão Florentino de Araújo, residente na fazenda Paraíso da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, que na década de 1840 apresentou um *monte-mór* avaliado em 14.170\$830, o maior rebanho bovino com cerca de 280 cabeças de gado vacum e um volume de dívidas a receber no valor de 3.722\$060 contos de réis, que representavam 26,3% do seu *monte-mór*¹⁸⁷; na década de 1860, no inventário de Pedro José da Silva Ferrugem residente na Vila Bela de Morrinhos fazendeiro, criador de gado e negociante, apresentou-se um *monte-mór* avaliado em 21.090\$869 contos de réis do qual faziam parte um rebanho de 140 cabeças de gado vacum e um volume em dívidas ativas de 8.612\$229 contos de réis, o que representava cerca de 40% da riqueza inventariada¹⁸⁸; na década de 1870, o tenente coronel Luis Gonzaga de Menezes, residente no distrito de Caldas Novas, fazendeiro, criador de gado e negociante tinha um *monte-mór* avaliado em 82.962\$494 contos de réis, um rebanho de 591 cabeças de gado vacum, incluindo 33 bois de carro, 22 escravos, propriedade de um estabelecimento comercial e volume em dívidas ativas a receber no valor de 14.831\$832 contos

187 Escrivania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida da cidade de Morrinhos, Pasta n.º 01, autos n.º s.n. Inventariado em 03/12/1846.

188 Escrivania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida da cidade de Morrinhos Pasta n.º 03, autos n.º s.n. Inventariado em 11/05/1863.

de réis, equivalente a 17,8% de sua riqueza¹⁸⁹; na década de 1890, o Capitão José Missias Ferreira de Ázara fazendeiro, criador de gado e negociante, possuía um *monte-mór* avaliado em 47.179\$621 contos de réis, um rebanho de 159 cabeças de gado vacum, dívidas ativas a receber no valor de 15.646\$491, que correspondia a 33% do total, sendo que, 30,9% deste estávamos comprometidos com dívidas a pagar que correspondiam a um valor total de 14.856\$130 e, deste valor, 8.679\$531 eram dívidas de crédito contraídas com o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e 5.824\$370, para com loja comercial Castilhos & Cia, atacadista do Rio de Janeiro.¹⁹⁰

Na década de 1900, o grande credor e detentor da maior fortuna inventariada da mostra de 518 inventários foi o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, falecido em 1905, cuja fortuna, comentada anteriormente, tinha valor muito alto para os padrões de riqueza da região das famílias mais abastadas que não chegavam a ultrapassar cifra dos 100 contos de réis; possuía também um volume grande de dívidas ativas declaradas que correspondiam a 35,5% de sua riqueza, montante que o caracteriza também, como um grande financiador e monopolizador do crédito na região.

Com o suceder das gerações, à medida que as propriedades rurais eram divididas entre os herdeiros dos casais, famílias que tradicionalmente detinham a posse de grandes extensões de terras e de dezenas de escravos, mas que não se preocuparam em dinamizar sua produção investindo, sobretudo, na criação de gado, acabaram não conseguindo se capitalizar e não acumularam fortuna, seja em dinheiro ou em espécie. Muitos constituíram proles extensas, no suceder das gerações, e não se adaptaram às mudanças e transformações provocadas pela maior inserção da região em uma

189 Escrivania de família do Fórum de Caldas Novas Pasta n.º 03, autos n.º58 Inventariado em 15/03/1875.

190 Escrivania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida da cidade de Morrinhos Pasta n.º 20, autos n.º659 Inventariado em 09/11/1896.

economia de mercado cada vez mais dinâmica, sobretudo, a partir do último quartel do século XIX, com o desenvolvimento econômico da região sudeste. E, com o advento da economia cafeeira, novas relações econômicas e sociais de produção foram sendo introduzidas e acentuaram o processo de monetarização das relações sociais no campo, diante das necessidades cada vez mais urgentes de uma produção de mercado, à medida que as distâncias iam sendo suplantadas com a chegada dos trilhos da estrada de ferro. As famílias que não se adaptaram às mudanças e transformações socioculturais calçadas em uma economia de mercado acabaram tendo sua riqueza esfacelada pelo endividamento, venda ou troca das terras por ninharias e conseqüentemente, os descendentes ficaram sem a posse da terra. Algumas poucas famílias, como a do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, com um espírito empreendedor e capitalista acabaram tirando proveito das adversidades e das novas possibilidades advindas com a chegada dos novos tempos.

3.2 OS CARROS DE BOIS E A ESTRADA DE FERRO

A maior diversificação e dinamização da economia goiana no limiar do século XX podem-se dizer, foram decorrentes das transformações provocadas pela industrialização que revolucionou os meios de comunicação e transportes com a implantação do telégrafo e das estradas de ferro.¹⁹¹ Porém, durante o período estudado, o ritmo da economia goiana seguia o seu curso ritmado pelo tropel das mulas e burros, acompanhados pela sinfonia do ranger dos carros e mugir dos bois, que tinham que transpor diariamente, antes da expansão

191

Segundo Maria de Sousa França "no final do século XIX os portos de arrecadação de maior circulação de mercadorias eram aqueles localizados mais próximos da estrada de ferro." FRANÇA, 1975, Op. Cit. p.152-153

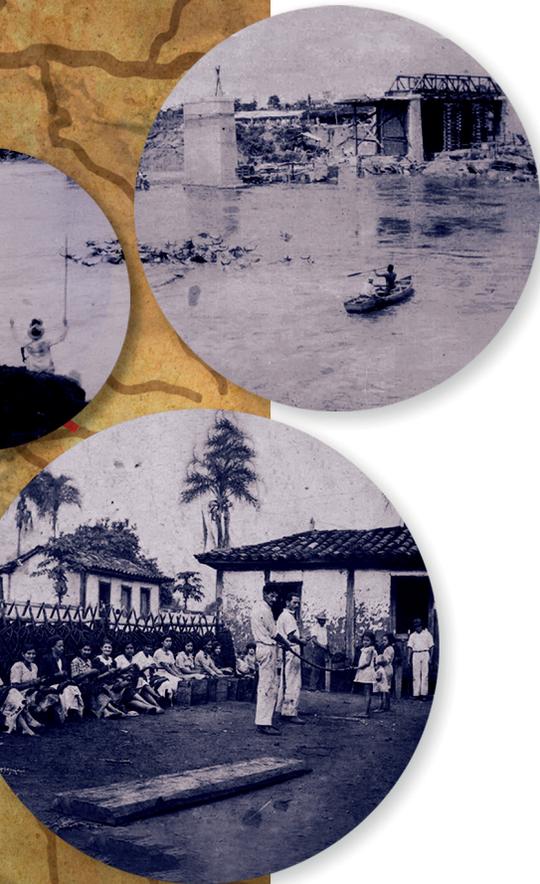
ferroviária, as 240 léguas que separavam Goiás do Rio de Janeiro, pelas estradas de Minas Gerais e São Paulo. Tais estradas tornavam péssimas e quase intransitáveis em épocas de chuvas intensas.

Essas estradas por Minas e São Paulo, que no tempo secco oferecem transito fácil, especialmente a de São Paulo pela qual transitão carros de bois, tornão-se ruins no tempo das chuvas, e havendo em ambas falta absoluta de benefício, o transito é difficil e interrompido a cada passo pelo crescimento das águas de muitos córregos, que não raro obrigão os tropeiros a pararem muitos dias até que seja possível passar, e pelos atoleiros, concorrendo mais ainda para as dificuldades as febres intermitentes que são freqüentes em toda a extensão das estradas.¹⁹²

Em 1870 o então presidente da Província, Ernesto Augusto Pereira, em seu relatório à Assembléia Legislativa, demonstrava insatisfação em relação à precariedade dos transportes e estradas que eram os grandes empecilhos ao desenvolvimento do comércio, da agricultura e criação em Goiás. As tropas gastavam em média 60 dias de viagem, em tempos de estiagem, do Rio de Janeiro à cidade de Goiás; nos períodos de chuva, o tempo das viagens era impreciso. Além de ser um transporte oneroso, o preço por cada arroba transportada variava entre 12\$000 e 16\$000 réis. Muitos gêneros de primeira necessidade deixavam de ser importados ou exportados por serem perecíveis, como os alimentos, devido à necessidade de carregá-los e descarregá-los diariamente. A chuva, o sol ardente, a poeira e a brutalidade dos carregadores causavam a deterioração dos produtos.

O transporte de mercadorias com peso superior a seis arrobas era impossível de ser realizado. Um maquinário, que já era utilizado em fazendas paulistas, para o trabalho na lavoura devido ao

192 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de agosto de 1870 pelo presidente da Província Ernesto Augusto Pereira. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1874 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc.* Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XI),p.21

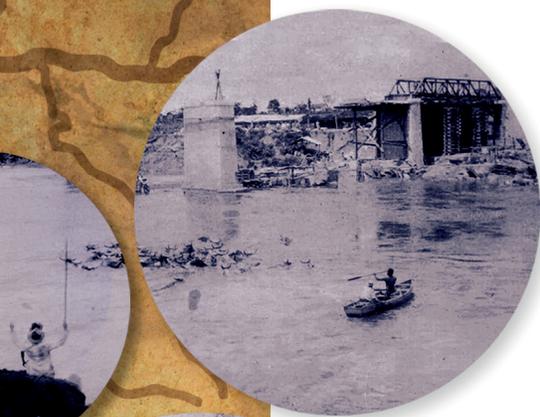


seu grande peso não poderia ser conduzido por um único animal. Se separadas, as partes ocupariam um grande número de animais o que tornaria o transporte muito caro, impossibilitando a lavoura goiana de utilizar maquinários já empregados nas fazendas de outras regiões. Assim que, se um objeto representasse grande volume, ainda tivesse que pouco peso era considerado como a metade da carga de um animal e custavam pelo menos 48\$000 réis de frete. Se o objeto era de pequeno volume, mas de muito peso, mesmo sendo muito barato, o preço da arroba era sempre o mesmo, como por exemplo, o ferro que custava de 4\$000 a 5\$000 réis a arroba no Rio de Janeiro e pagava de frete, de 12\$000 réis por arroba.¹⁹³ Nessas condições, mesmo que um lavrador plantasse milho, feijão e arroz em quantidades que excedessem à necessidade alimentar de sua família, era inviável que seus produtos chegassem a um mercado consumidor mais distante.

No final do século XIX, mesmo com a estrada de ferro em Uberaba e Araguari no Triângulo Mineiro, o sal ainda continuava sendo um produto muito caro. Segundo Serzedelo Correia os impostos e os custos de transportes contribuíam para o seu encarecimento. Custavam originariamente nos portos Rio de Janeiro 12\$500 mil réis, a tonelada e chegava ao interior de Minas Gerais ao preço de 865\$600 mil réis, sem levar ainda em consideração os lucros dos negociantes.¹⁹⁴

193 Ibid. p.10

194	I-Preço do Sal	12\$500 a tonelada;
	II - Imposto Municipal	2\$000
	III - Imposto Estadual	17\$500
	IV - Imposto de Gabela	30\$000
	V - Frete Marítimo	16\$600
	VI - Frete de estrada de ferro	25\$000
	VII - Condução em carros e tropas	725\$000
	VIII - Gabela mineira	33\$000
	IX - Aferição mineira	4\$000
	X - Benefício dos intermediários	s.v.
	Preço da tonelada em Minas Gerais	865\$600



Por ser o sal um produto de grande valor os negociantes da região do Triângulo Mineiro e Goiás fizeram fortuna com o seu comércio. Gama Cerqueira em seu relatório de governo de 1858 apontou um abastado negociante de Uberaba, na província de Minas Gerais, que importava grandes carregamentos de sal de Mogi-Mirim, através da via fluvial, e os revendia nos mercados mineiro e goiano, obtendo grandes lucros deste comércio que lhe proporcionou acumular uma avultada fortuna.¹⁹⁵ Em 1884 "formou-se uma sociedade anônima em Uberaba, com o capital de 120.000\$000 contos de réis para comercializar o sal, que funcionou alguns anos, dissolvendo-se após a aproximação dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana."¹⁹⁶

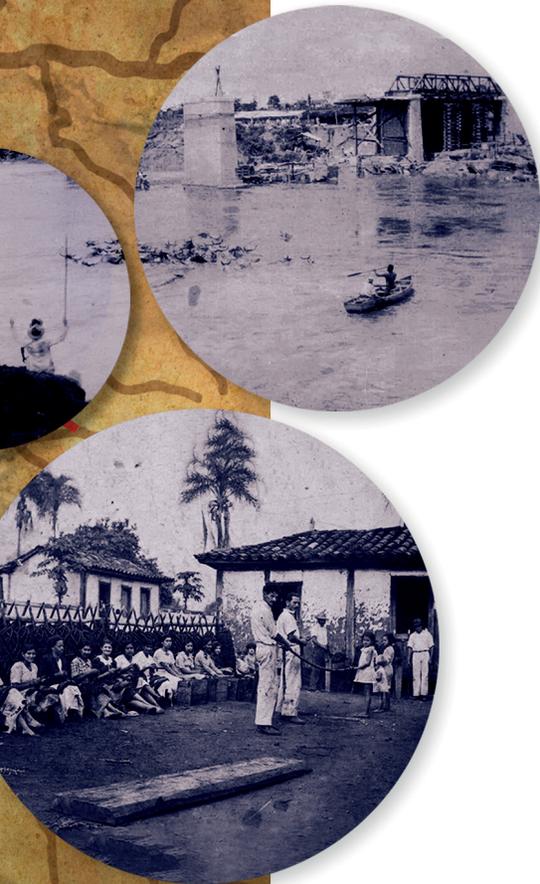
No sul de Goiás, coronel Hermenegildo Lopes de Moraes acumulou parte de sua fortuna fornecendo mercadorias e, principalmente, sal ao Exército Brasileiro na Guerra com o Paraguai (1865-1870). Ao falecer em 15 de maio de 1905, deixou um estoque de 1.862 sacos de sal de 28 quilos e 300 sacos de 30 quilos que se encontravam distribuídos no porto de Barreiras, Morrinhos e cidade de Goiás, respectivamente ao preço de 7\$500 e 9\$335 mil réis perfazendo um valor total no *monte-mor* de 16.765\$500 contos de réis.¹⁹⁷

Com a interiorização da estrada de ferro à medida que foi ocorrendo uma maior dinamização da economia e do comércio, tendência também aplicável aos animais utilizados no transporte de mercadorias, houve um aumento gradativo nos preços, por um lado, devido à inflação que provocou a partir de 1880 uma alta geral

195 Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Goyaz em 1.º de maio de 1858 pelo presidente da Província Francisco Januário da Gama Cerqueira. In: *Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1874 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc.* / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VII). p.153

196 SAMPAIO, 1971, p.130

197 Escrivania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida, Caixa n.º 15 (documentos diversos e avulsos), autos n.º 83. O Cel Hermenegildo Lopes de Moraes também era detentor de 5000 cabeças de gado bovino, sendo o maior rebanho inventariado em uma amostragem de 536 inventários da região Sul de Goiás. Este fator talvez explique, por um lado, a grande quantidade de sal que foi declarada em seu inventário.



dos preços no Brasil, que foi muito acentuado na década de 1890. A estrada de ferro reduziu as distâncias e o uso do carro de boi tornou-se mais freqüente por ser o meio de transporte mais barato em distâncias mais curtas, ao mesmo tempo, que tinha a capacidade de transportar um volume maior de carga. Desta forma, o carro de boi gradativamente foi se tornando o principal meio de transporte da então região sul de Goiás, substituindo as bestas e mulas.¹⁹⁸

Leite de Moraes ao percorrer o caminho de Casa Branca em direção à cidade de Goiás deparou-se com dezenas de carros de bois procedentes de Minas Gerais e Goiás, cada um deles puxado por dez juntas de bois, pelo menos. Por muitas vezes viu, durante a viagem, carros atolados na lama até o eixo, e para arrastá-los os carreiros emendavam as boiadas de dois carros. Encontrou alguns cometas¹⁹⁹ do Rio de Janeiro, que vinham de volta de Franca e Uberaba.²⁰⁰

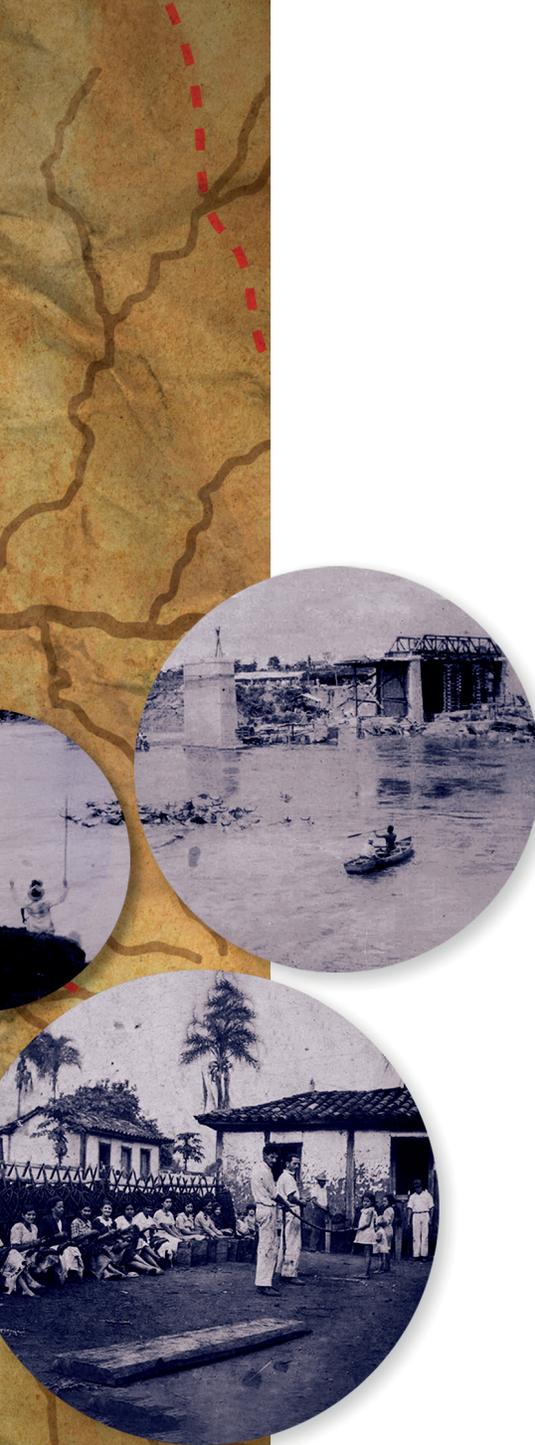
Na barranca do rio Grande encontrou vários viajantes, tropeiros, carreiros amontoados esperando a sua vez de atravessar o rio, de balsa, ou de canoa; notou que nos armazéns do porto existiam mais de 10 mil alqueires de sal; do lado oposto, no porto fronteiro, via-se também que havia viajantes, tropeiros e carreiros solicitando passagem.²⁰¹

198 Nogueira retrata em seus estudos que "muitos velhos textos se referem a mercadorias que, procedentes do sertão, inclusive o goiano, seguiram para o Rio em carros de transporte que, em operação contínua de um mesmo carro, ligavam Goiás ao Rio. [...] No trecho entre São Paulo e Rio, até 1860, o transporte se assegurava exclusivamente por carros e tropas. A frequência dos carros subia, diariamente, a centenas. [...], entretanto, em relatos ouvidos em minha infância, e em entrevistas realizadas com velhos carreiros, posteriormente, colhi descrições de viagens destes, ou de seus pais, realizadas entre regiões do sudoeste goiano e Casa Branca. Esta era, então um grande centro comercial do interior de São Paulo. A presença da Mogiana ainda em Mogi-Mirim, em 1875, sugere a realização daquelas viagens em anos posteriores a 1880" NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. *O Mestre Carreiro*. A Folclórica (Instituto Goiano do Folclore), Edição especial: Goiânia, 1980, Op. Cit. p.52.

199 Designação popular dos caixeiros-viajantes devido ao fato de passarem pelas cidades com intervalos regulares.

200 LEITE MORAES, 1998 p. 49-50

201 Ibid. p.60



Segundo Aguiar,

o avanço da estrada de ferro em direção ao interior, mesmo não tendo chegado a Goiás durante o século XIX, conseguiu melhorar as condições de transporte de mercadorias, uma vez que estabeleceu pontos de convergência para os gêneros a serem transportados. Assim, quando os trilhos chegaram a Uberaba, para lá se dirigiam os carros para o embarque e recebimento dos produtos.²⁰²

Conseqüentemente a progressão dos trilhos da Mogiana, até a Araguari em 1896, encurtou os roteiros carreiros orientados para São Paulo. Em rápida sucessão, como terminais, Uberaba, Uberabinha (atual Uberlândia) e Araguari centralizaram os principais roteiros e monopolizaram o comércio regional.²⁰³ Os carros de bois, antes da chegada da ferrovia, foram essenciais na ligação das vilas com o meio rural interligando locais que não eram abastecidos pelas tropas que se ocupavam do transporte de artigos nobres e se mantinham presas a rotas mestras. O trabalho dos carros de bois segundo Nogueira, sustentou Goiás e, sobretudo, a região sul por dois motivos: o transporte microrregional de produtos da lavoura e o transporte de sal para o gado. Com o crescimento do rebanho bovino, no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, a demanda por sal cresceu e conseqüentemente, o alto preço deste produto, associado ao baixo preço do gado, tornou inviável o transporte por tropas. Da mesma forma, os produtos da lavoura, pois neste período a província já começava a produzir recursos superiores às suas necessidades de subsistência, sobretudo, com a produção de agromanufaturados como aguardente, rapadura, açúcar, fumo, cujo transporte era muito oneroso por meio de tropas.²⁰⁴

202 AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras em Goiás: estrutura fundiária - 1850-1920*. Tese de doutorado em História Econômica apresentada à Universidade de São Paulo. SBD-FFLCH-USP: São Paulo, 1998, p.36

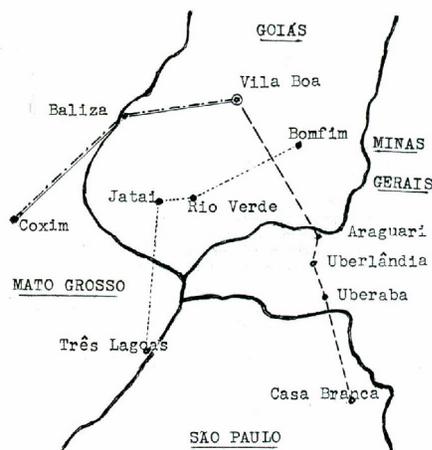
203 NOGUEIRA, 1980.

204 Ibid.

No último quartel do século XIX, conforme relatórios dos presidentes de Província/Estado, além da criação de gado, a produção agrícola, agromanufatureira e extrativista começava a despontar na pauta de exportações. Os dados apresentados mostram que nas décadas de 1890 e 1900, intensificaram-se as relações econômicas de Goiás com o Sudeste. Além da pecuária e derivados, produtos agrícolas, com destaque para o fumo e agromanufaturados como açúcar e marmelada, começaram a ter participação na pauta de exportações goianas. Com a maior dinamização da economia ocorreu o crescimento das relações comerciais e conseqüentemente a possibilidade de maior utilização do carro de boi no transporte de mercadorias com a reforma e abertura de estradas e construção de pontes. A chegada da estrada de ferro ao Triângulo Mineiro facilitou as compras e as exportações, embora o grande desejo dos goianos fosse que a via férrea chegasse a Goiás.

**MAPA 3.1 – OS ROTEIROS DAS TROPAS E CARROS DE BOIS
DE GOIÁS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.**

-Distâncias máximas referenciadas-	
..... Três Lagoas-	800 km
----- Coxim-	700 km
----- Casa Branca-	1 000 km



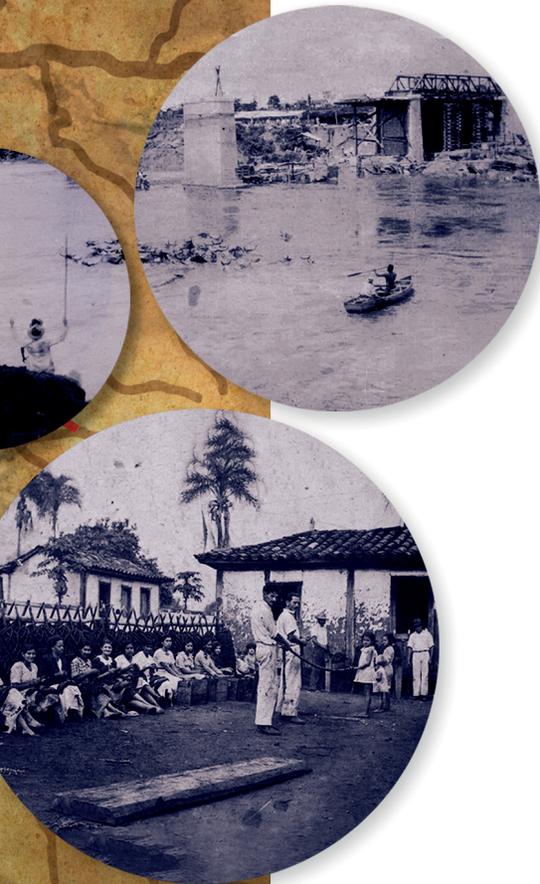
Fonte: NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. *Mestre Carreiro. A folclórica*, n.08. Instituto Goiano de Folclore: Goiânia, 1980. p.45

Conforme o Mapa 3.1 as principais rotas dos carros de bois no transporte de mercadorias e do sal, segundo Nogueira, era o caminho de São Paulo, através do Triângulo Mineiro até a estação da Estrada de Ferro Mogiana, em Casa Branca e, o outro roteiro, preferido pelos carreiros, criadores e negociantes do sudoeste goiano, era o caminho de Mato Grosso até a cidade de Coxim. A rota pioneira era a de São Paulo, que oferecia alguns atrativos aos viajantes, tropeiros e carreiros como o tráfego mais intenso, seguro e viável devido aos sucessivos melhoramentos que o caminho recebeu dos governos provinciais de São Paulo, Minas Gerais e Goiás a partir de 1838: "O caminho já passava a dispor de algum apoio ao tráfego, como instalações primitivas para o auxílio na travessia dos rios e alguns pousos mais bem organizados."²⁰⁵

Porém, com a Guerra do Paraguai os rios Paraná e Paraguai passaram a ter um tráfego muito intenso de embarcações dos mais diversos tipos, para transporte comercial e de guerra. Sendo muito mais barato que o terrestre, o transporte aquático tornou-se responsável pelo abastecimento de sal, atendendo tanto às necessidades de consumo e abastecimento das tropas do exército brasileiro no *front*, quanto às necessidades dos criadores de gado na região banhadas pelos rios. No último quartel do século XIX, Coxim, que era ligado a Goiás por uma estrada muito trafegada e construída sobre o roteiro mineiro para Cuiabá, passou a ser um importante centro de fornecimento de sal ao sudoeste goiano.²⁰⁶

205 NOGUEIRA, 1980, p.45-46

206 "A respeito do roteiro de Coxim existem muitas referências escritas, muito esclarecedoras. [...] dentre elas o relatório do 1.º Tenente Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim. Datado embora de 1896, este relato faz referência à estrada já existente, com projeto de julho de 1864. Diz um trecho dele: 'O terreno em geral plano e seco por onde se estende a estrada, a torna apropriada à condução por carros de qualquer sistema, o que certamente trará uma redução de transporte, substituindo o caro sistema de condução na costa de animais. É assim que no último período do comércio do Coxim, antes do começo da Guerra do Paraguai, muito carreiros de Bonfim e de outros lugares, em vez de irem buscar sal na estrada do Rio Grande - estrada de São Paulo - dirigiam para Coxim.'" Revista Informação Goyana, Vol.IV n.04, os.28 a 32. *Apud.* NOGUEIRA, 1980, p.46-46.



Em seu relatório datado de 1896 o 1.º Tenente Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim já apontava algumas vantagens do caminho mato-grossense em relação a São Paulo. Primeiro pelo menor preço do sal na fonte de abastecimento; segundo, a maior facilidade para permutas vantajosas de mercadorias; em terceiro, a disponibilidade de melhor estrada. O relatório ainda menciona que havia uma freqüência de duzentos de cinquenta carros trafegando pelo caminho mato-grossense no ano que antecedeu a Guerra do Paraguai. Cerca de duas décadas após a eclosão do conflito, a região sudoeste, devido a sua posição geográfica e muito provavelmente, por já deter no último quartel do século XIX, o melhor e maior contingente bovino de Goiás, ocorreu a abertura de uma nova estrada salinera até Três Lagoas, cidade mato-grossense próxima às províncias de São Paulo e Paraná. A nova rota, apresentava maior vantagem sobre o caminho de Coxim passando por Baliza, conforme pode ser observado no Mapa 3.1.²⁰⁷

Segundo informações que Wilson Cavalcanti colheu dos velhos carreiros

tratava-se de um caminho difícil de transpor. Demasiadamente arenoso em muitos trechos, exigia dos bois um esforço extraordinário. As rodas dos carros se metiam profundamente na areia do caminho, e se agarravam ao solo, tornando o veículo muito mais pesado de tração. As viagens para Três Lagoas, desde o sudoeste de Goiás, eram conseqüentemente muito demoradas. Exigiam nada menos que 14 juntas de bois, quatro das quais destinadas a revezamentos necessários. [...] Esclarecem ainda que os carros não chegavam a Três Lagoas, propriamente. Paravam às margens do Rio Sucuriú, que era largo em sua foz no Rio Paraná. Canoas e barcos completavam o percurso até à cidade, atravessando gente e carga sobre a água. Os mesmos informantes asseguram que, o caminho em foco tinha alta freqüência de trânsito de carros de bois. Em pontos determinados do caminho,

escolhidos especialmente para pousos, asseguram eles que era comum se reunirem, num mesmo dia, duas ou mais dezenas de veículos.²⁰⁸

A interiorização da Estrada de Ferro Mogiana, que chegou a Araguari em 1896, contribuiu para encurtar as distâncias dos roteiros dos carreiros que se dirigiam anteriormente para São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Nogueira, o sudoeste goiano viveu uma história diferente do restante de Goiás, pois apesar das dificuldades, manteve-se a preferência pelo caminho de Três Lagoas, onde se continuava realizando compras de sal, e se fazendo outros negócios. Oferecia-se sal bem mais barato e não ficava tão mais distante do terminal ferroviário de Araguari.²⁰⁹

No último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX o fluxo dos carros de bois aumentava e os caminhos se tornaram mais intensos à medida que crescia a demanda por sal e novas mercadorias oriundas dos grandes centros industriais, como tecidos, máquinas de costura, arame, calçados, moinhos de moer café, ferramentas e querosene. Os carros de bois, com o encurtamento das distâncias, além de serem utilizados no transporte de sal e ferramentas, passaram a ser utilizados no transporte de mercadorias de todos os tipos, passando a concorrer de forma mais sistemática com os tropeiros que se davam ao luxo de transportar apenas os fretes mais nobres.

Wilson Cavalcante Nogueira classifica dois tipos mais frequentes de viagens dos carreiros:

um era o dos grandes roteiros que empregavam os melhores carros com rodas de sete palmos de diâmetro com capacidade de 1.800 quilos. Neste tipo de viagem, o próprio fazendeiro é que se responsabilizava pela condução das viagens, na busca de sal e ferramentas para

208 NOGUEIRA, 1980, p.48.

209 NOGUEIRA, 1980.

o próprio consumo e, também o pequeno proprietário, que como trabalhador autônomo, tinha na atividade uma renda complementar. E o outro era o dos pequenos percursos ou viagens de porta, cujos riscos e responsabilidades eram menores; utilizava-se qualquer tipo de carro, geralmente carros mais velhos e de menor capacidade de carga. O carreiro responsável pelas viagens geralmente era o trabalhador agregado ou escravo.²¹⁰

Com a interiorização da estrada de ferro as rotas foram ficando mais curtas e, por conseguinte, os carros de bois passaram a apresentar custos mais baixos e mais eficientes no transporte de mercadorias, pois tinham capacidade de transportar um volume maior e, com a redução dos roteiros os custos com alimentação dos animais e homens também se reduziram. Segundo Nogueira, em rotas menores os carros de bois apresentavam as seguintes vantagens:

eliminação de muitas das despesas que os grandes roteiros impunham, especialmente as relativas à alimentação de homens e animais; redução do rigor no estabelecimento de requisitos de segurança e proteção de carga, e de resistência e manutenção dos carros. Esta redução permitia a utilização de veículos de qualidade inferior, quanto ao material e quanto aos cuidados de construção. Permitia prolongar, sem reparos, a utilização de eixos com superfície de rolamento já danificada, ao cabo de uma viagem de longo curso. A redução de rigor levava à redução de custos operacionais; redução do esforço a se exigir dos bois. Isto permitia o emprego de animais menores, mais leves, e por isto, mais baratos, embora menos adequados ao trabalho. Entre eles os mestiços zebuínos; duplicação do tempo de efetiva utilização econômica do carro. Isto era uma consequência a mais, e importante, do menor esforço exigido dos bois. Mesmo animais subnutridos, castigados pelas deficientes pastagens das secas, trabalhavam satisfatoriamente nos pequenos roteiros.²¹¹

210

NOGUEIRA, 1980, p. 53-54

211

Ibid., p.57

A conjugação do trem de ferro com os carros de bois deu as condições essenciais que proporcionaram um maior crescimento econômico de Goiás a partir da década de 1890. Com a chegada dos trilhos no Triângulo Mineiro, multiplicaram-se as cargas de mercadorias que iam e vinham e as viagens carreiras se intensificaram.

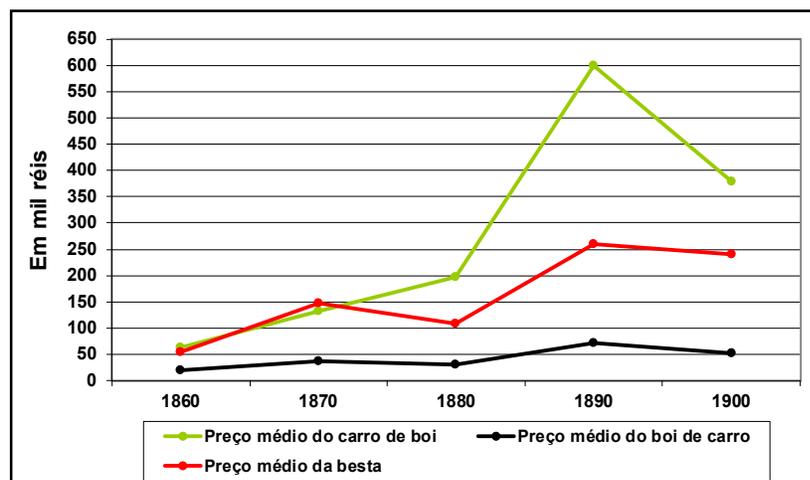
A conjugação dos dois sistemas acabou determinando uma profunda e acelerada transformação no comércio da região sul de Goiás e despertou o interesse das grandes matrizes atacadistas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nas cidades onde havia entroncamentos ferroviários surgiu muitos comerciantes, como em Uberaba, Araguari e Uberlândia no Triângulo Mineiro, e, posteriormente Catalão, no sudeste de Goiás. Nestes locais, surgiu a figura do comissário, que prestava serviços mediante comissão, que era um percentual calculado sobre o valor das mercadorias. Possuía as características de um verdadeiro despachante junto aos trens, para o embarque e desembarque de cargas. A sua clientela era constituída de comerciantes de localidades não servidas diretamente pelos trens, mais integradas pela ação dos carreiros.²¹²

Conseqüentemente ocorreu maior circulação de capital e dinheiro na região sul de Goiás, sobretudo, na década de 1890 quando no governo de Deodoro da Fonseca, durante a gestão do Ministro da Fazenda Rui Barbosa, quase quadruplicou o volume de papel moeda em circulação, o que provocou um aumento geral nos preços do rebanho bovino e, principalmente dos animais como: bois carreiros, mulas e os carros de bois, que diante do crescimento da demanda por fretes tiveram um encarecimento acima dos demais animais da pecuária.

212

NOGUEIRA, 1980, p. 58.

**GRÁFICO 3.7 - PREÇO MÉDIO DO CARRO DE BOI, DA BESTA
E DO BOI DE CARRO NO SUL DE GOIÁS, 1860-1910**



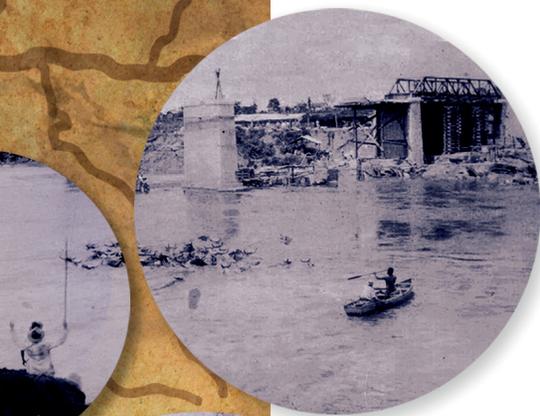
Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

Da mesma forma que os animais ligados diretamente à pecuária, o carro de boi, o boi de carro e a mula, animais utilizados no transporte de mercadorias, sofreram, entre as décadas de 1860 e 1890 um acelerado processo de valorização nominal nos preços, sobretudo, na década de 1890. Neste período, conforme valores nominais do Gráfico 3.7, no período, os carros de bois tiveram uma valorização nominal acumulada de 950%, as mulas 472% e os bois de carro 362%. Os maiores aumentos de preços ocorreram na década de 1890 e, posteriormente, da mesma forma que os demais animais da pecuária, sofreram uma queda nos preços na década de 1900. O carro de boi teve uma queda nominal nos preços de 37%, a besta apenas 7% e o boi de carro de 28,5%, em relação à década anterior.

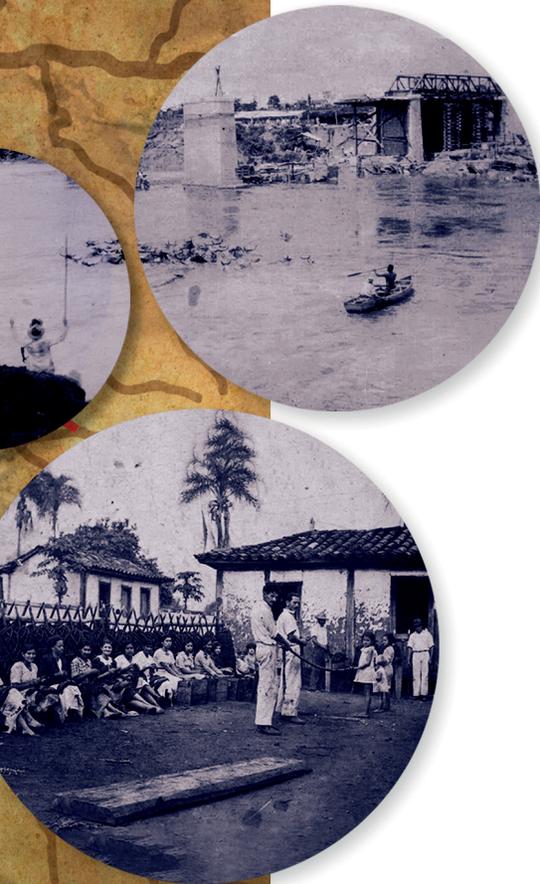
Acompanhando a trajetória dos preços destes bens avaliados nos inventários *post-mortem* do sul de Goiás, (Gráfico 3.7) um carro de boi na década de 1860 tinha uma avaliação média

de 63\$110 mil reis, chegando a ser avaliado em 90\$000 mil reis; na década de 1870 o seu valor médio alcançou 131\$250 mil reis e chegou a uma avaliação máxima de 250\$000 mil reis; na década de 1880 ocorreu uma avaliação média de 198\$000 mil reis, e avaliação máxima de 340\$000 mil reis; na década de 1890 obteve uma avaliação média astronômica de 600\$000 reis: mas chegou a ser avaliado em 850\$000 mil reis; na década de 1900, por ser um período marcado pela depreciação geral dos preços, a avaliação média do carro de boi também seguiu a tendência e despencou a um valor médio de 378\$000 mil reis, sendo 550\$000 mil reis a avaliação máxima obtida neste período. A besta era avaliada em média, na década de 1860 em 55\$000 mil reis; na década de 1870, alcançou um valor médio de 147\$000 mil reis e chegou a ser avaliada em 200\$000 mil reis; na década de 1880, seu preço médio caiu para 108\$000 mil reis, a avaliação máxima encontrada foi de 150\$000 mil reis; na década de 1890, o preço médio voltou novamente a subir atingindo 260\$000 mil reis e chegou a ser avaliada em 450\$000 mil reis; na década de 1900 o valor seu preço médio reduziu a 247\$000 mil reis e, chegou a ser avaliada em 550\$000 mil reis em 1901, antes da depreciação geral dos preços. O boi de carro alcançou um valor médio de avaliação de 19\$900 mil reis em 1860, mas chegou a ser avaliado em 25\$000 mil reis; na década de 1870 seu preço médio de avaliação chegou a 36\$500 mil reis e obteve uma avaliação máxima de 55\$000 mil reis; na década de 1880, a exemplo da besta, seu preço médio também caiu para 31\$000 mil reis, e obteve avaliação máxima de 42\$500 mil reis; na década de 1890, o valor médio dos preços voltou novamente a subir chegando a 72\$000 mil reis, e alcançou a uma avaliação máxima de 110\$000 mil reis; na década de 1900 seguindo a tendência geral de queda dos preços, os bois de carro alcançaram uma avaliação média de 51\$500 mil reis, e obteve avaliação máxima de 60\$000 mil reis.

A interiorização dos trilhos da estrada de ferro foi essencial para provocar crescimento e dinamização da economia de Goiás no último quarto do século XIX e limiar do século XX, contribuindo tanto para o aumento do consumo de mercadorias importadas,



bem como, para o crescimento do volume de mercadorias exportáveis. Neste contexto histórico, gradativamente os tropeiros foram perdendo espaço para os carros de bois, devido ao fato de não serem mais capazes de competir com os preços dos carreiros "e desapareceram virtualmente das estradas do sul de Goiás entre os anos de 1920 e 1930, sobrevivendo por mais tempo na região norte de Goiás"²¹³ (atual Estado do Tocantins). Ao se tornar o principal meio de transporte da então região sul de Goiás (atual Estado de Goiás) o número de carreiros e carros de bois deve ter crescido muito após 1909, quando o entroncamento da estrada de ferro chegou a Catalão, cidade localizada atualmente na região sudeste de Goiás.²¹⁴



213 NOGUEIRA, 1980, p. 58-59.

214 Segundo Wilson Nogueira, Planaltina dispunha em 1931 de 173 carros; Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), em 1918 possuía 400 carros do próprio município e 1195 de fora do município; Rio Verde estimava-se que havia 300 carros em 1918; Corumbá tinha em 1931, 135 carros; Santa Cruz 400 carros de bois. NOGUEIRA, 1980.

4

A RIQUEZA
E OS PROPRIETÁRIOS

4.1 A ESTRUTURA E A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA, 1850-1910

O objetivo central deste capítulo é analisar as fortunas e os bens adquiridos ao longo da vida pelas famílias que viviam na região sul de Goiás entre 1850-1910. Tratam-se, principalmente, de bens imóveis, semoventes, dívidas passivas e ativas e bens móveis importantes ou mesmo de fraco valor monetário. Conforme estudos de uma amostra de 518 inventários *post-mortem* da região, cerca de 20% dos inventariados entre os anos de 1850 e 1910, exerciam em sua unidade produtiva doméstica uma ou mais atividades econômicas que transcendiam às necessidades básicas da família, com destaque para a criação de gado.²¹⁵

Procurar-se-á identificar em que medida ocorria a conexão da região sul de Goiás com região sudeste, os indivíduos que se destacaram com uma produção que transcendia o abastecimento familiar e que já estavam integrados a um mercado de maiores proporções e aqueles cujas atividades produtivas não excediam às necessidades do ambiente doméstico e local procurando compreender desta forma a dinâmica da constituição e composição da riqueza familiar em uma estrutura agrária.

Em um contexto marcado por muitas dificuldades, devido a inexistência de meios de transportes eficientes, o que impossibilitava fácil acesso aos principais mercados consumidores e aos recursos técnicos localizados em áreas mais privilegiadas e próximas ao litoral, a maioria dos migrantes que ingressava ao sertão no final do século XVIII e durante o século XIX com esperança de tomar posse de novas terras. Provavelmente, esses sítiantes não as viam, como objeto que possibilitaria alcance imediato de riqueza, ainda mais se

215

Escrivanha de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários *post-mortem* de 1843-1910.

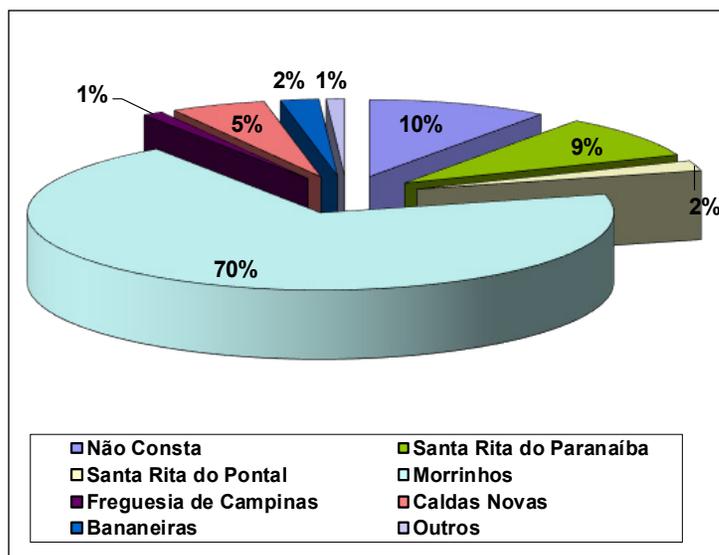
tratando de uma região em que a terra não tinha grande valor comercial.²¹⁶ A posse da terra neste contexto representava a possibilidade de sustento, manutenção e continuidade da família, bem como, possíveis vantagens econômicas imediatas que esta poderia trazer aos seus possuidores. Além disso, a posse poderia representar status e prestígio social perante em uma comunidade ou vila composta em grande parte por lavradores agregados sem terra. Porém, a sua exploração, para fins lucrativos, encontrava-se ainda muito restrita a algumas famílias, durante o século XIX, especificamente na região que corresponde atualmente ao sul de Goiás.

Dentre as famílias pioneiras e proprietários que se destacaram pela riqueza, propriedade e distinção perante a sociedade goiana da região sul, entre os anos de 1840 e 1870 destacaram-se: os Correa Bueno, Martins da Veiga, Martins Assumpção, Rosa do Carmo, Gonzaga Menezes, Coelho de Siqueira, Sousa Rosa, Luis Guimarães, Rodrigues Paiva, Antônio de Barros, Mendes Moreira, Barbosa de Amorim, Araújo Moreira, Pereira Vargas, Mattos, Parreira. Dentre os patriarcas, cabeças de famílias, das informações obtidas do cruzamento de informações dos inventários *post-mortem* e dos registros de casamento, constatou-se que apenas o coronel Luiz Gonzaga de Menezes era pardo, vindo de São João Del Rei – Minas Gerais –, viúvo negociante de gado. Estabeleceu-se definitivamente em Goiás por volta da década de 1840; adquiriu propriedades na região de Caldas Novas e contraiu segundas núpcias com Rita Martins Parreira, de uma das famílias mais abastadas e proprietária de grandes extensões de terras na região, na década de 1850.

216

O Goyaz informava que em 1914 as terras em quase todo o Estado de Goiás custavam de 100 a 300 réis a légua quadrada, enquanto em São Paulo, o preço por hectare era de 16\$000 mil réis e no Rio de 10\$000 mil réis. PALACIN, Luís. Op. Cit. p.30 [...] Á época do censo em 1920, Goiás era o Estado do Brasil em que a terra valia menos: apenas 8\$000 mil réis por hectare, enquanto em São Paulo o valor médio já subia a 161\$000 mil réis e no Rio 106\$000 mil réis. PALACIN, Luís. *Os três povoamentos de Goiás*. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Ano 07 N. °08: Goiânia, 1979. Op. Cit. p.95.

GRÁFICO 4.1 - PROCEDÊNCIA DOS INVENTARIADOS



Fonte: *Escrivanía de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

A pesquisa concentrou-se em Morrinhos, por ser a cidade mais antiga do sul de Goiás, cujo início do povoamento deu-se por volta do início do século XIX; elevou-se a Freguesia em 1835. Na primeira metade do século XIX surgiram os povoados de Santa Rita do Paranaíba, Caldas Novas, Pouso Alto (atual Piracanjuba), Santa Rita do Pontal (atual Pontalina) e Campinas (hoje, um bairro de Goiânia). As demais cidades da região sul de Goiás que correspondem atualmente a um conjunto de 32 municípios, somente surgiram enquanto povoados e, posteriormente cidades, no século XX. Em um montante total de 544 inventariados, 70% declararam ser domiciliados em Morrinhos, em 10% não foi possível identificar o domicílio, 9% eram domiciliados no distrito de Santa Rita do Paranaíba, 5% no distrito de Caldas Novas, 2% em Bananeiras (atual Goiatuba) e Santa Rita do Pontal, 1% em Campinas e 1% em outras localidades.

Nos dados coletados foram observadas as seguintes variáveis: 1) Informação dos inventariados: ano, data do inventário, pasta e número do processo, seguido pelos nomes do inventariado e inventariante e, herdeiros, que foram classificados quanto ao sexo e idade produtiva;²¹⁷ 2) bens semoventes compreendendo todos os animais: os bovinos, suínos, cavalares, muares e, também escravos; 3) bens móveis que incluem todos os bens de uso doméstico, de trabalho no quintal e na roça, roupas e aviamentos, jóias, armas e diversos outros; 4) bens imóveis: terras, benfeitorias do terreiro, terrenos e casas na vila; 5) dívidas: distribuídas em ativos e passivos, destacando ativos de dotes e dívidas d'alma. Na planilha cada bem foi somado e, destacado a sua participação dentro das categorias de bens acima citadas, bem como sua participação no *monte-mór* total.

Para fins de análise, estabeleceu-se uma classificação das fortunas, de acordo com o valor do *monte-mór*, total da riqueza possuída por um indivíduo à época de seu inventário, que será um importante elemento para a compreensão e estudo da hierarquia social no sul de Goiás, do século XIX:

o estudo da origem dos bens, da composição da riqueza privada e de sua gestão, nos possibilitará compreender a importância da herança, da poupança, do espírito de empresa ou especulação, interesse primordial dado à conservação do patrimônio ou, ao contrário, consumação do capital seja para sobreviver, seja para fazer face às despesas necessárias para conservar a posição da família²¹⁸

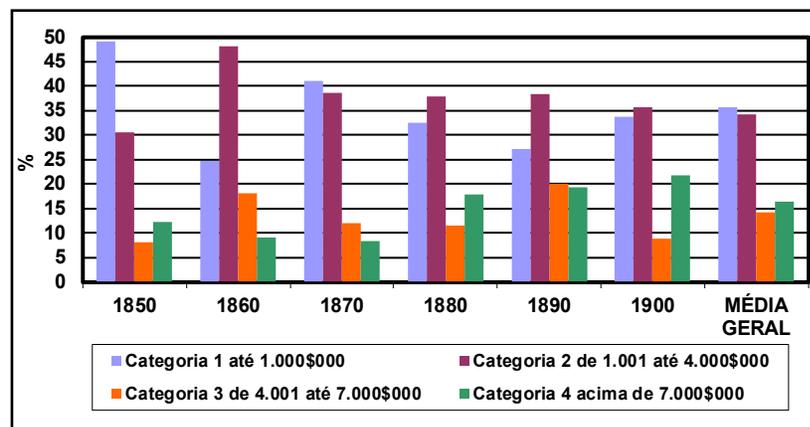
Os inventariados foram classificados de duas formas: primeiro conforme o valor total do *monte-mór* distribuídos em quatro categorias de riqueza: categoria 1, até 1.000\$000 (um conto de réis); categoria 2, de 1.001\$000 a 4.000\$000 (quatro contos de réis); categoria 3, de 4.001\$000 a 7.000\$000 (sete contos de réis); e categoria

217 Acima de 15 anos considerados maiores.

218 DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C. *História Social do Brasil - Teoria e Metodologia*. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984. p.31

4, inclui os montes-mores acima de 7.000\$000 (sete contos de réis) distribuídos em uma sucessão cronológica, conforme Gráfico 4.2.

GRÁFICO 4.2 - CLASSIFICAÇÃO DOS INVENTÁRIOS SEGUNDO CATEGORIAS DE RIQUEZA - SUL DE GOIÁS, 1850/1910*



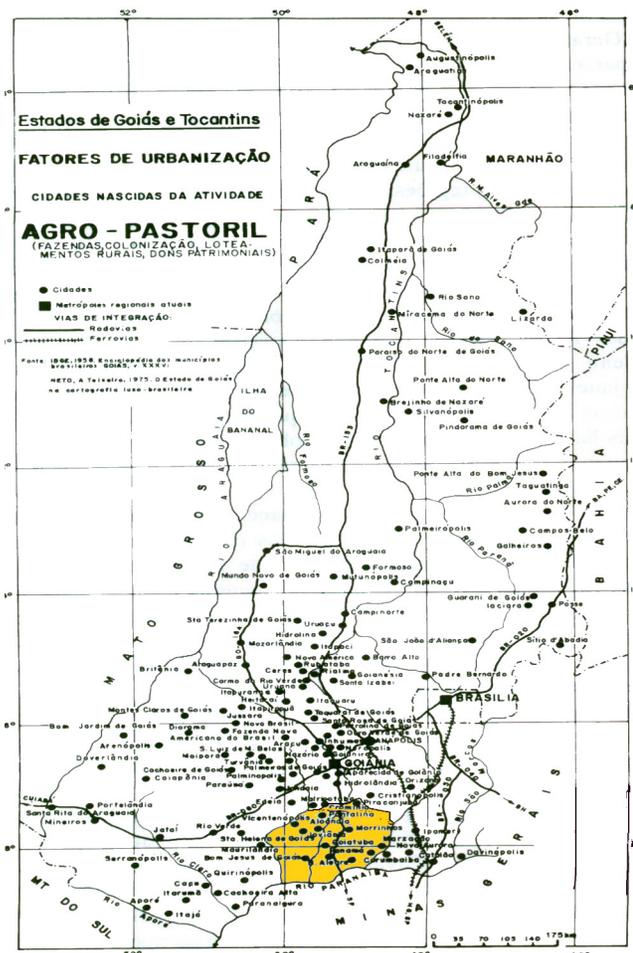
Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

* Foram pesquisados 518 inventários e não foi levado em consideração o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

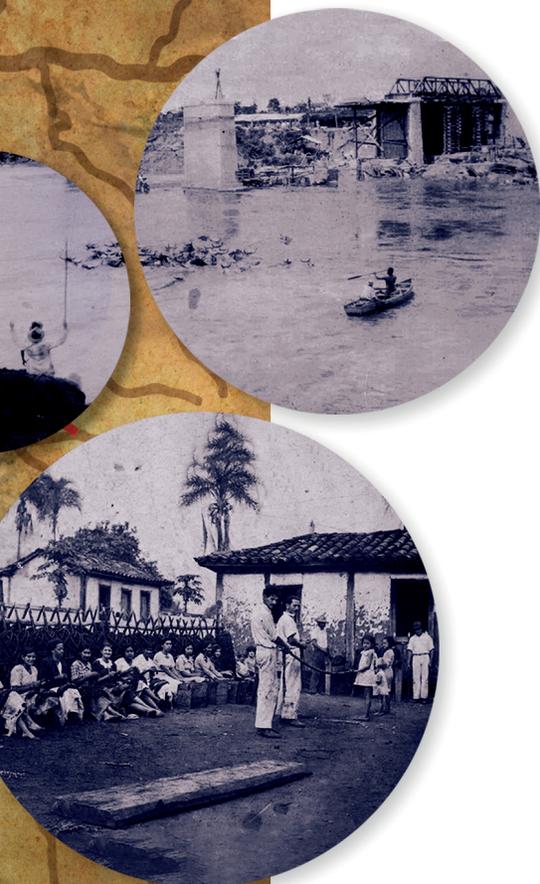
Durante o período de 1850 a 1910, apesar da inflação que provocou um gradativo aumento dos preços, sobretudo a partir da década de 1880, observa-se que a maioria absoluta, 70% dos inventariados, no suceder das décadas não possuía riqueza superior 4.000\$000 (quatro contos de réis). Apenas 14,3% dos inventários possuíam um *monte-mór* entre 4.001\$000 (quatro conto e um mil réis) e 7.000\$000 (sete contos de réis) e, 16,4% possuíam riqueza acima de 7.000\$000. Apesar de estes representarem a menor fatia do montante total dos inventários que foram pesquisados e analisados, concentravam a maior parte dos bens, principalmente escravos, rebanhos, terras e o crédito. Tratava-se de pessoas que possuíam uma produção que ultrapassavam as necessidades básicas de sobrevivência. Esta era comercializada nos mercados interno e

externo por meio, principalmente, de transações comerciais com a região do Triângulo Mineiro que era a porta de entrada e saída de mercadorias de Goiás.

MAPA 4.1 - FATORES DE URBANIZAÇÃO: AS CIDADES GOIANAS NASCIDAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROPASTORIL.

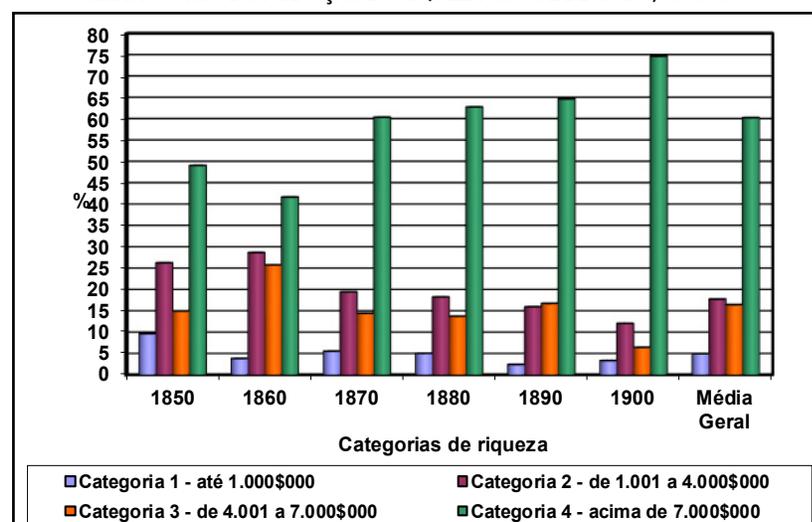


Fonte: GOMES, Horieste; NETO, Antônio Teixeira. *Geografia: Goiás/Tocantins. CEGRAF/UFG: Goiânia, 1993, p.70.*
Região Sul Goiás compreendia aproximadamente entre os anos de 1871 a 1910, total região que se encontra de amarelo.



Desde o início da ocupação da região sul de Goiás, ocorreu uma tendência à concentração da riqueza e propriedade nas mãos de poucos, como podemos verificar no Gráfico 4.3. Os inventariados classificados na categoria 1 detinham em média apenas 5% dos bens inventariados; os classificados na categoria 2, 17,8%; os da categoria 3, 16,5%; e, na categoria 4 apesar de representar o menor número no montante de inventariados concentravam 60,3% da riqueza inventariada entre os anos de 1850 e 1910.

GRÁFICO 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1850-1910



Fonte: *Escrivanía de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

Os dados apresentados nos inventários *post-mortem* entre os anos de 1850 a 1910, conforme se apresentam no Gráfico 4.3, ao longo do período mostram a ocorrência na região sul de Goiás de um processo de concentração da riqueza à medida que se intensificou a migração, e uma relativa dinamização economia regional, impulsionada pelo crescimento econômico da região sudeste, sobretudo, da Província de São Paulo durante égide da agricultura

cafeeira no último quartel do século XIX. Os inventários mais ricos geralmente eram dos que possuíam as maiores propriedades e os maiores rebanhos, fazendas e sítios bem estruturados com currais, rego d'água, monjolo, pastos, casas assoalhadas e cobertas de telhas e casas com engenhocas, além de possuir um maior volume de dívidas ativas e passivas.

Os mais ricos já concentravam na década de 1850, 49,1% da riqueza e, na década de 1900 detinham 74,7%, não tendo sido levado em consideração, no conjunto dos dados, o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes que possuía sozinho 72,2% da riqueza inventariada no período, que se fosse acrescida, elevaria a porcentagem de concentração da riqueza a 92,8. Na década de 1900, em uma amostra de 101 inventários, 78% dos inventariados reuniam apenas 7,2% da riqueza inventariada. A concentração da riqueza estava relacionada predominantemente às formas de ocupação da terra, que se caracterizaram pela exploração extensiva. Tal situação foi determinante para o crescimento de uma economia latifundiária.²¹⁹

Além de concentrar a riqueza e o crédito, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes foi também o maior latifundiário. Maria Lúcia Alencar ao estudar a estrutura fundiária em Goiás, destacou em seu trabalho que o coronel Hermenegildo entre os

anos de 1871 e 1901 adquiriu somente em Morrinhos, 27 propriedades investindo um valor de 39.272\$000 contos de réis nestas propriedades, o que correspondia a mais 20% dos investimentos em terra na região sul de Goiás, no período. Em 1901 comprou de D. Anna Maria Parreira e sua filha, Maria Francisca Pinheiro Medeiros um sítio com benfeitorias na fazenda Paraíso, além de outros imóveis na fazenda Cachoeira, bem como diversas partes de terras nas fazendas Vera Cruz, Barreiro e Bom Jardim, perfazendo um valor total de 12.530\$000 contos de réis que era devido pelas vendedoras. Em 1902 comprou de João

Evangelista Guimarães uma parte de terras, com sítio e pertences na fazenda São Domingos por 8.000\$000 contos de réis. Fez também, vultosos investimentos em Rio Verde, onde em 1904 comprou do tenente coronel Jeronymo Vasconcellos de Moraes e sua mulher Cândida do Carmo Moraes, a fazenda Ponte da Pedra, pelo valor de 50.000\$000 contos de réis. Na mesma data ampliou as terras da fazenda Ponte da Pedra comprando a fazenda do Estreito, de diversos proprietários, no valor de 10.000\$000 contos de réis.²²⁰

Ao falecer em 1905, todas suas propriedades foram avaliadas em 256.045\$810 contos de réis, o que correspondia a 14,4% do seu *monte-mór*. Levando em consideração que, o preço médio do hectare de terra em Goiás era, em 1905, em média de \$720 réis o hectare, é possível estimar que o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes possuía em torno de 355.620 hectares de terras.

Por ser uma região tipicamente agrária, os principais bens que constituíam a riqueza familiar no sul de Goiás eram: os bens semoventes que incluíam os animais e escravos; os bens móveis abrangem todos os utensílios de uso doméstico e mais as diversas ferramentas de trabalho como enxadas, foices, machados, carros de bois, alambiques, armas; os bens imóveis que foram classificados em terras, benfeitorias do terreiro e casas e terrenos na vila; e por fim, as dívidas distribuídas nas seguintes modalidades: ativas, passivas, d'alma e dotes, conforme se observa no Gráfico 4.4:

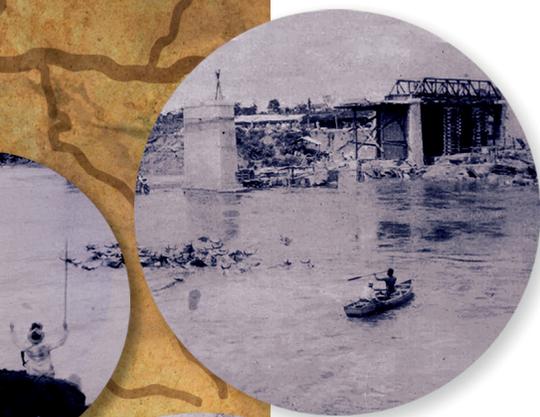
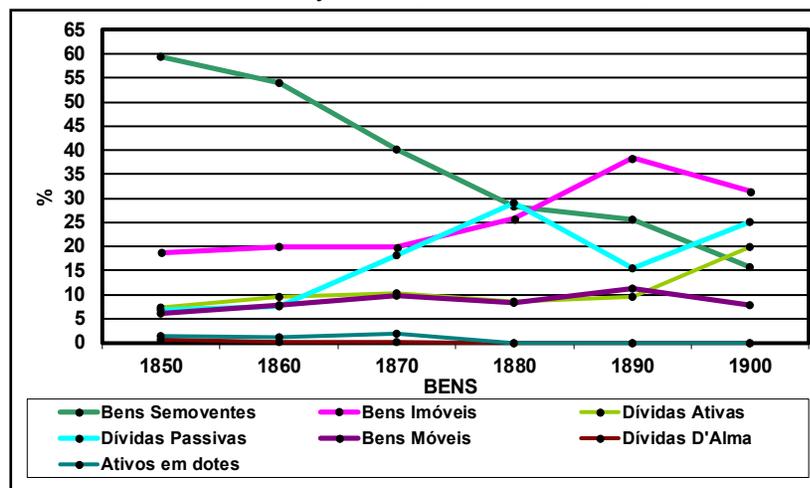


GRÁFICO 4.4 - COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DO SUL DE GOIÁS, 1850-1910*



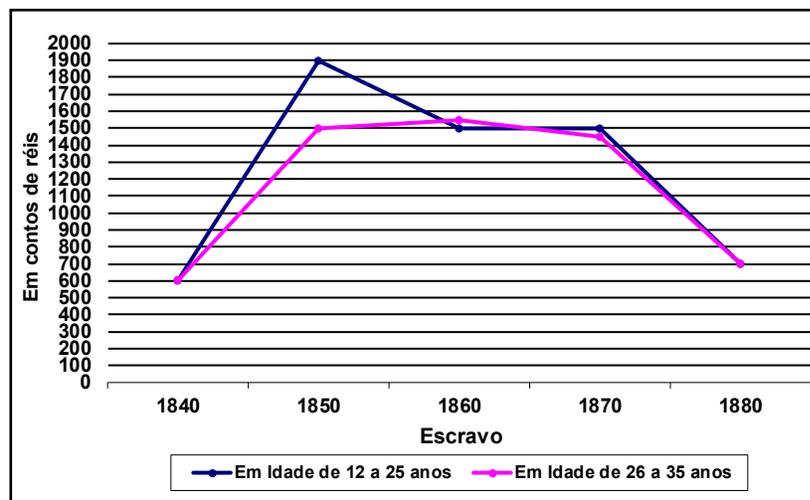
Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

* A Quantidade de inventários encontra distribuídos da seguinte forma: 1851-1860 são 47; 1861 a 1870 são 75; 1871 a 1880 são 85; 1881 a 1890 são 92; de 1891 a 1900 são 120; e de 1901 a 1910 são 101, perfazendo um total de 520 inventários.

Na segunda metade do século XIX, foram os bens semoventes que mais tiveram destaque e participação na riqueza familiar, mas entraram em gradativo declive a partir da década de 1860. Dentre os bens semoventes, os escravos eram um componente muito significativo, apesar de não existirem no sul de Goiás grandes plantéis. A participação dos cativos não estava relacionada diretamente ao número presente no *monte-mór*, mas, aos seus preços que tiveram o valor nominal sobrevalorizado, sobretudo, na década de 1850. Com o fim do tráfico negreiro, os escravos inventariados acabaram alcançando as maiores avaliações nas décadas de 1850 e 1860 e, a partir da década de 1870, os preços começaram a declinar gradativamente, sobretudo com a publicação da Lei do Ventre Livre em 1871 e com a promulgação da Lei dos Sexagenários de 1885, até à promulgação da Lei Áurea em 1888 que determinou o fim da escravidão no Brasil. Portanto, a participação dos bens semoventes no montante

da riqueza familiar do sul de Goiás, também foi diminuindo com o declínio e o fim da escravidão, passando a representar na década de 1900 apenas 15,8% da riqueza inventariada no período.

GRÁFICO 4.5 - PREÇOS DE ESCRAVOS NO SUL DE GOIÁS, 1843-1888*



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos-GO. - Inventários post-mortem de 1843-1888.*

*Foi considerada a maior avaliação no período.

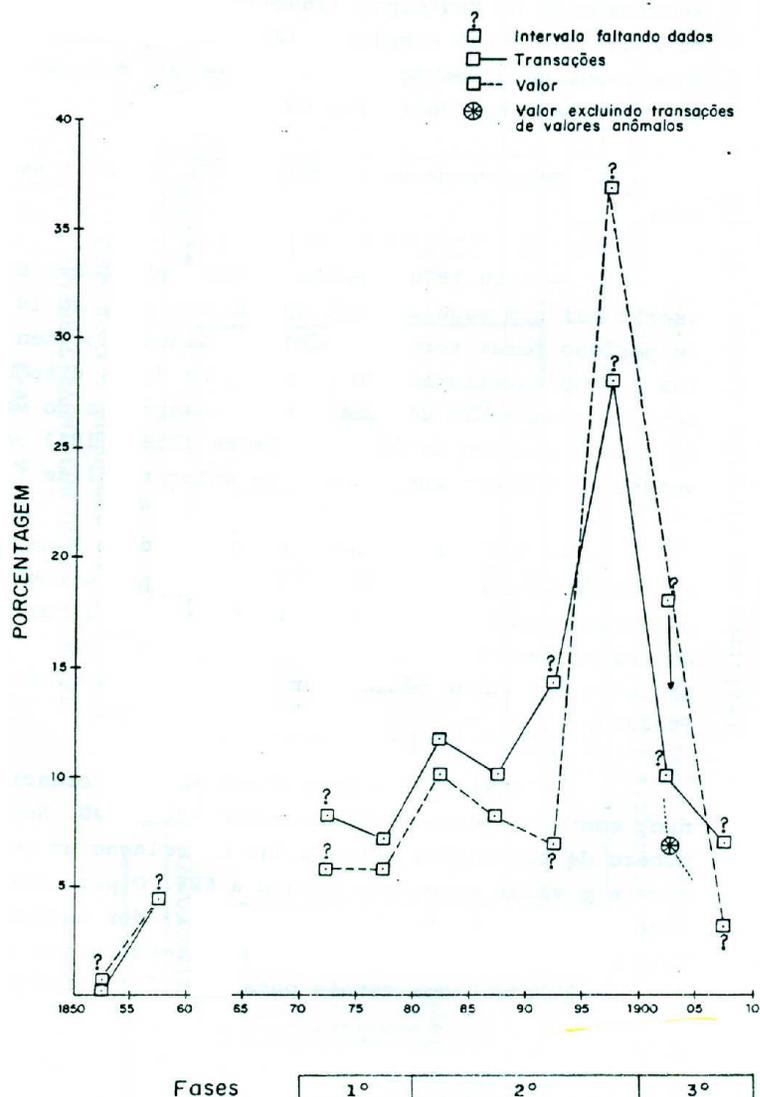
Os preços dos escravos na região sul de Goiás tiveram o período de maior pico na valorização nominal dos seus preços durante a década de 1850, quando um escravo em uma faixa etária de 12 e 25 anos chegou a ser avaliado em 1.900\$000 (um conto e novecentos mil réis). Os preços de escravos em uma faixa de idade de 12 e 35 anos se estabilizaram nas décadas de 1860 e 1870 entre 1.450\$000 a 1.550\$000 contos de réis. Desta forma, a participação dos escravos na riqueza familiar do sul de Goiás estava relacionada com o movimento geral dos preços. De 1850 a 1870, a participação dos escravos na riqueza familiar foi muito expressiva, porém, a partir da década de 1870 os escravos gradativamente foram deixando de ser os principais bens de valor nos *montes-móres*, dando lugar à crescente

participação dos bens imóveis, sobretudo, terras e benfeitorias e às dívidas passivas e ativas. Embora, no conjunto da riqueza inventariada a contribuição de participação dos animais fosse menor que outros bens, como a terra, a partir de 1870, devido o aumento dos preços e o crescimento do rebanho e do número de criadores, o gado também adquiriu uma relativa e ascendente participação na riqueza.

Os bens imóveis, ao contrário, que tinham uma participação na riqueza familiar na década de 1850 de 18,7%, chegaram a representar, na década de 1890, 38,3% da riqueza inventariada. A terra, da mesma forma que o gado, também deve ter passado por valorização nos preços a partir da década de 1870. Dentre os fatores que podem ter contribuído para a valorização das terras no último quartel do século XIX, podem estar relacionados às melhorias na comunicação provocadas primeiramente com a construção da estrada do sul ou de São Paulo em 1870, que acabou contribuindo significativamente para o crescimento do fluxo migratório para o sul de Goiás. E em segundo lugar, a construção da ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba, no Porto de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) e pela interiorização da estrada de ferro que em 1889 já se encontrava em Uberaba, no Triângulo Mineiro, bem como, a perspectiva de extensão de seus trilhos até a cidade de Catalão.

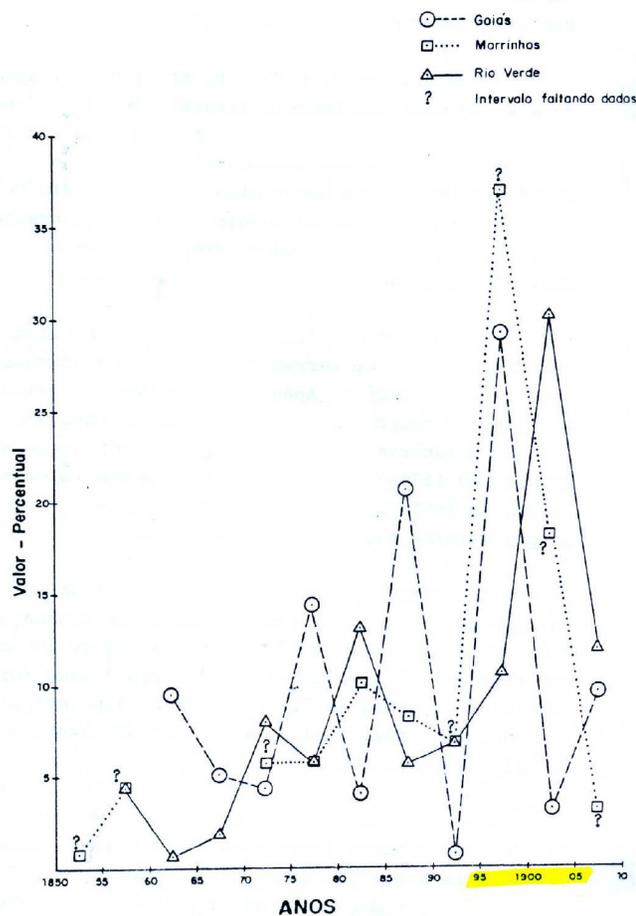
As pesquisas desenvolvidas por Maria Amélia de Alencar Luz, que analisou a estrutura fundiária nas Comarcas de Goiás, Morrinhos e Rio Verde, mostraram que, na segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, ocorreu um crescimento nas transações de compra e venda de terras, nestas três regiões, sobretudo, na década de 1890. O crescimento do comércio de terras deve ter provocado uma relativa valorização em Goiás, principalmente, na região sul e sudeste que eram regiões mais próximas aos terminais da estrada de Ferro Mogiana, onde se verificou um maior número de transações fundiárias entre os anos de 1850 e 1910, conforme os Gráficos 4.6 e 4.7.²²¹

GRÁFICO 4.6 - TRANSAÇÕES FUNDIÁRIAS E VALORES NA REGIÃO SUL DE GOIÁS, 1850-1910.



Fonte: ALENCAR LUZ, Maria Amélia. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças - 1850 -1910*, p.113.

GRÁFICO 4.7 – COMPARATIVO DO VALOR DAS TRANSAÇÕES FUNDIÁRIAS
ENTRE CIDADE DE GOIÁS, RIO VERDE E MORRINHOS, 1850-1910



Fonte: ALENCAR LUZ, Maria Amélia. *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças - 1850 -1910*. p.125.

De acordo com os estudos de Alencar Luz,

o volume maior de transações e volume de capitais investidos na compra e venda de terras em Morrinhos, no sul de Goiás, ocorreram entre os anos de 1881 e 1900.

Nesse período o número de transações atingiu 64% em relação ao período de 60 anos. O período de maior pico nas transações comerciais da terra se deu entre os anos de 1896 e 1900, quando foram realizados 28% dos negócios com imóveis rurais, envolvendo em torno de 37% dos capitais investidos em terras entre 1850 e 1910.²²²

Nas três regiões estudadas: Morrinhos (região sul), Rio Verde (região sudoeste) e Goiás (centro), Maria Amélia Alencar Luz, percebeu que, tanto o volume de transações fundiárias, como a quantidade de dinheiro envolvido no seu comércio teve uma participação crescente entre os anos de 1850 e 1910, sobretudo, na década de 1890 quando ocorreu o maior volume de negócios com terras em Goiás.²²³

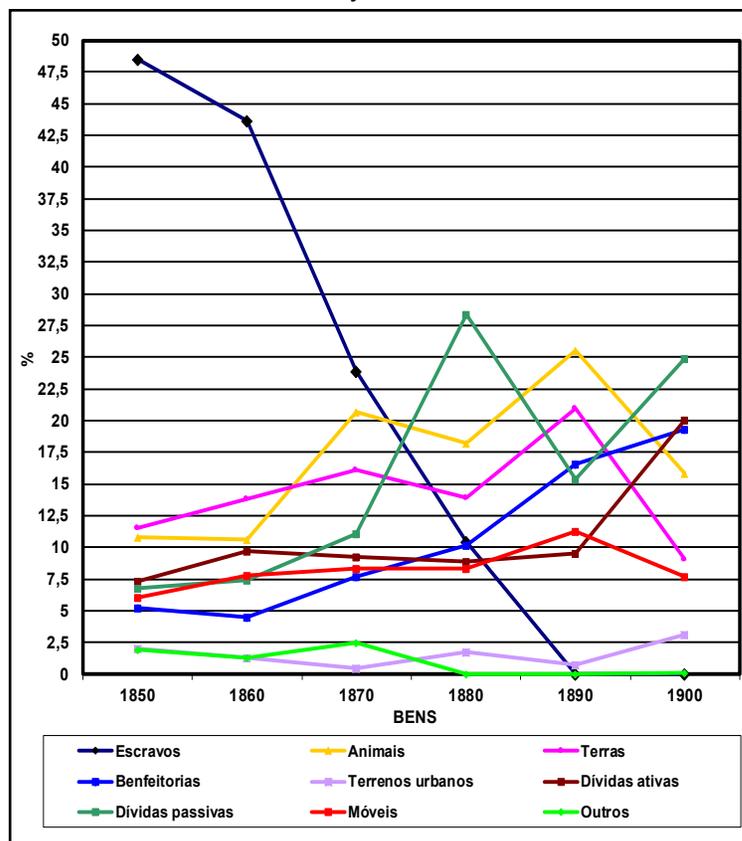
Esse crescimento no volume das transações e de dinheiro aplicado na compra de terras na década de 1890, também não deixa de estar relacionado ao crescimento do volume de papel moeda que passou a entrar circulação durante o Império e, sobretudo, nos primeiros anos da República com o encilhamento. Em Goiás grande parte destes recursos se concentrava nas mãos de alguns indivíduos, que os aplicavam em empréstimos de dinheiro a juros e recebiam as dívidas em bens, sobretudo terras. Diante das expectativas favoráveis de sua valorização a médio e longo prazo, aplicavam parte dos recursos neste imóvel, o que provavelmente deve ter contribuído para a valorização das terras na década de 1890. Na década de 1900, ao contrário, ocorreu uma depreciação nos preços das terras, da mesma forma que aconteceu com os preços do gado, decorrente de medidas deflacionistas implementadas a partir do governo de Campos Sales (1898-1902). Esses fatores podem explicar, conforme Gráficos 4.6 e 4.7, porque ocorreu ao longo do período de 1850 a 1910 elevação da participação dos bens imóveis na riqueza familiar que chegou a atingir em 38,3% da riqueza na década de 1890, enquanto na década de 1900 a sua participação retrocedeu a 31,5%, acompanhando a

222 ALENCAR LUZ, 1982:113-114.

223 ALENCAR LUZ, 1982

tendência de depreciação geral dos preços ocorrida no Brasil, no período, que repercutiu também em Goiás.²²⁴

GRÁFICO 4.8 - ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DO SUL DE GOIÁS, 1850-1910*



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - Go. - Inventários post-mortem de 1850-1910.*

*Não foi considerado na década de 1900, para efeito de análise, o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

224

Maria Amélia Alencar Luz, estima que a valorização das terras em Morrinhos, no Sul de Goiás, alcançou o pico de maior valorização no período de 1896-1900, mas, não ultrapassou a 18% em relação ao período anterior. Coincidentemente, a participação dos bens imóveis na riqueza familiar caiu 18% na década de 1900 em relação à década de 1890.

No Gráfico 4.8 estão especificados os bens que constituíam a estrutura da riqueza familiar na região sul de Goiás entre os anos de 1850 e 1910. Com o fim da escravidão em 1888, os principais bens que passaram a agregar valor e gerar riqueza e, conseqüentemente, atraíram os maiores investimentos foram a terra e os animais, com destaque para criação de gado vacum. Por serem também mercadorias, estes bens tiveram a sua participação na riqueza igualmente relacionada com o movimento geral dos preços ao longo do período. Em épocas em que os preços dos animais, terra e escravos estavam em alta ou em baixa, os mesmos movimentos são perceptíveis na participação dos *monte-móres*.

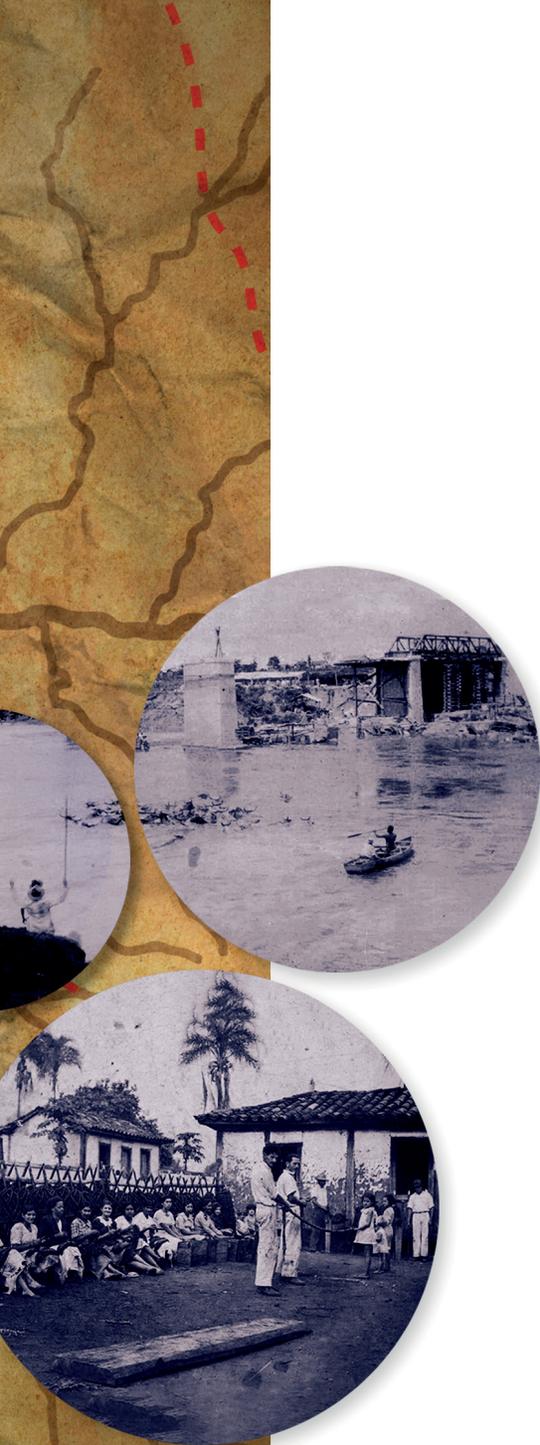
Desta forma, o rebanho que tinha uma participação de 10,8% chegou a ter uma presença de 25,5% na riqueza na década de 1890, em um momento em que todos os animais sofreram um aumento geral de preços. Na década de 1900, ao contrário diante da depreciação geral, a participação dos animais na riqueza caiu para 15,8%. Da mesma maneira, a terra – embora não tivesse sido possível fazer um acompanhamento em série dos preços nos inventários *post-mortem*, devido à ausência da discriminação do tamanho das propriedades –, pode-se concluir que, entre os anos de 1880 a 1900, deve ter sofrido também uma alta em torno de 18%. As terras que eram responsáveis por 11,5% da riqueza inventariada na década de 1850, mantiveram uma taxa crescimento estável até a década de 1880 e, em 1890, correspondiam a 21% da riqueza inventariada. Na década de 1900, representava apenas 9,1% da riqueza, mas em compensação, as chamadas benfeitorias do terreiro ao longo do período tiveram uma participação sempre ascendente, desde a década de 1860 até 1900, saltando de 4,5% para 19,3% de participação na riqueza. As expectativas trazidas pela chegada da estrada de ferro no Triângulo Mineiro e a possibilidade de os trilhos chegarem a Goiás, possivelmente contribuíram para estimular o aumento de investimentos na infraestrutura das fazendas, diante da possibilidade de maior diversificação da produção e dinamização das atividades agropastoris.



Desta forma, investimentos em benfeitorias como currais, ampliação de áreas de pastagens e de cultivo cercadas de arame pode ter sido determinante também, na valorização dos imóveis rurais e crescimento da produção. A década de 1890, de acordo com os dados apresentados no transcórre deste trabalho, foi um período de grandes esperanças, sobretudo, em relação à pecuária com o sucessivo avanço dos preços do rebanho.

Percebeu-se também que no período, o crescimento do volume de dívidas passivas, e seu movimento nos *monte-móres* estavam relacionados ao desenvolvimento, dinamização e capitalização da economia, bem como, aos momentos de instabilidade econômica e política do país, que tiveram seus reflexos na riqueza individual. Conforme se pode observar no Gráfico 5.10, a participação dos animais na riqueza familiar ao longo do período estudado é descontínua: nas décadas de 1850 e 1860 era de 11%; na década de 1870 atingiu 21%; reduziu-se para 18% em 1880; na década de 1890 chegou a representar mais de 25%; na década de 1900, a participação dos animais representava apenas 16% da riqueza inventariada. A presença da terra foi crescente na riqueza entre as décadas de 1850 e 1870, saltando de 12% em 1850 para 16% em 1870; na década de 1880, ficou reduzida a 14%; na década de 1890 as terras representavam cerca de 21% da riqueza; já na década de 1900 correspondia apenas a 9% dos *monte-móres*.

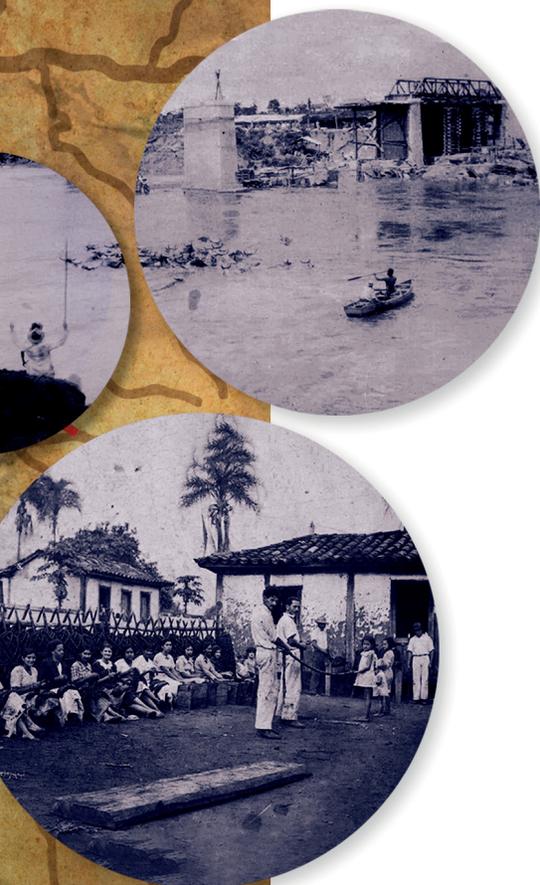
Nesta dança dos preços e da participação dos bens na riqueza, os dados revelam que, nos momentos em que a participação das dívidas passivas cresce, os demais bens, sobretudo, a terra, os animais e os móveis decrescem, como ocorreu na década de 1880, quando o passivo chegou a representar cerca de 28% da riqueza inventariada. Na década de 1890, percebe-se que ocorreu o inverso: a participação dos bens imóveis, móveis e animais cresceu e as dívidas passivas decresceram a 15,3%; novamente na década de 1900, houve uma inversão, as dívidas passivas representavam 25% dos *monte-móres* e os demais bens tiveram uma presença decrescente.



Desta forma, se por um lado, o período compreendido entre as décadas de 1880 e 1900, foi marcado por grandes instabilidades na economia nacional e que conseqüentemente, acabaram repercutindo em Goiás, por outro, também o movimento das dívidas ativas, relacionou-se mais diretamente com o crescimento das possibilidades de crédito, com a injeção de um volume maior de papel moeda em circulação, crescimento do consumo da população e, conseqüentemente, uma dinamização da economia.

Com a interiorização da estrada de ferro, sobretudo a partir de 1890, a sociedade goiana passou a ter a possibilidade de consumir um volume maior de mercadorias, oriundas da região sudeste e até de outros países, que se tornaram mais acessíveis às populações interioranas, o que provavelmente deve ter estimulado o desenvolvimento de novos hábitos de consumo como, por exemplo, o de tecidos produzidos na Europa, sapatos, arame, máquinas de costura, relógios de parede, moinho de moer café, lampiões a gás, lamparinas de querosene que passaram a ser comercializados com relativa freqüência nos estabelecimentos e, gradativamente, passaram a fazer parte do mobiliário e da vida cotidiana, especialmente, das famílias de médias e grandes fortunas na região sul de Goiás, já a partir da década de 1870. Estes artigos começaram desde então a compor os bens móveis de algumas famílias, o que contribuiu para o crescimento da participação destes na riqueza familiar, passando de 6% na década de 1850 e, saltando para mais 10% na década de 1890. Mesmo possuindo uma estrutura econômica agrária predominantemente extensiva, voltada para o abastecimento familiar e local, a economia goiana não deixava de ter certo dinamismo e de estar integrada aos circuitos comerciais mais amplos.

Provavelmente, por ser uma região predominantemente agrária, investimentos em casas e terrenos urbanos, pelo que foi observado nos inventários eram raros. A maioria absoluta da população residia no campo e freqüentava a Vila apenas aos domingos e dias santos e, em ocasiões de comemorações e de festividades religiosas



ou, ainda, quando necessitavam de fazer compras nos estabelecimentos comerciais. A participação dos terrenos urbanos na riqueza familiar era ínfima, de 2,5%, na década de 1900, o que atesta que o grosso dos investimentos em bens imóveis estava no campo.

A prática do dote aparecia com pouca freqüência nos inventários e, geralmente aparecem entre as famílias brancas e mais abastadas, detentoras de patentes da Guarda Nacional e, procedentes do primeiro movimento migratório de ocupação e povoamento que chegaram à região antes de 1870. Em um total de 536 inventariados os dotes apareceram em apenas dez, no período compreendido de 1843 e 1910. A participação dos ativos em dotes na riqueza familiar era ínfima: 0,6% na década de 1850 e 1,8%, em 1880. Após esse período foi encontrada apenas uma única referência a ativos de dote, nos inventários.²²⁵ Da mesma forma, as dívidas d'alma que abrangiam as despesas com funerais, doações e ofertas à Igreja, que não chegavam a 1%, depois de 1880, também deixaram de ser declaradas pelos inventariantes.

Apesar de haver um número relativamente reduzido de escravos por proprietário, estes possuíam uma participação muito significativa nos *monte-móres* dos inventariados, por serem de alto valor em uma economia agrária extensiva. A posse de apenas um escravo poderia representar uma participação preponderante na composição geral da riqueza, sobretudo, nas décadas de 1850 e 1860 quando ocorreu uma supervalorização dos escravos, decorrente do fim do tráfico negreiro. Conforme se observa no Gráfico 4.8, os escravos representavam, na década de 1850, 48,5% da riqueza; na década de 1860, 43,3%. A partir da década de 1870, com a intensificação da campanha abolicionista, os preços dos escravos começaram a cair e conseqüentemente a sua participação na riqueza também se reduziu para a 19,1% da riqueza; na década de 1880 a participação dos escravos na estrutura da riqueza familiar era de apenas 10,5%.

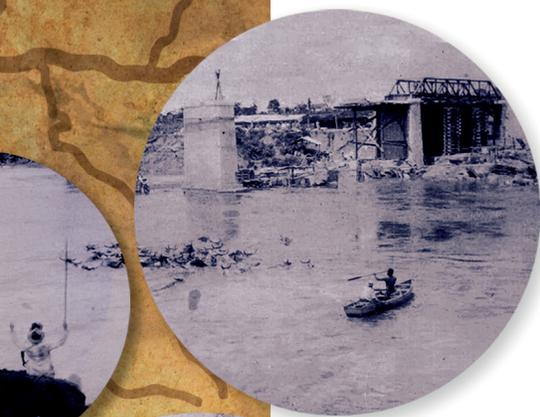
225

A última referência a dote apareceu no inventário de Ernesto Augusto Ferreira Lewergerger, datado de 13/10/1909, pasta 27 processo n. 154.

Por fim, talvez por se tratar de uma região de estrutura agrária, o sul de Goiás, ao longo do período estudado, não chegou a passar por profundas mudanças estruturais em sua economia e na estrutura da riqueza familiar. Da mesma forma, também não havia grandes disparidades nos bens que compunham a estrutura e composição da riqueza familiar entre os quatro grupos de riqueza analisados. Exceto, por uma inequívoca concentração da pouca mão-de-obra escrava disponível e do volume de dívidas ativas e passivas, entre as famílias mais abastadas. Comparando, no período de 1850 a 1910, os gráficos que envolvem as quatro categorias de riqueza, foi perceptível que qualitativamente os principais bens que constituíam a riqueza familiar eram os mesmos, desde os inventariados mais pobres aos mais ricos. As grandes diferenças se manifestam no aspecto quantitativo, como por exemplo, a terra, o gado, os animais e o crédito que se concentram em maior quantidade entre os mais abastados e que também produziam um excedente que transcendia às necessidades básicas da família, e que, portanto, acabavam estabelecendo relações com mercados de maiores proporções, tanto no aspecto qualitativo quanto quantitativo.

4.2 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS INVENTARIADOS E A COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA, 1843-1910

Após análise dos aspectos qualitativos e quantitativos dos inventários observou-se, nesta parte, o comportamento de cada unidade familiar de produção conforme as informações especificadas nos *monte-móres*. Os inventários foram considerados no seu conjunto abrangendo o período de 1843 a 1910, sem atrelamento à uma década exclusiva, uma vez que este trabalho já foi realizado no capítulo anterior. Por se tratar de um volume maior de inventariados os inventários



foram novamente classificados e divididos segundo montante de riqueza, da seguinte forma: intervalo de riqueza até 1.000\$000 (um conto de réis); intervalo de riqueza de 1.001 a 2.000\$000 (dois contos de réis); intervalo de riqueza de 2.001 a 4.000\$000 (quatro contos de réis); intervalo de riqueza de 4.001 a 10.000\$000 (dez contos de réis); intervalo de riqueza de 10.001 a 30.000\$000 (trinta contos de réis) intervalo de riqueza acima de 30.001 a 100.000\$000 (cem contos de réis) intervalo de riqueza acima de 100.000\$000 contos de réis, que tem somente o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes que foi muito provavelmente o homem mais rico do Estado de Goiás no período.

Distribuídos os inventários *post-mortem* conforme a classificação descrita pode-se observar na Tabela 4.1 que a região sul de Goiás, apesar de possuir uma economia voltada predominantemente para o abastecimento familiar e local, apresentou a possibilidade de uma expressiva concentração de riqueza, comparável em muitos casos às áreas mais dinâmicas voltadas para o abastecimento interno e externo como São Paulo, Minas Gerais e nordeste açucareiro. É provável que o panorama econômico apresentado pelo sul de Goiás tenha reunido condições favoráveis à convergência da riqueza nas mãos de poucas pessoas. No total de 536 inventariados, 60 ou 11,2% reuniam 74,3% da riqueza inventariada no período, sendo que, 39,5% concentravam-se nas mãos de uma única pessoa, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

TABELA 4.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTES-MÓRES POR FAIXAS DE RIQUEZA, SUL DE GOIÁS, 1843-1910

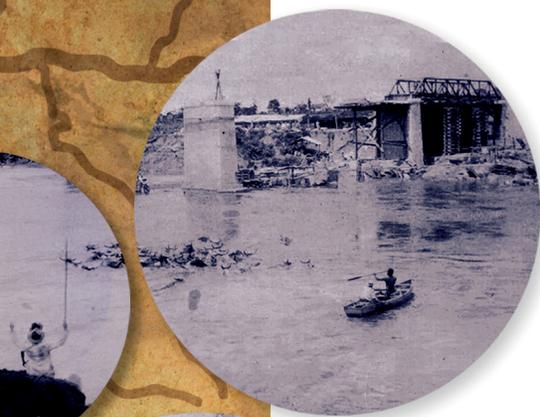
Intervalos de riqueza em contos de réis	Quantidade	%	Σ dos monte-mór	%Σ dos monte-mór
Até 1.000\$000	166	31,0	98.631\$815	2,2
De 1.001 a 2.000\$000	98	18,3	141.969\$873	3,2
De 2.001 a 4.000\$000	112	20,9	326.886\$220	7,3
De 4.001 a 10.000\$000	100	18,7	590.194\$806	13,0

De 10.001 a 30.000\$000	42	7,7	674.549\$017	15,0
De 30.001 a 100.000\$000	17	3,2	888.883\$876	19,8
Acima de 100.000\$000	01	0,2	1.776.775\$456	39,5
TOTAL	536	100,0	4.497.891\$083	100,0

Fonte: Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.

Um dos desafios é tentar compreender por que e como a riqueza se concentrava nas mãos de 11,1% das famílias inventariadas no período. A partir de uma leitura da estrutura e composição dos *montes-mores*, traçou-se um perfil socioeconômico dos inventariados da região sul de Goiás, tendo como referência o montante de riqueza. Desta forma, estabeleceu-se novo agrupamento para análise dos inventários *post-mortem*, com o intuito de identificar aqueles que possuíam uma estrutura econômica de produção voltada basicamente para o abastecimento familiar e local, e os que tinham estrutura de produção com excedentes que transcendiam às necessidades básicas da família e do mercado local. Foi nestes últimos que o volume maior de bens como cabeças gado, terras, dinheiro e dívidas ativas e passivas se concentravam, conforme se apresenta no 4.2.

Em uma sociedade agrária como a de Goiás no século XIX, a posse da terra, a criação do gado, o comércio e o monopólio do crédito eram as condições essenciais para concentrar e acumular riquezas em um contexto no qual a maioria da população, proprietária ou não, era tipicamente composta de lavradores, cujo ritmo de trabalho e produção era determinado pelas necessidades básicas de consumo da família.



**TABELA 4.2 - QUADRO GERAL DE DADOS DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO
DA RIQUEZA SEGUNDO NÍVEIS DE RIQUEZA - SUL DE GOIÁS 1843-1910**

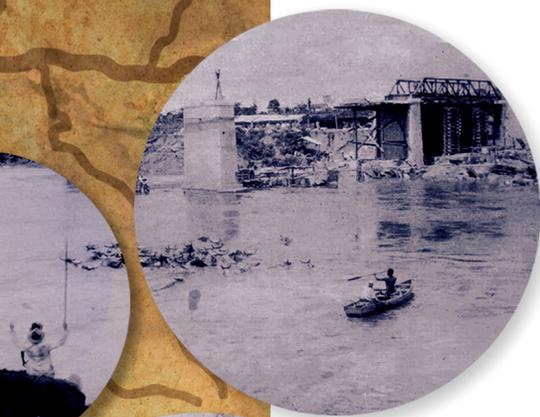
Intervalos de riqueza em contos de réis	N. Filhos	Número Médio Cabeças de animais					Participação dos Bens Semoventes na riqueza
		Vacum	Cavalar	Bois/ carro	Muar	Suínos	
Até 1.000\$000	4,6	6,4	1,6	1,3	0,1	0,9	32,9%
De 1.001 a 2.000\$000	5,1	16,8	3,3	3,7	0,1	1,4	36,9%
De 2.001 a 4.000\$000	5,2	16,4	2,7	3,4	0,3	4,5	35,3%
De 4.001 a 10.000\$000	5,7	36,6	5,5	7,2	0,6	5,6	43,3%
De 10.001 a 30.000\$000	5,7	76,3	10,7	10,7	1,8	9,0	27,8%
Acima de 30.000\$000	6,0	574,9	29,3	15,7	7,5	10,6	10,5%

N. Médio de escravos	Participação Bens Móveis na riqueza	B. Imóveis na riqueza			Dívidas		Total %
		Ter.	Benf	Ter./vila	Ativas	Passivas	
0,2	15%	18,5%	16,7%	2,1%	3,6%	11,2%	100
0,3	11,3%	16,7%	14,8%	1,8%	6,5%	12%	100
2,2	10,8%	13,5%	18,4%	2%	6,0%	14%	100
5,2	9%	11%	16,4%	1,9%	7,1%	11,3%	100
8,5	9%	15%	8,6%	1,5%	12,5%	25,6%	100
8,9	4,9%	14%	3,2%	1,7%	30,4%	6,8%	100

Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

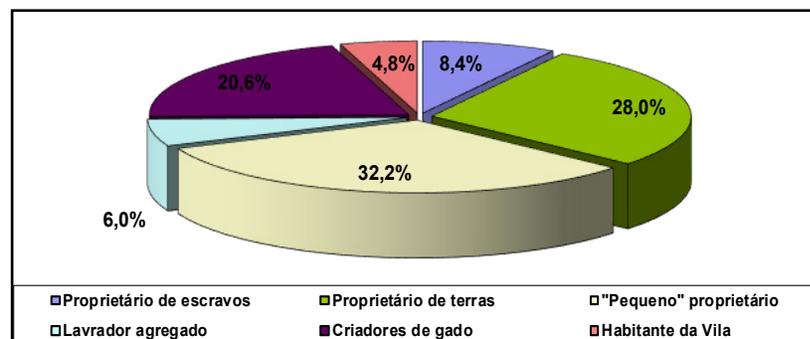
Procurou-se traçar o perfil socioeconômico dos inventariados da região sul de Goiás, observando-se os intervalos de riqueza. Desta forma, pela estrutura da riqueza e pelo número médio de cabeças de animais e de escravos, bem como, a participação geral na riqueza chegou-se à conclusão que 79,4% dos indivíduos apresentavam um *monte-mór* que não excedia a 10.000\$000 (dez contos de réis), possuíam uma unidade produtiva predominantemente voltada para o abastecimento familiar e local, enquanto que, 20,6% das famílias mais abastadas que possuíam uma riqueza superior a 10.000\$000 (dez contos de réis), apoiavam-s em uma estrutura produtiva que transcendia às necessidades do abastecimento familiar e local, produzindo para uma economia de mercado de maiores proporções.

Para a melhor compreensão de como se encontrava distribuída a riqueza, a dinâmica da produção e identificar quem estava produzindo para o abastecimento familiar, local ou para um mercado que extrapolava as fronteiras da Província ou Estado, foi considerada a participação predominante de determinados bens nos *monte-móres* utilizando-se as variáveis mais importantes de riqueza como: o escravo, a terra e o gado. Desta forma, os que tinham riqueza concentrada na posse de escravos foram denominados proprietários de escravos e os que possuíam riqueza concentrada em terras, proprietário de terras. Aqueles cujos bens imóveis tinham uma participação muito ínfima na riqueza foram classificados como lavradores agregados. Os inventariados que declararam possuir um rebanho acima de 40 cabeças de gado foram denominados de criadores de gado e, foram classificados em três subcategorias: pequeno criador, que tinha um rebanho entre 40 e 100 cabeças de gado; médio criador, com rebanho entre 101 e 200 cabeças de gado; e grande criador os que possuíam rebanho superior a 200 cabeças de gado; os proprietários que declararam possuir terras até um valor de 500\$000 mil réis foram classificados como pequenos proprietários; os que possuíam um montante entre 501\$000 a 1.000\$000 conto de réis, médios proprietários; acima de 1.000\$000 conto de réis, grandes



proprietários.²²⁶ Por último, foram colocados os inventariados que declararam residir na vila.

GRÁFICO 4.9 - CLASSIFICAÇÃO DOS INVENTARIADOS, SEGUNDO A NATUREZA DAS POSSES, SUL DE GOIÁS - 1843-1910*



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

* Foram pesquisados 536 inventários.

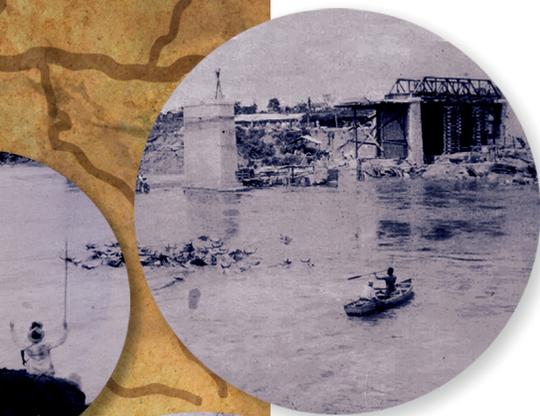
Analisando os inventários conforme a estrutura e composição da riqueza, de um total de 536 inventariados, 32,3% (170) tinham partes de terras que não excediam ao valor de 500\$000 mil réis: eram pequenos proprietários; 6% (31) eram lavradores agregados que geralmente não possuíam terra declarada, ou quantias mínimas

226

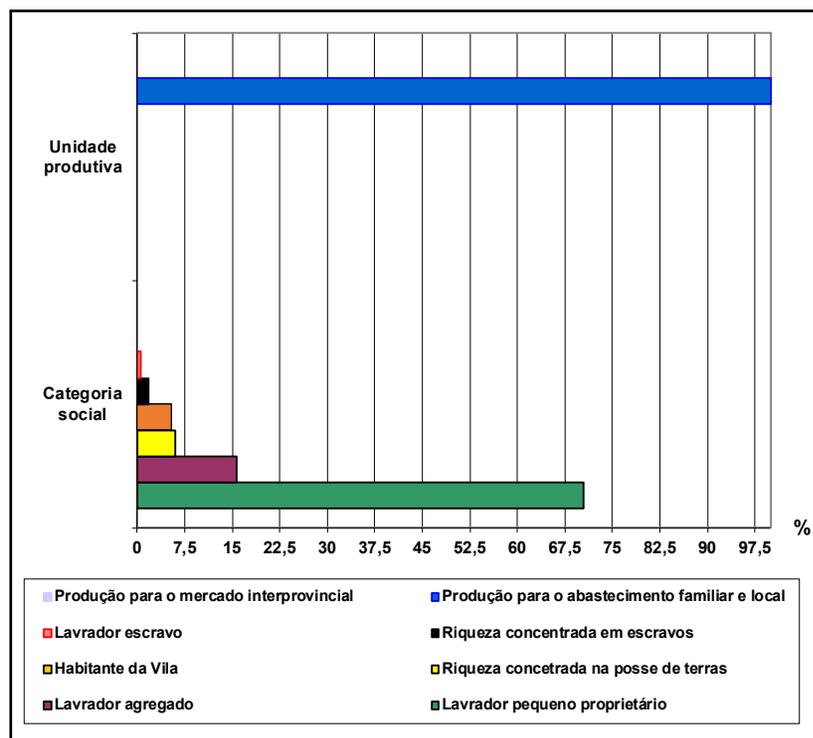
Um dos grandes problemas encontrados nos inventários do período refere-se à identificação do tamanho das propriedades rurais, pois, é muito raro aparecer menção à extensão das propriedades. As informações restringem-se apenas à parte de terras em uma determinada região - às vezes nem isso -, à descrição de algumas benfeitorias e ao valor. Dentre os inventários analisados em apenas um, o de Maria Esméria de Jesus de 30/09/1851, havia referência a uma parte de terras de ½ légua quadrada - que seria o equivalente a 2178 hectares ou 450 alqueires avaliada em 400\$000 réis. Se levamos em consideração o valor médio do hectare de terra em Goiás de 1905, uma parte de terras avaliada em 500\$000 mil réis poderiam corresponder a uma propriedade de aproximadamente 144,6 alqueires goianos ou cerca de 700 hectares. Desta forma, a utilização do termo, pequeno proprietário para o período aqui estudado refere-se não a indivíduos que tenham algumas unidades ou dezenas de hectares, mas, a proprietários que poderiam possuir em alguns casos mais de 500 alqueires de terras, pois no período as terras goianas não eram valorizadas tanto quanto nas regiões litorâneas ou que já possuíssem uma economia mais dinâmica e voltada para o abastecimento do mercado internacional.

ou, ainda apenas benfeitorias do terreiro; 28,1% (148) eram proprietários de terras que possuíam riqueza nelas concentrada; apenas 20,6% (109) eram criadores de gado e possuíam uma maior diversificação nos bens e riqueza, com produção para o abastecimento local e interprovincial/estadual; 8,4% (44) eram proprietários de escravos que possuíam grande parte de sua riqueza neles concentrada; e, apenas 4,8% (25) da população inventariada residiam na vila. Com exceção dos criadores de gado e comerciantes, que em parte residiam na vila, os demais indivíduos, classificados nas outras categorias produziam apenas o necessário para o abastecimento familiar e local, vivendo no campo.

Os monte-móres que não excediam a 1.000\$000 (um conto de réis) apresentavam unidades produtivas voltada para atender necessidades familiares básicas de consumo. Os grupos familiares eram compostos, em média, por cinco a sete pessoas, incluindo pai e mãe; possuíam geralmente até 10 cabeças de animais e, apenas 9% possuíam escravos, cuja participação na riqueza correspondia a 56%. Os montes-mores nesta faixa atingiam entre 550\$000 e 600\$00 mil réis e embora o período analisado seja longo, pode-se deduzir que poderiam ter propriedades de até 600 alqueires²²⁷ (2.904 hectares) de terras, conforme se observa no Gráfico 4.10.



**GRÁFICO 4.10 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS
INVENTARIADOS COM MONTE-MÓR ATÉ 1.000\$000**



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

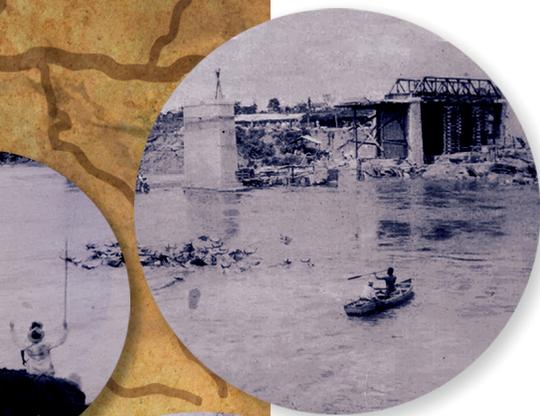
Um *monte-mór* que não excedesse a 1.000\$000 (um conto de réis) era geralmente de lavradores pequeno-proprietários e agregados. Um deles era o escravo chamado Gabriel de propriedade, de Manoel Rosa e Sousa, que deixou ao falecer em 1872, 12 cabeças de gado vacum, 3 cavalos, 4 porcos e ferramentas de trabalho que perfaziam 206\$000 mil réis.²²⁸ Além de lavradores proprietários e

228

Escravidão de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1336, caixa 05 datado de 14/10/1872

agregados, que possuíam uma estrutura e composição de riqueza diversificada, encontra-se ainda inventariados habitantes das vilas cuja maior parte da riqueza concentrava-se na posse de escravos ou mesmo terras. A estrutura produtiva em que esse grupo se inseria era totalmente voltada para o abastecimento familiar e local.

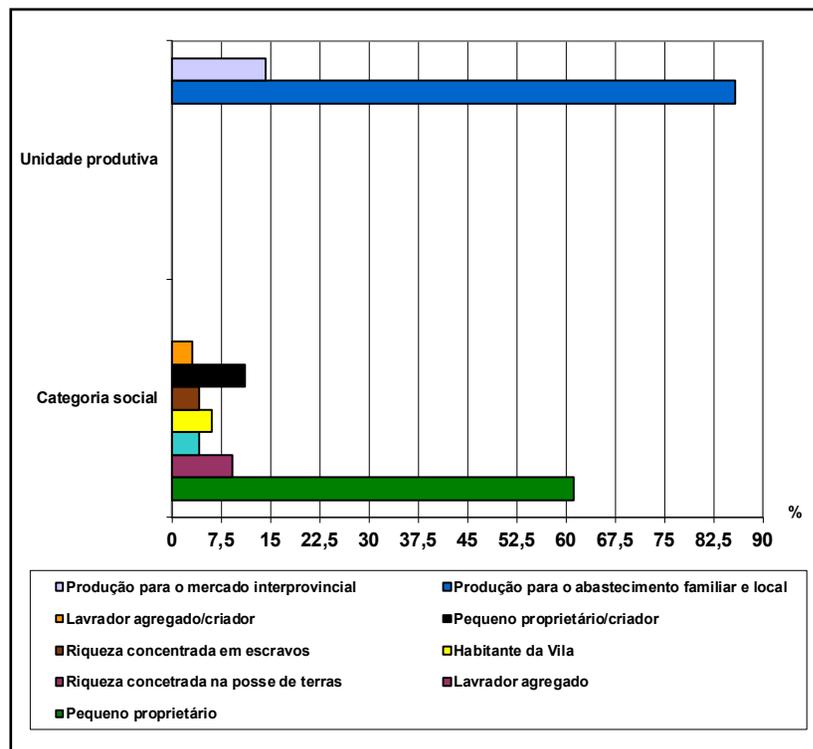
O perfil dos inventariados que possuíam um *monte-mór* entre 1.0001 a 2.000\$000 (dois contos de riqueza) também era muito semelhante ao das famílias cuja riqueza avaliada não superava 1.000\$000 (um conto de réis). Eram proprietários de pequenos rebanhos bovinos com 10 a 20 cabeças de animais, inseridos em grupo familiar composto por cinco a oito pessoas e apenas 18% declararam possuir escravos. Nessa categoria, apenas um inventário, o de Maria Joaquina de Jesus declarava, em 1886, possuir dois escravos, que juntos representavam cerca de 65% de sua riqueza. Possuíam um *monte-mór* equivalente, em média, a 1.450\$000 (um conto quatrocentos e cinqüenta mil réis) e propriedades que poderiam chegar a 1.200 alqueires (5.808 hectares) de terras.²²⁹



229

Escrivanía de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1257, caixa 12 datado de 09/06/1886

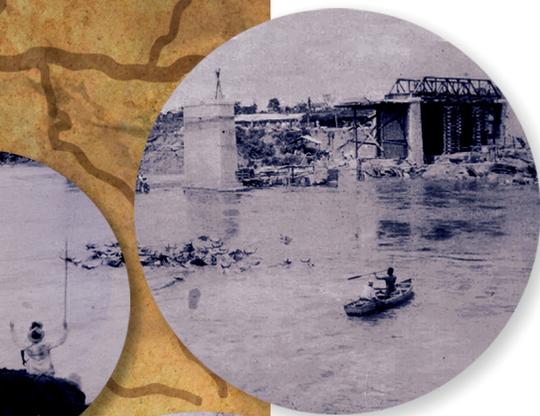
**GRÁFICO 4.11 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS
COM MONTE-MÓR ENTRE 1.001\$000 A 2.000\$000**



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

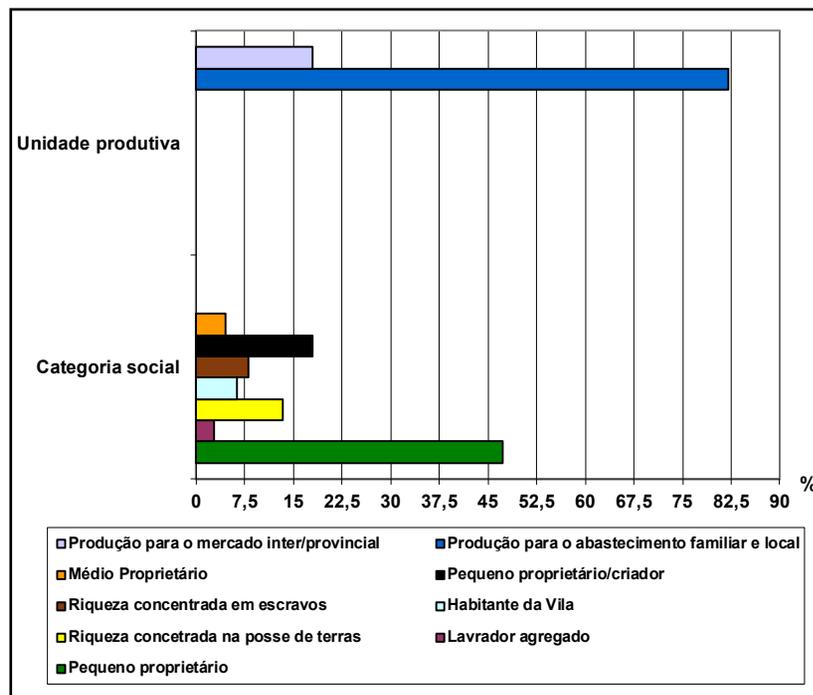
Conforme o Gráfico 4.11 os inventários em que o *monte-mór* ficava entre 1.001 a 2.000\$000 (dois contos de réis) eram também pertencentes basicamente a lavradores pequenos proprietários e agregados que representavam 70,4% dos inventariados. 14,3% eram lavradores proprietários e agregados que criavam um pouco de gado e possuíam certa estrutura produtiva para o abastecimento do mercado interprovincial. Dentre os lavradores agregados podemos destacar, o caso de Manoel Correa Mulato que ao falecer, em 1865, possuía um rebanho de 61 cabeças de animais que representavam

mais de 60% do seu *monte-mór*,²³⁰ e do pequeno proprietário Gustavo Dias Carneiro, falecido em 1904, com 69 cabeças de animais que equivalem a mais de 70% do seu *monte-mór*.²³¹ Havia também alguns casos, como por exemplo, de Maria Joaquina de Jesus, que em 1886, possuía dois escravos que correspondiam a 65% de seu *monte-mór*.²³² José de Sousa Lobo, é outro caso, falecido em 1859, deixou apenas um escravo que representava 95% do seu *monte-mór*,²³³ e, Joaquim Vieira de Jesus cujas partes de terras avaliadas constituíam a 76% do seu *monte-mór*.²³⁴ Entre esses, praticamente 85% das unidades produtivas visavam o abastecimento familiar e local e, apenas 15%, já detinham uma produção voltada para o mercado interprovincial.



- 230 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1276, caixa 04, datado de 18/09/1865.
- 231 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 553, caixa 24, datado de 24/06/1904.
- 232 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1257, caixa 12, datado de 16/10/1886.
- 233 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n., caixa 03, datado de 31/05/1859.
- 234 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n., caixa 01, datado de 05/09/1848.

GRÁFICO 4.12 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS
COM MONTE-MÓR ENTRE 2.001 A 4.000\$000



Fonte: *Escrivanias de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

O perfil sócio econômico das famílias que possuíam um *monte-mór* entre 2001 a 4.000\$000 (quatro contos de réis) – embora houvesse uma relativa diversificação em relação às unidades familiares analisadas anteriormente e uma maior concentração de terras –, 82,1% dos inventariados, neste intervalo de riqueza, possuíam propriedades voltadas para o abastecimento familiar e local e apenas 17,9% tinham uma estrutura produtiva para o mercado interprovincial: 47,3% eram lavradores pequenos proprietários, 17,9% lavradores pequeno- proprietários/criadores e 2,7% de lavradores agregados. Apesar de serem detentores de um *monte-mór* médio de 2.900\$000

(dois contos e novecentos mil réis), a maioria dos inventariados tinha rebanhos pouco expressivos que não excediam a 20 cabeças. O grupo familiar era composto por cinco a oito pessoas e possuíam 2,2 escravos, em média. O maior proprietário de escravos foi o capitão Manoel Ferreira de Mattos, falecido em 1857, que deixou 10 escravos que somados alcançaram uma avaliação de 1.422\$929 (um conto quatrocentos e vinte dois mil e novecentos e vinte nove reis), equivalente a 42% de seu *monte-mór*.²³⁵ Até a abolição da escravidão em 1888, 71% dos inventariados declararam possuir escravos e apenas 29% não tinham nenhum escravo. Os escravos representavam até 1888, 34% da riqueza, nesse grupo.

O valor médio investido em imóveis era de aproximadamente 1.000\$000 (um conto de réis) e pelos valores da época poderia haver durante o período, proprietários com cerca de 1.200 alqueires (5.808 hectares) de terras. Os imóveis constituíam, aproximadamente, 34% da riqueza. Em um total de 112 inventariados, 15 (13,4%) concentravam grande parte de sua riqueza em terras, como Januário Antônio de Souza cujos bens imóveis correspondiam a 90% de seu *monte-mór*²³⁶ e, Joaquim Alves de Moraes com 88%.²³⁷ Ambos faleceram em 1909.

A partir dos intervalos de riqueza inferiores a 4.000\$000 (quatro contos de réis) percebe-se que não havia uma grande diversificação socioeconômica entre os inventariados, bem como, a unidade de produção familiar baseava-se fundamentalmente em uma produção que tinha como objetivo o abastecimento familiar e local. Conforme Gráfico 4.13, em estruturas de riqueza familiar cujo *monte-mór* era superior a 4.000\$000 (quatro contos de réis), por sua vez,

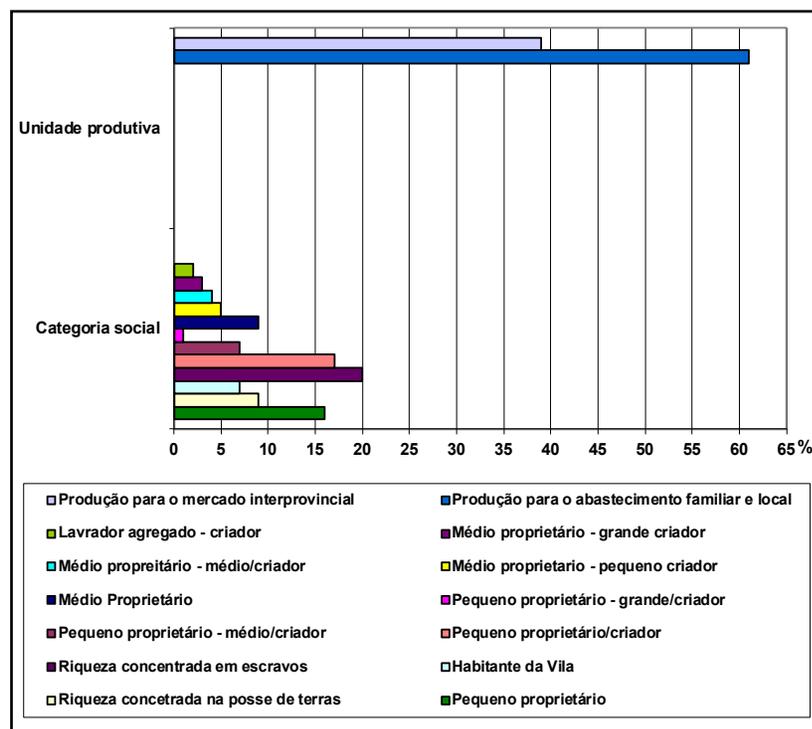
235 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1047, caixa 08, datado de 18/09/1865

236 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 487 caixa 27, datado de 03/03/1909.

237 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 1068 caixa 27, datado de 12/02/1909.

já havia uma maior diversificação. A unidade de produção familiar mostrava-se mais dinâmica, pois além de abastecimento local e familiar, apresentava uma estrutura produtiva com características que lhes possibilitava produção voltada para o abastecimento de um mercado interprovincial, embora, esta ainda não fosse preponderante conforme se pode perceber no Gráfico 4.13, 61% dos inventariados ainda dedicavam-se a atividades destinadas ao abastecimento familiar e local e, somente 39% poderiam estar integrados a um mercado interprovincial de maiores proporções.

**GRÁFICO 4.13 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS
COM MONTE-MÓR ENTRE 4.001\$000 a 10.000\$000**



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

Conforme Gráfico 4.13, no intervalo de riqueza entre 4.001\$000 a 10.000\$000 (dez contos de réis), a grande maioria dos inventariados possuía rebanhos entre 30 e 50 cabeças de animais e tinham em média 5,2 escravos por família. Os escravos correspondiam, até à abolição, a 43,3% da riqueza inventariada, sendo os maiores proprietários de escravos Manoel Vieira de Sousa que deixou ao falecer em 1847, 22 escravos que representavam 98,4% de sua riqueza²³⁸; Florentina Maria de Jesus, para quem 16 escravos respondiam por 74,8% da riqueza inventariada em seu *monte-mór*;²³⁹; e, Anna Josefa do Sacramento, que possuía 14 escravos com uma participação de 73%, na riqueza.²⁴⁰ Em um total de 100 inventariados, 20% possuíam riqueza concentrada na posse de escravos.

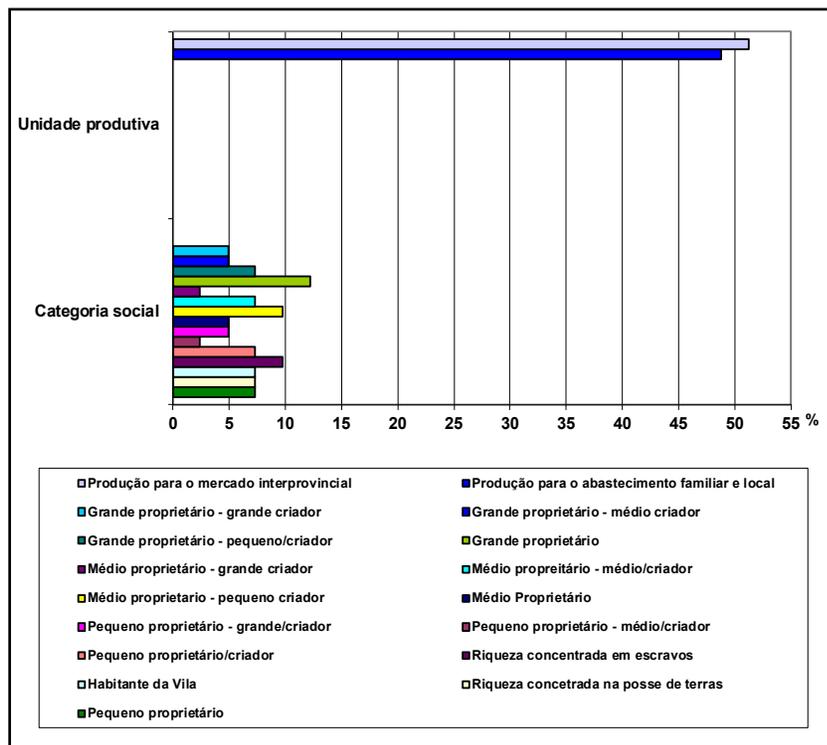
Conforme o Gráfico 4.13, além de proprietários de escravos, o perfil sócio-econômico dos inventariados neste intervalo de riqueza, se encontrava bem diversificado: 16% eram pequenos proprietários; 28% além de pequenos proprietários, também eram criadores de pequeno, médio e grande porte; 9% eram médios proprietários; 12% eram criadores de pequeno, médio e grande porte; 2% eram lavradores criadores de pequeno porte; 9% tinham sua riqueza concentrada na posse da terra; 7% eram habitantes da vila, sendo cinco negociantes. No geral, os inventariados possuíam em média 5.900\$000 (cinco contos e novecentos mil réis) e cerca de 1.700\$000 (um conto de setecentos mil réis) em terras, podendo existir proprietários com até 3.000 alqueires (14.520 hectares) de terras. Os bens imóveis tinham uma participação de 29,3% nos *monte-móres*.

238 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n. caixa 01, datado de 07/10/1847.

239 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 185 caixa 06, datado de 18/03/1873.

240 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n. caixa 03, datado de 21/07/1867.

**GRÁFICO 4.14 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS
COM MONTE-MÓR ENTRE 10.001\$000 a 30.000\$000**



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

Os inventariados classificados nos intervalos de riqueza de 10.001 a 30.000\$000 (trinta contos de réis) possuíam em média 16.000\$000 (dezesseis contos de réis), sendo imóveis os principais bens constitutivos da riqueza, com participação de 25%. Escravos, até a abolição representavam mais de 30%; dívidas passivas, 25,6%; animais, 10%; bens móveis, 9%; e, dívidas ativas, 12,2%. Os maiores proprietários de escravos foram Manuel Borges Pacheco, falecido em 1861, que possuía 26 escravos, avaliados pela quantia de 11.550\$000 (onze contos quinhentos e cinquenta mil réis). Este valor representava

85,3% de toda sua riqueza.²⁴¹ João Martins Pereira, falecido em 1857, deixou 22 escravos que correspondiam a um valor de 7.800\$000 (sete contos e oitocentos mil réis), que equivalia a 58,4% do seu *monte-mór*.²⁴² Neste intervalo de riqueza, apenas 9,8% dos inventariados tinham na posse de escravos a principal fonte de riqueza.

Conforme mostra o Gráfico 4.14, havia muito dinamismo neste intervalo de riqueza, pois 51,2% das famílias produziam excedente para o abastecimento do mercado interprovincial. 48,8% deixavam transparecer a existência de unidades de produção que atendiam apenas às necessidades familiares e do mercado local. Devido a maior diversificação econômica, neste grupo, a participação das dívidas ativas e passivas foi significativa. O grupo familiar era composto de seis a nove pessoas, possuíam em média 8,5 escravos por família e rebanho que girava em torno de 70 a 100 cabeças de gado. O maior rebanho bovino pertencia a Antônio Ignácio Gomes, que deixou ao falecer, em 1902, 640 cabeças de gado *vacum*, avaliados em 12.625\$000 (doze contos seiscentos e vinte cinco mil réis), que tinham uma participação de 59,1% no seu *monte-mór*.²⁴³

Além do mais, neste intervalo de riqueza a figura do pequeno lavrador agregado desapareceu, e desponta a figura do grande proprietário de terras que representava quase 30% dos inventariados na categoria. Destes 17,1% eram criadores de pequeno, médio e grande porte e, 12,2% grandes proprietários, com riqueza predominantemente concentrada na posse de terras, como por exemplo, Capitão José Antônio de Barros, que em 1850, deixou propriedades no valor de 10.222\$820 contos de réis, que poderia representar naquela época

241 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n. caixa 03, datado de 06/11/1861.

242 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n. caixa 02, datado de 11/07/1857.

243 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 486 caixa 23, datado de 13/01/1902.

em torno de 11.500 alqueires (55.650 hectares), o equivalente a mais de 12 léguas quadradas de terras.²⁴⁴ Outro, que também se encaixava neste perfil foi José Feliciano dos Santos, que ao falecer em 1898, deixou partes de terras que somavam a quantia de 12.920\$000 (doze contos e novecentos e vinte mil réis). Tendo por referência o preço médio da terra de \$720 réis, o hectare, de 1900 a 1905, equivaleria a um total de propriedades entre 3.700 e 4.000 alqueires de terras (17908 a 19360 hectares) representava 83,6% do seu *monte-mór*.²⁴⁵

Além dos grandes proprietários criadores, os pequenos proprietários criadores representavam 14,6% dos inventariados e os médios proprietários criadores 24,4% deste total, 19,5% eram criadores de pequeno, médio e grande porte. Havia ainda, três moradores na vila, sendo um negociante, nesta categoria.

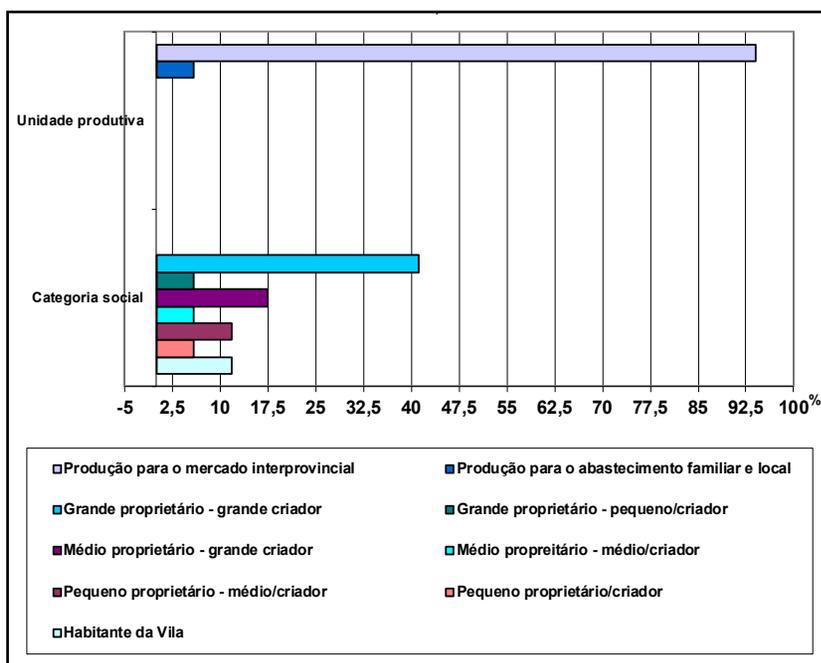
Os mais abastados com *monte-mór* superior a 30.000\$000 (trinta contos de réis) representavam apenas 3,2% dos inventariados, mas, concentravam 19,8% de toda a riqueza inventariada entre 1843 e 1910. Dentre os mecanismos de acumulação de riqueza utilizados por essa elite agrária, além da de casamentos convenientes com pessoas de um mesmo grupo étnico-social era, sobretudo, a possibilidade de diversificação de suas atividades que lhes permitia o enriquecimento. Além da posse de grandes latifúndios, procuravam investir em atividades econômicas estratégicas como o comércio, a criação de gado e, principalmente em atividades de crédito, em meio a uma estrutura econômica e cultural em que prevaleciam atividades basicamente ligadas a uma produção para o abastecimento familiar e local, sem fins lucrativos calcados na agricultura e pecuária extensiva, em que as relações sociais de trabalho e do uso econômico do tempo. Essa elite agrária mercantil e capitalista soube tirar proveito

244 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º s.n. caixa 01, datado de 18/10/1850.

245 Escrivania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 97 avulsos, datado de 27/04/1898.

desta situação adversa e conseguiu capitalizar benefícios econômicos e políticos, através da posse de grandes extensões de terras e das relações de camaradagem e compadrio, práticas sociais que prevaleciam nesse mundo tipicamente rural, além do monopólio do comércio e do crédito, cujo resultado era, o prestígio social e político perante a sociedade em que estava inserida.

**GRÁFICO 4.15 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS
COM MONTE-MÓR ENTRE 30.001 a 100.000\$000**



Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

O perfil socioeconômico, dos inventariados que possuíam um *monte-mór* entre 30.001 a 100.000\$000 (cem contos de réis), era composto de 82% criadores e negociantes de gado. Nesse intervalo, 94,1% das unidades produtivas presentes nos inventários voltavam-se para o abastecimento interprovincial e tinha na pecuária, a principal

atividade econômica. Possuíam plantéis de rebanho bovino em média com 315 de cabeças, e um número médio de 8,9 escravos por família, antes da abolição. O maior proprietário de escravos era o coronel Luiz Gonzaga de Menezes, que possuía 22 escravos, que representavam 18,2% do seu *monte-mór* de 82.962\$494 contos de réis.²⁴⁶ A família, neste intervalo de riqueza, era composta em média por cinco a oito pessoas, que se dedicavam à criação, agricultura extensiva, ao comércio de gado, produção de agromanufaturados e, em alguns casos desenvolviam atividades no comércio de mercadorias e negociavam créditos. Era neste grupo socioeconômico que se concentrava o maior volume de dívidas ativas e passivas, que juntas representavam em média 41% da riqueza inventariada. Os bens imóveis correspondiam a 27,7% do *monte-mór*, os animais, 16 %, os bens móveis, 8,6% e os escravos, até à abolição, 12,2%.

Pela composição do rebanho, além de gado vacum, havia uma expressiva quantidade de cabeças de eqüinos, bois de carro e muares, conforme se pode observar na Tabela 4.2. O número expressivo destes animais revela que havia uma estrutura que lhes possibilitava o escoamento da produção agrícola, sobretudo agromanufaturados, e o transporte de mercadorias industrializadas e do sal, aos entroncamentos ferroviários localizados em Uberaba e posteriormente em Araguari, no Triângulo Mineiro. Além de grandes propriedades rurais, e significativos rebanhos, a maioria das famílias mais abastadas negociava mercadorias e dedicava-se ao crédito a juros, prática que começou a ser disseminada com mais intensidade a partir da década de 1870, na região sul de Goiás, pelo coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.

246

Escrivanha de Famílias de Sucessões do Fórum de Caldas Novas. Inventário *post-mortem* processo n.º 58 caixa 03, datado de 15/03/1875.

O perfil sócio-econômico da maioria das famílias dos inventariados era de grandes e médios proprietários rurais.²⁴⁷ Em 82,3% dos inventariados deste intervalo de riqueza, algumas propriedades poderiam ultrapassar a 6.000 alqueires (25.040 hectares) de terras, como por exemplo, a de Cândida do Nascimento Oliveira, que era esposa do major Luis Marciano de Oliveira, ambos residentes na Fazenda São Domingos, em Morrinhos, cujo valor, em 1896, chegava a 40.536\$000 (quarenta mil quinhentos e trinta e seis contos de réis). Pelo valor médio do hectare de terra da época (\$720), o casal poderia possuir cerca de 56.300 hectares ou 11.632 alqueires em terras, desconsideradas as benfeitorias que foram avaliadas em 4.150\$000 (quatro contos cento e cinquenta mil réis).²⁴⁸

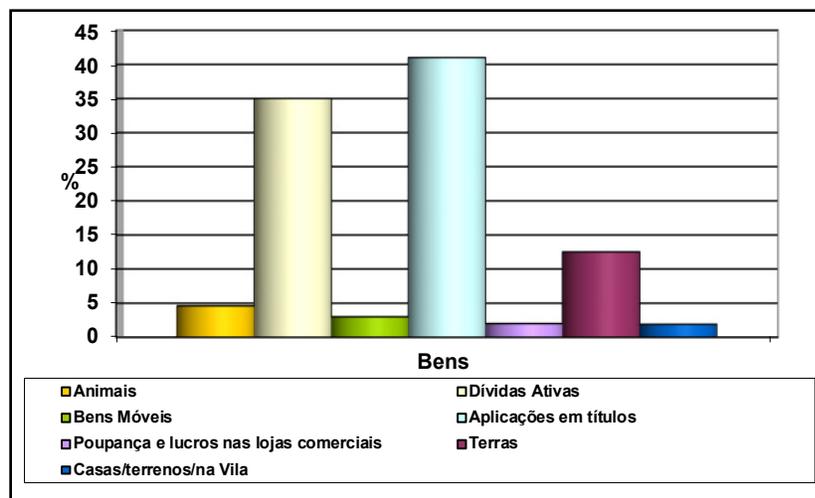
O coronel Hermenegildo era o maior latifundiário; suas propriedades foram avaliadas, por ocasião do inventário post-mortem, em 1905, em 221.445\$810 contos de réis (duzentos e vinte um mil quatrocentos e quarenta e cinco contos de réis), o equivaleria a uma área estimada de 307.563,6 hectares ou 62.542 alqueires em terras. Os inventariados desta faixa de riqueza, excluído o inventário do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, possuíam, em média, 8.900\$000 (oito contos e novecentos mil réis) em propriedades de terras, desconsideradas as benfeitorias. A estrutura e composição da riqueza do coronel Hermenegildo, fugia dos padrões convencionais de riqueza, na região sul de Goiás, uma vez que de todos os inventários analisados, era o único que possuía aplicações em caderneta de poupança, investimentos em títulos da dívida pública e detinha uma fortuna astronômica se comparadas às grandes fortunas da região, que não chegaram a ultrapassar 100.000\$000 (cem contos de réis)

247 Essa classificação em pequeno, médio e grande proprietário seguiu-se o seguinte critério: até 500\$000 mil réis pequeno proprietário, entre 501 a 1.000\$000 de réis médio proprietário e acima de 1.000\$000 um conto, grande proprietário.

248 Escritania de Famílias de Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos. Inventário *post-mortem* processo n.º 167 caixa 19, datado de 28/06/1896.

até a primeira década do século XX, pode se observar a composição da fortuna do coronel Hermenegildo no Gráfico 4.16:

**GRÁFICO 4.16 - COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DO CORONEL
HERMENEGILDO LOPES DE MORAES - 1905**

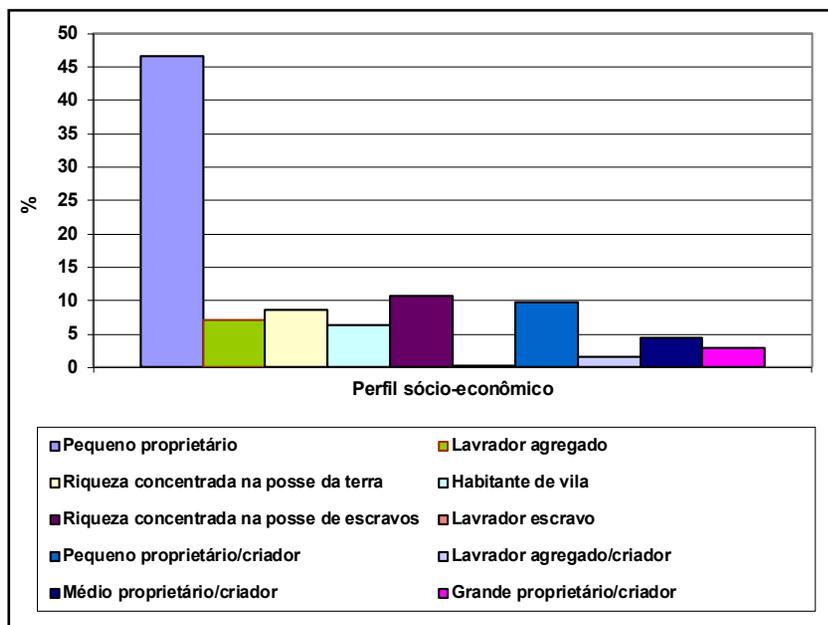


Fonte: *Escrivania de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910. Morrinhos. Escrivania de família do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida, Caixa n.º 15 (documentos diversos e avulsos), autos n.º 83.*

Na fortuna de 1.776:755\$456 contos de réis, 76% deste valor encontrava-se aplicado em ações de títulos da dívida pública (41%) e em dívidas ativas (35%) a receber; as terras havia uma participação de 12,5%; o volume de mais de 5000 cabeças de animais representavam apenas 4,6% de sua fortuna; bens móveis, 3%; dinheiro aplicado em poupança e lucros em estabelecimentos comerciais 2,6%; e por fim, casas e terrenos na vila, 1,9%. Pela disposição do seu *monte-mór*, o coronel Hermenegildo, não era um típico grande proprietário de terras de Goiás do último quartel do século XIX. O seu modo de vida marcado por luxo e ostentação, bem como, os negócios centrados no empréstimo de dinheiro a juros, comércio e transporte de secos e molhados, investimentos em terras e criação de gado e mais

o exercício de várias atividades no serviço público local – intendente municipal, vice-governador de Estado, Juiz Municipal, encarregado da Coletoria de Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara) e Comandante do Regimento da Guarda Nacional – o credenciaram como uma importante personalidade política de Goiás no fim do Império e primeiros anos da Primeira República. O seu prestígio, poder econômico e político eram incontestáveis, na então região sul de Goiás. Pode-se dizer que a disposição e volume de sua riqueza o colocavam no mesmo patamar e estilo de vida de um grande cafeicultor de São Paulo, da virada do século XIX ao XX.

GRÁFICO 4.17 - QUADRO GERAL DO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS INVENTARIADOS QUE HABITAVAM A REGIÃO SUL DE GOIÁS, 1843-1910*



Fonte: *Escravidão de Família e Sucessões do Fórum Dr. Guilherme Xavier de Almeida de Morrinhos - GO. - Inventários post-mortem de 1843-1910.*

*Foram pesquisados 536 inventários

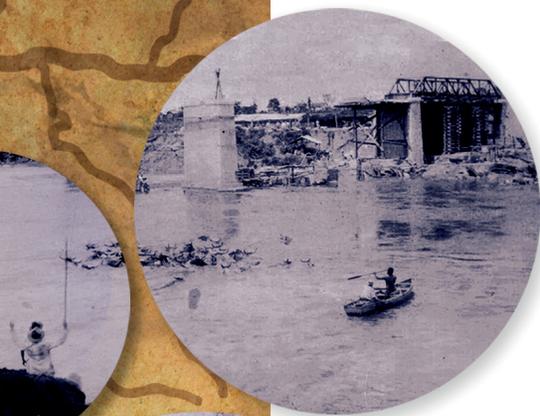
De uma maneira geral, o perfil socioeconômico da amostra de inventariados da região sul de Goiás entre os anos de 1843 a 1910 compunha-se em sua grande maioria de pequenos proprietários que possuíam menos de 500\$000 réis em partes de terras, que representavam 46,6% dos inventários; 10,7% tinham riqueza concentrada na posse de escravos 10,7%. A maioria destes últimos inventariados faleceu nas décadas de 1850, 1860 e 1870, no período em que os preços dos escravos sofreram uma grande valorização de preços, o que pode revelar ser um período em que pessoas com alguns recursos, diante das perspectivas de valorização do escravo, acabaram investindo grande parte de seus recursos na compra de cativos; 9,7% eram de pequenos proprietários que possuíam rebanhos entre 40 e 100 cabeças; 8,6% concentravam grande parte de sua riqueza na posse de terras, principalmente a partir da década de 1890, quando passou a haver grande investimento neste tipo de bem, diante das expectativas criadas pela possibilidade da chegada da estrada de ferro ao sul Goiás. Nota-se que no período ocorreu uma série significativa de investimentos que envolviam a compra e venda de terras, nas regiões sul, sudeste e sudoeste de Goiás. Dentre os maiores investidores da região, destacou-se o coronel Hermenegildo que investiu mais 100.000\$000 (cem contos de réis) em terras nestas regiões, conforme estudos de Maria Amélia Alencar Luz²⁴⁹; 7,1% eram compostos de pequenos lavradores agregados que tinham sua riqueza concentrada na posse de animais e bens móveis; destes 1,5% dos casos chegaram a ser classificados, também como criadores de gado que chegavam a possuir rebanhos de até 100 cabeças de animais e escravos; 6,4% dos inventariados residiam na vila: destes, 42,8% eram negociantes de crédito, gado e proprietários de estabelecimentos comerciais, talvez por isso, cerca de 64,8% dos *monte-móres* destes indivíduos eram compostos de dívidas ativas e passivas, volume bem superior aos demais grupos sócio-econômicos.

249

Ver LUZ, Maria Amélia de Alencar. *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças - 1850-1910*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.

O maior negociante de crédito e comerciante da região sul de Goiás entre os anos de 1880 a 1905, também foi o coronel Hermenegildo. Do volume de dívidas passivas declaradas nos inventários nas décadas de 1880 e 1890, 47,7% e 44,2%, respectivamente correspondiam a dívidas de crédito ou de compras de mercadorias em seu estabelecimento comercial; 4,5% eram compostos de médios proprietários criadores e 3% de grandes proprietários criadores; quanto aos lavradores escravos encontraram-se apenas dois inventários.

Finalmente, do volume total de inventários pesquisados pode-se concluir que, a grande maioria dos inventariados 79,4% estavam envolvidos em estruturas produtivas voltadas apenas para o abastecimento familiar e local e, portanto, não estavam conectados diretamente a um mercado de maiores proporções. Apenas 20,6% das famílias, possuíam uma estrutura de produção familiar mais dinâmica e diversificada, de maiores dimensões, que transcendiam às necessidades do abastecimento familiar e local e se encontravam mais integradas a uma economia de mercado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho revelam que o contexto histórico do século XIX, não pode ser interpretado como sendo um período de estagnação e decadência, associada à crise da produção aurífera que teria provocado um colapso na economia e, também declínio populacional e consequente desaparecimento dos centros urbanos.²⁵⁰ Ao contrário, no transcorrer do século XIX ocorreu um crescimento da população em Goiás, principalmente no sul, impulsionado pela intensificação do fluxo migratório de paulistas e mineiros para a região. Milhares de famílias, procedentes, sobretudo, de Minas Gerais a partir de 1820, se estabeleceram na região e ocuparam as terras por meio da posse, demarcaram propriedades, constituíram sítios e fazendas e fundaram vilas e povoados, a partir de atividades econômicas, centradas na agricultura e na pecuária extensiva.

O desenvolvimento das atividades econômicas da região sul adquiriu um relativo impulso a partir da segunda metade do século XIX, com a Guerra do Paraguai, quando a província de Goiás, viu-se obrigada a fornecer alimentos e gado aos combatentes do *front* de batalha na Província de Mato Grosso. No entanto, a partir de 1870, com a consolidação da economia agro-exportadora do café na região sudeste que resultaram na construção e interiorização dos trilhos da estrada de ferro, foi possível perceber a partir da análise dos inventários, que ocorreu desde então, um crescimento do mercado consumidor interno quando se começou a consumir produtos oriundos da indústria europeia e da indústria nacional nascente como arame, relógios, os tecidos industrializados, moinhos de moer café,

250

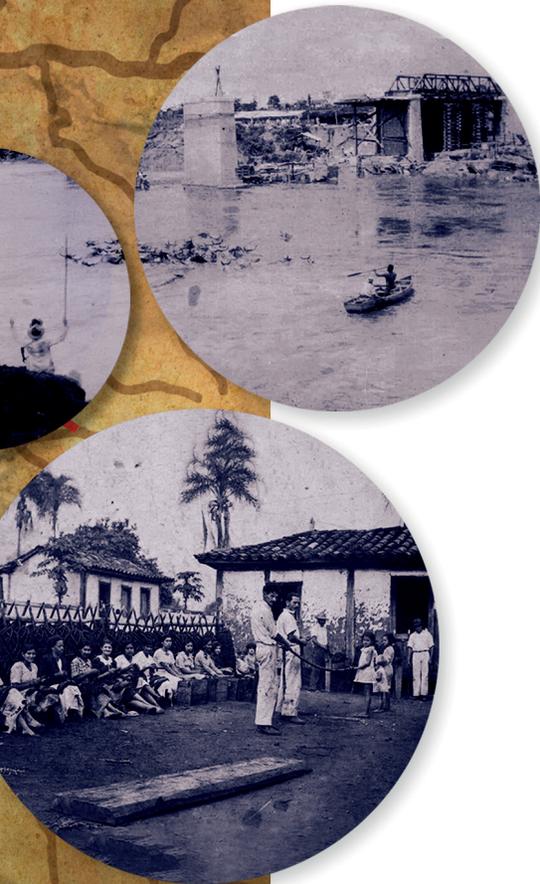
Ver BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *A população goiana no século XIX: algumas questões*. In: *Populações*. N.03. Jan/jun, 1996; CHAUL, Nasr N. F. *Caminhos de Goiás: da Construção da "Decadência" aos limites da "Modernidade"*. Goiânia: Cegraf / UFG / UCG, 1997.

máquinas de costura, cerveja e outros artigos com maior intensidade. Por outro lado, ocorreu também o aumento da exportação de gado, agromanufaturados e gêneros agrícolas.

Com as novas perspectivas que poderiam advir com a chegada dos trilhos da estrada de ferro na região sul de Goiás, entre os anos de 1880 e 1900 ocorreram uma significativa ampliação de investimentos, principalmente em terras e benfeitorias, que acabaram por refletir no crescimento da participação destes bens nos inventários. Por outro lado, houve também a intensificação do fluxo migratório, elevação do número de cabeças de gado por propriedade e consequentemente a participação dos animais no conjunto da riqueza. Notou-se também o acréscimo da participação das dívidas passivas e ativas na riqueza inventariada, principalmente entre os mais abastados.

Com o alargamento do mercado consumidor e exportador, sobretudo, a partir da década de 1890, os carros de bois se consolidaram como principais meios de transportes, ligando as vilas e propriedades aos entroncamentos da estrada de ferro localizados no Triângulo Mineiro. No período também ocorreu uma valorização nominal muito significativa dos carros e bois carreiros, o que evidencia que ocorreu o crescimento da demanda por este tipo de transporte.

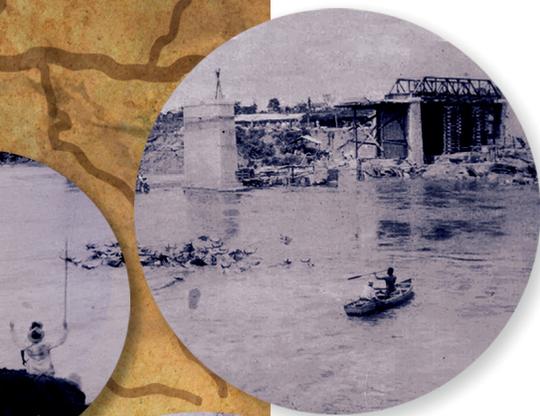
Os resultados revelaram que a grande maioria dos migrantes que adentraram o sul de Goiás na primeira metade do século XIX eram indivíduos de poucos recursos, em sua grande maioria analfabetos, pardos e negros, e uma minoria branca que diante das transformações provocadas na conjuntura econômica da região sudeste, foram obrigados a se deslocar em direção ao sentido oeste, ocupando terras até então consideradas devolutas. Foi possível perceber que desde o início, o processo de ocupação das terras, caracterizou-se pela concentração da riqueza e da propriedade nas mãos da minoria branca, com destaque para as famílias Correa Bueno, Pereira Martins, Martins da Veiga, Rosa do Carmo, Assumpção, Ferreira de Matos,



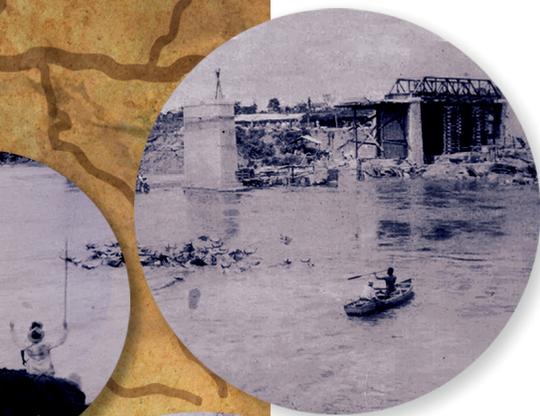
Araújo, Coelho de Siqueira, Luís Guimarães, Rodrigues Paiva, Antônio de Barros, Mendes de Barros, Barbosa Amorim, Pereira Vargas, Parreira e outras. Os registros de casamentos revelaram uma segmentação sócio-racial, em que os brancos se casavam com brancos, pardos com pardos e negros com negros: muito raramente ocorria o enlace matrimonial entre noivos de grupos étnicos diferentes.

Apesar das dificuldades de técnicas de produção, da precariedade dos meios de transporte e do relativo isolamento, foi perceptível que entre os anos de 1835 e 1910, não obstante toda essa adversidade ocorreu o crescimento da economia goiana, baseada na pecuária extensiva, que foi a principal fonte geradora de riqueza e que tinha uma participação muito relevante na arrecadação provincial. Enquanto a agricultura caracterizava-se por uma natureza voltada para o abastecimento familiar e local, a produção agromanufatureira – aguardente, rapaduras, fumo, doces, tecidos – alcançou grande importância em um contexto histórico que foi marcado pela carência de moedas e de crédito. Os agromanufaturados eram importantes mercadorias de troca nos mercados locais e regionais, substituindo muitas vezes o dinheiro nos estabelecimentos comerciais da vila.

A partir da análise da estrutura dos bens e da observação do movimento dos preços e da participação nos *monte-móres* notou-se um relativo dinamismo, um crescimento evidente da economia e sua relação com a conjuntura política e econômica nacional. Relacionando os inventários com outras fontes documentais e comparando com outros resultados de pesquisas a respeito da região, chegou-se a conclusão que cerca de 80% dos inventariados possuíam unidades produtivas de produção voltada para o abastecimento local e familiar e, apenas 20% possuíam uma estrutura produtiva que transcendiam as fronteiras do mercado provincial. Desta forma, foi possível perceber estes últimos, em sua maioria por detentores de títulos da Guarda Nacional, eram ao mesmo tempo criadores e negociantes de gado, proprietários de estabelecimentos comerciais e negociantes de crédito, e que acabavam concentrando grande parte da riqueza, em suas mãos.



Para encerrar essas breves considerações finais, esperamos ter contribuído para um melhor conhecimento da história da região sul de Goiás na segunda metade do século XIX e início do XX, com a dilatação do uso de fontes documentais da região.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras em Goiás:** estrutura fundiária – 1850-1920. Tese de doutorado em História Econômica apresentada à Universidade de São Paulo. SBD-FFLCH-USP: São Paulo, 1998.

ALCÂNTARA MACHADO, J. **Vida e morte do bandeirante.** São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1930.

ALECASTRE, J.M.P de. **Annaes da Província de Goyaz.** In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomos XXVII. B.L. Garnier-Livreiro Editor: Rio de Janeiro, 1865.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura Fundiária em Goiás:** consolidação e mudanças – 1850-1910. – Goiânia: Editora UCG, 1993.

ALMEIDA, Guilherme Xavier de. "Sobrado." **Revista VI Festa de Artes de Morrinhos**, n.º 2, 1970.

AZEVEDO, Aroldo de. **Habitat.** In: AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil:** a terra e o homem. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970.

AZZI, Ricardo; FUCCELLA, Vito. **A cultura do fumo.** Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio do Estado de São Paulo: São Paulo, 1930. p. 22-27.

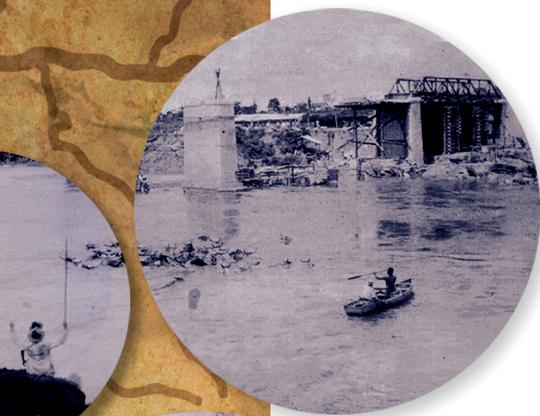
BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica:** demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BORGES, Barsanufo Gomides. **Goiás Modernização e Crise** – 1920-1960. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994.

BORGES, Barsanufo Gomides. **O despertar dos dormentes:** estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Cegraf: Goiânia, 1990.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **A população goiana no século XIX:** algumas questões. In: **Populações.** N.03. Jan/jun, 1996.

BRANDÃO, Carlos R.; RAMALHO, José R. **O campesinato Goiano:** três estudos. UFG:Goiânia, 1986.



BRIOSCHI, Lucila R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo**: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. CERU: São Paulo, 1991.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil**: Geral e regional Vol.VI – O Grande Oeste. – São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

CAMARGO, José Francisco de. **Migrações inter-regionais**. In: AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil**: a terra e o homem. Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970.

CAMPOS, Itami F. **Coronelismo em Goiás**. CEGRAF: Goiânia, 1987.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8.ª Ed. Ed.34: São Paulo, 1997.

CANO, Wilson. **Economia escravista em Minas Gerais. Cadernos do IFCH**, Unicamp, n. 10, p. 1-14; out. 1983.

CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria. **Metamorfose da riqueza São Paulo, 1845-1895**. 2.ª Ed. Hucitec: São Paulo, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos governos militares a Prudente de Moraes**. In: FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Republicano. Vol. VIII. 6.ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa:Rio de Janeiro, 1980 p.742-743.

CHAUL, Nasr N. F. **Caminhos de Goiás**: da Construção da “Decadência” aos limites da “Modernidade”. Goiânia: Cegraf / UFG / UCG, 1997.

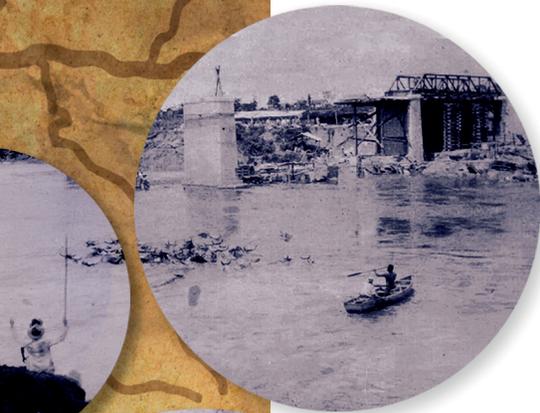
CORREIA, Sezedelo. **O problema econômico no Brasil**. Fundação Casa de Rui Barbosa/ Senado Federal:Brasília/São Paulo, 1980.

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. - 4.ª Edição – Editora UNESP: São Paulo, 1998

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1957.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W; SCHWARTZ, Stuart B. **A família escrava em Lorena. Estudos Econômicos**, v.17, n. 2, p. 245-296, 1987.

COSTA, Iraci del Nero da. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1979.



CUNHA MATTOS, Raymundo José da. **Chorografia histórica da província de Goyaz.** *In:* Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethographico do Brasil. 3.º Trimestre de 1874. Tomo XXXVIII. Typografia de Pinheiro & Cia: Rio de Janeiro, 1874.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos às cidades de Cuiabá.** Biblioteca de História Paulista Comemorativa do IV centenário da Fundação de São Paulo – Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo: São Paulo, 1953.

DAUMARD, A, BALHANA, A.P., WESPHALEN, C.M. e GRAF, M.E.C. **História Social do Brasil** – Teoria e Metodologia. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 1984.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa.** Ed. Perspectiva: São Paulo, 1985.

DELFINO NETO, Antônio. **O problema do café no Brasil.** Ministério da Agricultura/ Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1979.

FISHLOW, Albert. **Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil.** *In:* VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. (Orgs.) Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1978.

FONTES, Zilda Diniz. **Morrinhos:** de capela a cidade dos pomares. Goiânia: Cerne, 1980.

FRANÇA, Basileu Toledo de. **O Sudoeste:** tentativa de interpretação. *In:* Revista do Instituto Histórico e geográfico de Goiás. O Popular: Goiânia, Ano 06 N. 007 junho/1978.

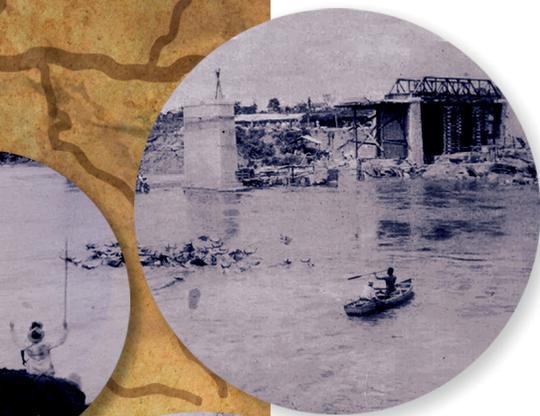
FRANÇA, Maria de Sousa. **Povoamento no Sul de Goiás:** estudo da dinâmica da ocupação espacial. Dissertação de Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Universidade de São Paulo: Goiânia, UFG, 1975.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma Monetária e instabilidade durante a transição republicana.** BNDS: Rio de Janeiro, 1983.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850:** um período de transição da mineração à agropecuária. Ed. UFG: Goiânia, 1986.

GOMES, Horieste; NETO Antônio Teixeira. Geografia: Goiás/Tocantins. CEGRAF/UFG: Goiânia, 1993.

GOMES, Horieste. **Geografia socioeconômica de Goiás.** Livraria Central Editora: Goiânia, 1969.



GOMES, Vicente Ferreira. **A cidade de Palma, em Goyaz, à cidade de Belém no Pará, pelo rio Tocantins, e breve notícia do Norte da Província de Goyaz.** In: Revista do Instituto Histórico Geographico Ethnographico do Brasil. Tomo XXV. Typ. De D. Luiz dos Santos: Rio de Janeiro, 1862.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alecastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais:** São João del Rei (1831-1888). Anna Blume: São Paulo, 2002.

GUNABARA, Alcindo. **A presidência de Campos Sales.** Coleção Temas Brasileiros, Vol.47. Ed. UnB: Brasília, 1983.

GUTIERREZ, Horácio. **Demografia escrava numa economia não-exportadora:** Paraná. Estudos Econômicos, v. 17, n. 2, p. 297-314, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque; CAMPOS, Pedro Moacyr. **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo II – O Brasil Monárquico; 6.º Volume: Declínio e queda do Império. 4.ª edição. Difel: São Paulo, 1985.

HOLANDA; Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Livraria José Olímpio Editora, 3.ª Edição: Rio de Janeiro, 1956.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras goianas** – Brasil Central. Ed. UFG: Goiânia, 1980.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 3.ª Ed. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997.

LEITE MORAES, J.A. **Apontamentos de viagem.** São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

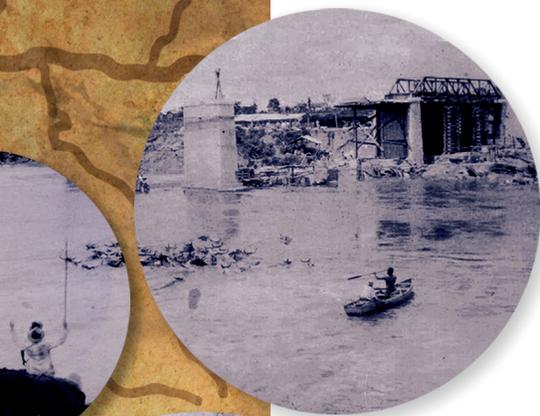
LIBBY Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista:** Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, e Proto industrialisation in a Slave Society: The Casa of Minas Gerais. Journal of Latin American Studies, v. 23, p. 1-35, 1991.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A capitania das Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. **Minas colonial:** economia e sociedade. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.

LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais:** escravos e senhores. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. 1981.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás:** consolidação e mudanças – 1850-1910. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 1982.



MAGALHÃES, Sônia M. de. **Alimentação, saúde e doenças em Goiás no Século XIX.** Tese de Doutorado. UNESP:Franca, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** Pioneira: São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1994.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai – 1864/1870.** Coleção Teses Universitárias, Ed.UFG: Goiânia, 1983.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz.** Convênio SUDECO/Governo de Goiás, Secretaria de Planejamento e Coordenação: Goiânia, 1979.

MOTTA, José Flávio. **A família escrava e a penetração do café em Bananal (1801-1829).** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 5, p. 71-101, 1988.

NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **O Mestre Carreiro.** A Folclórica (Instituto Goiano do Folclore), Edição especial: Goiânia, 1980.

OLIVEIRA, Lélío Luis de. **Economia e História de Franca: século XIX.** Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. **Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. Estudos Econômicos,** v. 25, n. 2, p. 203-233, maio/ago. 1995.

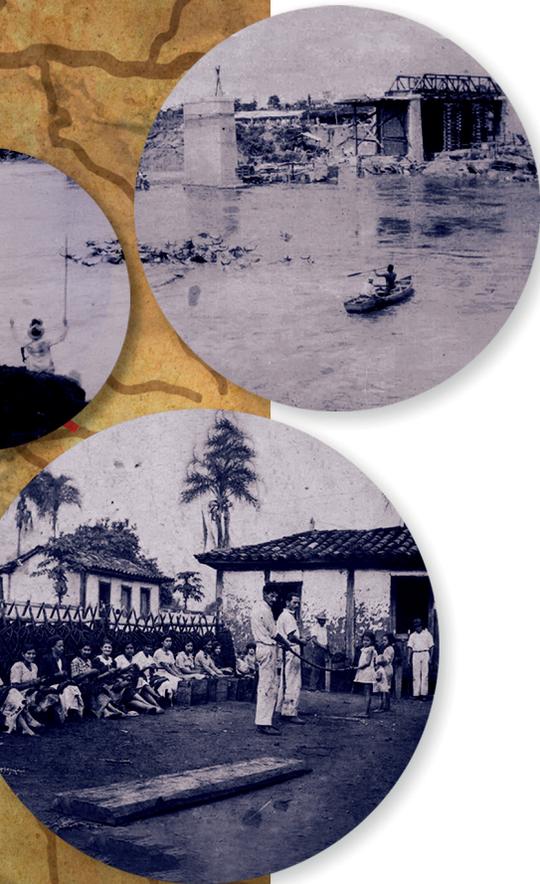
PALACIM, Luís. **Os três povoamentos de Goiás.** Revista do Instituto Histórico Geográfico de Goiás. Ano 07 N. 08: Goiânia, 1979.

PETRONE, Pasquale. **Povoamento e colonização.** In: AZEVEDO, Aroldo de. **Brasil: a terra e o homem.** Vol.II – A vida humana. Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1970.

PHOL, Johann Emmanuel. **Viagem no Interior do Brasil. 2.ª Parte.** – Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

PRADO JR., Caio. **Formação econômica do Brasil.** 36.ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** – Colônia. 2.ª Edição. Brasiliense: São Paulo, 1945.



QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. 1969, p. 61 *In*: FAUSTO, Boris. (org). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano. Vol. VIII. 6.ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

RAMALHO, José Ricardo. **A posse e o uso da terra e relações de trabalho em Mossâmidés**. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. O campesinato goiano: três estudos. Ed.UFG: Goiânia, 1986.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. *In*: **500 anos de educação no Brasil**./organizado por Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, 3.ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: o nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rocco: Rio de Janeiro, 2000.

ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás afora**. Livraria e Editora Cultura Goiana: Goiânia, 1974.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à Província de Goiás**.Ed.USP:Belo Horizonte/São Paulo, 1975.

SAINT-HILAIRE, August. **Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. Tomo I, Vol68, Col. Brasiliana.Cia. Editora Nacional: São Paulo, 1937.

SAMPAIO, Borges. **Uberaba**: história, fatos e homens. Academia de Letras do Triângulo Mineiro: Uberaba, 1971.

SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. **Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz**. *In*: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.Tomo XII 2.ª Edição. Tipografia João Ignacio da Silva: Rio de Janeiro, 1874.

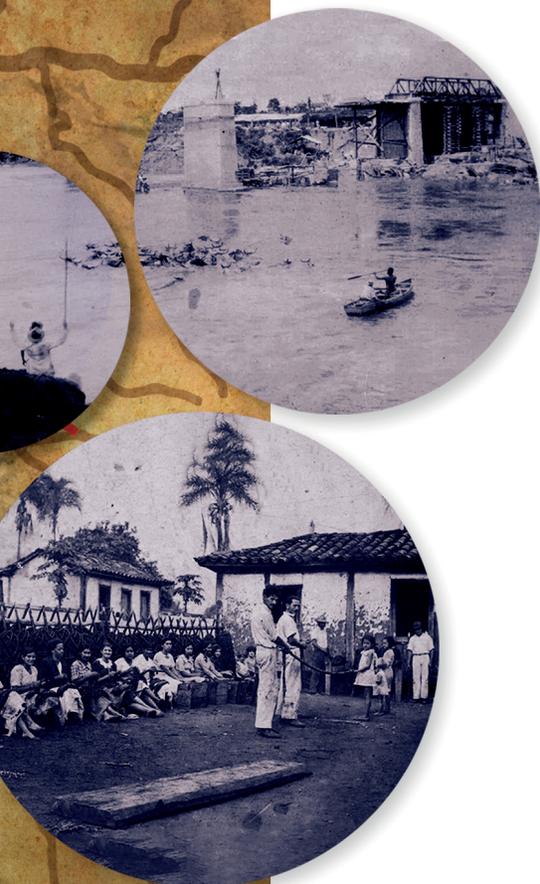
SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do Latifúndio em Goiás**.Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

SLENES, Robert W. **Os múltiplos de porcos e diamantes**: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

TELES, Gilberto de Mendonça. **Vida e Obra de Silva e Souza**. Ed. Oriente: Goiânia, 1978.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**, 1889-1945. 2.ª ed. IPEA: Rio de Janeiro,1975.

WILLENS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. Difusão Europeia do livro: São Paulo, 1961.



FONTES DOCUMENTAIS

Registros de casamentos realizados na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, Livro I – 1836 -1854.

Relatório final do zoneamento ecológico e econômico da região de Meia Ponte.

Estudos básicos. Vol I. Estado de Goiás Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Habitação. Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental. Metais De Goiás S/A – Metago: Goiânia, 1999.

Instituto Brasileiro Geográfico. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Goiás. Vol.XXXVI. Rio de Janeiro, 1958.

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1835-1843 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1986. (Memórias Goianas III)

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1845-1849 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1996. (Memórias Goianas IV)

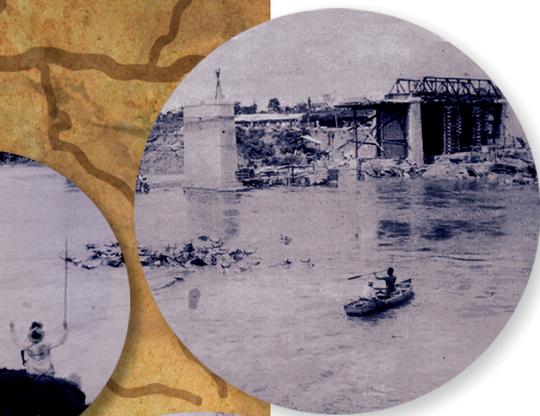
Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1850-1853 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1996. (Memórias Goianas V)

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1850-1853 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VI)

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1856-1859 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VII)

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1859-1861 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VIII).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1861-1863 - relatórios políticos,



administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1864-1870 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas X).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1870-1874 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XI).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1875-1879 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XII).

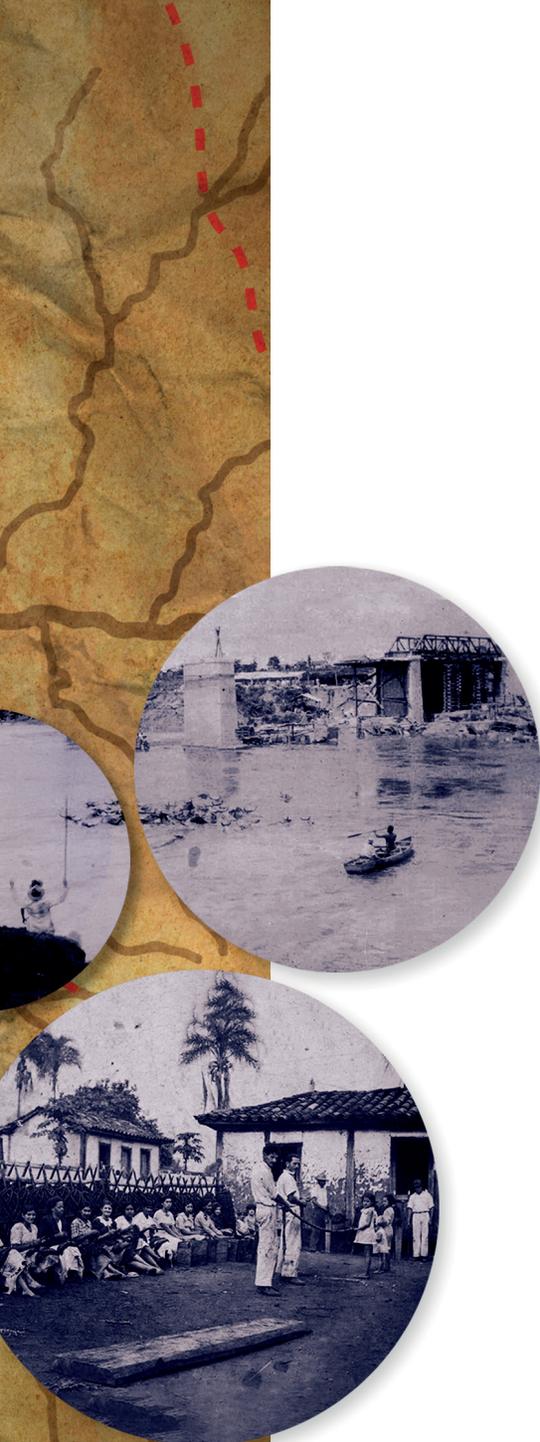
Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1880-1881 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2001. (Memórias Goianas XIII).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1882-1889 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2001. (Memórias Goianas XIV).

Relatórios dos Governos da Província de Goiás de 1891-1900 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2002. (Memórias Goianas XV).

Relatórios dos Governos do Estado de Goiás de 1901-1905 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos, etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2003. (Memórias Goianas XVI).

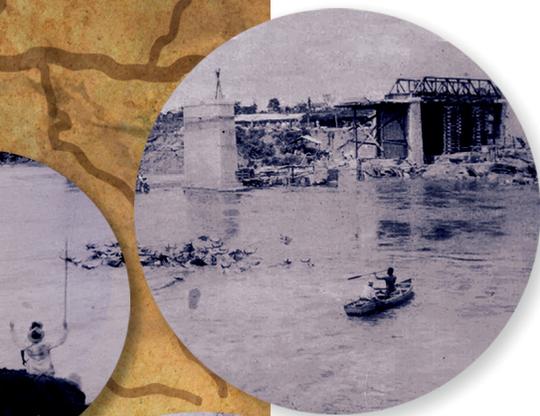
Relatório do Ministro da Fazenda Rui Barbosa de junho de 1891. p. 206 Disponível no Site: <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/provopen.html>.



SOBRE O AUTOR

Hamilton Afonso de Oliveira

Graduado em História pela Faculdade de Educação Ciências e Letras de Morrinhos (FECLEM/1994), Mestre em História das Sociedades Agrárias pela Universidade Federal de Goiás (2001) e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atua como professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás/Campus-Sul no curso de História (PPGHIS) e nos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS) e História desta mesma universidade. Tem atuado nas linhas de pesquisas: dinâmica socioeconômica nos ambientes urbano e rural e Cultura e relações de poder. Tem experiência de pesquisa em História Regional do Brasil (Império e República), com ênfase na área de História Econômica, Social e Ambiental com abordagens de temas de pesquisa que se inter-relacionam com o desenvolvimento regional: riqueza, consumo, turismo, demografia, ferrovia, história econômica e história ambiental com interface com o direito agrário e ambiental. Tem experiência docente na Educação Básica e no Ensino Superior com atuação em cursos da área de Ciências Humanas, Educação E Sociais Aplicadas. Foi Coordenador do Curso de História da UEG/Câmpus Morrinhos (1999/2000 e 2009/2013). Atuou, como coordenador de área do PIBID/CAPES da Licenciatura em História da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus/Sul de 2017-2020. Foi coordenador Programa de Pós-Graduação em Ambiente & Sociedade (2016/2021). É consultor da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da (FAPEG) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Foi membro do Conselho de Representantes da região Centro-Oeste da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) de 2014 a 2018. Foi membro no Conselho de Representantes do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCAN) de 2019-2022. É Membro da Academia Morrinhense de Letras.



ÍNDICE REMISSIVO

A

abastecimento 84
açúcar 84
adubação 84
agricultura 25
agricultura camponesa 84
agricultura extensiva 25
agropecuária 25
aguardente 84
altas taxas de juros 106
arado 84
arrecadação de impostos 106

B

balança comercial 84
bandeirantes 25
bens imóveis 106
bens móveis 106

C

café 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
caminho de goiás 25
caminho dos goyazes 25
cana-de-açúcar 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
carência de moeda 106
carência de moedas 106
casal 25
centros mineradores 84
circulação de dinheiro 106
colonização do Brasil 25, 28
colonos 25
comendador Joaquim Alves de Oliveira 106
comerciantes de mercadorias e gado 106

comércio 25

concentração de terras 25
conexão com a região sudeste 106
consumo 25
controle efetivo 25
controle fundiário 25
crescimento do crédito 106
crescimento dos rebanhos 106
crescimento econômico 25
crescimento populacional 25
criação de gado 25, 106
criador 84
crise da mineração 25
crise da produção aurífera 25
cruzamento de raças bovinas 106
cultivo de algodão 84
cultivo de café 84
cultivo de tabaco 84
cultivo de terras 25

D

dependência dos grandes fazendeiros 106
desenvolvimento da pecuária 106
desenvolvimento econômico 25
deslocamentos migratórios 25
devolutas 25
dificuldades de acesso a mercados e recursos técnicos 106
dinâmica da constituição da riqueza familiar 106
dívidas em dinheiro ou mercadorias 106
dívidas passivas e ativas 106

E

economia 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146

elevados preços 84
empréstimos com capitalistas 106
escambo 106
estrada 25
estrada de ferro mogiana 106
estrutura agrária 106
evasão de ouro 106
excedente comercializado 84
expansão do mercado consumidor 106
expansão territorial 25
expectativa de vida 25
exportação 25, 84
exportação de produtos agropecuários 106
extração de produtos 25, 28

F
famílias pioneiras e proprietários 106
farinhas de milho e mandioca 84
fazendas 25
filhos 25
fiscalização 25
fronteira colonizadora 25
fronteira pioneira 25
fumo 84

G
gado 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
gado vacum 106
grande proprietários 25
guerra do Paraguai 106
Guerra do Paraguai 53, 111, 118, 119, 121, 159, 162, 174, 175, 229, 237

I
importação 25
imposto 25
indústria extrativa da borracha 25
integração com o sudeste do país 106
isolamento econômico 84

J
jazidas auríferas 25
João Teixeira Alvarez 106

L
lavoura 84
lavoura cafeeira 106
lavradores agregados 106
lavradores e criadores 25
lavradores proprietários de terras 106
legislação agrária 25
lei da boa razão 25
lei de terras 25
litorâneo 25, 28

M
melhoria das vias de comunicação e transporte 106
mercado 25
mercado consumidor interno 106
mercado de maiores proporções 106
mercado interno 25, 84
mineração 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
minerador 84
monopolização do comércio e crédito regional 106
morrinhos e cidades da região sul de Goiás 106
movimentação 25

N
navegação a vapor 53, 81
negociantes de crédito 106
nordestinos 25
núcleos de povoadores 25, 28

O
ocupação 25
ocupação do território 25
ocupação do território brasileiro 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
ouro 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146

P

paróquias e vilas 25
partilha dos bens do devedor 106
patriarcas e cabeças de família 106
pau-brasil 25, 28
pecuária 25
pecuária extensiva 25
pecuária goiana 106
pequenas roças 25
pequenos produtores 25
permuta 106
política de emissão de papel moeda 106
população 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
posse de terras 25
precariedade das estradas 84
preço do sal 106
processo de ocupação 25
processo migratório 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
produção agrícola 14, 41, 58, 81, 99, 105, 107, 118, 139, 173, 223
produção agropecuária 84
produção de cana-de-açúcar e derivados 106
produção de cristais 106
produção de fumo 106
produtos agromanufaturados 84

R

rebanho bovino 106
redução da circulação de moedas 106
região norte de Goiás 53, 116, 181
região sul de Goiás 25, 106
registros de batismo 25

relações sociais, políticas e econômicas 106
renúncia aos recebimentos em favor dos credores 106
rio Tocantins 81, 83, 84, 110, 236
riqueza 25
roceiro 84

S

sal 106
semoventes 106
sertão 25
sesmarias 25
sistema bancário 106
subsistência 14, 41, 58, 81, 99, 105, 107, 118, 139, 173, 223

T

técnicas de cultivo 84
terra como sustento e prestígio social 106
transporte de mercadorias 84
triângulo mineiro 25

U

unidade produtiva doméstica 106

V

vale do Paraíba 25, 26, 31, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 139, 141, 146
Vale do Paraíba 25
valorização das propriedades 106
valorização do novilho 106
variáveis dos inventariados e seus bens 106
venda de gêneros 25
venda de terras 25
viúvas endividadas 106



www.PIMENTACULTURAL.com

A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NO SUL DE GOIÁS, 1835-1910



Universidade
Estadual de Goiás

PPGHIS
PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



pimenta
cultural